

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA
NA AMÉRICA LATINA:
A PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS SOBRE
A EFICÁCIA DO REGIME**

DAIANE BOELHOUWER MENEZES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais, Área de Concentração Organizações e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre
2014

Catálogo na Publicação

M543m Menezes, Daiane Boelhouver

Mecanismos de democracia direta na America Latina : a percepção dos cidadãos sobre a eficácia do regime / Daiane Boelhouver Menezes. – Porto Alegre, 2014.

241 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

1. Regimes Políticos. 2. Democracia Direta. 3. América Latina - Política e Governo. 4. Aprovação Presidencial. 5. Modelos Multiníveis. 6. Confiança nas instituições.
I. Madeira, Rafael Machado. II. Título.

CDD : 321.8

Bibliotecário Responsável
Ginamara de Oliveira Lima
CRB 10/1204

DAIANE BOELHOUWER MENEZES

**MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA
NA AMÉRICA LATINA:
A PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS SOBRE
A EFICÁCIA DO REGIME**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais, Área de Concentração Organizações e Sociedade.

Aprovada em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Marcia Ribeiro Dias – IUPERJ

Profª. Dra. Luciana Fernandes Veiga - UFPR

Prof. Dr. André Luiz Marengo dos Santos – UFRGS

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – PUCRS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Dra. Marcia Ribeiro Dias, agora docente do IUPERJ, por ter aceitado a empreitada de orientação desse projeto e ter me incentivado tanto ao Doutorado Sanduíche no Exterior. Ao Prof. Dr. Rafael Machado Madeira por ter assumido a orientação dessa tese já em andamento, pela confiança e pela tranquilidade transmitida. Aos funcionários, alunos e demais professores do PPGCS pelas experiências compartilhadas. À CAPES pelo apoio financeiro para a realização dessa pesquisa, possibilitando dedicação exclusiva a esta. Ao Prof. Dr. André Marengo, da UFRGS, por ter me aceitado com aluna especial das suas aulas e pelas ótimas contribuições dadas na banca de qualificação.

Sou grata também à Universidade da Califórnia de Irvine (UCI), por ter me recebido como pesquisadora visitante, proporcionado a participação em muitos eventos e propiciado muitos encontros importantes para a realização dessa tese. Em especial, a minha coorientadora Profa. Dra. Diana Kapiszewski, que foi fundamental na reestruturação pela qual este trabalho passou, possibilitando que eu tivesse uma experiência de orientação muito diferente e muito rica. À Profa. Dra. Luciana Veiga, da UFPR, colega de pesquisa na UCI, na companhia de quem meus conhecimentos da língua inglesa e de pesquisa quantitativa evoluíram. Ao Prof. Dr. Russel Dalton, pelas conversas a respeito da minha tese e da política americana.

Agradeço ainda à Sanne Smid, Øystein Maugesten, Emillie Orillard e Johannes Rebelein por dividirem comigo as delícias e os desafios de ser pesquisador em um outro país. A Dean Kidder, por ensinar-me tanto do idioma e da cultura dos Estados Unidos. Aos colegas da IPSA Summer School Tiago Peterlevitz e Danilo Freire, que me fizeram sentir menos sozinha na tarefa de compreender métodos quantitativos de pesquisa.

Por fim, sou grata à professora de inglês Laura Knijnik por ter contribuído tanto no processo de obtenção da bolsa sanduíche, inclusive corrigindo textos fora do horário de trabalho. À Lúcia Streck pela revisão do meu projeto. À Naida Menezes por ter lido e comentado a versão dessa tese destinada à qualificação. À Alice Lussani, principal responsável pelo meu ingresso no doutorado. Se não fosse ela, talvez eu não tivesse largado o emprego de então para me dedicar a este projeto. As duas últimas por sempre estarem prontas a escutar as angústias da irmã caçula e me fazerem sair dessas conversas sempre reconfortada. À Laci Menezes, minha mãe, por aguentar minhas crises de mau-humor e ainda assim me amar. Ao meu pai Edson Menezes pelo exemplo incrível de superação. Ao meu irmão

Guilherme Menezes por fazer de conta que entende dos meus problemas com modelos multiníveis, me ver desesperar e ainda assim achar que sou uma boa companhia para cerveja. A todas as pessoas acima citadas também pela amizade e aos amigos Adriano Saraiva, Augusto Scheneiders, Bruna Fetter, Caren Baldo, Carlos Stein, Carolina Albuquerque, Dina Souza, Eduardo Grijó, Emily Nunes, Fernanda Aldabe, Gabriela Freitas, Gilberto Miranda, Isabella Carnevalle, Luciano Vieira, Malu Nidballa, Marina Guerra, Morgana Abitante, Robson Ferreira e Sophia Chassot, que contribuíram cada um à sua maneira para a manutenção do meu equilíbrio mental e para o término dessa pesquisa.

MECANISMOS DE DEMOCRACIA DIRETA NA AMÉRICA LATINA: A PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS SOBRE A EFICÁCIA DO REGIME

RESUMO

Esta tese versa sobre a relação entre os mecanismos de democracia direta (MDDs), isto é, plebiscitos, referendos, iniciativas populares, e a percepção dos cidadãos sobre o regime democrático. Testam-se as hipóteses sobre a influência desses MDDs na aprovação presidencial, na confiança que os cidadãos depositam em algumas instituições da democracia (Congresso e partidos), e na sua avaliação sobre a performance do regime, medida através da crença na eficácia do voto como instrumento de mudança. Os dados são provenientes do Latinobarómetro e englobam pesquisas de opinião realizadas anualmente em 16 países de 1996 a 2010. Modelos multiníveis são utilizados para a sua análise. Se instituições como os MDDs podem aumentar a legitimidade dessas dimensões mais concretas da democracia, trata-se de uma solução mais rápida do que transformações estruturais econômicas, sociais e culturais. Esse estudo apoia-se nos pressupostos da teoria da escolha racional de que os cidadãos são capazes de fazer julgamentos racionais, tais como se o regime funciona do modo no qual eles acreditam que deveria funcionar, enquanto considera a influência de fatores contextuais e institucionais diversos. A variável explicativa – os MDDs – foi testada de cinco formas diferentes: efeito de curto prazo (ocorrência e ocorrência ponderada), efeito de longo prazo, isto é, número acumulado de MDDs, tipos de mecanismos e natureza dos assuntos envolvidos na votação. Os modelos multiníveis, alternativa à análise seriada quando não há número de observações suficientes ao longo do tempo, não se mostraram bons substitutos quando informações a respeito dos casos e até relativas ao comportamento das variáveis dependentes foram analisadas. No entanto, apesar das limitações metodológicas impostas pelos dados e pela raridade dos eventos é possível dizer que, mantendo constantes questões como a percepção da situação corrente da economia, a confiança interpessoal, a escolaridade, a idade e, em alguns casos, a aprovação presidencial e a confiança nas instituições, na América Latina, a utilização de mecanismos de democracia direta nacionais sobre assuntos de ampla relevância não danifica o apoio dos cidadãos às dimensões mais concretas do regime (ou à democracia representativa especificamente, talvez a maior preocupação quando se trata de MDDs), pelo contrário, MDDs melhoram, em diferentes graus, de acordo com seu tipo, a natureza de suas questões e com o histórico de experiência do país com MDDs, o apoio político. Em relação às explicações levadas em conta, embora no modelo de aprovação do chefe do Executivo e nos modelos das instituições a performance do governo seja muito mais importante, no modelo do voto, a explicação cultural e a explicação institucional ganham espaço e se tornam quase equivalentes, com destaque para a confiança interpessoal, a escolaridade alta, os plebiscitos mandatórios e os MDDs que envolvem assuntos de grande relevância, sejam poucos ou muitos.

Palavras-chave: Mecanismos de democracia direta. América Latina. Performance do regime. Confiança nas instituições. Aprovação Presidencial. Modelos Multiníveis.

MECHANISMS OF DIRECT DEMOCRACY IN LATIN AMERICA: CITIZENS' PERCEPTIONS ON REGIME EFFICACY

ABSTRACT

This thesis is about the relationship between the mechanisms of direct democracy (MDDs), i.e. plebiscites, referendums and citizen-initiated votes, and citizens' perceptions of the democratic regime. Hypotheses are tested on the influence of the MDDs on the presidential approval, on trust in democratic institutions (Congress and political parties) and on regime performance, measured through external efficacy, namely the belief that voting can change the future. Data are from Latinobarómetro and encompass surveys carried out annually in 16 countries, from 1996 to 2010. Multilevel models are used to analyze the data. If institutions as MDDs can increase the legitimacy of these more concrete dimensions of democracy, this is a quicker solution than economic, social and cultural transformations. This study relies on rational choice theory assumptions which state that citizens can make informed and rational judgements as to whether or not their regime meets their standards of how it should work, while still considering the various influences of diverse contextual and institutional factors. The explanatory variable – the MDDs – was tested in five different forms: short-term effects (occurrence and weighted occurrence), long-term effects, i.e., the cumulative number of MDDs, type of mechanism and issues quantity and relevance. Multilevel models, the alternative to time series analysis when there is not a sufficient number of observations over time, have not looked like good substitutes when information regarding the cases and the dependent variables behavior were considered. However, despite the methodological limitations imposed by data and the rarity of the events, it is possible to say that, holding constant citizens' perceptions of the country current economic situation, interpersonal trust, education, age, and in some cases, presidential approval and trust in institutions, in Latin America, the use of national mechanisms of direct democracy about issues of broad interest do not damage citizens' support to the more concrete regime dimensions (or representative democracy specifically, maybe the biggest concern on MDDs), on the contrary, MDDs improve, in different degrees, according type, nature of the issues and the historic of the country's MDD experience, the political support. Related to the explanations taken into account, although in the presidential approval model and in the models of trust in institutions the government performance is much more important, in the model of the vote, the cultural and institutional explanation gain more ground and all the three have basically the same relevance. Among them, it is possible to highlight the interpersonal trust, education, mandatory plebiscites and MDDs involving issues, many or few, of great general interest.

Keywords: Mechanisms of direct democracy. Latin America. Regime performance. Institutions trust. Presidential approval. Multilevel models.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 APOIO POLÍTICO E DEMOCRACIA DIRETA.....	19
2.1 FORMAS DE DEMOCRACIA.....	19
2.2 APOIO POLÍTICO À DEMOCRACIA E CAPACIDADE DO ELEITOR.....	23
2.3 EXPLICAÇÕES PARA AS MUDANÇAS NO APOIO POLÍTICO.....	25
2.3.1 Explicação institucionalista.....	25
2.3.1.1 Desenho institucional: tipos de MDDs.....	27
2.3.1.2 Natureza das questões em pauta.....	39
2.3.2 Explicação culturalista.....	41
2.3.3 Explicação derivada da performance do governo.....	44
2.4 COMUNIDADE E PRINCÍPIOS DO REGIME.....	46
2.5 DEMOCRACIA NA PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS.....	47
2.6 PERFORMANCE DO REGIME E AS COMPLICAÇÕES PARA SUA MENSURAÇÃO.....	48
2.6.1 MDDs e a responsividade governamental.....	50
2.7 CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E APROVAÇÃO DO DESEMPENHO DAS AUTORIDADES.....	53
2.7.1 MDDs e Partidos.....	54
2.7.2 MDDs e o Parlamento.....	61
2.7.3 MDDs e o Presidente.....	63
3 POUCAS OBSERVAÇÕES E MUITAS VARIÁVEIS: CONSTRUÇÃO DE INDICADORES E UTILIZAÇÃO DE MODELO MULTINÍVEL	66
3.1 AS VARIÁVEIS DEPENDENTES.....	68
3.1.1 Eficácia do voto.....	68
3.1.2 Congresso.....	71
3.1.3 Partidos políticos.....	74
3.1.4 Aprovação presidencial.....	77
3.2 VARIÁVEL INDEPENDENTE TESTADA DE DIFERENTES FORMAS	80
3.2.1 Ocorrência de MDDs nacionais – efeitos de curto prazo binário e ponderado.....	81
3.2.2 Efeitos de longo prazo – número acumulado de MDDs.....	87
3.2.3 Ocorrência de eleições nacionais	87
3.2.4 Os tipos de MDDs.....	90
3.2.5 Natureza das questões dos MDD.....	91
3.3 VARIÁVEIS DE CONTROLE.....	93
3.4 FUNÇÃO LOGÍSTICA E MODELOS MULTINÍVEIS.....	105
4 ANÁLISE DOS MODELOS DE APROVAÇÃO PRESIDENCIAL.....	112
4.1 MODELOS COM VARIÁVEIS DE NÍVEL 1.....	112
4.2 MODELO COM VARIÁVEIS DE NÍVEL 2.....	115

4.3 MODELOS COM MDDS E ELEIÇÕES.....	120
4.3.1 Efeitos de curto prazo dos MDDS: ocorrência.....	120
4.3.2 Efeitos de longo prazo: número cumulativo.....	123
4.3.3 Efeitos de curto prazo ponderados.....	126
4.3.4 Tipos de MDDS.....	128
4.3.5 Natureza dos assuntos.....	145
5 ANÁLISE DOS MODELOS DE CONFIANÇA NO CONGRESSO.....	151
5.1 MODELOS COM VARIÁVEIS DE NÍVEL 1.....	151
5.2 MODELOS COM MDDS E ELEIÇÕES.....	155
5.2.1 Efeitos de curto prazo dos MDDS: ocorrência.....	155
5.2.2 Efeitos de longo prazo dos MDD: número cumulativo.....	157
5.2.3 Efeitos de curto prazo ponderados.....	159
5.2.4 Tipos de MDDS.....	161
5.2.5 Natureza dos assuntos.....	167
6 ANÁLISE DOS MODELOS DE CONFIANÇA NOS PARTIDOS.....	170
6.1 MODELOS COM VARIÁVEIS DE NÍVEL 1.....	170
6.2 MODELOS COM MDDS E ELEIÇÕES.....	173
6.2.1 Efeitos de curto prazo dos MDDS: ocorrência.....	173
6.2.2 Efeitos de longo prazo: número cumulativo.....	175
6.2.3 Tipos de MDDS.....	178
6.2.4 Natureza dos assuntos.....	182
7 ANALISE DOS MODELOS DE EFICÁCIA DO VOTO.....	185
7.1 MODELOS COM VARIÁVEIS DE NÍVEL 1.....	185
7.2 MODELOS COM VARIÁVEIS DE NÍVEL 2.....	189
7.3 MODELOS COM MDDS E ELEIÇÕES.....	191
7.3.1 Efeitos de curto prazo dos MDDS: ocorrência.....	191
7.3.2 Efeitos de longo prazo dos MDDS: número cumulativo.....	194
7.3.3 Efeitos de curto prazo ponderados.....	197
7.3.4 Tipos de MDDS.....	199
7.3.5 Natureza dos assuntos.....	203
8 CONCLUSÕES.....	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	224
ANEXOS.....	236

1 INTRODUÇÃO

Apesar das preocupações acadêmicas, os Mecanismos de Democracia Direta (MDDs) têm a aprovação da maioria dos cidadãos.¹ Se a participação em MDDs é majoritariamente considerada uma boa coisa depois de sua ocorrência, como nos países analisados aqui, é um sinal de que os cidadãos apreciaram a oportunidade de ter mais acesso às decisões políticas, o que pode refletir-se nas percepções sobre a influência que têm sobre o que o governo faz. Os MDDs também são mais uma oportunidade para os partidos políticos, o Parlamento e o Presidente aproximarem-se do cidadão, desempenhando papéis diversos no processo desses mecanismos, o que pode melhorar seus níveis de confiança e suas avaliações.

É importante que a maior parte dos cidadãos tenha ideias e atitudes positivas sobre a eficácia do voto, as instituições e as autoridades. Pouco apoio político ao regime significa que a democracia não tem legitimidade suficiente. Isto é especialmente perigoso em uma região como a América Latina, em que golpes e tentativas de golpes não são acontecimentos de um passado distante (HAGOPIAN; MAINWARING, 2005). Um exemplo recente é o caso paraguaio em 2012.

Regimes democráticos funcionam com mínima coerção, ou seja, contam com submissão voluntária dos cidadãos. Além disso, os custos da política democrática crescem quando a confiança política diminui: a elite política gasta mais tempo assegurando aos cidadãos que os interesses deles estão sendo representados, e os cidadãos desconfiados sentem que precisam investir mais tempo monitorando o governo, ainda que essas atitudes não restaurem a confiança. Se os cidadãos acreditam que o governo está desperdiçando dinheiro dos impostos, têm menos disposição de pagá-los corretamente (DALTON, 2004).

Na primeira década do século XXI, a América Latina parece ter encontrado um caminho para recuperar parte da legitimidade de suas democracias. Em geral, a confiança dos seus cidadãos no Legislativo apresenta uma tendência de crescimento, assim como a aprovação média dos presidentes (apesar das previstas grandes flutuações em alguns países), e a percepção de que o voto é um instrumento eficaz para mudar o futuro. O nível de

¹ O uso de MDDs é endossado pela maioria das pessoas em quase todos os países em que esta questão foi colocada – em países latino-americanos (LATINOBARÓMETRO, 2009), países europeus, Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia (BOWLER; DONOVAN; KARP, 2007; DONOVAN; KARP, 2006; DALTON, 2004; DALTON; BURKLIN; DRUMMOND, 2001). As únicas exceções foram Hungria e Slovenia (BOWLER; DONOVAN; KARP, 2007).

confiança nos partidos políticos exhibe uma pequena tendência de melhora quando considerados somente os nove países que realizaram algum MDD no período analisado. Quando considerados todos os países da amostra, ocorre uma leve queda.²

Se é verdade que, em 2003, boa parte dos países apresentou queda nos indicadores citados em função da crise asiática, essa explicação econômica não se aplica a 2009. Depois de anos consecutivos de crescimento, neste ano, quase todos os países apresentaram variação negativa no PIB. Apesar disso, a confiança nas instituições manteve sua trajetória ascendente. Diferentemente da crise asiática, durante a crise iniciada nos Estados Unidos em setembro de 2008, na América Latina havia “gobiernos de alternancia en el poder que han sido elegidos por mayorías contundentes, presidentes que han sido reelectos por su buena gestión, y altos niveles de aprobación de gobierno en muchos países” (INFORME, 2008, p.88).

Seguindo a linha de Przeworski et al. (2000), a partir de certo ponto de desenvolvimento econômico, a economia parece perder um pouco da importância na consolidação da democracia: a educação, a renda, os bens políticos e culturais fazem aumentar o apoio à democracia mais do que as questões conjunturais. Apesar da maior severidade da crise que se refletiu no ano de 2009, indicada pelo PIB, ela teve menor impacto direto na percepção da situação econômica corrente dos países³, e as instituições não foram muito penalizadas com diminuição na confiança nelas depositada⁴ (INFORME, 2010). Esses fatos mostram que somente a explicação econômica, pelo menos a aferida por esse indicador macroeconômico, não é suficiente para o conjunto de nações em questão, e talvez possa ser auxiliada por outras variáveis importantes, como a utilização de MDDs.

A relação de algumas dimensões do apoio político – confiança dos cidadãos nos processos democráticos (medida através da responsividade governamental), instituições (partidos e Parlamento) e autoridade presidencial – com a utilização de MDDs nacionais na América Latina, região em que essa relação ainda não foi pesquisada, é o objeto de estudo dessa tese. Plebiscitos facultativos ou mandatórios, referendos e iniciativas populares

² Os gráficos com as informações mencionadas podem ser vistos no terceiro capítulo (com os nove países que realizaram MDDs no período explorado) e nos anexos (com a amostra total dos 16 países para os quais se tem dados completos do Latinobarómetro).

³ No capítulo 3, o quadro 25 mostra a média de crescimento do PIB relativa aos 16 países analisados. Em 2009, esse número é negativo (-0,36%), enquanto que em 2002, foi praticamente zero (0,09%). O gráfico 5, por sua vez, mostra que em torno da metade dos países a percepção da situação econômica da nação foi pior em 2009 do que no ano anterior, enquanto que em 2003, ano em que se reflete o efeito da crise asiática, todos os países tiveram menores percentuais de cidadãos avaliando a situação como boa ou muito boa em relação a 2002.

⁴ Como pode ser visto nos gráficos 2 e 3 do capítulo 3, enquanto que um pequeno número de países não diminuiu a percentual de cidadãos confiantes nas instituições em 2003, a situação é oposta em 2009: apenas um pequeno número de nações tem a confiança em suas instituições reduzida em relação ao ano anterior.

concedem aos cidadãos a oportunidade de decidir sobre assuntos em vez de apenas sobre quem será o candidato eleito, tendo a palavra final sobre questões específicas, continuando a ser proativos no processo democrático e/ou tendo o poder de veto depois do período eleitoral. Além disso, permitem que autoridades e instituições aproximem-se mais dos cidadãos, cumprindo seus papéis no processo de um MDDs.

De 1996 a 2010, foram utilizados 29 MDDs em dez países latino-americanos. Isto apesar de os MDDs não constarem apenas nas constituições da República Dominicana e do México (ZOVATTO, 2004). MDDs, no entanto, não precisam acontecer de fato, só a possibilidade de sua ocorrência já altera o modo como as decisões são tomadas (LISSIDINI, 2007a). Os dez países mencionados são: Bolívia (4 MDDs), Brasil (1), Colômbia (1), Costa Rica (1), Equador (5), Guatemala (1), Panamá (2), Peru (1), Uruguai (7) e Venezuela (6). Próximo a esse recorte de tempo, apenas o Peru teve um MDD três anos antes dos surveys analisadas⁵.

Há estudos que analisam a relação de MDDs com a percepção cidadã da responsividade governamental, mas o fazem focando em apenas um país específico, o Canadá (MENDELSON, CUTLER, 2000), ou no máximo estabelecendo comparações entre diferentes estados nos Estados Unidos (SMITH, TOLBERT, 2004; BOWLER, DONOVAN, 2002) e diferentes cantões na Suíça (STUTZER, FREY, 2006)⁶.

A relação de MDDs com o Presidente/Governo, Parlamento e partidos é abordada por diversas pesquisas e com diferentes escopos, porém, não sob a ótica da percepção dos cidadãos. Os partidos em um contexto de utilização de MDDs, por exemplo, são analisados em democracias estabelecidas (SCARROW, 2003, BUDGE, 1996, 2001), nos cantões suíços (LADNER, BRANDLE, 1999), nos estados americanos (SMITH, TOLBERT, 2004), em países nórdicos (JENSSEN, LISTHAUG, 2001), e no Uruguai (ALTMAN, 2010). A relação entre o Parlamento e os MDDs foi estudada em países europeus ocidentais (SETALA, 2006b) e em estados americanos (GERBER, 1996, 1999). Por fim, a relação com o Presidente foi abordada na América Latina (BREUER, 2008a, ALVEZ, 2011), e com governadores em

⁵ Os surveys aplicadas em 2011 não tinham sido disponibilizadas pelo Latinobarómetro no momento da inicialização da análise dos dados dessa tese, no começo do segundo semestre de 2013. Logo, como o efeito do MDD do Peru se daria em 2011, ele acabou sendo excluído da análise da variável binária de ocorrência de MDD e também dos modelos sobre tipos e natureza dos assuntos dos MDDs, como é explicado mais adiante.

⁶ O que pode ser complicado de avaliar em surveys, visto que um dos principais modos através do qual as pessoas obtêm informações são os meios de comunicação, cuja cobertura em geral é focada no âmbito nacional. Por isso, os cidadãos costumam avaliar instituições que existem nas duas esferas, como o Legislativo, o Governo, etc. tendo as nacionais como referência, e não as estaduais (DYCK; LASCHER, 2009).

estados americanos (MATSUSAKA, 2008). A governança, também em estados americanos (DALTON, 2008), e somente iniciativas cidadãs em todos os países nos quais foram utilizadas (SERDULT, WELP, 2012). A única pesquisa que considera a avaliação dos partidos feita pelos cidadãos é o de Bowler e Donovan (2008), na qual relacionam MDDS iniciados pelos eleitores nos estados americanos com partidos, através de sua organização partidária, atuação no governo e no eleitorado (BOWLER, DONOVAN, 2008).⁷

Os estudos sobre MDDs latino-americanos são predominantemente normativos ou descritivos: discutem prós e contras, desenvolvem categorias para analisá-los, mostram o crescimento de seu uso ao longo do tempo, apontam as razões para sua inclusão nas Constituições⁸, além de estudos de caso sobre eventos específicos (LISSIDINI; WELP; ZOVATTO, 2008; LISSIDINI, 2007b, ZOVATTO; LIZARRO; MARULANDA; GONZALES, 2004). Breuer (2007, 2008b) analisa a accountability potencial (vertical e horizontal) engendrada pelos MDDs através de suas previsões constitucionais. Alguns autores olham para as causas dos MDDs (ALVES, 2011; BREUER 2008a, 2009a). Altman (2010), por sua vez, demonstra como os partidos afetam os MDDs no caso uruguaio.

Este último autor, em 2012, propôs um índice de mensuração do grau de democracia dos países que considere as possibilidades de democracia direta e testa se onde há MDD na América Latina, os níveis de apoio e satisfação com a democracia são maiores. Além do fato de ser complicado trabalhar com questões que envolvem a palavra democracia (conceito que tem significados diferentes para cidadãos de diferentes lugares e, por isso, torna difícil determinar exatamente o que está sendo medido), ele trabalha com análise de séries temporais apesar do pequeno número de observações (no máximo 15 em cada país)⁹. Aqui, propõe-se um estudo sobre a relação entre os MDDs na América Latina e a percepção dos cidadãos de instâncias mais concretas da democracia (voto, Parlamento, partidos e Presidente), através de modelos multiníveis, mais adequados para o número máximo de 14 observações disponíveis para cada nação.

⁷ Bowler e Donovan (2008) comparam estados americanos que utilizam MDDs com estados que não utilizam para ver as diferenças na avaliação que os cidadãos fazem dos dois partidos majoritários (separadamente e conjuntamente) e dos partidos em geral. Os achados desses autores são contrários às expectativas desta pesquisa: talvez pelo grande número de iniciativas votadas em vários estados americanos anualmente, os partidos não se envolvam muito nas campanhas. Plebiscitos mandatórios ou facultativos de relevância nacional e grande importância não são votados nos EUA, ao contrário da maioria dos casos da América Latina.

⁸ Na mesma linha, mas focando em outros lugares, existem estudos de Qvortrup (2005) e Setala (2006a); cobrindo 39 países, há a pesquisa de Leduc (2003a), e Altman (2010) analisa MDDs de todo o mundo.

⁹ Além de trabalhar com previsão constitucional de MDD, que tenha se realizado pelo menos uma vez, e deixar de fora os plebiscitos.

O objetivo, então, é explorar se um tipo de instituição pode afetar a avaliação que os cidadãos fazem do regime, a exemplo de Norris (2011) e Anderson e seus co-autores (2005). Considerar outra variável institucional para explicar a opinião dos cidadãos sobre a democracia é interessante porque, no curto prazo, é mais fácil mudar instituições do que estruturas sócio-econômicas (NORRIS, 2008). Se algum tipo de desenho institucional funciona melhor, aumentando a satisfação com os processos democráticos, instituições e autoridades, ele pode ser usado mais frequentemente ou no lugar de outros.

Considera-se que os cidadãos são capazes de fazer avaliações sobre o regime, tais como: se a democracia de seu país é transparente e efetiva, se os governos e representantes em geral são responsivos, se existe justiça social, se a participação é suficiente, se as eleições são limpas, se aqueles que ocupam cargos oficiais são honestos, etc. (NORRIS, 2011). Assim, além de assumir que as regras institucionais podem estruturar as atitudes e procurar os efeitos que os MDDs possam ter, este estudo baseia-se nos pressupostos da teoria da escolha racional de que as pessoas chegam a julgamentos razoáveis apesar de não terem informações detalhadas sobre os vários aspectos da política (LUPIA, JOHNSTON, 2001; DOWNS, 1999; LUPIA, MCCUBINS; 1998, POPKIN, 1994). A teoria da escolha racional leva em consideração como os diferentes fatores contextuais e institucionais influenciam o comportamento dos indivíduos (LEVI, 1997). Escolhas aparentemente não otimizadas ou irracionais podem indicar a presença de outras arenas que as influenciaram ou de determinado detalhe do desenho institucional que levou a tais escolhas (TSEBELIS, 1990). Por essas razões, a presença de outras instituições são consideradas (como federalismo e representação proporcional), assim como os efeitos de outras arenas (eleições presidenciais nacionais ou para Assembleia Constituinte), nos modelos apresentados.

Os dados utilizados são provenientes de surveys do Latinobarómetro realizadas anualmente com cidadãos de 18 países latino-americanos. A amostra dessa pesquisa inclui 16 países com observações anuais de 1996 a 2010, deixando de fora um ano (1995) e dois países que não possuem dados completos¹⁰. Além do Latinobarómetro, dados sobre os MDDs do Center for Research on Direct Democracy (C2D) e de Altman (2010) também foram aproveitados. Em relação às variáveis de controle das explicações rivais à institucionalista para a formação da opinião dos cidadãos – a culturalista e de performance do governo –,

¹⁰ Apenas oito países participaram dos surveys de 1995. A República Dominicana, um dos países excluídos da amostra, só foi incorporado em 2004. Honduras, o segundo país desconsiderado, não possui dados para a aprovação presidencial em um dos anos, além de ter passado por um golpe de Estado em 2009.

conta-se com indicadores do Banco Mundial e do Observatorio de Instituciones Legislativas de America Latina (OIR).

Instituições políticas e políticas públicas são moldadas pela riqueza de uma nação, de forma que é interessante focar-se em países economicamente similares. Por isso, optou-se por trabalhar apenas com países latino-americanos. Assim, variáveis de controle econômicas e institucionais testadas podem mostrar-se não significativas para explicar a variação das dimensões do apoio político analisadas, gerando modelos mais enxutos e resultados mais robustos (VATTER, 2009; LIJPHART, 2008), o que não aconteceria se países europeus, por exemplo, fossem incluídos também na amostra.

A partir dessas considerações, testam-se as hipóteses seguintes.

Hipótese 1: O envolvimento dos presidentes durante o processo de um MDD pode fazer com que a aprovação deles torne-se mais positiva.

Alguns tipos de MDDs, especialmente os iniciados pelo próprio chefe do Executivo, podem ter bastante impacto na sua popularidade. Embora as eleições possam ter efeitos mais importantes nesse caso, os MDDs sobre a figura do Presidente ou para convocação de Assembleia Constituinte podem aproximar-se desses efeitos porque decidem sobre a permanência de autoridade democrática ou sobre os atores que redigirão uma nova Constituição. A quantidade dos assuntos a serem votados pode, também, influenciar a aprovação: se são vários e provocam a sensação de que há muito em jogo, as avaliações devem ser mais afetadas do que se a consulta é sobre poucas questões que não dizem respeito à maioria da população e não foram encaradas como fundamentais pelos principais atores políticos.

Hipótese 2: A participação das instituições, partidos políticos e Parlamento, na proposição de um MDD, nos trâmites que fazem com que este aconteça (adicionando, excluindo ou modificando as suas questões), nas campanhas, no endosso dos resultados (BOWLER; DONOVAN, 2008), aumentam sua visibilidade e sua proximidade com o eleitorado. Tudo isso pode alterar positivamente a confiança que os cidadãos têm nessas instituições.

A performance do Congresso, por exemplo, deve ser especialmente importante nos MDDs que são obrigatórios por lei, pois teoricamente envolvem negociações entre o Executivo e o Legislativo. Obtendo maior destaque, o Parlamento pode ganhar mais apoio da população. O mesmo não acontece com os referendos, pois se foram convocados e não foram

rejeitados, isto significa que o Congresso aprovou lei contrária à opinião da maioria do eleitorado. Já os partidos, especialmente os de oposição, podem ter papel fundamental nos MDDs iniciados pelos próprios cidadãos, apoiando ou até estimulando a iniciativa, angariando mais confiança para as agremiações partidárias em geral. Os partidos grandes, por sua vez, com uma estrutura maior que permite mais envolvimento nas campanhas de MDDs, podem colher bons resultados quando muitos assuntos são decididos ao mesmo tempo, também gerando efeitos positivos para a instituição partidos políticos como um todo.

Hipótese 3: A realização de MDDs pode fazer com que os cidadãos sintam que têm maior influência no que o governo faz, isto é, percebam maior responsividade governamental. Isto porque são votações diferentes daquelas em que são escolhidos apenas representantes, nas quais os cidadãos têm uma oportunidade adicional para intervir nos processos de tomada de decisão expressando seus pontos de vista diretamente sobre questões importantes.

Ainda que, do ponto de vista do eleitorado, MDDs que não foram iniciados pelo Governo possam melhorar mais a percepção do voto como um instrumento de mudança eficaz, de forma semelhante àqueles mecanismos de democracia direta que são obrigatórios por lei, a diferença entre os tipos deve ser mais sutil do que nas outras dimensões mencionadas, porque o voto em qualquer um dos tipos pode levar a grandes mudanças no futuro do país. A questão dos assuntos, no entanto, é novamente importante: quando mais propostas relevantes votadas, maior deve ser a crença na eficácia do voto¹¹.

Embora os casos não sejam abundantes, e especialmente no que diz respeito aos diferentes tipos e à natureza dos assuntos em votação não seja possível fazer afirmações taxativas e generalizantes, com a análise dos modelos propostos pretende-se responder, dentro dessas limitações, se os MDDs impactam a aprovação presidencial, influenciam a confiança dos cidadãos nos partidos políticos e no Congresso Nacional e afetam as percepções dos cidadãos em relação à responsividade governamental.

A variável independente institucional – os MDDs – é testada de cinco formas:

1) a ocorrência de MDDs no período anterior à aplicação dos surveys, isto é, seu efeito de curto prazo;

¹¹ Infelizmente, no escopo dessa tese, não é possível fazer uma análise da implementação do que foi aprovado pelos MDDs, mas seria bastante interessante contar com essas informações para uma melhor avaliação da responsividade governamental.

2) o efeito cumulativo dos mecanismos de democracia direta, ou seja, seu efeito de longo prazo, considerando o número de MDDs ocorridos nos dez anos anteriores ao ano analisado;

3) o impacto ponderado dos MDDs, com seu efeito diminuindo ao longo dos meses e considerando um efeito maior para quando há mais de um MDD votado no mesmo período;

4) o tipo de MDD utilizado – se requerido por lei ou não, se iniciado pelo Governo/Congresso ou por grupos de interesse/cidadãos, se com fins propositivos ou revogatórios – o que modifica o número de possíveis vetos na tomada de decisões e interfere no fato de as decisões serem mais consensuais ou não (HUG, TSEBELIS, 2002);

5) a natureza das questões envolvidas, considerando tanto o número de assuntos incluídos em cada votação, quanto a relevância das propostas apreciadas. Os cidadãos podem pensar que influenciam mais o governo quando decidem sobre um número maior de questões e quando estas são relevantes para a maioria deles, assim como instituições e autoridades devem se envolver mais no processo de MDD quando há assuntos de maior importância a serem decididos.

A principal variável de controle do nível macro é a ocorrência de eleições nacionais, explicação institucional rival, que têm efeitos semelhantes aos esperados dos MDDs sobre a avaliação que os cidadãos fazem sobre os processos democráticos, as instituições e as autoridades (INFORME, 2006, 2009, 2010).

Para lidar com surveys realizadas em 8 ou 14 diferentes anos, provenientes de 16 países, são utilizados modelos multiníveis. Nesses modelos, as variações do âmbito dos indivíduos são relacionadas com as variações do âmbito do sistema, ou seja, as informações provenientes do sistema ajudam a mitigar o poder explicativo das características individuais. Esses modelos, além de permitirem que dados de vários anos e vários países sejam analisados conjuntamente quando o número de observações não é suficiente para a realização de uma análise seriada, apontam a importância dos fatores contextuais de cada país e cada ano não considerados pelas variáveis inseridas.

O próximo capítulo passa por uma breve introdução sobre formas de democracia para chegar no apoio político a este regime e abordar as explicações existentes para as mudanças nas opiniões e atitudes dos cidadãos relativas às várias dimensões da democracia. Dentro da explicação institucionalista, o foco maior é no desenho institucional dos MDDs e na natureza das questões colocadas em pauta por esses mecanismos. Segue com a apresentação das

dimensões do apoio político, com algumas críticas sobre a forma na qual algumas delas vêm sendo comumente mensuradas. Por fim, há o detalhamento das relações encontradas em outros estudos entre as dimensões mais concretas da confiança política (responsividade governamental, partidos, Legislativo e Presidente) e a utilização ou a previsão constitucional de MDDs.

O capítulo 3 primeiramente apresenta as variáveis dependentes dos diferentes modelos, isto é, a aprovação do Presidente, a confiança no Congresso e nos partidos e a eficácia do voto. Depois, a forma como a variável independente MDD é testada de diferentes formas nos modelos. Segue a exposição das variáveis de controle institucionais, como o nível de democracia, o índice federalismo-representação proporcional e a volatilidade eleitoral. Além dessas, mostram-se as outras variáveis de controle comuns às explicações culturalista – confiança interpessoal, educação, idade – e de performance do governo – aprovação presidencial (para os modelos de confiança nas instituições e eficácia do voto), a confiança nos partidos e no Congresso (somente para o modelo de eficácia do voto), a situação econômica do país, o coeficiente Gini, o crescimento do PIB, a inflação e o desemprego.¹² Por fim, a justificativa da escolha de modelos multiníveis e as demais opções feitas para a realização da análise estatística são expostas.

O quarto, o quinto, o sexto e o sétimo capítulo apresentam a análise dos modelos de aprovação presidencial, de confiança nas instituições e da eficácia do voto. A interpretação dos resultados é feita também de acordo com o conhecimento acumulado dos casos, isto é, das realizações dos MDDs e seus contextos.

O último capítulo sintetiza os achados mais importantes e conclui sobre os efeitos dos MDDs nas percepções dos cidadãos latino-americanos em algumas dimensões da democracia.

¹² Permanecem nos modelos as variáveis que fazem sentido teoricamente, avaliadas com base no sinal esperado dos coeficientes, ou que são estatisticamente significativas (GELMAN; HILL, 2007), com coeficientes minimamente expressivos.

2 APOIO POLÍTICO E DEMOCRACIA DIRETA

2.1 Formas de Democracia

Depois da Segunda Guerra Mundial, a concepção de democracia de Schumpeter, cujo foco era a competição, tornou-se dominante nas Ciências Sociais. A teoria competitiva da democracia vê o regime como um método:

we have restricted the kind of competition for leadership which is to define democracy, to free competition for a free vote. The justification for this is that democracy seems to imply a recognized method by which to conduct the competitive struggle, and that the electoral method is practically the only one available for communities of any size. (SCHUMPETER, 1957, p.271)

Com o passar do tempo, no entanto, começou-se a utilizar a perspectiva mais sofisticada de Dahl que considera que a democratização tem duas dimensões: a contestação pública (liberalização) e a participação em eleições e cargos públicos (inclusividade). Para que um grande número de pessoas tenha oportunidade de formular suas preferências, expressá-las e ter estas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, são necessárias as seguintes garantias institucionais:

Liberdade de formar e aderir a organizações; Liberdade de expressão; Direito de voto; Elegibilidade para cargos públicos; Direito de líderes políticos disputarem apoio (e votos); Fontes alternativas de informação; Eleições livres e idôneas; Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. (DAHL, 2005, p.27)

Mecanismos de democracia direta (MDDs) envolvem outras possibilidades de formulação, expressão e consideração das preferências dos cidadãos pelo governo.

Lijphart (1999, 2008), por sua vez, faz uma importante distinção entre dois modelos de democracia: o majoritário (bipartidário, com concentração do poder Executivo, predomínio do Executivo, sistema eleitoral majoritário, grupos de interesse pluralistas, Estado unitário/centralizado, unicameralismo, Constituições flexíveis, bancos centrais dependentes do Executivo) e o consensual (multipartidário, com partilha no poder Executivo, equilíbrio entre Executivo e Legislativo, sistema eleitoral proporcional, grupos de interesse

corporativistas, Estado federal/descentralizado, bicameralismo, constituições rígidas, bancos centrais independentes do Executivo)¹³.

O autor afirma que regimes que incluem os líderes de grupos rivais encorajam um comportamento moderado e cooperativo. Esses arranjos, presentes no segundo modelo descrito, ao darem parte do poder no processo de decisão, transformam oponentes em parceiros que adotam táticas conciliatórias e aceitam melhor os resultados. A administração macroeconômica tem resultados um pouco melhores, assim como o controle da violência. Bastante melhores são os resultados relativos à qualidade e à representatividade democráticas (mais competição partidária, maior comparecimento eleitoral, mais ampla proporção de mulheres eleitas), responsabilidade ambiental, sistema judiciário-criminal compassivo, ajuda externa generosa, proximidade entre eleitor e governo, além de mais forte satisfação com a democracia, etc.

Diferentes tipos de MDDs (se iniciados pelos cidadãos ou pela elite política, se obrigatórios por lei ou facultativos) geram decisões mais ou menos consensuais, dependendo se são considerados todos os *veto players*¹⁴ ou não (HUG, TSEBELIS, 2002), mas indiscutivelmente trazem os cidadãos para fazerem parte do processo decisório, o que deve influenciar a percepção dos eleitores sobre os processos democráticos, as instituições e as autoridades que atuam nesse regime.

Em relação à democracia direta, existem concepções minimalistas, intermediárias e maximalistas. Entre as primeiras estão aquelas que consideram-na como sendo apenas a utilização de mecanismos iniciados pelos cidadãos ou prescritos pela Constituição. Esses promovem maior compartilhamento de poder, tanto para a inovação quanto para o veto, e seu objetivo é decidir sobre assuntos e não pessoas. Nesse caso, recalls e consultas iniciadas pelo governo ou Legislativo estão excluídos (KAUFMANN; BÜCHI; BRAUN, 2010).

A democracia direta definida desta maneira introduz uma outra coordenada além das duas clássicas, participação e contestação, de Dahl. Para Altman (2012), esses mecanismos se diferenciam de outras formas de participação, como passeatas, assinatura de petições, mensagens aos parlamentares, greves de fome, etc. pelo fato de que estas procuram simplesmente mudar ou influenciar a decisão que é tomada pelas autoridades. A democracia

¹³ Vatter (2009) inclui a democracia direta nessa classificação proposta por Lijphart para fazer uma melhor distinção entre as democracias.

¹⁴ Um “veto player” é um ator individual ou coletivo que tem que concordar com a mudança do status quo legislativo. Pode ser institucional (como o Presidente, o Congresso), ou partidário (os partidos políticos que surgem dentro do sistema institucional). Aqueles que têm o poder de apresentar propostas do tipo “pegar ou largar” possuem o poder de “agenda setter” (TSEBELIS, 2009).

direta, no entanto, faz com que os cidadãos tornem-se os agentes decisores.¹⁵ Os dados empíricos provenientes de países da América Latina analisados pelo autor corroboram com essa ideia de que se trata de uma outra dimensão. Embora essa outra dimensão não sirva para definir se o país é democrático ou não, serve para diferenciar, entre os tipos de democracia, quais são mais ou menos democráticos.

As concepções intermediárias de democracia direta são aquelas que a definem como “todos los mecanismos de participación ciudadana que implican el voto (con la excepción de las elecciones) es decir, las consultas populares en sus diversas formas jurídicas (referendo, plebiscito y revocatoria de mandato)” (LISSIDINI, 2007a). Nesta pesquisa, interessa esta definição intermediária, que engloba também os plebiscitos iniciados pelo governo ou Parlamento. Apesar de terem menor influência dos cidadãos porque as autoridades determinam o que vai ser votado e a maneira como será formulada a pergunta, mesmo nesses MDDs os cidadãos ainda possuem o poder de vetar as propostas se acharem o status quo mais conveniente.

Por fim, as concepções maximalistas abarcam também “la participación ciudadana en las decisiones sobre el uso de los recursos fiscales (presupuesto participativo) y en el control de la política (como la defensoría del pueblo y la auditoría ciudadana)” (Ibidem, p.3), instrumentos que são bastante difíceis de serem incorporados em uma análise quantitativa.

Um mecanismo de democracia direta (MDD) é:

a publicly recognized institution wherein citizens decide or emit their opinion on issues – other than through legislative and executive elections – directly at the ballot box through universal and secret suffrage. [...] MDDs are composed of those mechanisms through which, after the representatives and the government are elected, the citizenry continues to be – voluntarily or involuntarily, explicitly or implicitly – a veto actor or a proactive player in the political process. (ALTMAN, 2010, p.7)

Embora alguns países como Equador, Chile, Colômbia, Panamá e Argentina, os MDDs fossem utilizados antes dos anos 90, e no Uruguai seja possível encontrar ocorrência desses mecanismos já em 1917, as origens da incorporação das instituições de democracia direta em Constituições de países latino-americanos que recentemente passaram a utilizar de forma ampla os MDDs, como a Venezuela e a Bolívia, foram as reformas realizadas na década de 90. Elas aconteceram devido ao fato de que

¹⁵ Altman (2012, p.7) considera as consultas iniciadas pelos cidadãos como os MDDs mais democráticos, acima, inclusive, das consultas obrigatórias pela Constituição ou por alguma lei: “I am not implying or advocating that citizens deciding directly is always desirable or wise. Nor am I arguing that decisions taken by CI-MDDs [citizen-initiated MDDs] are necessarily efficient, good, just, or that there is no tension between these decisions and representative institutions. Rather, I am claiming simply that such decision-making is more democratic”.

la crisis de los sistemas de partidos produjo un vacío creciente en el ámbito de la representación política, el cual fue llenado en algunos países por líderes neopopulistas que llegaron al poder criticando la democracia representativa y prometiendo solucionar los grandes problemas nacionales mediante el uso de la democracia participativa y de la relación directa con el pueblo. (ZOVATTO, 2007, p.10)

Assim, o processo de reforma das Constituições em parte dos países da América Latina incluiu “outsiders”, seja quando interesses políticos tradicionalmente excluídos controlaram o processo (novos partidos ou líderes neopopulistas), seja quando, por motivos de estresse institucional intenso, interesses habitualmente desconsiderados conseguiram capturar uma parte do poder sobre a reforma constitucional e a classe política tradicionalmente dominante foi forçada a oferecer a democracia direta como forma de evitar o colapso democrático (BARCZAK, 2001).

Os MDDS são canais de expressão da população fora das eleições regulares. Nos países latino-americanos, servem para diminuir a tensão produzida pela ausência de instituições representativas eficientes, fundadas em partidos estáveis e enraizados socialmente¹⁶. Muitas vezes, os cidadãos não votam nos MDDs pensando exclusivamente no assunto em questão, mas os utilizam para expressar sua frustração em relação à performance do governo ou em relação à política e aos políticos em geral. Ainda sim, os MDDs têm um papel importante como forma adicional de expressão política (ZOVATTO, 2006). Mesmo quando não promovem um debate democrático amplo e no curto prazo aumentam a polarização social, ao longo do tempo eles podem aumentar a aceitação das regras do jogo, como no caso venezuelano (WELP, 2008). Segundo Zovatto (2007, p.23), o uso desses mecanismos “no ha dado mayor protagonismo real a la sociedad civil. Esta ha desempeñado hasta la fecha, y sólo en unos pocos casos, más un papel de control y freno que de creación e innovación”, até porque, o uso de mecanismos iniciados pelos cidadãos no período ficou restrito a três países, dois deles com apenas um MDD desse tipo.

De qualquer modo, MDDs oferecem uma arena diferente, onde aqueles que sentem que perderam o jogo político ainda podem ganhar algumas batalhas. Isto poderia explicar a razão pela qual o Uruguai, por exemplo, não experimentou nenhuma grande crise social: “they created a channel through which citizens could express themselves and protest – for example, the neoliberal policies – in a formalized institutional framework” (ALTMAN, 2010,

¹⁶ Ainda que essas instituições existam, os eleitores podem, por exemplo, votar contra a recomendação do seu partido sem puni-lo de maneira direta, pois o MDD não determina se ele permanecerá no poder, a menos que seja um recall (VREESE, 2007b).

p.198). Quando usada de forma adequada, a democracia direta dá mais espaço às ideias, aspirações e opiniões políticas do povo, aumenta a participação e a qualidade da democracia e empodera a sociedade civil, gerando “un mayor compromiso de la ciudadanía con las decisiones de política pública ('politizando' a los ciudadanos)” (LISSIDINI, 2007a, p.16).

Pelo lado do governo, a democracia direta faz com que este responda melhor às preferências dos eleitores. No entanto, ela pode dificultar que pacotes de políticas sejam implementados e pode tornar o governo menos eficiente ou efetivo (BOWLER; GLAZER, 2008).

Mundialmente, MDDs são positivamente associados com o nível de democracia, a idade do regime, o tipo de herança de colonização e o número de MDDs usados nos países vizinhos no passado recente. Assim, quanto mais democrático um país, mais provável é que utilize MDDs (ALTMAN, 2010).

Na realidade, os MDDs são uma forma de execução de duas premissas da tradição liberal que constituem a base da democracia:

The first assumption is that if citizens are genuinely given the opportunity to evaluate the government's performance, they are in fact capable of doing so, possessing above all a relatively accurate perception of their own needs and preferences. The second assumption is that citizens, either alone or as part of a group, are the only possible judges of their own interests and needs; no third party can determine them. (DIAMOND, MORLINO, 2004, p.6)

A capacidade dos eleitores, junto com a sua confiança no regime, é discutida na próxima seção. Apesar de vários estudos que apontam que os cidadãos têm competência para fazer escolhas razoáveis nas votações dos MDDs, evidentemente os atores com mais capital cultural e riqueza têm mais poder para moldar as preferências dos cidadãos por determinadas políticas, como lembram Diamond e Morlino.

2.2 Apoio político à democracia e capacidade do eleitor

O apoio político à democracia, ou seja, as atitudes e os comportamentos dos cidadãos frente ao regime, é tratado como um conceito multidimensional que abrange cinco níveis: apoio à comunidade política, aos ideais do regime, à performance da democracia, às instituições e às autoridades. Esta confiança política não é homogênea em todas as suas

dimensões, tanto em países de industrialização avançada quanto em nações latino-americanas (NORRIS, 2011,1999; BOOTH, SELIGSON, 2009; DALTON, 2004).

Algumas dimensões são mais afetadas pela política cotidiana, outras permanecem iguais ainda que as avaliações dos cidadãos em relação aos políticos e às instituições piorem. Easton (1965) já chamava a atenção para a distinção entre o apoio político 1) difuso – derivado de um conjunto de orientações mais afetivas em relação à política e ao sistema político (resistente a mudanças, mais relacionado à legitimidade do sistema), e 2) específico – proveniente de avaliações mais relacionadas com as ações e a performance dos governos e das elites políticas.

As principais fontes de confiança política são: as experiências de socialização, que criam valores e orientações¹⁷, e os cálculos de custo-benefício, relativos ao modo como os atores políticos agem ou relativos ao funcionamento dos processos (DALTON, 2004). As hipóteses desta pesquisa são baseadas na relevância do segundo tipo de fonte de apoio político. A socialização é mais ligada ao apoio mais difuso à democracia, enquanto que as avaliações dos políticos e do regime, ao apoio específico.

As pessoas em geral, dentro das quais se incluem os latino-americanos, são aptas a separar os ideais da democracia da forma como ela funciona na prática (DÍAZ et al, 2006). Toma-se aqui por base a teoria da escolha racional: os cidadãos são capazes de fazer escolhas competentes, dentro de um contexto institucional que influencia suas atitudes. É evidente que os cidadãos, por mais interessados em política que sejam, não vão entender sobre todos os aspectos de uma política específica, mas assim como o diretor de uma empresa confia em fontes diferentes para se informar sobre diversos aspectos, os eleitores têm as suas fontes facilitadoras (ou atalhos) para ajudá-los a tomar decisões complexas. Competência e informação são coisas diferentes, pode-se chegar a uma escolha competente através da habilidade de se fazer previsões precisas sobre as consequências das escolhas sem que se tenha todos os dados necessários.

Comentaristas políticos, políticos de confiança, candidatos em campanha, grupos de interesse, partidos, ideologias, amigos ou outros líderes de opinião que pareçam ter conhecimento e interesses em comum dão pistas aos cidadãos para que estes consigam fazer opções razoáveis como se soubessem de todos os detalhes. As instituições ajudam quando,

¹⁷ Há algum indício de que essa fonte de apoio político é um fator menos definitivo na América Latina: em relação à preferência por regime democrático, autoritário ou à indiferença em relação aos regimes, não há variações por idade, “lo que niega las hipótesis sobre la importancia de la socialización, ya que las generaciones socializadas bajo la dictadura no serían más o menos autoritarias” (INFORME, 2010, p.25).

por exemplo, punem pela divulgação de mentiras e possibilitam aos eleitores discernir quais os interesses da pessoa que eles cogitam utilizar como atalho para fazer suas escolhas (DALTON, 2008a; LUPIA, JOHNSTON, 2001; LUPIA, MCCUBINS, 1998; POPKIN, 1994). Em um MDD, é necessário que o cidadão saiba simplesmente se a questão a ser votada melhora ou piora o status quo. Claro que esse assunto fica mais complexo quando várias medidas são votadas em bloco, como novas Constituições, mas nesse caso, o eleitor se guia pelos aspectos que considera mais essenciais.

No que diz respeito aos estudos que relacionam a capacidade de escolha dos cidadãos e democracia direta, Bowler e Glazer (2008, p.9), concluem que:

doubts about the capacity of voters seem related more to ideological disagreements over outcomes between observer and observed than to any innate voter inability. That is, outcomes in direct democracy elections may well reveal that voters have policy preferences different from analysts and academics and journalists, but the outcomes do not reveal that voters are confused or baffled.

As diferentes explicações para os cidadãos terem opiniões diversas ou mudarem suas atitudes em relação às diferentes dimensões do apoio político são exibidas na próxima seção.

2.3 Explicações para as mudanças no apoio político

2.3.1 Explicação institucionalista

Uma das explicações comuns para as percepções dos cidadãos em relação à democracia decorre dos desenhos institucionais. As normas das instituições podem estruturar comportamentos e atitudes, levando a diferentes resultados se o sistema é parlamentar ou presidencial, dependendo dos sistemas eleitorais, se o Estado é federal ou unitário, etc., especialmente por causa da maneira em que os vencedores e os perdedores das eleições são tratados durante os mandatos (ANDERSON ET AL. 2005; HENDERSON, 2004; LINDE, EKMAN, 2003; NORRIS, 1999; ANDERSON, GUILLORY, 19997).

Procurando pelos efeitos institucionais, essa pesquisa segue a proposta de Anderson et al. (2005) de inverter a causalidade da maior parte das pesquisas de comportamento político: focar nas eleições, nesse caso, nos MDDs (mas considerando também as eleições), como

variável independente, e nas atitudes, como apoio político, nesse caso, na percepção dos cidadãos sobre a responsividade governamental, as instituições e o Presidente, como variável dependente, para integrar o estudo do comportamento político com o estudo das instituições democráticas e da estabilidade das democracias.

Anderson e seus colegas fizeram essa sugestão porque eles chegaram à seguinte conclusão: mesmo que os cidadãos que votaram para partidos que perderam as eleições nacionais exibam atitudes mais negativas em relação às instituições democráticas, instituições diferentes moldam o quanto eles perdem – na medida em que eles são incluídos no processo de tomada de decisão – e afetam suas opiniões¹⁸. Regras eleitorais proporcionais, um grande número de veto players/ partidos no governo e federalismo possibilitam maiores oportunidades tanto para os vencedores quanto para os perdedores das eleições de serem representados na arena política e terem suas políticas públicas preferidas implementadas.

Colen (2010) analisando a confiança política na América Latina, com dados de 2005, conclui que as variáveis institucionais (geradas através da percepção dos eleitores agregadas) têm efeitos mais fortes do que as culturais. Isto embora estas últimas explicações tenham maior influência nos estudos latino-americanos sobre o apoio político.

MDDs permitem aos cidadãos um maior acesso ao processo político. Ainda que estes escolham não participar nessa chance extra de decidir sobre questões políticas, eles podem sentir que o governo é mais responsivo a eles se um MDD acontece. Diferente dos mecanismos de accountability retrospectivos, como as eleições, MDDs dão aos cidadãos oportunidade de influência prospectiva na política e, em alguns casos, influência na definição da agenda. Além disso, MDDs proporcionam mais uma chance de algumas instituições e autoridades se aproximarem dos cidadãos, tendo um papel ativo em todo o processo.

Segue a definição dos diferentes MDDs existentes, suas consequências para o processo democrático e, possivelmente, para a percepção dos cidadãos deste, das instituições e autoridades.

¹⁸ Norris (2011), trabalhando com outra base de dados em um período mais recente (2005–7), chega a suas conclusões baseada apenas nas respostas dos cidadãos sobre satisfação com a democracia (questão problemática discutida abaixo). A autora não encontrou o mesmo: os vencedores eram de fato mais satisfeitos do que os perdedores, mas as instituições de compartilhamento de poder não se mostraram como preditores para os níveis de satisfação com a democracia nas sociedades analisadas.

2.3.1.1 Desenho institucional: tipos de MDDs

Há muitas conceitualizações sobre como os diferentes tipos de MDDs devem ser classificados e diferenciados. Uma classificação, no entanto, somente é útil se fundada em pressupostos teóricos e se possibilita que as teorias possam ser colocadas à prova. Considerando-se seriamente a afirmação de que as instituições importam, é evidente que diferentes tipos de consultas levam a impactos diversos. Iniciativas populares em estados suíços e americanos que perguntam questões pouco salientes com regularidade (e conseqüentemente, com frequência têm uma participação eleitoral inferior à metade da população), não devem ser comparadas com os plebiscitos iniciados pelos governos sobre assuntos de relevância nacional (MENDELSON, CUTLER, 2000).

Neste estudo, parte-se da classificação proposta por Altman (2010). Esta considera aspectos como: se o MDD é obrigatório pela Constituição ou por lei¹⁹, quem iniciou o MDD, e se a ideia do voto é uma nova proposta ou a revogação de lei já aprovada. Classificação semelhante é utilizada por Vatter (2009) e Hug e Tsebelis (2002), porém estes últimos ressaltando quem tem o poder de formular a pergunta. Os MDDs estudados aqui são apresentados em ordem crescente do número de possíveis vetos²⁰ na tomada de decisões, o que produz decisões mais consensuais (HUG, TSEBELIS, 2002). Para diferenciar os dois casos em que um vetoplayer fica de fora e os dois casos em que todos são incluídos, considera-se que têm mais influência na percepção dos cidadãos aqueles que os mobilizam desde o começo, na coleta de assinaturas para a convocação do MDD.

1) *Plebiscitos Facultativos*: eles não são de convocação obrigatória e são propostos pelo Executivo ou Legislativo – por essa razão são chamados de “top-down”. Segundo Altman (2010), onde o sistema partidário é estável e institucionalizado, eles podem servir como: a) ferramenta de legitimação de políticas rigorosas de governos que querem evitar o

¹⁹ Leduc (2002), por exemplo, não diferencia MDDs de acordo com esta característica. Ele chama “referendo” ou “referendo constitucional” apenas quando o voto é iniciado por algum órgão do governo, como o Legislativo ou o Executivo, e o resultado é vinculado (isto é, as decisões subsequentes devem ser tomadas de acordo com o resultado). Quando os votos não são vinculados, eles podem ser chamados de “plebiscitos” ou “referendos consultivos”. Quando o mecanismo é iniciado por uma petição de cidadãos, é chamado de “iniciativa” ou “referendos iniciados pelos cidadãos”. Finalmente, o “referendo abrogativo” ou “veto popular” acontece quando os cidadãos, através de petições, forçam o voto a respeito de uma lei já aprovada. Rial (2000) também distingue entre procedimentos obrigatórios e facultativos.

²⁰ Hug e Tsebelis (2002) chamam de veto players atores que têm poder de veto dentro da arena legislativa normal, i.e., do sistema representativo.

preço político de adotar medidas conflitivas, por isso requerem demonstração de apoio público, isto é, são MDDs politicamente obrigatórios (ALTMAN, 2010; LEDUC, 2002b); b) como uma válvula de segurança para elites governantes que estão enfrentando a ameaça de um MDD iniciado pelos cidadãos – como o caso da Costa Rica em 2007, no qual a coleta de assinaturas contra o Tratado de Livre Comércio já tinha sido autorizada quando o Presidente Arias antecipou-se e demandou que o Parlamento chamasse um plebiscito (C2D); c) solucionar divisões internas na coalizão/partido governante (MOREL, 2001).

Entretanto, onde o sistema partidário é instável, eles podem ser utilizados para: a) passar por cima de outras instituições (frequentemente, o Congresso é contornado pelo Executivo), de leis existentes ou normas constitucionais (o MDD boliviano de 2004 sobre o gás e o MDD equatoriano de 2007 para formar uma Assembleia Constituinte são exemplos que não seguiram a legislação então vigente); b) aumentar a legitimidade dos líderes transformando-os em objeto de votação mais do que os próprios assuntos que deveriam ser votados – situação ocorrida em alguns casos analisados nos capítulos de interpretação dos modelos; c) construir consenso entre dois poderes diferentes, se ambos são responsáveis por chamar o plebiscito não-regulado – como o MDD da Colômbia, em 2003, sobre as 15 propostas de reformas constitucionais (ALTMAN, 2010; MOREL, 2001). Alguns detalhes podem ser encontrados listados abaixo em relação aos casos que ocorreram entre 1996 e 2010:

Quadro 1. Plebiscitos facultativos

País- Ano	Assuntos	Resultado/ Votos válidos no “sim” (%)	Quorum requirido/ Participação eleitoral (%)
1. Equador – 26 nov. 1995 – efeito em 1996	1) Descentralização das questões sociais e ambientais; 2) Privatização do Instituto de Seguridade Social; 3) Distribuição equitativa dos recursos entre as províncias; 4) Proibição de greve no setor público; 5) Possibilidade de o Presidente dissolver o Congresso; 6) Mandato de quatro anos para os deputados com voto distrital uninominal; 7) Mandato de dois anos para Presidente e Vice-Presidente do Congresso, eleitos por votação secreta; 8) Incorporação pelo Legislativo das propostas em 90 dias. 9) Reformas judiciais; 10) Garantias para os servidores públicos; 11) Estabelecimento de uma Corte Constitucional.	Rejeitado 1) 44,53 2) 39,68 3) 44,94 4) 39,69 5) 37,55 6) 39,95 7) 43,17 8) 43,57 9) 40,18 10) 43,94 11) 39,77	Não 1) 58,64 2) 58,64 3) 58,63 4) 58,62 5) 58,61 6) 58,65 7) 58,66 8) 58,63 9) 58,67 10) 58,63 11) 58,65

2. Equador – 25 maio 1997	1) Destituição do Presidente Abdala Bucaram; 2) Fabian Rivera como Presidente no período de transição; 3) Criação de uma Assembleia Constituinte; 4) Eleições populares para isto; 5) Limitação dos gastos em campanhas; 6) Possibilidade de modificação da lista de candidatos; 7) Eleições presidenciais em um ou dois turnos; 8) Cancelamento de partidos que não consigam alcançar 5% dos votos em duas eleições seguidas; 9) Suprema Corte composta de representantes dos partidos mais influentes; 10) Parlamento indica a composição da direção das estatais; 11) Modernização da Justiça; 12) Indicação das autoridades judiciais pela Suprema Corte; 13) Destituição de qualquer eleito que não cumpra a lei; 14) Implementação das reformas dentro de 60 dias.	Aprovado 1) 75,76 2) 68,37 3) 64,58 4) 59,85 5) 69,87 6) 48,27 7) 61,30 8) 68,45 9) 58,67 10) 50,75 11) 60,73 12) 55,97 13) 60,25 14) 66,88	Não 1) 59,25 2) 59,22 3) 59,19 4) 59,12 5) 59,21 6) 59,13 7) 59,13 8) 59,20 9) 59,17 10) 59,16 11) 59,14 12) 59,14 13) 59,13 14) 59,11
3. Venezuela – 25 abr. 1999 – efeito em 2000 ²¹	1) Concordância com a proposta do Executivo de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte; 2) Formação de Assembleia para transformar o Estado e criar uma nova ordem institucional que permitisse o funcionamento de uma democracia social e participativa.	Aprovado 1) 86,50 2) 92,36	Participação de 25% 37,37
4. Venezuela - 3 dez. 2000 – efeito em 2001	Remoção dos diretores sindicais de suas posições para serem substituídos por dirigentes escolhidos em votações supervisionadas pelo Tribunal Eleitoral. Até então, a renovação das lideranças acontecia sem eleições.	Rejeitado 69,40	Participação de 25% 23,50
5. Colômbia - 25 out. 2003 – efeito em 2004	1) Banir da vida pública condenados por crime de corrupção; 2) Voto nominal no Congresso; 3) Abolição do legislador substituto; 4) Participação dos representantes de todos os níveis na formulação e controle do orçamento nacional; 5) Funções administrativas do Legislativo realizadas por um órgão privado ou público independente; 6) Dissolução do Congresso bicameral e convocação de novas eleições para um legislativo unicameral; 7) Código ético rigoroso, com revogação de mandato em caso de ausência reiterada nas sessões, compra de votos, etc; 8) Limitação dos salários do setor público e pensões ao máximo de 25 salários mínimos; 9) Abolição dos auditores municipais ²² ; 11) Proibição de alocações orçamentárias específicas para projetos promovidos por legisladores; 13) Realocação de royalties para educação, tratamento de água e esgoto e fundos de pensão; 14) Congelamento de gastos operacionais por dois anos e das pensões e salários acima de dois salários mínimos; 15) Requerimento de 2% de votos para registro dos partidos; 18) Promulgação imediata das reformas aprovadas.	Aprovado 1) 93,33 Rejeitado 2) 94,35 3) 93,27 4) 86,52 5) 93,60 6) 93,00 7) 94,71 8) 90,06 9) 90,57 11) 93,57 12) 93,87 13) 93,39 14) 80,28 15) 91,06 18) 93,71	Participação de 25% 1) 25,11 2) 24,82 3) 24,97 4) 24,52 5) 24,16 6) 22,85 7) 22,76 8) 24,82 9) 24,48 11) 24,36 12) 24,09 13) 24,68 14) 24,38 15) 23,91 18) 23,31
6. Bolívia – 18 jul. 2004 – efeito em 2005	1) Revogar as políticas relativas aos hidrocarbonetos do Presidente anterior (exportar gás através do Chile); 2) Retomar a posse estatal dos poços de hidrocarbonetos; 3) Re-estatizar a companhia de petróleo, readquirindo as ações da companhia que era do povo boliviano;	Aprovado 1) 86,64 2) 92,19 3) 87,31	Voto obrigatório 1) 60,08 2) 59,89

²¹ Este plebiscito deve ter influenciado menos as respostas da survey seguinte do que o mandatário que ocorreu em 15 de dezembro de 1999.

²² Quatro questões foram consideradas inconstitucionais, como a dez, e não chegaram a ir à votação.

	4) Usar o gás como recurso estratégico para conquistar soberania e uma rota de acesso ao Oceano Pacífico; 5) Exportar gás como política para assegurar a industrialização do gás no território nacional; impostos de até 50% do valor da produção do petróleo e do gás para as companhias petrolíferas; recursos provenientes do gás principalmente para a educação, saúde, estradas e empregos.	4) 54,80 5) 61,74	3) 59,89 4) 59,89 5) 59,87
7. Brasil – 23 out. 2005 – efeito em 2006	Lei aprovada em dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento, previa que a comercialização de armas de fogo e munição seria proibida, desde que fosse aprovada pelo voto popular.	Rejeitado 36,06	Voto obrigatório 78,15
8. Equador – 26 nov. 2006 – efeito em 2007 ²³	1) Melhorias para a saúde; 2) Plano de dez anos para a educação; 3) Alocação do excedente de recursos petrolíferos para políticas sociais e econômicas.	Aprovado 1)89,60 2) 91,59 3)88,63	Não 1)73,95 2)74,24 3)73,94
9. Equador – 15 abr. 2007	Convocação de Assembleia Constituinte para transformar as estruturas institucionais e desenvolver nova Constituição.	Aprovado 86,80	Não 71,31
10. Costa Rica - 7 out. 2007 - efeito em 2008	Tratado de Livre Comércio com a América Central, a República Dominicana e os Estados Unidos.	Aprovado 51,23	Participação de 40% 59,24
11. Bolívia - 10 ago. 2008	Plebiscito revocatório, proposto pelo próprio Presidente, com formulação referendatária sobre seu mandato, e também sobre o dos governadores: “Você concorda com a continuação do processo de mudança liderado pelo Presidente Evo Morales Ayma e pelo Vice-Presidente Álvaro García Linera?”.	Aprovado 67,41	Número de votos maior do que o que ganhou nas eleições 83,28

Devido às características citadas, majoritariamente negativas “plebiscites have produced a deeper aversion than any other type of MDD”, por seu risco de manipulação (ALTMAN, 2010; SERDULT, WELP, 2012). No entanto, os plebiscitos politicamente obrigatórios (isto é, não constitucionalmente mandatórios), que podem ser positivos para a democracia, constituem metade dos plebiscitos facultativos estudados por Morel (2001) em democracias consolidadas. O autor afirma, inclusive, que a utilização de plebiscitos como solução para divisões internas na coalizão governante não é inerentemente anti-democrática.

Da mesma forma que na América Latina – excluindo o caso uruguaio –, nas democracias consolidadas – deixando de fora Suíça, Austrália e Itália –, os MDDs iniciados pelo governo são a forma dominante de MDDs (MOREL, 2001). Na região e no período abordados nesta pesquisa, no entanto, junto aos plebiscitos facultativos, os mandatórios foram utilizados em igual quantidade – cada tipo foi empregado em onze oportunidades.

²³ Juntamente com o plebiscito facultativo descrito logo abaixo.

Breuer (2009a) critica a própria nomenclatura utilizada. A autora prefere chamá-los de referendos facultativos iniciados pelo governo, para que eles não carreguem a conotação negativa causada pelos plebiscitos napoleônicos realizados sem nenhuma base legal preexistente, ou seja, ao sabor de um agente político particular, muito distintos das consultas populares regulamentadas constitucionalmente, iniciadas pelas autoridades governamentais.

Fato é que os plebiscitos facultativos eliminam outros veto players (em geral, outros partidos do Governo ou o Parlamento como um todo) porque o mesmo ator, seja ele do Governo ou do Legislativo, controla a convocação do MDD e a formulação da proposta a ser votada. No entanto, esse Governo foi eleito pela maioria dos cidadãos que compareceram para votar, de forma que tem mais legitimidade para propor votações diretas do que o pequeno grupo de cidadãos ou o grupo de interesses que conseguiu levar adiante o processo de uma iniciativa popular, o MDD abordado a seguir.

2) *Iniciativas populares*: são facultativas e propostas por um grupo de cidadãos. Também são chamadas “bottom-up” ou “iniciativas cidadãs”. Neste tipo, os cidadãos (ou grupos organizados) têm o poder de formulação da agenda. Os proponentes de determinada medida têm que coletar um número mínimo de assinaturas do eleitorado (cada país tem um limiar diferente) e encaminhá-las para a autoridade eleitoral. Se o número necessário de assinaturas é validado, o MDD é convocado.

Ainda que iniciativas populares estejam incorporadas na maioria das Constituições da América Latina, na maior parte dos países, elas não foram regulamentadas ainda (não possuem lei específica necessária para tornar sua utilização efetiva), não podem se referir a questões orçamentárias ou fiscais, e são vinculantes apenas na Colômbia, Costa Rica, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Em alguns países tais quais o Brasil e a Guatemala, esse mecanismo é filtrado por outra instituição, como o Congresso, que decide se leva a consulta adiante ou não.

Entretanto, dependendo das regras estabelecidas, esses MDDs podem ser manipulados por corporações poderosas ou utilizados por líderes populares que não podem ou não querem convocar um plebiscito facultativo. Um exemplo é o caso colombiano: em 2008, ocorreu uma coleta de assinaturas para tentar permitir segunda reeleição ao Presidente Álvaro Uribe. Em outras palavras, Serdult e Welp (2012) constataram, ao analisar iniciativas cidadãs de todo o mundo, que “some bottom-up direct democracy practices could exhibit a similar pattern to top-down direct democracy, with a government controlling or even creating social

movements to promote an initiative oriented toward reinforcing its power”. Na América Latina, isto não acontece com frequência: além do fato de o uso desse MDD específico ser bem raro, ele foi na maioria das vezes apoiado por partidos da oposição, como se pode ver no quadro a seguir:

Quadro 2. Iniciativas Populares

País-ano	Assuntos	Resultado / Votos válidos no “sim” (%)	Quorum requerido/ Participação eleitoral (%)
1. Uruguai - 31 out. 2004 - efeito em 2005	Água como bem público e sob a administração pública. Foi uma resposta à carta de intenções escrita pelo governo do Uruguai para o Fundo Monetário Internacional (FMI), na qual o país comprometia-se a privatizar o suprimento de água e saneamento.	Aprovada 64,61	10% para iniciar e participação de 35% 89,61
2. Bolívia - 2 jul. 2006	Autonomia departamental. O processo começou no início de 2005, no governo do Presidente Carlos Mesa, com a mobilização de lideranças das regiões mais ricas do país. Com sua renúncia, a votação aconteceu no governo de Evo Morales. Foi aprovado pela população de quatro departamentos, mas no âmbito nacional, o “não”, apoiado pelo chefe do Executivo, venceu. A oposição tentou argumentar que o “sim” era vinculante para seus departamentos. ²⁴	Rejeitada 42,41	6% para iniciar / voto obrigatório 84,51
3. Uruguai - 25 out. 2009 - efeito em 2010	Anulação da lei da Anistia, escrita para proteger os militares envolvidos em abusos dos direitos humanos durante a ditadura que aconteceu no país, entre 1973 e 1984. Já tinha sido votada em 1989. Seis dias antes das votações, a Suprema Corte do Uruguai declarou-a inconstitucional, de forma que a consulta perdeu o sentido.	Rejeitada ²⁵ 47,36	10% para iniciar e participação de 35% 89,85
4. Peru - 2 out. 2010 ²⁶	Retomada do dinheiro do Fondo Nacional de la Vivienda (FONAVI) – dissolvido em 1998 pelo Presidente Fujimori para pagar as dívidas da nação –, pelos trabalhadores que contribuíram para ele. Em 2002, a Corte Constitucional declarou sua dissolução ilegal. Os que foram contribuintes do fundo coletaram assinaturas, já em 2006, para uma lei sobre a restituição desses recursos, depois de uma tentativa a esse respeito falhar no Congresso.	Aprovada 66,47	10% para iniciar e participação de 30% / voto obrigatório 83,53

Esses MDDs podem ser um poderoso instrumento de sincronização entre políticos e cidadãos, ajudando a evitar a super-institucionalização (forçando os partidos a considerarem

²⁴ A própria redação da pergunta, como se verá mais a frente, dava margem para que essa interpretação fosse feita.

²⁵ Foi rejeitada junto ao plebiscito mandatório mencionado abaixo.

²⁶ Este MDD, como em quase todas as classificações dessa tese teria efeito em 2011, com exceção dos modelos que utilizam o indicador de efeitos ponderados, que não permite que se diga nada específico em relação a ele, não será abordado em maiores detalhes.

seriamente as preferências dos cidadãos ou pelo menos tomar uma posição em relação ao assunto em questão). A iniciativa popular do Uruguai de 2004, sobre a água como um bem público, é um exemplo (ALTMAN, 2010).

Lijphart (2008) diz que a iniciativa popular é um instrumento majoritário que pode ser utilizado contra os mais fracos, como o caso do MDD da Bolívia de 2006 sobre a autonomia departamental. No Uruguai, país em que esse tipo de MDD foi mais empregado na América Latina, as iniciativas populares ajudaram apenas cidadãos organizados, por causa da enorme quantidade de recursos sociais, econômicos e políticos necessários para fazer uma campanha nacional de coleta de assinaturas (ALTMAN, 2010). No entanto, que os grupos têm diferentes capacidades relativas a conhecimento, financiamento e mobilização (LISSIDINI, 2007a), pode ser dito também a respeito da atuação dos partidos nos Parlamentos e eleições.

O tipo de propostas e o modo como se dá a coleta de assinatura depende de quanto é o percentual necessário de eleitores endossando a iniciativa popular para que esta seja levada à votação. Grupos que têm uma base mais ampla vão coletar as assinaturas principalmente através de voluntários e, provavelmente, vão submeter propostas moderadas, porque assim encontram apoio suficiente na população. Grupos de interesses específicos, por sua vez, frequentemente contratam pessoas para coletar as assinaturas e, em função disso, podem fazer propostas mais radicais (GERBER, 1999). Os casos uruguaio de 2004-5 parecem ilustrar a primeira situação, enquanto que o caso boliviano, a segunda. De qualquer forma, no entanto, as políticas devem ser mais próximas da preferência do eleitor médio do que do status quo para que sejam aprovadas.

Dado que países com previsões para iniciativas populares têm seu potencial de mudança aumentado – ao reduzir o poder dos partidos no Congresso – não é uma surpresa que poucos países tenham essas previsões. Assim como os plebiscitos facultativos, as iniciativas populares eliminam *veto players* do processo legislativo (partidos do governo) porque o mesmo ator (os cidadãos) controla a convocação do MDD e a formulação da proposta a ser votada, permitindo uma maior participação dos cidadãos na política, mas levando a políticas menos consensuais do que os próximos dois tipos de MDDs.

3) *Plebiscitos mandatórios*: também chamados de obrigatórios ou regulados, eles são requeridos por lei e normalmente acompanham reformas constitucionais²⁷. Em sistemas

²⁷ Por vezes são agrupados no conjunto “top-down” porque embora não seja facultado aos atores políticos decidir sobre sua ocorrência, estes estão conscientes da obrigatoriedade da convocação do MDD. No entanto, eventualmente, um processo de reforma pode iniciar em um governo e o MDD ser realizado em outro mandato, que pode inclusive ser de oposição.

partidários institucionalizados, eles servem como uma ferramenta de legitimação para mudanças constitucionais e como mecanismos de sincronização entre políticos e cidadãos – o MDD uruguaio de 1996, sobre os as reformas eleitorais é um exemplo. Quando esse não é o caso, eles ainda podem ser usados como uma janela de oportunidade para desafiar presidentes ou reformas constitucionais: plebiscitos mandatórios não facilitam mais a aprovação de novas Constituições. No máximo, o resultado será o mesmo do que se o MDD não tivesse ocorrido. O principal exemplo de tentativa de reforma constitucional via plebiscito obrigatório que fracassou foi o caso da Venezuela em 2007 – alguns detalhes podem ser encontrados no quadro abaixo:

Quadro 3. Plebiscitos mandatórios

País-ano	Assunto	Resultado / Votos válidos no “sim” (%)	Quorum requerido/ Participação eleitoral (%)
1. Uruguai - 8 dez. 1996 - efeito em 1997	Várias reformas constitucionais eleitorais, tratamento de drogados e comércio exterior.	Aprovado 52,20	Voto obrigatório 85,90
2. Panamá - 30 ago. 1998 - efeito em 2000	Reformas constitucionais para permitir a reeleição de Presidente, mais independência econômica para o Tribunal Eleitoral e a eliminação do direito dos partidos de pedir os mandatos parlamentares de volta.	Rejeitado 34,98	Não 63,39
3. Guatemala - 16 maio 1999 - efeito em 2000	Doze reformas constitucionais sobre os acordos de paz que encerraram a Guerra Civil em 1996 e outras reformas incluídas pelo Congresso, divididas em: 1) Nação e direitos sociais (9 itens); 2) Reforma do Legislativo (8 itens); 3) Reforma do Executivo (10 itens); 4) Reforma jurídica (19 itens).	Rejeitado 1) 47,21 2) 41,40 3) 42,91 4) 45,91	Não 1) 18,57 2) 18,58 3) 18,58 4) 18,58
4. Uruguai - 31 out. 1999 - efeito em 2000	1) Limitação de servidores públicos que podem concorrer a cargos eletivos; 2) Autonomia financeira das Cortes.	Rejeitado 1) 38,09 2) 43,09	Participação de 35% 91,70
5. Venezuela - 15 dez. 1999 - efeito em 2000 ²⁸	Nova Constituição. Questões principais: nome oficial de República Bolivariana da Venezuela; mandato presidencial de cinco anos e possibilidade de uma reeleição; Parlamento unicameral (abolição do Senado); possibilidade de o Presidente dissolver o Parlamento e nomear o Vice-Presidente; estabelecimento da Suprema Corte; Comitê Eleitoral e Conselho Moral da República como órgãos governamentais; Banco Central responsivo ao Parlamento; evasão de impostos como crime; indústria petroleira estatal; reconhecimento dos direitos indígenas; consulta popular sobre qualquer assunto de	Aprovado 71,78	Participação de 25% 44,05

²⁸ Este plebiscito deve ter influenciado mais as respostas do que o facultativo ocorrido em 25 abr. 1999.

	acordo com as decisões do Legislativo (2/3 dele), Executivo ou 1/10 do eleitorado (excluindo impostos, orçamento, anistias e direitos humanos); tratados internacionais que envolvam soberania requerem plebiscito ou referendo iniciado por 1/20 do eleitorado; emendas constitucionais através de plebiscitos mandatários requeridos por 30% do Parlamento, 15% do eleitorado ou pelo Presidente; formação de Assembleia Constituinte quando requerida por 2/3 dos conselhos locais, o Presidente ou 15% do eleitorado. (C2D)		
6. Panamá - 22 out. 2006	Ampliação do Canal do Panamá.	Aprovado 77,80	Não 43,32
7. Venezuela - 2 dez. 2007 - efeito em 2008	69 reformas, divididas em dois blocos (um de 46 e o outro de 23 medidas) sobre: ilimitada reeleição para Presidência, mandato presidencial de sete anos, diminuição das horas de trabalho, novas formas de propriedade (social, coletiva, mista), cancelamento da autonomia do Banco Central, inclusão de mais pessoas no Sistema de Seguridade Social, financiamento público de campanha, aumento do número de assinaturas necessárias para chamar recalls e iniciativas populares, substituição dos princípios sócio-econômicos por princípios socialistas, anti-imperialistas, humanistas, mais poder ao Presidente.	Rejeitado 49,30 48,94	Participação de 25% 55,88 55,72
8. Equador - 28 set. 2008	Aprovação da nova Constituição, cujos principais assuntos eram: República presidencial, Parlamento unicameral, possibilidade de uma reeleição imediata para Presidente, o chefe do Executivo decide sobre as políticas monetárias e pode dissolver o Parlamento uma vez em cada mandato, a educação e o sistema de saúde devem ser gratuitos, proibição de bases militares estrangeiras, proteção constitucional ao meio ambiente, plebiscito presidencial.	Aprovado 69,46	Voto obrigatório 75,81
9. Bolívia - 25 jan. 2009	1) Aprovação da nova Constituição, Questões sobre a extensão máxima das terras: 2) 10.000 hectares ou 3) 5.000 hectares.	Aprovado 1) 61,43 3) 80,65	Não 1) 90,24 3) 90,14
10. Venezuela - 15 fev. 2009	Possibilidade de reeleição para Presidente (já votada junto com outras questões em 2007 e então rejeitada), legisladores, governadores e prefeito.	Aprovado 54,87	Participação de 25% 70,35
11. Uruguai - 25 out. 2009 - efeito em 2010	Direitos eleitorais de cidadãos imigrados.	Rejeitado ²⁹ 36,93	Participação de 35% 89,85

Há algum consenso sobre a utilização deste tipo MMD como uma boa fonte de legitimação de reformas constitucionais, tratados internacionais ou mudanças territoriais (SERDULT, WELP, 2012).

²⁹ Foi rejeitada junto à iniciativa popular mencionada acima, porém teve percentual de apoio ainda menor.

Lijphart (1999) diz que se a aprovação pela maioria em um MDD é o único procedimento requerido para uma emenda constitucional, o MDD serve como um instrumento majoritário (entretanto, o único exemplo desse tipo foi o MDD extra-constitucional do Presidente De Gaulle na França); se o MDD é prescrito em adição à aprovação legislativa, as emendas são na verdade mais difíceis de serem adotadas, e este serve como instrumento consensual.

Em uma linha semelhante, Hug e Tsebelis (2002) sustentam que “a majority of voters will not be worse off due to required referendums, because required referendums rule out elements of the parliamentary win-set that are worse than the status quo for a majority of voters”. Ou seja, sabendo que haverá uma consulta pela frente, os parlamentares devem retirar da discussão propostas que os agradam mas que estão conscientes de que o eleitorado prefere o status quo a elas.

Em outras palavras, se uma decisão parlamentar tem que ser ratificada pela população, o resultado deverá estar localizado na intersecção do espaço de possíveis combinações das preferências parlamentares com o ponto das preferências da maioria dos cidadãos. O resultado da introdução dos cidadãos como outro ator com possibilidade de veto no processo decisório torna mais difícil a alteração do status quo, porém, faz com que os resultados finais aproximem-se mais das preferências do eleitor médio.

4) *Referendos Facultativos*³⁰ (*Recalls incluídos*³¹)³²: a diferença entre as iniciativas populares e os referendos facultativos é que os últimos tentam voltar ao status quo recentemente modificado através da revogação de uma lei aprovada há pouco pelo Parlamento. Apenas no Uruguai esse tipo de MDD ocorreu. Existem provisões efetivas para eles somente na Colômbia, Costa Rica e Venezuela. Em outros países, as Constituições não especificam os termos da sua implementação e não há lei regulamentando-os (ALTMAN, 2010). Um exemplo é o MDD de 2003 sobre a retomada do monopólio estatal dos combustíveis.

O recall, por sua vez, é uma instituição que permite aos cidadãos demitir e substituir uma autoridade eleita. Altman (2010) classifica-os como iniciativas populares. No entanto, recalls têm a mesma ideia de revogação que os referendos facultativos. Por essa razão, nesta

³⁰ Frey e Stutzer (2006) diferenciam entre referendos (MDDs iniciados pelos cidadãos) e plebiscitos (MDDs top-down).

³¹ Smith e Tolbert (2004) classificam o MDDs bottom-up em: iniciativa, referendo e recalls.

³² Hug e Tsebelis chamam de veto popular.

pesquisa eles são categorizados como referendos³³. Um recall do mandato do Presidente Hugo Chávez aconteceu na Venezuela em 2004.

Quadro 4. Referendos facultativos

País-ano	Assuntos	Resultado / Votos válidos no “sim” (%)	Quorum requerido / Participação eleitoral (%)
1. Uruguai - 2002 – efeito em 2003	Caso de ameaça bem-sucedida de referendo para manter a ANTEL (empresa de telefonia) totalmente pública. O governo aprovou a lei para que o referendo não fosse à votação depois de ter as assinaturas necessárias validadas.	Aprovado	25% para iniciar
2. Uruguai - 7 dez. 2003 - efeito em 2004	Monopólio estatal dos combustíveis. A ideia era revogar a lei (de 4 jan. 2002) que tornou possível que a Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Pórtland (ANCAP) associasse-se com empresas privadas.	Aprovado 63,72	25% para iniciar 81,86
3. Venezuela - 15 ago. 2004 - efeito em 2005	Recall. A coleta de assinaturas pelos cidadãos começou em 2003, mas a validação destas foi discutida por meses, somente sendo aceita na terceira tentativa da oposição (na primeira, o mandato ainda não estava na sua segunda metade, sendo, portanto, inconstitucional). A revogação do mandato foi negada por um percentual maior de votos do que o que elegeu Chávez em 2000.	Rejeitado 40,75	20% para iniciar e participação de 25% do eleitorado 69,97

Nesses referendos facultativos, eleitores chamam uma votação para desafiar uma lei aprovada pelos representantes, isto é, trata-se de uma forma clara de compartilhamento do poder. Mesmo que falhe, esse MDD força a maioria a pagar o preço da campanha. Assim, a possibilidade de convocar um referendo já é um estímulo para considerar-se as preferências das minorias (LIJPHART, 2008). Ou seja, da mesma forma que plebiscitos mandatórios, a ameaça de referendo leva o resultado final da política votada pelo Legislativo a estar mais próximo da preferência do eleitor médio. Já a concretização do referendo pode ter efeitos negativos para o Legislativo e para o Executivo pois aprovaram uma lei que desagradava boa parte do eleitorado.

Segundo Dicey (apud QVORTRUP, 2005), os referendos ou plebiscitos mandatórios podem ser vistos como uma proteção do povo em relação aos políticos eleitos. O sistema representativo seria inclusive fortalecido, já que “the elected politicians would be more

³³ Há, entretanto, uma diferença: enquanto o referendo é uma reação à ação do Parlamento, o recall é uma reação ao Executivo. No caso dos modelos de aprovação presidencial, por exemplo, pode ser que o recall seja mais importante do que os outros referendos.

susceptible to the views of the citizens if the fate of controversial laws ultimately depend on the consent of the majority of the voters”. Eles podem até “stand in the way of salutary reforms, but it may on the other hand delay or forbid innovations condemned by the weight both of the uneducated and of the educated opinion” (Ibidem, p.51).

Ainda que os plebiscitos facultativos e mandatórios dêem aos eleitores um poder de veto sobre assuntos controversos, eles não ajudam “the people to set their own agenda or to express their own view on what *they* regarded as impertinently unrepresentative measures” (ALTMAN, 2010, p.99), o que acontece com a iniciativa popular e referendo.

O problema é que se a democracia se move em direção a uma maior influência dos cidadãos, especialmente se o limiar para convocar o voto em uma iniciativa popular é pequeno, isto pode reforçar a fragmentação dos interesses políticos. Mais grupos de interesse pressionando por suas preocupações específicas através de iniciativas populares exacerba as tensões da governança atual já complexa. As democracias contemporâneas sofrem da ausência de instituições e processos que agreguem e equilibrem interesses divergentes em programas coerentes e aceitáveis (DALTON, 2004). A utilização desmesurada de MDDs bottom-up, no entanto, não é um problema que os latino-americanos têm que enfrentar. Mesmo o Uruguai, o único caso com mais de uma ocorrência no período de 15 anos, teve apenas quatro dessas votações, nada que se compare às dezenas de propostas que os cidadãos da Califórnia votam por eleição.

Ainda, outras questões relativas ao desenho institucional dizem respeito ao número de assinaturas necessárias para que os MDDs iniciados pelos cidadãos sejam convocados, o tempo disponibilizado para a coleta de assinaturas e entre o MDD ser oficializado e a votação (quanto menos tempo, menos integração social ocorre), quais as regras para o envolvimento do Parlamento e do Governo, tipo de maioria necessária e obrigação de determinada participação eleitoral (o que inibe a comunicação, pois é mais fácil derrotar uma medida convencendo eleitores a não votar do que garantir uma maioria contra esta mesma medida), como se dá o debate público (questão do financiamento de campanhas), restrição de assuntos que podem ser levados a esse tipo de votação e consequências legais da consulta (KAUFMANN, BUCHI, BRAUN, 2010).

Infelizmente, não é possível incluir todas essas variáveis na análise quantitativa. Além disso, teoricamente, o requerimento de quorum mínimo de participação e a necessidade de maiorias qualificadas produz decisões mais consensuais (VATTER, 2009). No entanto,

essas exigências tornam a ameaça de um MDD bottom-up menos efetiva (porque dificultam sua possível aprovação), o que faz com que as posições de alguns atores sequer sejam consideradas na deliberação do Parlamento (HUG, TSEBELIS, 2002)³⁴. Isto é, a estipulação do quorum necessário pode acabar sendo mais importante quando se trata de MDDs convocados pelos cidadãos do que os propostos pela elite política.

Na medida em que essas informações estão disponibilizadas, elas serão consideradas para análise de casos discrepantes. Algumas delas, inclusive, constam nos quadros apresentados acima. Outro aspecto a ser considerado na influência que um MDD pode ter na avaliação dos cidadãos sobre a eficácia do voto, os partidos políticos, o Parlamento e o Presidente diz respeito às questões envolvidas na votação, discutidas abaixo.

2.3.1.2 Natureza das questões em pauta

Diferindo de Altman (2010), questões sobre itens diversos votadas no mesmo dia, se pertencentes ao mesmo tipo de MDD, são consideradas um mesmo evento. Muitas questões perguntadas separadamente no mesmo MDD podem envolver menos assuntos do que a aprovação de uma nova Constituição, o que na classificação de Altman conta como apenas um MDD. Esse modo de pesar os casos³⁵ termina por dar muito mais relevância aos MDDs com várias perguntas: o MDD Colombiano de 2003 conta como 15 MDDs (15 questões foram apresentadas); mas as 69 reformas propostas pelo MDD Venezuelano de 2007, porque os assuntos foram agrupados em dois blocos de questões, contam como dois. Além disso, mesmo que os votos no mesmo dia sejam sobre assuntos não relacionados (da mesma forma que diferentes partes de uma nova Constituição dizem respeito a assuntos diversos), essas questões estão ligadas à mesma campanha e ao mesmo contexto político, social e econômico.

Na realidade, em um trabalho posterior, em que Altman (2012) conecta o apoio dos cidadãos à democracia e sua satisfação com o regime a iniciativas cidadãs, referendos e plebiscitos mandatórios, o autor diz que simplesmente contar o número de MDDs não é razoável se o objetivo é medir quanta democracia direta há em um país por causa do efeito

³⁴ No seu estudo, entretanto, Hug e Tsebelis não consideram as diferenças de quorum requerido, assumindo que todos são maiorias simples.

³⁵Peterlevitz (2011) faz o mesmo.

que a simples ameaça de cidadãos convocarem um MDD pode ter. Ao mesmo tempo, ele lembra também que até a realização de um MDD desse tipo no país, somente a inclusão da possibilidade na legislação nacional pode ser considerada “letra morta”.

Como os bottom-up, aqueles MDDs em que a elite política pode perder o controle sobre algumas decisões para os cidadãos, são apenas seis casos dos 25, somado ao fato de que em três dos quatro países que tiveram esses MDDs só houve um caso (isto é, primeira ocorrência e ocorrência de MDDs estão fortemente correlacionadas), além de terem legislação recente sobre esse tipo de mecanismo, optou-se por utilizar a realização de fato dos MDDs e não a possibilidade presente nas Constituições. Considerar várias perguntas como um único evento, no entanto, não quer dizer que a quantidade e a relevância dos assuntos votados não seja levada em conta.

Para avaliar a importância do MDD, a contagem do número de questões votadas e a avaliação da saliência delas através da cobertura midiática são duas opções que têm sido empregadas nos estudos que medem seu impacto no comparecimento eleitoral (LACEY, 2005). Os casos de MDDs analisados aqui apresentam dois assuntos ou menos, e três assuntos ou mais. Em vez de olhar para a cobertura midiática para aferir saliência (porque se apenas um assunto é votado em um dia, a primeira página dos principais jornais o mencionarão, utilizando um amplo espaço, ainda que não seja um assunto tão relevante), estudos de casos realizados por diferentes autores sobre os MDDs são usados para avaliar a importância dos assuntos para a população em geral, além das informações disponibilizadas na base de dados do Centre for Research on Direct Democracy (C2D).

Ainda no que diz respeito aos assuntos, este estudo também incorpora a diferenciação de Zovatto, Lizarro, Marulanda e Gonzales (2004): se o MDD é relacionado a assuntos ou a pessoa/político. Nessa categoria, também foi incluído o voto para convocar uma Assembleia Constituinte, porque a decisão não está relacionada a qualquer medida específica e não se trata de decisão final sobre qualquer assunto. Nesse caso, o MDD pode assemelhar-se a uma eleição. Abaixo se pode conferir os MDDs de que países e em que anos foram classificados como pertencendo a determinado grupo de assuntos. Na interpretação dos modelos a partir do capítulo 4 também é possível encontrar informações que justificam essas categorias com a bibliografia existente relacionada a cada caso de MDD.

Quadro 5. Natureza dos assuntos dos MDDs latino-americanos³⁶

	Presidente/ Convocação de Assembleia	Poucos menos relevantes	Poucos mais relevantes	Muitos
Bolívia	2008		2006	2005, 2009
Brasil			2006	
Colômbia				2004
Costa Rica			2008	
Equador	2007			1996, 1997, 2008
Guatemala				2000
Panamá			2006	2000
Uruguai		2000, 2010	2003, 2004, 2005	1997
Venezuela	2005	2001	2009	2000, 2008

Além da explicação institucionalista para as diferenças no apoio político dos cidadãos, existem outras duas explicações rivais, uma delas, a culturalista, exposta a seguir.

2.3.2 Explicação culturalista

Estas teorias focam no lado da demanda, nas mudanças culturais dos cidadãos: gerações mais escolarizadas, com novos valores e diferentes papéis na sociedade (NORRIS, 2011). Um nível mais alto de apoio aos princípios do regime e um nível mais baixo de confiança nas instituições não é surpreendente se levarmos em conta a mudança cultural que o processo de pós-modernização está trazendo: cidadãos mais bem-informados, mais tolerantes com a diversidade, porém, mais resistentes à autoridade e às formas tradicionais de participação, tais como integrar um partido ou votar nas eleições (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Na América Latina, salvo no caso do Uruguai, votações em MDDs não são consideradas formas tradicionais de participação, motivo pelo qual, exceto nos modelos de

³⁶ Os anos apontados são os anos dos efeitos esperados e não necessariamente os da ocorrência, se essa deu-se depois da realização dos surveys anuais.

aprovação presidencial, espera-se um impacto maior desses em relação às eleições. Também, nos países latino-americanos, em 2010, a obediência ainda era um valor universalmente importante: “aparece como un valor consensuado para 12 países de la región, donde obtiene más de 80% de menciones. En los otros seis países restantes obtiene entre 67% y 77%” (INFORME, 2010, p.125). Essa situação faz sentido por um lado: em sociedades menos avançadas deve haver mais respeito pelas autoridades (INGLEHART; WELZEL, 2009). Por outro, isto não se traduz em alta confiança nas autoridades políticas, partidos e Parlamento.

Booth e Seligson (2009), pesquisando um número menor de países da região, quanto às dimensões de legitimidade mais concretas (instituições do regime e atores), descobriram que os cidadãos mais velhos quase sempre as avaliam mais negativamente do que os cidadãos que tem entre 16 e 20 anos. Além disso, maior escolaridade leva a avaliações mais baixas das dimensões citadas.

Há ainda outras transformações culturais acontecendo no mundo, como a diminuição do capital social – confiança social/ interpessoal e engajamento cívico/ atividades em associações voluntárias. O pressuposto básico da explicação culturalista é que os indivíduos tendem a confiar nos outros e nos governos de acordo com as normas de sociabilidade e valores prevalentes nas suas sociedades. Ou seja, é esperado que algumas culturas incentivem o aparecimento de relações de confiança e que algumas características individuais culturais e relacionadas com valores explicariam as diferenças na confiança dos cidadãos (ARANCIBIA, 2008).

Os efeitos dessas transformações no apoio político são, no entanto, controversos (PUTNAM, 1995; NEWTON, 1999; INGLEHART, 1997), ainda que pareça razoável esperar que o fato de os cidadãos confiarem uns nos outros esteja conectado, em algum grau, com a confiança nas instituições e nas autoridades.

A confiança em relação à maioria das outras pessoas é extremamente baixa na América Latina, sendo esta a região mais desconfiada do mundo: uma média de quase 80%, entre 1996 e 2010, dizem que nunca se é suficientemente cuidadoso no trato com os outros. Em outras regiões mais desenvolvidas, essa média costuma ser inferior a 40% (INFORME 1999-2000).

Na virada do século (INFORME 1999-2000, p.3), pensava-se que “una sociedad que no confía en sus pares, difícilmente podrá confiar en sus líderes y en las instituciones a las que éstos representan”. Ao contrário também de resultados encontrados em pesquisas em

período anterior (POWER; JAMISON, 2005), os indicadores latino-americanos melhoraram, como pode ser observado nos gráficos do capítulo 3 (por exemplo, as médias de aprovação presidencial e de confiança no Congresso aumentaram), a confiança interpessoal, porém, permaneceu estável, abaixo dos 20%. Uma das causas disso pode ser que:

Nuestras sociedades están relativamente parcializadas por esas redes de confianza, nuestras ciudades no tienen integración de ricos y pobres en el mismo lugar, sino más bien existen los barrios de los ricos y los barrios de los pobres que no interactúan para nada entre si. Eso mismo sucede con los empresarios, los militares, los políticos, etc. Cada cual tiene su propio ámbito de funcionamiento, donde la interacción con los otros grupos de la sociedad es poca y con pocos. (INFORME, 2010, p.71)

Não é que não existe confiança nas sociedades da América Latina, é que ela existe entre os que se conhecem. Talvez, um pouco pela maior exposição das autoridades e instituições nos meios de comunicação, alguns cidadãos podem ter desenvolvido a percepção de que estão mais próximas e, com isso, aumentado a confiança no Congresso e a média de boa avaliação do Presidente. A outra explicação para isso é a própria performance dos atores, abordada na seção seguinte.

Assim, um ponto crucial para a democracia latino-americana é “conseguir la confianza de lo que no se conoce, simplemente porque se confía en las reglas y la capacidad de imponerlas que tiene el estado” (Ibidem, p.72). Alguma modificação nesse sentido já houve: aumentou o número daqueles que não simulam estar enfermos para não ir trabalhar (em dez anos, de 50% a 64%), daqueles que não pagam menos impostos do que deveriam (de 60% a 77%) e daqueles que não se beneficiam de subsídio que não lhes corresponde (de 67% a 82%), ou seja, diminuiu o número daqueles que se aproveitam das debilidades do Estado, o que indica que os países estão melhorando a aplicação das leis (INFORME, 2007).

A percepção do papel da mulher, não teve qualquer alteração desde 1997: 36% dos latino-americanos concordam que é melhor que ela se concentre no lar, e o homem no trabalho. Em países da América Central, esse percentual é maior (com exceção da Costa Rica), enquanto que no Uruguai, Chile, Peru e Venezuela, é menor. De qualquer forma, parece claro que as mudanças das sociedades pós-modernas não são facilmente encontradas na região.

Por fim, além da explicação institucionalista e culturalista para a mudança da opinião dos cidadãos sobre aspectos diversos do regime, existe a explicação que vincula essa mudança à performance do governo.

2.3.3 Explicação derivada da performance do governo

Algumas pesquisas focam mais no desempenho econômico, seja através de índices agregados ou das avaliações sobre a economia feita pelos cidadãos (MCALLISTER, 1999³⁷; MILLER; LISTHAUG, 1999), alguns estudos focam na performance política – políticas públicas, corrupção, etc. (MATTES; BRATTON, 2007; ARANCIBIA, 2008, HUANG; CHANG; CHU, 2008) ou na governança / administração governamental em geral (DALTON, 2008) para explicar as transformações das percepções dos cidadãos sobre diferentes dimensões da democracia.

Ainda que a crise financeira desencadeada nos Estados Unidos, de setembro de 2008, tenha encerrado o período de melhoras constantes nos indicadores de pobreza e distribuição de renda nos países latino-americanos, não eliminou os avanços dos seis anos anteriores. A taxa de pobreza de 2005 esteve pela primeira vez abaixo do nível de 1980, ano em que 40,5% da população foi registrada como pobre. A taxa de indigência esteve 3 pontos mais baixa do que a registrada em tal ano (18,6%). Em 2008, a taxa de pobreza estava em 33% e, em 2009, aumentou para 34,1%. No mesmo período, a indigência subiu de 12,9% para 13,7%. Entretanto, em 2002, esses índices eram de 44% e 19,4%. Foi mantido o poder aquisitivo dos salários por causa da diminuição da inflação em relação a 2008 e também devido a políticas sociais que aliviam o impacto da crise para importante parte da população. Ainda assim, a América Latina, comparando o seu coeficiente Gini com outras regiões do mundo, tem a pior distribuição de riqueza (INFORME, 2010).

Embora pesquisas em 20 países da Europa (ANDERSON; SINGER, 2008) e em 129 países do mundo (JONG-SUNG; KHAGRAM, 2005) tenham demonstrado que a desigualdade afeta negativamente a crença das pessoas na legitimidade das regras e das instituições, Booth e Seligson (2009) não encontraram efeito significativo na América Latina³⁸. Constatação curiosa, especialmente se considerarmos que apesar do crescimento, a maior fonte de discriminação na região é a pobreza – mais do que gênero e raça (INFORME,

³⁷ Das variáveis macro, apenas o PIB dos países (não seu crescimento) e os anos de escolaridade (até o ensino médio) se mostraram significativos – expectativa de vida, ensino superior, consumo de mídia, e experiência democrática, não – na amostra de 24 países da OECD, com dados referentes a 1991.

³⁸ Os autores, no entanto, analisam apenas oito países: México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá e Colômbia.

2008). Talvez, as pessoas na região considerem que a diminuição da desigualdade ocorre mais em função mérito pessoal do que do regime.

Fato é que a percepção de justa distribuição de riqueza nos latino-americanos só aumentou depois de cinco anos de crescimento. A Venezuela é o único país onde mais da metade dos cidadãos acredita que a distribuição é justa. No Paraguai, essa percepção não alcança um indivíduo a cada dez (INFORME, 2010).

A inflação tem um impacto regressivo na distribuição de renda, porque o aumento dos preços dos alimentos, por exemplo, é mais sentido por aqueles que destinam mais alta porção da sua renda a eles. No entanto, pode ser que junto com ela aumentem os salários, de forma que o crescimento da inflação não necessariamente afeta os padrões da vida das pessoas (ALTMAN, 2010).

O desemprego apresenta uma tendência geral de queda, apesar da crise de 2008-9, que foi a pior crise financeira sistêmica desde os 1930, e rapidamente se propagou para o resto das economias desenvolvidas. Na América Latina, ela quase não teve impacto na preocupação pessoal em ficar desempregado, permanecendo perto dos 40% – percentual mais baixo desde que começou sua mensuração, 15 anos antes.

O PIB per capita tem crescido, com apenas duas exceções. De 2003 a 2010, o PIB da região aumentou de 3 a 5,5%, em uma média de 4,1% ao ano. Esses números só encontram comparação com o período entre 1968-1974, quando o PIB per capita cresceu mais de 3% em todos os anos (INFORME, 2007, 2008).

Apesar da mudança do cenário internacional iniciada em setembro de 2008, e da acentuada queda do PIB no final de 2008 e começo de 2009, na segunda metade de 2009, a maioria dos países latino-americanos tinha iniciado a sua recuperação, que se consolidou em 2010. A região manteve o crescimento econômico próximo a 4,5% e o crescimento do PIB per capita regional superior a 3% por seis anos consecutivos, feito inédito nos últimos quarenta anos.

O impacto negativo da crise,

se moderó por la alta producción de bienes políticos (con políticas económicas contra-cíclicas) que lo amortiguaron, creando una mayor percepción de protección y estabilidad como nunca antes la región había percibido. (INFORME, 2010, p.4)

Em geral, em 2009, 48% dos latino-americanos concordavam com a maneira que o governo lidava com a crise. Esse número era bastante inferior na Argentina, e bastante superior no Chile, Brasil, Panamá e Uruguai. Em dez países, a metade da população percebia

um bom manejo da situação, apesar de os cidadãos acreditarem que esta crise afetava mais seus países do que a crise asiática (INFORME, 2009). A crise terminou por aumentar a percepção da capacidade do Estado solucionar os problemas. Essa situação é diferente do que vinha acontecendo nos países desenvolvidos, onde mesmo que a performance dos políticos e das instituições tivesse melhorado ao longo do tempo, “the gap between expectations and performance has widened because expectations have risen faster than performance” (DALTON, 2004, p.199).

A satisfação com as instituições democráticas está mais relacionada à avaliação subjetiva dos cidadãos (se eles descrevem a situação econômica presente do seu país como boa ou ruim), do que a medidas objetivas de indicadores macroeconômicos, como o nível de desenvolvimento econômico ou o Índice de Desenvolvimento Humano (POWER; JAMISON, 2005; MCALLISTER, 1999).

Alguns pesquisadores exploram mais do que uma destas explicações (institucional, cultural e performance do governo) ao mesmo tempo, como é o caso de Colen (2010), Booth e Seligson (2009), Moisés (2008) e Mishler e Rose (2005).

As próximas seções abordam mais detalhadamente as maneiras que têm sido utilizadas para mensurar as dimensões do apoio político, suas complicações e alternativas.

2.4 Comunidade e princípios do regime

Retomando as dimensões da confiança na democracia, o apoio à comunidade envolve o orgulho nacional, a identidade e a avaliação da melhor nação para se viver (NORRIS, 1999). Já o apoio aos princípios do regime é normalmente medido por questões que perguntam se a democracia é a melhor forma de governo ou uma boa maneira de governar (NORRIS, 1999a). A pergunta mais comum, desenvolvida por Leonardo Morlino e Juan Linz, para analisar as democracias do sul da Europa quando estas saíam do autoritarismo, tem três alternativas de respostas: “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”; “Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático”; e “Para gente como nós, dá no mesmo um regime democrático ou um não

democrático”. A preferência por um regime autoritário não mudou de maneira significativa – se manteve ao longo dos 15 anos ao redor dos 15%. Os indiferentes, por sua vez, chegaram a 22% em 2003, para retroceder a 16% em 2010. Exceto nos anos de 1997 e 1998, quem compete com o apoio à democracia é mais a indiferença ao regime do que o apoio ao autoritarismo (INFORME, 2010, p.23).

Medida dessa maneira, essa dimensão parece manter-se bem avaliada pelos cidadãos da maior parte dos países do mundo – em democracias bem-estabelecidas e em novas democracias (NORRIS, 1999; DALTON, 1999, 2004), como nos países da latino-americanos. Esse reservatório de apoio difuso ou legitimidade precisa ser independente dos resultados das políticas implementadas (ou seja, do apoio específico), especialmente quando os governos não conseguem satisfazer as expectativas do público.

Klingemann (1999) e Dalton (2004) utilizam questões que avaliam quão bom é ter um sistema democrático e se o respondente concorda que a democracia pode ter problemas mas é a melhor forma de governo³⁹. A concordância com a afirmação churchilliana é muito maior do que a preferência pela democracia na questão mais tradicionalmente usada para medir o apoio, mostrando o quanto é complicada a mensuração da opinião de cidadãos em relação a conceitos complexos como democracia. O que as pessoas entendem por democracia quando estão manifestando seu apoio a ela é o assunto discutido na próxima seção.

2.5 Democracia na percepção dos cidadãos

Dalton, Shin, Jou (2007), analisando a compreensão das pessoas sobre democracia em países de diferentes partes do mundo, com diversos níveis de desenvolvimento e de experiência com democracia, descobriram que ela é mais associada com ideais de liberdade, liberdades civis e direitos dos cidadãos (como liberdade de expressão, liberdade política, proteção aos direitos individuais ou liberdade de participação) do que com instituições e procedimentos políticos (como o governo pelo povo, eleições, lei da maioria, governo aberto e responsivo), ou com benefícios sociais instrumentais (tais como desenvolvimento social e

³⁹Também avaliam quão bom é ter um líder forte que não tenha que se incomodar com o Parlamento e as eleições; ter especialistas no lugar do governo tomando decisões de acordo com o que eles pensam ser melhor para o país; e ter um governo do Exército.

econômico, igualdade ou justiça, e paz ou estabilidade) – apesar de um número considerável de pessoas encontrar-se nessa última categoria. Ainda, quase um quinto dos entrevistados não conseguiu dar nenhuma definição substantiva, mesmo em democracias de longa data.

Em pergunta aberta sobre democracia, tanto na América Latina como na África e na Ásia, em 2005, o primeiro componente das respostas é a liberdade – preponderante na Venezuela e no Panamá (69% e 53%). Depois disso, nada é unanimidade. No Brasil e na Bolívia, por exemplo, cerca de um terço menciona a liberdade, mas no primeiro 37% cita um salário digno e 15% lembra de eleições, enquanto que na segunda, 39% cita eleições e só 12%, o salário: o primeiro país demandava mais bens econômicos, enquanto que o segundo se importava mais com bens políticos (INFORME, 2005).

Em 2001, os quatro significados dados à democracia na pergunta aberta indicavam bens políticos: a liberdade (44%), a justiça e a igualdade (13%), as eleições e o direito ao voto (9%) e o governo do povo (6%). Mas, na realidade, para muitos latino-americanos:

la democracia no significa algo que puedan expresar en palabras espontáneamente. Efectivamente en 4 países de la región nos encontramos con tasas de no respuesta y de “no sabe” que bordean la mitad de los ciudadanos de ese país, que no saben que significa la democracia. Brasil, Colombia, Honduras y Guatemala. (INFORME, 2001, p.6)

Na pergunta fechada, neste mesmo ano, eleições regulares, limpas e transparentes aparecem com 26%, uma economia que assegure salários dignos, com 19%, um sistema judicial que trate todos igualmente, com 16%, e a liberdade de expressão, com 14%. Eleições, justiça e liberdade de expressão somam 56%, contra menos de um quarto (19%) relativo ao salário digno. Ainda assim, no significado de democracia na América Latina existe um componente econômico que não existiu no surgimento de democracias de outras partes do mundo. Isto porque essa região enfrenta simultaneamente a consolidação social, econômica e política (INFORME, 2008).

2.6 Performance do regime e as complicações para sua mensuração

O apoio específico à performance do regime, foco deste estudo, está relacionado com a avaliação dos processos participativos democráticos e dos direitos políticos (DALTON, 1999). A proxy mais usada para medir o desempenho do regime é a questão sobre a satisfação

com a democracia (LAGOS, 2003; LINDE, EKMAN, 2003; KARP, BANDUCCI, BOWLER 2003, HENDERSON, 2004). Esta é a pergunta mais utilizada na história dos estudos de opinião pública, aplicada em 90 países do mundo.

Na América Latina, a satisfação com o regime alcança seu ponto mais alto em 2009, com 44%. Em 2010, esse percentual se mantém, confirmando a tendência de alta desde 2001, quando era de 25% (INFORME, 2010).

No entanto, entre os autores citados que trabalham com a questão sobre a satisfação com a democracia, alguns concluem que essa questão avalia democracia como um valor e a satisfação com o governo conjuntamente, outros dizem que é apenas um indicador de apoio às atividades do governo de turno, há quem afirme que a questão mede confiança no sistema ou na estrutura informal do regime. Outros dizem que esta pergunta fica a meio caminho das atitudes em relação às estruturas formais e às autoridades, que é um sumário porque captura vários níveis do apoio político, e que se trata de um item ambíguo – havendo clara evidência empírica dessa última constatação. Satisfação com democracia significa, então, diferentes coisas para diferentes pessoas: contentamento com as questões econômicas, com as instituições políticas, com as liberdades democráticas ou as questões sociais, variando enormemente entre os países. Se não sabemos exatamente o que uma questão mede, ela não tem validade ou utilidade teórica (CANACHE; MONDAK; SELIGSON, 2001⁴⁰).

Uma ilustração desse problema é o fato de os cidadãos dos países governados pela esquerda classificarem melhor sua democracia. Se a compreensão de democracia está contaminada pela ideologia, o que se está levando em conta é o posicionamento dos governantes (INFORME, 2009).

Segundo Norris (2011), a performance do regime pode ser dividida em desempenho de:

1) arranjos institucionais, especialmente aqueles que compartilham o poder e determinam a possibilidade de ser parte do processo de tomada de decisão apesar do candidato ou partido do cidadão ter sido eleito ou não.

2) processo, uma das variáveis dependentes dessa pesquisa, significa o julgamento em relação aos procedimentos democráticos fundamentais através das expectativas normativas dos cidadãos.

⁴⁰ Mais conhecimento político é associado com considerar avaliações do sistema para responder essa pergunta, enquanto que menos conhecimento político está relacionado com considerar o desempenho das autoridades para formular a resposta.

3) políticas públicas, avaliadas pela conquista de certos resultados esperados.

Ainda que dados sobre que aspecto da performance do regime é mais importante para os cidadãos da América Latina não estejam disponíveis, Hibbing e Theiss-Morse (2001) descobriram que as percepções dos americanos de falta de accountability tem mais a ver com o processo – a maneira como as decisões são tomadas – do que com as políticas: a distância entre o processo percebido e o desejado é maior do que a distância entre as políticas públicas percebidas e as desejadas. A discrepância entre preferências e percepções seguem um padrão: uma porção ampla acredita que os eleitos têm demasiada influência nas tomadas de decisão. A probabilidade de seguir as leis mesmo quando elas vão contra as crenças pessoais não está relacionada ao descontento com as políticas, mas com os procedimentos democráticos. A utilização de MDDs é importante porque modifica o modo como os processos de tomada de decisão dão-se no regime.

Aqui se propõe medir a satisfação com os processos democráticos de participação, com uma questão que utiliza termos de interpretação mais universais: eficácia do voto como instrumento de mudança. A percepção da responsividade governamental normalmente é medida através da concordância com a ideia de que pessoas como os entrevistados têm voz em relação ao que o governo faz (BOWLER; DONOVAN, 2002). Nesta pesquisa, ela será avaliada através da concordância com a afirmação de que o voto pode mudar as coisas, já que o voto é a “voz” mais comum dos cidadãos em uma democracia.

2.6.1 MDDs e a responsividade governamental

O conceito de “percepção de eficácia política”, que foi primeiro utilizado para ajudar a explicar as variações na participação eleitoral, é, segundo Campbell e seus colegas (1954), a sensação de que a ação política individual tem, ou pode ter, um impacto no processo político, isto é, que vale a pena que ele cumpra com deveres políticos. É o sentimento de que a mudança política e social é possível, e que os cidadãos individualmente podem ter um papel nessa mudança.

Este conceito pode ser decomposto em “eficácia política interna” e “eficácia política externa”, essa se relaciona às teorias sobre persistência do sistema e aquela, às teorias da

democracia participativa (BALCH, 1974). A primeira compreende características individuais, habilidades e recursos próprios para influenciar o sistema político; a segunda é uma questão compartilhada e diz respeito à responsividade do sistema (CRAIG, MAGGIOTTO, 1982). Os cidadãos julgam, então, sua própria capacidade de participar e o quanto eles influenciam de fato o governo. A eficácia externa afeta a confiança política e o apoio ao sistema (BOWLER; DONOVAN, 2002).

Stutzer e Frey (2006) estudaram os efeitos das possibilidades de participação em MDDs na crença da efetividade política (através da questão: “quanta influência você pensa que alguém como você tem sobre as políticas do governo?”), utilizando dados dos cantões suíços. Eles descobriram que as pessoas acreditam que têm mais influência política nas jurisdições em que existem mais chances de participação política⁴¹.

Smith e Tolbert (2004) apontam alguns subprodutos educativos das iniciativas populares nos estados dos Estados Unidos. Enquanto o contexto eleitoral mostrou-se importante em relação ao comparecimento para votar e engajamento dos cidadãos (o efeito era significativo nas eleições intermediárias e não-competitivas), a influência das iniciativas sobre a percepção de responsividade governamental também foi encontrado nas eleições gerais dos anos 1990.

Em outro estudo, usando basicamente os mesmos dados, Hero e Tolbert (2004) também encontraram evidência de que cidadãos em estados com uso frequente de democracia direta⁴² são mais propensos a perceber que o governo é responsivo a suas demandas. Além disso, a democracia direta não tem um impacto negativo sobre as atitudes de raças e grupos étnicos em relação ao governo em geral – diferentemente do próximo estudo citado.

Bowler e Donovan (2002), também nos Estados Unidos, com dados de 1992, descobriram que maior exposição à democracia direta no âmbito dos estados (considerando o número de MDDs iniciados pelos cidadãos em 33 estados desde que cada um adotou o procedimento⁴³ e tratando seu efeito como cumulativo) faz com que os cidadãos tenham

⁴¹ Os autores criaram um índice considerando as iniciativas populares para modificar as Constituições ou as leis dos cantões, e os referendos mandatórios e opcionais para evitar novas leis, modificações delas e novos gastos governamentais. Além dos instrumentos em si, atribuem diferentes valores às barreiras a eles colocadas em termos de número de assinaturas necessárias, o tempo de coleta concedido, o nível de gasto per capita para que o referendo financeiro seja permitido.

⁴² Utilizam a média do número de iniciativas em cada estado entre 1970 e 1992 para analisar dados de 1988 a 1998.

⁴³ Testes calculando apenas as iniciativas dos últimos 12 anos deram o mesmo resultado. Tratando a variável como dummy para os estados que permitem as iniciativas também apontou efeito significativo, porém menos consistente.

atitudes mais positivas sobre como o governo responde a eles, isto é, sobre sua eficácia política externa. Cidadãos residentes em estados que utilizam bastante iniciativas eram em torno de 11% mais propensos a afirmar que pessoas como eles têm voz em relação ao que o governo faz e que aqueles que ocupam cargos públicos se preocupam com o que pessoas como eles pensam⁴⁴. A princípio, não há evidências de que além de algum ponto de utilização os cidadãos fiquem saturados pelas iniciativas populares e, por isso, tenham a sensação de responsividade governamental diminuída.

Na mesma direção, observando os 31 dias de campanha oficial da consulta popular do Canadá sobre o Acordo Constitucional de Charlottetown em 1992, Mendelsohn e Cutler (2000) descobriram um aumento de cerca de 10% na percepção de eficácia política externa dos cidadãos na primeira semana de campanha, o que fez eles considerarem que o aumento real dá-se pela simples ciência da existência do MDD. É interessante notar que esses resultados não estão relacionados com a aprovação do governo de então, que era extremamente impopular na época.

A relação entre MDDs e a percepção dos cidadãos sobre a responsividade governamental não foi explorada ainda na América Latina⁴⁵. Na realidade, essa relação ainda não teve uma abordagem que incluísse diversos países. Os estudos comparativos foram realizados apenas entre estados de um mesmo país em outras regiões do mundo.

Segue a exposição das outras dimensões do apoio político, de alguns dados empíricos que ajudaram na construção das hipóteses relativas a essas dimensões e de estudos que foram feitos tentando conectar de alguma forma as instituições (partidos, Parlamento) e autoridades (Presidente) com os MDDs.

⁴⁴ Outras descobertas: votar em um candidato que perdeu é associado com níveis mais baixos de eficácia interna e externa. Há evidência de que a falta de forte partidarismo é associada com menor eficácia interna. Respondentes que vivem em estados com governo dividido são significativamente menos propensos a afirmar que eles têm voz. Uma extensão dessa lógica sugere que os cidadãos que se veem sempre no lado perdedor das votações das iniciativas cidadãs podem ter níveis mais baixos de eficácia política. Ainda que os autores não tenham mensurado diretamente o apoio dos respondentes a essas consultas, uma evidência indireta é o sentimento de menor eficácia das minorias residentes nos estados com iniciativas.

⁴⁵ Breuer (2007, 2008b), por exemplo, avalia a accountability potencial de MDDs através das previsões constitucionais para democracia direta em países latino-americanos.

2.7 Confiança nas instituições e aprovação do desempenho das autoridades

A confiança nas instituições (Parlamento, partidos políticos), assim como a confiança nas autoridades (líderes políticos, Presidente, membros do Parlamento), são dimensões bastante concretas do apoio político e não costumam gerar muito debate sobre a melhor forma de medi-las.

A confiança nas instituições comuns do regime tem caído em muitas, embora não em todas, democracias industriais avançadas. Elas são burocráticas, de associação massiva e monopolísticas, como partidos políticos, o Congresso Nacional, o Governo e o Executivo, o Judiciário, a Polícia, a burocracia estatal e o Exército (NORRIS, 1999; DALTON, 2004). Dentre as várias instituições que poderiam ser analisadas, optou-se pelas duas que são essencialmente políticas – partidos e Parlamento. Além destas, “the distinction between political and non-political institutions, however, is likely to vary from country to country, depending on the characteristics and roles that those institutions play in society” (ARANCIBIA, 2008, p.18)⁴⁶.

Em relação às autoridades, a confiança varia substancialmente de um país para outro (NORRIS, 1999), mas há uma erosão geral na maior parte das democracias industriais avançadas (DALTON, 1999).

Nos países latino-americanos a tendência não é de queda, pelo contrário: Governo e Congresso alcançaram no final da primeira década do século XXI os seus maiores percentuais desde que começaram os surveys do Latinobarómetro, quinze anos antes. Os partidos apresentam uma pequena tendência de queda considerando-se toda a amostra de países. Se apenas os países que tiveram MDDs são levados em conta, a tendência é invertida, e os partidos apresentam uma leve tendência de crescimento. Testa-se aqui se os MDDs influenciaram estas situações e em que grau.

Por exemplo, aqueles que não votam em um partido específico foram maioria entre 2001-2003 (média de 55%) e 2009-2010 (média de 53%). Os que escolhem votar por um partido foram maioria entre 1997-2000 (53%) e em 2006 (56%) – ano de várias eleições. Assim, as eleições parecem ter impacto positivo (apesar de se trabalhar apenas com a média

⁴⁶ Este estudo, assim como o de Colen (2010), utiliza também a administração pública nos seus índices de confiança. No entanto, como Arancibia (2008) mesma argumentou, a burocracia pode ser mais ou menos politizada dependendo do país, o mesmo vale para o Judiciário, incluído por Colen.

geral aqui): a tendência de não votar em um partido, estabelecida desde de 2000, é revertida no período 2005-2006, quando tiveram eleições em quase todos os países, aumentando de 49% a 56% os que diziam votar em um partido. Isto porque nas eleições os partidos mostraram-se mais, interagiram mais com os cidadãos, tornaram-se mais conhecidos. A mesma oportunidade de exposição eles têm na ocorrência de MDDs.

Os latino-americanos confiam no que está próximo: “La democracia necesita establecerse en la práctica cotidiana, con evidencia, en este desconfiado continente. En una palabra, las elecciones fortalecen a los partidos, y con ello, a la democracia” (INFORME, 2006, p.16). MDDs supostamente têm efeito semelhante.

Segue uma exposição dos estudos que abordaram algum tipo de relação entre os MDDs e os partidos políticos.

2.7.1 MDDs e Partidos

Segundo Bowler e Glazer (2008), pouco sabemos sobre a relação entre iniciativas populares e partidos políticos e, particularmente, sobre o impacto das iniciativas sobre os partidos. Menos ainda conhecemos sobre plebiscitos facultativos e mandatórios. A relação do conjunto dos MDDs com os partidos, através da variação da confiança que os cidadãos possuem nestes, é explorada nesta pesquisa.

Por ora, sabe-se que embora MDDs possam tirar dos partidos a habilidade unilateral de propor a agenda legislativa, não criam um processo que esteja além do alcance dos partidos ou isolado dos efeitos do partidarismo. Eles podem angariar mais publicidade e mais credibilidade para partidos pequenos – especialmente se os partidos maiores alinham-se do mesmo lado (MENDELSON, PARKIN, 2001).

Na maior parte dos MDDs nas democracias estabelecidas, os partidos ainda têm um papel central. Além disso, os movimentos institucionais feitos em direção à democracia direta normalmente são desenhados de forma a preservar a força dos partidos, isto é, são mais provisões de MDDs iniciados pelos governos do que pelos cidadãos (SCARROW, 2003).

Ladner e Brandle (1999) classificam a argumentação negativa sobre a relação entre MDDs e partidos em quatro questões:

1) competição: a democracia direta adiciona pressão de grupos – sejam movimentos sociais ou grupos de interesse – tirando dos partidos políticos o monopólio da política, além de fortalecer partidos novos ou de oposição;

2) conflito: os partidos são forçados a decidir e se justificar constantemente sobre assuntos específicos e são continuamente testados se essas decisões são coerentes com seus programas e princípios – situação muito difícil para partidos que são bastante diferentes em regiões diversas de um país;

3) trabalho extra: por sua orientação genérica, os partidos têm que lidar com todas as medidas propostas – o que se torna impossível quando eles não são muito profissionalizados e faltam recursos;

4) aniquilação: a intermediação feita pelos partidos se torna obsoleta já que importaria menos quem é eleito se os cidadãos não perdem o controle sobre as decisões políticas importantes.

Vários desses aspectos não são preocupações que se colocam na América Latina, visto que o uso que os países fazem dos MDDs não é intenso. Além disso, Budge (1996, 2001) aponta que muitos dos argumentos sobre o enfraquecimento dos partidos dizem respeito apenas aos partidos dominantes. Os partidos fora do governo utilizam muito MDDs bottom-up, como os católicos e socialistas na Suíça, e os comunistas e radiciais na Itália. Plebiscitos facultativos, ao contrário, costumam fortalecer os partidos maiores. Isto é, sejam os MDDs iniciados pelos cidadãos ou pela elite política, eles fortalecem o sistema partidário, ainda que diferentes partes dele, podendo aumentar a confiança nos partidos em geral.

Comparando o impacto de diferentes tipos de MDDs, Budge (2001, p.72) sugere que “government-sponsored referendums, which are often held to bridge over internal disagreements, may help parties stay united in the long term, while initiatives have more potential to split them open”. Na América Latina, os plebiscitos facultativos e mandatórios são os mais utilizados. Talvez um pouco por isso, os partidos nesses países tenham uma leve tendência de crescimento na confiança nas agremiações partidárias. Entretanto, o Uruguai, país que mais utiliza MDDs “bottom-up”, não tem mais problema que os outros países em relação ao percentual de confiança nos partidos. Ao contrário, é o país com maior média de confiança nesta instituição e também no Congresso⁴⁷.

⁴⁷ Os gráficos e quadros com essas informações estão disponíveis no próximo capítulo.

O autor diz ainda que há um efeito revitalizador no sistema partidário com o surgimento de novos partidos e novos assuntos, o que faz com que os partidos em geral lidem melhor com as mudanças sociais. Ele também sintetiza em quatro pontos as maneiras em que o voto direto em políticas pode enfraquecer os partidos:

1) tira o controle da agenda das mãos dos partidos, forçando decisões sobre assuntos que não foram levantados ou enquadrados por eles. A responsividade dos partidos relativa ao sucesso ou fracasso das políticas públicas diminui e a consistência dos programas que são implementados é reduzida;

2) grupos de interesse não se preocupam em acomodar diferenças quando propõem legislação, logo, a possibilidade de negociação e acordo é diminuída;

3) pode promover divisões internas nos partidos;

4) ativistas e empresários isolam os partidos por não dependerem mais deles para fazer parte da política (realidade diagnosticada na Califórnia – em que a democracia direta não tem muita mediação, mas não na Suíça e na Itália – onde as formas de democracia direta são melhor mediadas e organizadas).

Quanto ao voto de políticas separadas minarem a consistência dos programas partidários, a pergunta é quão coesos eles são na ausência de democracia direta. A deliberação no Parlamento, em várias situações, é inexistente, contando a indicação partidária mais do que qualquer outro aspecto. Por fim, o partido organizar-se em facções não é necessariamente sinal de decadência e pode ser importante para a adaptação às circunstâncias políticas.

Na realidade, uma possível relação causal entre MDDs e a decadência dos partidos é muito complicada de ser explicitada: “it may be impossible to disentangle the influence of popular interventions from concurrent developments such as the rise of media-based politics” (BUDGE, 2001, p.78).⁴⁸ Imagina-se, no entanto, que medindo o impacto que os MDDs produziram nos surveys logo após sua ocorrência e tendo permanecido relativamente constantes esses efeitos da política midiática pelo período de 15 anos, pode-se evidenciar a relação existente, hipoteticamente positiva.

Aplicando as constatações sobre os MDDs em geral apenas nos mecanismos de democracia direta estaduais dos EUA, Budge compara a força dos partidos em locais onde há e onde não há utilização de MDDs, e demonstra que os partidos continuam na mesma

⁴⁸ Sobre essa questão ver: MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 10, n. 29, 1995, p.5-34.

situação independentemente de consultas populares. Avaliando uma amostra mais ampla (20 democracias, 51 territórios, de 1945-1999), no entanto, o autor conclui inclusive que:

Were the information not so tenuous, this might lead to the conclusion that parties are strengthened by a modicum of direct democracy, but not too much direct democracy; such a finding could cause concern for parties if states continue to increase their use of referendums (BUDGE, 2001, p.83).

O uso desses mecanismos na América Latina sequer chega a configurar-se como moderado, estando abaixo disso. Mas a inferência mais cuidadosa para Budge seria que a força do sistema partidário não está relacionada com democracia direta mas com os arranjos que são feitos para as consultas populares e outras características do sistema político: se por regras constitucionais ou convenções os partidos não fazem parte das campanhas dos MDDs, eles ficam expostos aos problemas recém mencionados (perdendo, inclusive a sua função de “atalho cognitivo” para os eleitores). O problema de não ser possível responsabilizar grupos de interesse também diz mais respeito à regulamentação das campanhas e do processo como um todo do que à democracia direta em si. As consequências das consultas populares na política de um país diferem, então, de acordo com as regras de campanha e de voto.

No Quebec, os grupos favoráveis às medidas e os opositores têm que se declarar, se registrar no respectivo comitê (é permitido somente dois) e aceitar os limites de financiamento para a campanha. Neste caso, a tendência é o fortalecimento dos grandes partidos. Na Califórnia, não há obrigação de se declarar de que lado se está, tampouco há limite para o financiamento. Pouca regulamentação pode favorecer os pequenos partidos (o que pode até provocar uma renovação no sistema partidário). No entanto, nenhuma regulamentação (limite de gastos de campanha, declaração das fontes de recursos) permite que grupos de interesses com muitos recursos controlem a agenda e o debate. Sobre esta questão, Lupia e Matsusaka (2004) descobriram que o dinheiro ajuda a derrotar iniciativas, mas não é tão eficiente promovendo a aprovação destas.

No caso da América Latina, embora haja países com maior e menor regulamentação relativa às campanhas, o único caso que tem uma diferença enorme de legislação em relação aos outros é a Bolívia: foi dada à Corte Eleitoral Nacional o direito exclusivo de campanhas informativas, enquanto que campanhas privadas ou partidárias sobre os assuntos dos MDDs foram proibidas (BREUR, 2008b). Por essa razão, é apresentado modelo em que se pode aferir a diferença de ser cidadão desse país ou não em relação ao apoio à democracia. Entretanto, dos MDDs latino-americanos do período que foram apoiados ou tiveram grande

envolvimento dos partidos com maior enraizamento social relativo (pelo menos um terço dos casos), o Movimento ao Socialismo da Bolívia teve importância significativa.

A revitalização do sistema partidário pode ser uma vantagem, desde que os novos partidos não levem ao seu colapso, mas ao estímulo da competição. A oposição ao governo pode ser absorvida e levada à participação política de uma forma produtiva. Partidos pequenos, que têm pouca chance de ganhar assentos, podem manter suas bandeiras na agenda política ainda que não tenham perspectiva de sucesso eleitoral. Além disso, os MDDs ajudam os partidos a manterem um alto nível de atividade política, propiciando maior comunicação entre toda a estrutura partidária (LADNER, BRANDLE, 1999). Isto, no caso da América Latina, parece fazer com que a população aumente sua confiança nas instituições e atores políticos, como discutido na seção anterior.

Ladner e Brandle, estudando os 26 cantões suíços, encontram relação do uso de democracia direta com a formalização da organização partidária e com a profissionalização das pessoas do partido. Como não há correlação entre formalização partidária e profissionalização, dois tipos de partidos parecem florescer com mais intenso uso de democracia direta: partidos de massa e partidos profissionais eleitorais modernos.

Os autores, entretanto, não encontram uma maior mobilização partidária quando a democracia direta é mais utilizada. Esta não os ajuda a aumentar o número de membros ou sua rede de diretórios locais. A democracia direta parece corresponder a partidos com menor influência. Porém, nesse caso, não é possível saber se a democracia direta é mais usada em algumas comunidades porque não há partidos influentes, ou se falta partidos influentes porque eles têm a concorrência da democracia direta. Isto porque os autores lidam com o número acumulado de iniciativas e referendos entre 1991 e 1996, não com a ocorrência ou não ao longo dos anos para poder ter mais certeza dessa relação causal. Por fim, as correlações entre a democracia direta e alta percentagem de assentos para partidos pequenos, sistema fracionado ou volátil são todas fortes.

Na mesma linha, Breuer (2009a) começa a desenvolver uma teoria sobre as causas (fatores que estimulam ou dificultam a ocorrência) dos MDDs iniciados pelos governos, analisando as oportunidades políticas de 12 países da América Latina. A autora mostra que elas estão relacionados com altos níveis de fragmentação do sistema partidário e governo dividido, enquanto que sua obstrução é principalmente devida a previsões constitucionais específicas que regulamentam o MDD.

Alves (2011), estudando a América do Sul, concluiu que um sistema partidário mais fragmentado e polarizado é mais propenso a ter MDDs porque eles são uma oportunidade para a aprovação de políticas endossadas apenas por minorias no Congresso.

No entanto, a fragilidade dos sistemas partidários da região não pode ser creditada ao aparecimento dos MDDs, dado que era realidade antes da utilização desses mecanismos.

Bowler e Donovan (2008) analisam ainda o que pode ser uma ameaça mais direta aos partidos dos Estados Unidos: eles próprios podem ser objeto das iniciativas populares, através de reformas eleitorais, votações sobre financiamento de campanha, prévias e controle da nomeação dos candidatos, limite de mandatos, mudanças nos distritos, etc. Entretanto, eles mencionam também o número dessas decisões que foram revertidas pela Justiça ou até mesmo pelos próprios parlamentares anos depois. De qualquer forma, isto não aconteceu nas iniciativas populares do período analisado da América Latina. Quando legislação sobre os partidos foi votada, foi através de plebiscito facultativo ou mandatário.

No que diz respeito à organização partidária (existência da organização ao longo do tempo, autonomia, hierarquia, influência na nomeação de candidatos), os autores descobriram que, de fato, estados que possuem iniciativas populares têm organizações partidárias mais fracas, menos autônomas e controles legais mais duros em relação aos partidos. Porém, esse resultado não foi o mesmo encontrado em testes com outras três medidas de organização partidária.

Quanto aos partidos no eleitorado, os cidadãos nos estados em que existem MDDs têm mais probabilidade de avaliar pior os partidos políticos (tanto cada um deles, como ambos e os partidos em geral). Este é o único estudo encontrado sobre o efeito dos MDDs na opinião dos eleitores sobre os partidos. Note-se, entretanto, que a utilização de iniciativas nesses estados por ano pode superar seu uso em toda a América Latina ao longo de 15 anos. Muitas questões pautadas em todas as votações podem prejudicar a participação dos partidos no debate de todas elas, especialmente daqueles que não têm uma estrutura muito grande. Além disso, os estados americanos decidem desde assuntos de grande relevância para o seu nível de governo, como recursos para educação, até assuntos muito focalizados, como a obrigatoriedade do uso de preservativos na indústria pornográfica de Los Angeles, ou seja, questões que despertam muito interesse partidário e questões que não atraem muitos adeptos das grandes agremiações políticas.

Em relação aos partidos no governo, os cidadãos residentes em estados que possuem MDDs têm mais probabilidade de eleger governador que não é filhado a nenhum dos partidos majoritários, mas têm uma política menos corrupta.

No estado da Califórnia, a maioria das medidas votadas pela população (73% entre 1884 e 2004) tiveram as questões formuladas pelos parlamentares (nem todas foram iniciadas pelos cidadãos, algumas partiram dos representantes mesmo), mostrando que os deputados podem utilizar instrumentos da democracia direta para ratificar suas decisões. Ao entrevistar os legisladores da Califórnia, Oregon e Washington, Bowler e Donovan descobriram que os parlamentares governistas são de fato mais críticos às iniciativas. Membros de partidos minoritários apoiam muito mais à democracia direta do que os governistas e os candidatos dos partidos majoritários.

Os gastos dos partidos majoritários com democracia direta na Califórnia foi menos de 10% do seu orçamento entre 2000 e 2004, mostrando que eles não são os atores principais nas campanhas dos MDDs ou que têm um gasto estratégico, decidindo se envolver em algumas campanhas e ignorar outras. É raro ver membros dos grandes partidos assinando os panfletos de campanha com identificação partidária.

Smith e Tolbert (2004), ao contrário, encontram um relacionamento “simbiótico” entre partidos e cidadãos legislando na Califórnia e em Colorado – estados que mais utilizam iniciativas cidadãos. Os líderes partidários revelam nas entrevistas que estão interessados não só nos resultados concretos das medidas propostas, mas também nas vantagens partidárias que as campanhas podem gerar: estimular a participação eleitoral (neste caso, os partidos até se dispõem a contribuir financeiramente com os comitês envolvidos com as medidas), dividir a base eleitoral da oposição e gerar contribuições para a campanha.

Da perspectiva de um ator racional, o engajamento por parte dos partidos é perfeitamente razoável: se as iniciativas cidadãos se transformam em importantes veículos para a mudança de políticas, os partidos devem tentar usá-las para levar adiante as suas agendas e os seus candidatos. As medidas que encorajam mais a participação dos partidos são aquelas em que os grupos que promovem e se opõem à medida são grandes e difusos (ou pelo menos um deles é grande). Utilizando pesquisas de opinião realizadas na Califórnia em 1998, quando 13 iniciativas cidadãos foram votadas, os autores descobriram que o apoio às iniciativas estava fortemente relacionado à identificação partidária (medida através do percentual de filhados de cada partido).

Na mesma linha, Altman (2010) descobriu que quando os cidadãos uruguaios votam em uma iniciativa popular, sua escolha é primariamente o resultado da lealdade partidária ao invés de uma reação direta às condições econômicas. No estudo de caso sobre a Bolívia, Ballivian (2008) encontrou uma correlação de ,92 entre o voto no MAS na Assembleia Constituinte e o “não” na iniciativa popular sobre a autonomia (ambos aconteceram no mesmo dia).

Assim, como os cidadãos frequentemente votam em função das suas identidades políticas, dos partidos e governos que apoiam, “el rol que cumplen los líderes políticos y los partidos en las decisiones ciudadanas, lejos de cuestionar la democracia representativa puede contribuir a revitalizarla” (LISSIDINI, 2007a, p.22-3), para fortalecer a ligação entre cidadãos e políticos.

Jenssen e Listhaug (2001) estudando os plebiscitos facultativos de 1994 sobre a entrada da Finlândia, Suécia e Noruega na União Européia, concluem que os partidos tiveram um papel importante no que diz respeito à agenda, ao controle de recursos de campanha, ao recrutamento de lideranças e ao ativismo. Ainda, apontam que os únicos pré-requisitos para que os partidos tenham um impacto real no comportamento eleitoral é que tomem uma posição e mandem suas mensagens aos cidadãos.

Os representantes partidários eleitos compõem, então, o Congresso, e a relação deste com os MDDs é abordada na seção seguinte.

2.7.2 MDDs e o Parlamento

Uma das principais críticas aos MDDs é que eles podem “help leaders to bypass other representative institutions and get rid of some of the republican check and balances” (ALTMAN, 2010, p.199) – normalmente, o Congresso é desprezado pelo Executivo, mas isso acontece somente em alguns casos de plebiscitos facultativos ou de iniciativas populares.

Nos países europeus ocidentais, Setala (2006b) descobriu que MDDs que ocorrem depois dos procedimentos no Parlamento, como os plebiscitos obrigatórios e os referendos, podem aumentar a competência dos representantes porque os encorajam a justificar-se publicamente por suas escolhas, melhorando a deliberação e a accountability.

No entanto, apesar desses dois tipos de MDDs também manterem o poder dos partidos no Parlamento intacto, a derrubada de uma lei recém-aprovada pelo Congresso – isto é, no caso de referendo em que a justificativa dos parlamentares não foi aceita e os cidadãos decidiram voltar ao status quo anterior –, pode diminuir a confiança que o eleitorado tem nessa instituição, já que aprovou legislação contrária à opinião da maioria da população.

Uma exceção em relação à preservação do poder do Legislativo ocorre quando os referendos podem derrubar apenas alguns artigos de uma lei. A modificação parcial de uma lei faz com que haja certa redução da estabilidade das políticas (HUG, TSEBELIS, 2002). Esta situação, no entanto, não ocorreu na América Latina no período analisado.

Quando os MDDs iniciados pelo Governo precedem à decisão parlamentar, eles substituem o processo parlamentar e são usados para evitar accountability em decisões difíceis, porque são simplesmente seguidos pelos parlamentares (SETALA, 2006). Santos (2007) diz que MDDs podem desautorizar o Parlamento existente, enfraquecer seu prestígio e autoridade quando permitem que os políticos eleitos sejam deixados de lado e os encoraja a escapar dos assuntos polêmicos, transferindo a decisão e a deliberação para os eleitores.

Gerber e Hug (2001) sintetizam as maneiras como MDDs bottom-up afetam as políticas aprovadas:

Os efeitos podem ser diretos, ou seja, ter consequências imediatas da consulta popular. Estes dão-se de duas maneiras: a) quando os cidadãos aprovam uma lei através de iniciativas populares; b) quando em resposta a ações do Legislativo, rejeitam uma lei através de referendo ou adotam propostas opostas as da Legislatura com iniciativas populares.

Os efeitos podem ser também indiretos, quando as legislaturas reagem à possibilidade de MDDs adotando determinadas propostas para afastar uma ameaça de iniciativa popular ou referendo e evitar perder o poder de agenda. Estes efeitos não dependem do sucesso de uma proposta no voto popular.

Gerber (1996, 1999), através da análise da opinião do eleitor médio estabelecida por surveys sobre leis estaduais americanas a respeito da necessidade de consentimento ou notificação dos pais em caso de aborto de adolescentes e da pena de morte nos estados, tinha mostrado que a possibilidade de iniciativa popular faz com que os legisladores aprovelem medidas mais próximas do eleitor médio. O primeiro caso é resultante do efeito indireto dos MDDs bottom-up (porque nunca foi de fato votado pelos cidadãos) e o segundo, uma mistura de efeitos diretos e indiretos. O grau de proximidade das políticas públicas à preferência do

eleitor médio depende do número de assinaturas requeridas (porque isto pode aumentar o custo para os proponentes da iniciativa, fazendo sua ameaça mais ou menos crível).

Iniciativas populares podem favorecer o Legislativo frente ao Executivo em alguns casos. Isto acontece quando o Presidente tem poder de veto em algumas matérias, mas deixa de ter esse poder sobre as decisões tomadas via voto direto, os parlamentares têm uma escolha ideal diferente do Executivo, e os eleitores se encontram mais perto do Legislativo. Assim, se a habilidade dos grupos de proporem determinada medida não está sujeita ao veto presidencial, esta situação pode fazer com que as políticas aprovadas sejam as preferidas pelo Legislativo e não pelo Presidente. Em outros casos, pode se dar o oposto, mas o eleitor médio sempre sai ganhando (MATSUSAKA, 2008).

Note-se, entretanto, que o favorecimento de políticas propostas por uma ou por outra instituição não está diretamente relacionado à confiança nessas instituições, determinada por vários fatores. A maior exposição dos parlamentares para justificar suas decisões e a proximidade das preferências do eleitor médio, no entanto, sim. Trata-se do que é possível levar dessa literatura focada em MDDs bottom-up para a análise dos modelos construídos para a América Latina, nos quais referendos e iniciativas populares respondem por uma pequena parcela dos mecanismos de democracia direta utilizados.

A seguir, a última seção desse capítulo, que trata das relações do chefe do Executivo ou do governo em geral com os MDDs.

2.7.3 MDDs e o Presidente

Bowler e Glazer (2008) diagnosticam que se a pesquisa empírica sobre o efeito da iniciativa popular nos partidos é esparsa, comparada com a pesquisa sobre seu impacto no governo e governabilidade, ela é muito rica.

Considerações sobre que preferências serão beneficiadas (Legislativo x Executivo) quando iniciativas populares são introduzidas levam a crer que é o Presidente quem se beneficia mais, pois como este é eleito pela maioria dos cidadãos, deve estar mais alinhado com as preferências do eleitor médio (MATSUSAKA, 2008). O mesmo pode ser estendido

para os plebiscitos facultativos iniciados pelo Presidente, sempre que estiver mais próximo do eleitor médio do que o Legislativo.

Porque o escopo de decisões tomadas pelos governadores é um pouco diferente quando há iniciativas populares e quando não há, Matsusaka (2008) esperava que os eleitores avaliassem a performance deles de forma diferente. Com um foco similar ao dessa pesquisa, ele concentra-se em como se comportam os cidadãos americanos no momento em que o chefe do Executivo estadual concorre à reeleição, ou seja, como eles avaliam o desempenho do seu mandato⁴⁹. Nesta tese o foco é na avaliação anual do Presidente e as variações que os MDDs recém utilizados, o número de MDDs acumulado nos últimos dez anos, os diferentes tipos e a natureza dos assuntos abordados podem provocar.

O autor conclui que iniciativas fazem com que os ocupantes de cargos executivos eletivos desempenhem suas funções mais eficientemente nos assuntos que não estão sujeitos à iniciativas populares, como as funções administrativas. Isso porque os cidadãos eliminam o conjunto de assuntos que podem ser votados por iniciativas (e que, portanto, ficam fora das mãos do Executivo) da avaliação que fazem do governo, e se concentram naqueles assuntos que não podem ser decididos através de MDDs, ficando ainda mais críticos em relação estes. Em outras palavras, aplicam sanções mais fortes nas questões que sobram para o governo lidar e esperam que o faça bem. Esses achados, obviamente, dizem respeito a uma situação bem diferente da encontrada na América Latina.

Dalton (2008) mostra achados mais negativos: ele descobre que os estados que possuem iniciativas alcançam avaliações piores nos índices de boa governança (gerência do estado, políticas de educação, performance da política fiscal, etc.) do que os que não possuem. Talvez um bom governo signifique algo diferente para os especialistas que construíram os índices e para os eleitores.

Breuer (2008a) testa se a propensão dos presidentes para promover mudanças através de plebiscitos e sua capacidade de dominar a política estão sujeitas a interação de duas variáveis institucionais (as regras que regulam a competência dos eleitos nos MDDs e os requerimentos mínimos de participação eleitoral) e duas variáveis políticas (a distribuição das preferências no Legislativo – contrárias a do Presidente – e a posição do eleitor médio –

⁴⁹ O que é testado é o efeito do desempenho econômico – considerando separadamente os efeitos decorrentes de um, dois ou quatro anos – na votação do partido governista, comparando estados com e sem iniciativas. Matsusaka conclui que os eleitores incorporam informação de dois anos, portanto, não são tão imediatistas e que punem mais o crescimento dos gastos dos estados se residem em estados com iniciativas, como esperado pela teoria apresentada.

favorável ao chefe do Executivo) nas experiências da Colômbia (2003) e da Bolívia (2004). A autora constata que a interação das regras que regulamentam competência do Presidente com as variáveis políticas é significativa, enquanto a relação dos requerimentos de participação eleitoral é menos clara e sua introdução leva a algum grau de incerteza no processo do MDD. Se os presidentes, em geral, propõem políticas mais próximas às preferências do eleitor médio, é possível que a sua aprovação pelos cidadãos aumente no caso de plebiscitos facultativos e nos mandatórios também, nos quais o Presidente “assume” o papel de responsável pelo MDD.

Abordando campanhas, Vreese e Semetko (2004), p.12) observam que um MDD “may alter the domestic political power equilibrium and it may lead to changes in the approval ratings of parties and political leaders”. A hipótese dessa pesquisa trata justamente da modificação dos níveis de aprovação do líder político maior dos países, que é o Presidente, após a realização de MDDs nacionais.

O próximo capítulo apresenta as variáveis dependentes, isto é, as dimensões mais específicas da democracia latino-americana, para as quais se procuram as variáveis com maior responsabilidade pelas suas variações. Essas dimensões são medidas com proxies que tratam da aprovação presidencial, da confiança no Parlamento e nos partidos e da eficácia do voto. Através dos gráficos exibidos, é possível observar seu comportamento e tendência ao longo do período estudado. As variáveis explicativas que representam o principal interesse dessa tese, os MDDs, também são abordadas a seguir. É demonstrado como se deu a construção dos indicadores dessas variáveis independentes que medem seus efeitos de curto e longo prazo, assim como as diferenças entre os tipos de MDDs e os assuntos envolvidos. Também as variáveis de controle provenientes das explicações rivais institucionalistas, além das culturalistas e de performance do governo, são exibidas com suas justificativas. Por fim, o capítulo seguinte apresenta as razões pelas quais modelos multiníveis são utilizados.

3 POUCAS OBSERVAÇÕES E MUITAS VARIÁVEIS: CONSTRUÇÃO DE INDICADORES E UTILIZAÇÃO DE MODELO MULTINÍVEL

Na Ciência Política brasileira há uma certa hostilidade em relação aos métodos quantitativos, e a abordagem comparativa não é muito comum nas teses produzidas em nos Programas de Doutorado nacionais (SOARES, 2005). A estatística não é utilizada em muitos artigos e dados de surveys não são empregados com frequência (NICOLAU; OLIVEIRA, 2010). Os altos custos das pesquisas de opinião não se apresentam mais como justificativa porque desde os anos 1990 muitos dados foram disponibilizados na internet. O problema é a falta de treinamento nesses métodos (SOARES, 2005).

Na tentativa de contribuir um pouco com o preenchimento dessas lacunas, optou-se por trabalhar com dados secundários do Latinobarómetro (LB). O LB faz surveys anuais que envolvem cerca de 19.000 entrevistas em 18 países latino-americanos.⁵⁰ A Corporação Latinobarómetro é uma organização não-lucrativa e não-governamental que pesquisa o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade, usando indicadores de opinião, atitudes, comportamento e valores. Seus dados são utilizados por atores sociais e políticos, organizações internacionais, governos e meios de comunicação (LATINOBARÓMETRO, 2012).⁵¹

Analisando-se apenas países latino-americanos é possível focar em economias similares. Já que as instituições políticas e as políticas públicas são moldadas em parte pela riqueza das nações (VATTER, 2009; LIJPHART, 2008), variáveis de controle econômicas e institucionais podem se mostrar não significativas para explicar a variação das dimensões do apoio político exploradas, gerando modelos mais enxutos.

O recorte 1996-2010 e 16 nações foi feito em função da disponibilidade de dados para medir as variáveis dependentes dos modelos – a percepção dos cidadãos sobre a eficácia do voto, o Parlamento, os partidos e o Presidente. O primeiro ano em que o Latinobarómetro aplicou surveys foi 1995, porém o fez somente em oito países. Neste ano, uma importante variável de controle, a confiança interpessoal, não esteve presente nos surveys. A República

⁵⁰ Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

⁵¹ Os dados analisados aqui foram coletados pela Means Corporacion Latinobarometro, que é apenas responsável pela distribuição dos dados e não é responsável pelas interpretações feitas pelos usuários dos dados. A autora agradece o fornecimento dos dados. As interpretações apresentadas são exclusivas da autora.

Dominicana foi incorporada somente em 2004, por isso não faz parte das nações analisadas nesta tese. Honduras não possui dados para a aprovação presidencial em um dos anos – variável dependente ou de controle presente em todos os modelos. Além disso, o país passou por um golpe de Estado em 2009. Por essas razões, acabou sendo deixada de fora da análise. Em 1999, a organização não aplicou nenhuma pesquisa de opinião. O total de entrevistados da amostra é de 276.190 cidadãos da América Latina.

Nesse período, dez países da região (Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela) realizaram MDDs, totalizando 29 ocorrências.⁵² Como em três nações houve dois MDDs em um mesmo ano, quando a ocorrência de MDDs é considerada variável binária, com efeito na pesquisa de opinião realizada após a votação, haveria apenas 26 variações. Além disso, outro caso não entra na análise porque a survey de 2010 foi realizada um mês antes das votações. Assim, na maior parte dos modelos, há impacto de 25 casos de MDDs sendo avaliado.

Porém, medindo assim, perde-se em precisão, pois alguns mecanismos de democracia direta realizados no mesmo ano ou em anos diferentes, mas próximos um do outro, podem aumentar o impacto que a realização de MDDs pode ter. O mesmo vale para as eleições, quando mais de uma acontece no mesmo período ou quando ocorridas em anos consecutivos, podem afetar mais uma mesma survey. Também há diferenças se as pesquisas de opinião foram realizadas logo após as votações ou um ano depois. Para dar um pouco de dinamicidade aos modelos, criou-se um indicador de efeitos de curto prazo ponderados, que permite que essas situações sejam consideradas. Assim, das 224 observações país-ano, temos variações em mais de 18,3% dos casos (comparado aos 11,1% quando o MDD é medido como variável binária).

Os modelos multiníveis possibilitam que dados provenientes de diferentes países e anos sejam analisados conjuntamente quando não há observações suficientes para a realização de uma análise seriada. Estes aspectos, além do comportamento de todas as

⁵² O mapeamento dos MDDs ocorridos foi encontrado em Altman (2010) e no Center for Research on Direct Democracy (C2D). Dois casos considerados pelo autor não estão presentes aqui: 1) o pré-referendo no Uruguai, em 2001, porque não alcançou os 25% para ser votado por todos os cidadãos. 2) o plebiscito facultativo peruano para a integração e criação de regiões de 30 ago. 2005. Essa fusão voluntária de governos regionais teria como meta obter um número ótimo de regiões economicamente viáveis (transformando 16 departamentos em 5 regiões). Foi rejeitado por 15 dos 16 departamentos consultados (AHMAD; GARCIA-ESCRIBANO, 2006). Como o Peru é dividido em 25 regiões e a província de Lima, nem todas as regiões foram consultadas, portanto, não se tratou de um plebiscito nacional. O C2D também não o classifica como nacional. Um caso desconsiderado pelo C2D, mas considerado por Altman, foi incluído nesta pesquisa: o referendo uruguaio de agosto de 2002, porque ele foi um caso de ameaça bem-sucedida, desativado pelo governo dias antes do voto através do recuo em relação à lei em pauta.

variáveis testadas, são detalhados nas próximas seções. Inicia-se com a apresentação das variáveis dependentes.

3.1 As variáveis dependentes⁵³

3.1.1 Eficácia do voto

Para medir se o processo democrático parece efetivo para os cidadãos porque há responsividade governamental, utiliza-se a seguinte questão: “Algumas pessoas dizem que o voto pode fazer com que as coisas sejam diferentes no futuro. Outros dizem que independente da maneira que se vote, nada vai mudar no futuro. Qual das alternativas representa melhor seu modo de pensar?”. As respostas foram codificadas como zero para “nada vai mudar” e um para “votar pode modificar as coisas no futuro”, ou seja, trata-se de uma variável dummy. Essa pergunta fez parte das entrevistas nos anos de 1996, 1997, 1998, 2003, 2004, 2005 e 2009. Em 2000, o LB apresentou uma escala onde perguntava se o voto tinha ou não influência sobre os eventos, onde 1 equivalia a forte influência e 5 a nenhuma influência. As duas últimas opções foram transformadas em “nada vai mudar” e as duas primeiras, em “votar pode modificar as coisas”. Na impossibilidade de classificar a categoria intermediária, ela foi transformada em *missing data*. Com isto, perde-se 25% das respostas no ano de 2000. Tal solução não é ideal, mas nos permite avaliar mais 16 observações país-ano (totalizando 112 para essa variável)⁵⁴.

Comparando os surveys dos nove países nos anos em que tiveram ocorrência de MDDs com todo o resto da amostra em que não houve esse tipo de votações, a diferença da média dos dois grupos é de 10 pontos percentuais, como pode ser conferido no quadro abaixo:

⁵³ Outra instituição, o Governo, foi considerada como possível variável dependente, mas não havia dados para 1997, 1998, 2000 e 2001.

⁵⁴ Com os dados ponderados, a variação nos casos de MDDs realizados para essa variável muda apenas em torno de um ponto percentual em relação às outras que têm dados para todos os anos: 12,5% quando a ocorrência é medida de forma binária e 17,2% quando é medida da forma ponderada.

Quadro 6. Estatística descritiva da variável sobre eficácia do voto no grupo de país-ano que teve ocorrência de MDDs e no grupo que não teve

	Ocorrência de MDDs	
	Sim	Não
Valor mínimo	,55	,47
Valor máximo	,79	,77
Média	,70	,60
Desvio-padrão	,458	,489

A média muda bastante quando se separam o grupo de países que tiveram alguma ocorrência do grupo de países que não tiveram nenhum MDD no período analisado. As médias tornam-se praticamente as mesmas, com a dos países que tiveram MDDs sendo inclusive um pouco menor, como é possível perceber no quadro que segue.

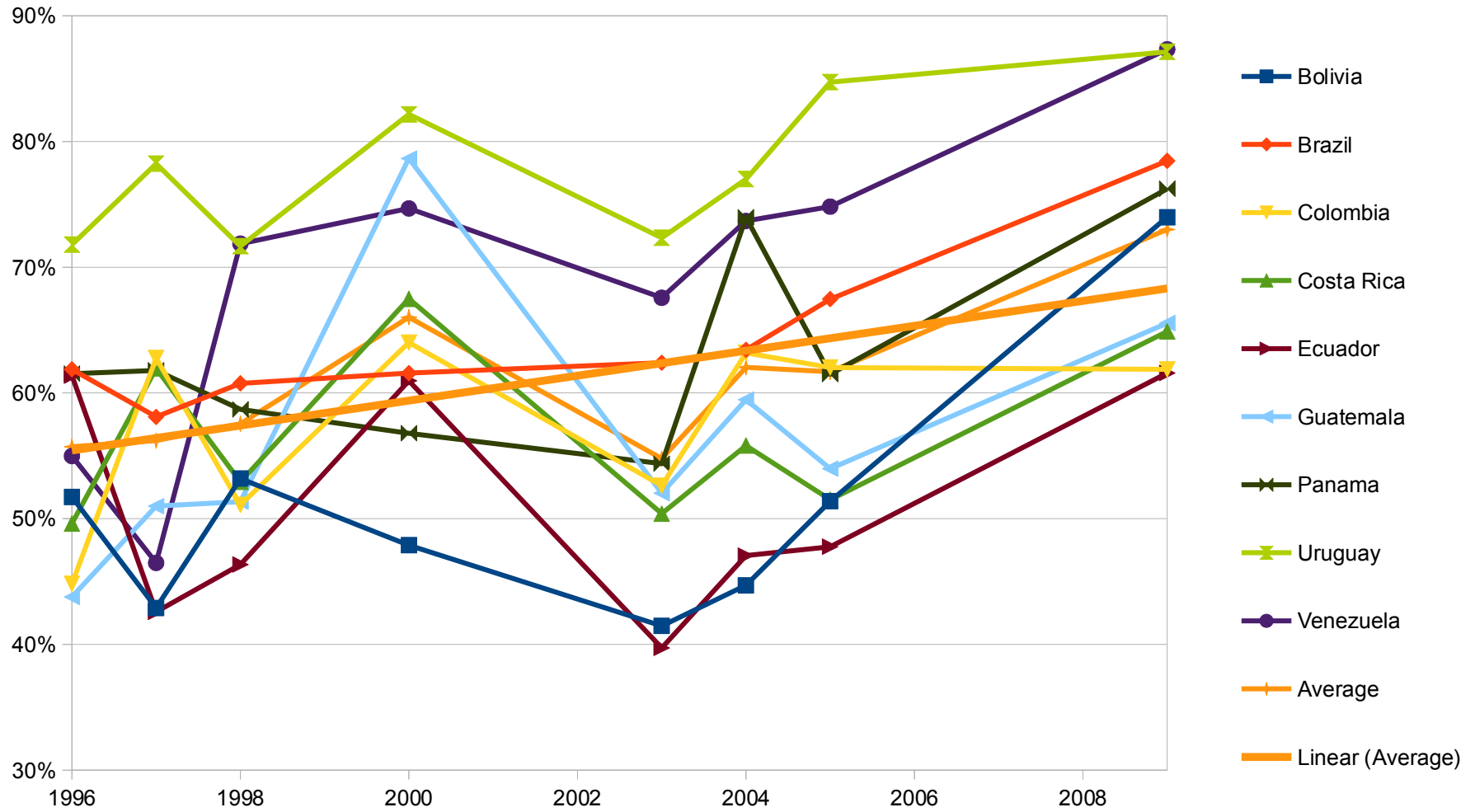
Quadro 7. Estatística descritiva da variável sobre eficácia do voto no grupo de países que teve algum MDD ao longo do período e no grupo que não teve

	MDD ao longo do período	
	Sim	Não
Valor mínimo	,51	,54
Valor máximo	,78	,68
Média	,61	,62
Desvio-padrão	,488	,485

De qualquer forma, há uma tendência de crescimento na percepção da eficácia do voto ao longo dos anos mesmo no grupo de países nos quais foram realizados MDDs⁵⁵. Segue um gráfico que mostra, além dessa tendência, que o ponto mais baixo das percepções sobre a eficácia do voto foi alcançado em 2003, ano que refletiu a crise asiática.

⁵⁵ O gráfico com os 16 países pode ser conferido nos anexos. Também lá encontra-se gráfico que mostra a variação de pontos percentuais dessa resposta entre o primeiro e o último ano – 1996 e 2009.

Gráfico 1. Percentual de respostas “votar pode mudar as coisas no futuro” (dados de 1996-8, 2000, 2003-5 e 2009)



Segundo o LB, apenas cinco países têm mais de 50% dos entrevistados que acreditam na transparência das eleições. Isto apesar de ao longo dos 27 anos de transição democrática, com mais de 200 eleições realizadas, terem ocorrido poucos casos com fortes irregularidades ou denúncias de graves fraudes: o Panamá com Noriega em 1989, Balaguer na República Dominicana em 1994, Fujimori no Peru em 2000, além de problemas nas eleições de El Salvador e da Nicarágua durante a década de 1990, e da Venezuela nos últimos anos.

Voltando para a percepção dos cidadãos, paradoxalmente, em 13 países mais de 50% acredita na eficácia do voto para provocar mudanças. É possível que parte dessas opiniões tenha sido influenciada pelo voto direto dos cidadãos em políticas públicas e mudanças constitucionais. Na realidade, nos países que tiveram MDDs, melhorou significativamente a imagem do voto, algo em torno de 15 pontos percentuais, com exceção do Equador, cuja melhora foi quase inexpressiva.

Em função dos anos em que não foi perguntado sobre esta questão, ficamos com 52,4% dos entrevistados da base de dados, sendo que as não respostas provenientes de “não sei” ou de recusa em responder totalizam menos de 5% – mais exatamente 4,7%, percentual ainda dentro do aceitável. Mais que isso, tornaria-se necessária a utilização de métodos de imputação (HECK, THOMAS, TABATA, 2012).

3.1.2 Congresso

As questões de confiança não são variáveis dummy, elas perguntam quanta confiança o cidadão tem nas instituições e oferecem como possíveis opções as respostas: “nenhuma” (0), “pouca” (1), “alguma” (2) e “muita” (3). No gráfico que segue mostra-se a variação do percentual das respostas “alguma” e “muita” somados. Excluindo-se as não respostas, permanecem 95,5% dos entrevistados da base de dados.

Ao comparar as pesquisas de opinião dos nove países nos anos em que tiveram ocorrência de MDDs com todo o resto da amostra em que não houve esse tipo de votações, a diferença da média dos dois grupos é de ,15 pontos, como pode ser conferido no quadro abaixo:

Quadro 8. Estatística descritiva da variável sobre confiança no Parlamento no grupo de país-ano que teve ocorrência de MDDs e no grupo que não teve

	Ocorrência de MDDs	
	Sim	Não
Média	1,14	,99
Desvio-padrão	,930	,901

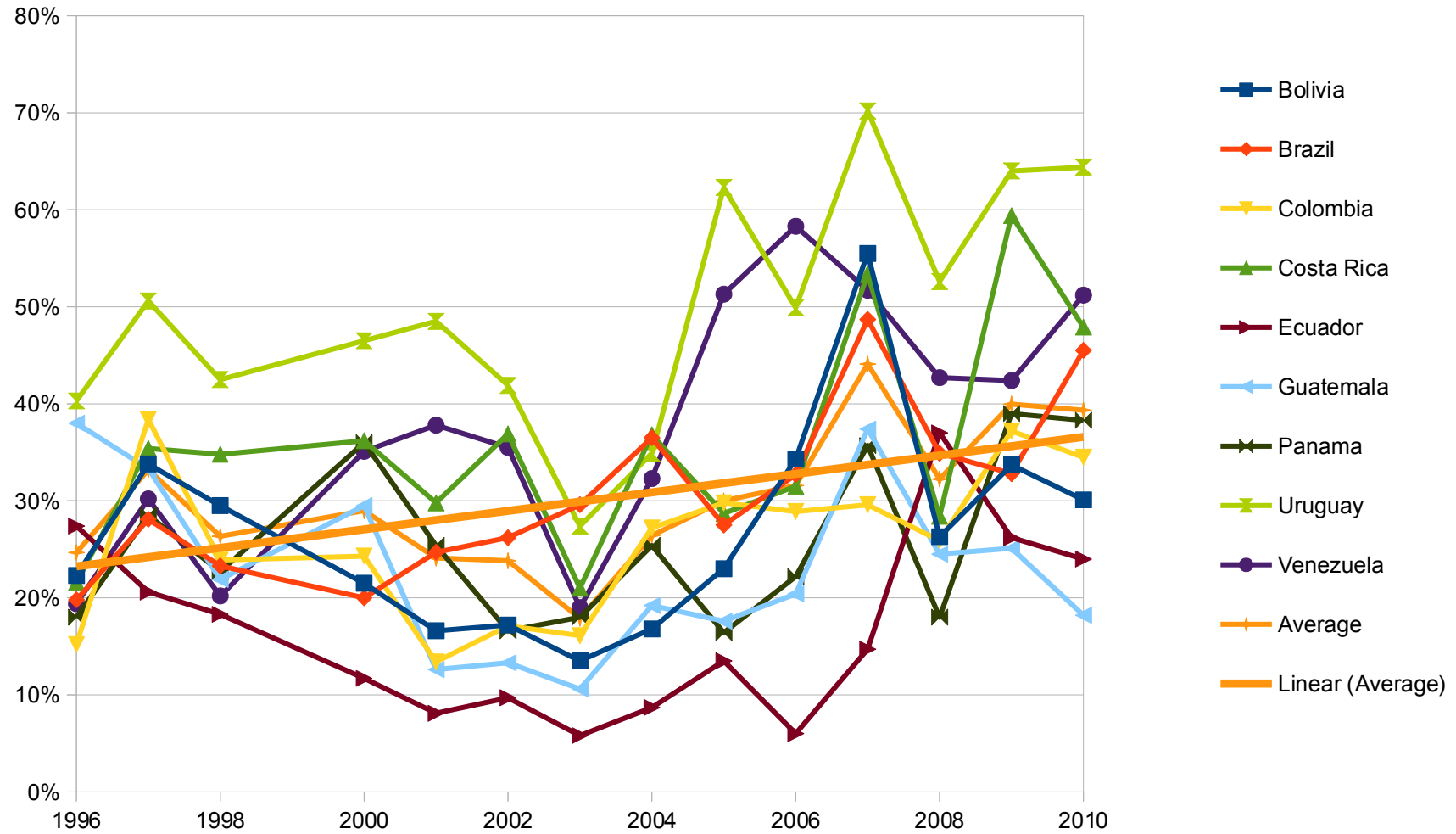
A situação se modifica quando se agregam os países que tiveram alguma ocorrência dos que não tiveram nenhum MDD no período. As médias tornam-se semelhantes, como é possível perceber no quadro que segue.

Quadro 9. Estatística descritiva da variável sobre confiança no Parlamento no grupo de países que teve pelo menos um MDD ao longo do período e no grupo que não teve

	MDD ao longo do período	
	Sim	Não
Média	1,02	,99
Desvio-padrão	,927	,878

De qualquer forma, como se pode ver no gráfico abaixo, os países que tiveram algum tipo de MDD apresentam uma tendência de aumento na confiança no Parlamento ao longo do tempo. O Congresso teve 36% de aprovação como o seu máximo em 1997. A instituição não chegou a recuperar totalmente este percentual depois de alcançar o mínimo de 17% em 2003, mas encerrou a década com 34% em 2009-10. Para fins de comparação, em 2010, na Europa, 31% dos cidadãos confiavam nos seus respectivos parlamentos (EUROBAROMETER, 2010).

Gráfico 2. Percentual de respostas “alguma e muita confiança no Congresso”



Para a América Latina, “it is not necessarily bad news for democracy if citizens trust elected parliamentarians slightly more than they trust one another” (POWER; JAMISON, 2005, p.64). A confiança interpessoal na região fica em torno dos 20%, como será visto mais abaixo.

Entretanto, também há quem confie pouco no Congresso mas o avalie bem. Em 2006, por exemplo, a confiança no Parlamento era de 27%, mas a sua avaliação positiva era de 38%, ou seja, mais de dez pontos percentuais de diferença. Em 2007, a aprovação caiu para 34% (a confiança subiu para 29% – diminuindo essa diferença para cinco pontos) e, em 2008, subiu para 41% (a confiança também subiu, para 31%, voltando a ter uma diferença de por volta de dez pontos). Este comportamento dos dados parece indicar que primeiro é necessário aumentar a avaliação positiva para, um tempo depois, crescer também a confiança, ainda que não se igualem.

3.1.3 Partidos políticos

Excluindo-se as não-respostas relativas à confiança nos partidos, permanecem 97% dos entrevistados da base de dados. Os cidadãos parecem então ter um pouco mais de facilidade de opinar sobre partidos do que sobre o Congresso. No entanto, os partidos políticos são a instituição com menor confiança. Relacionando os surveys dos nove países nos anos em que tiveram ocorrência de MDDs com todo o resto da amostra, a diferença da média dos dois grupos é de ,13 pontos, como pode ser conferido no quadro abaixo:

Quadro 10. Estatística descritiva da variável sobre confiança nos Partidos no grupo de país-ano que teve ocorrência de MDDs e no grupo que não teve

	Ocorrência de MDDs	
	Sim	Não
Média	,90	,77
Desvio-padrão	,892	,838

Isto muda quando o grupos de países que tiveram alguma ocorrência de MDDs é separado dos países que não tiveram nenhum MDD no período. Como acontece com as outras duas variáveis já analisadas, as médias tornam-se muito próximas, como mostra o quadro que segue.

Quadro 11. Estatística descritiva da variável sobre confiança no Partidos no grupo de países que teve pelo menos um MDD ao longo do período e no grupo que não teve

	MDD ao longo do período	
	Sim	Não
Média	,79	,78
Desvio-padrão	,857	,830

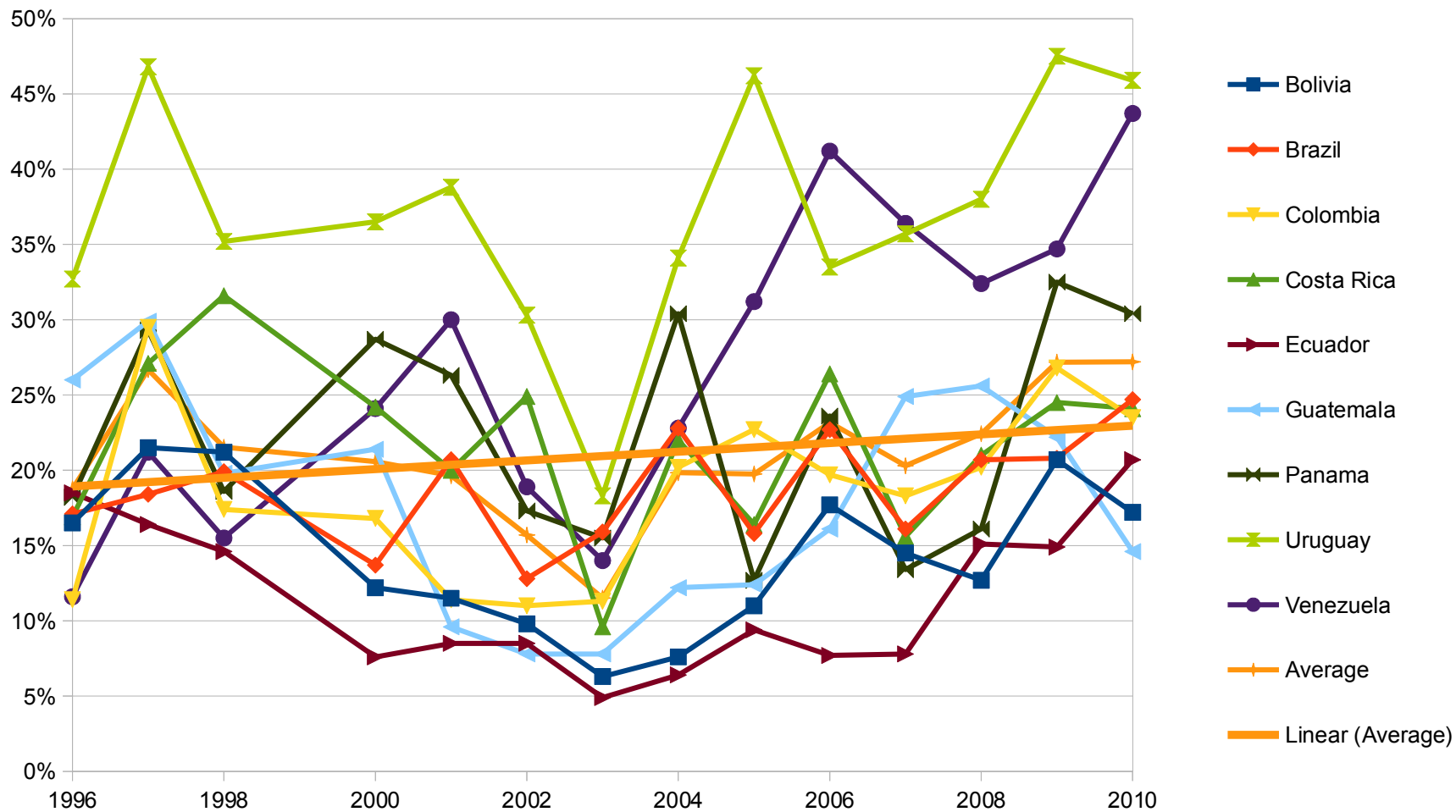
De qualquer modo, de acordo com o gráfico a seguir, há uma leve tendência de crescimento. O ponto mais baixo também foi em 2003, quando a média esteve em 16%, e os respectivos pontos mais altos, no começo da sequência temporal (1997) e no seu final (2009-2010), com média de 27%.

Assim como no caso do Parlamento, existe uma certa discrepância entre a confiança e a boa avaliação dos partidos, mas a série dos dados não segue o mesmo comportamento do que o Congresso: em 2006, por exemplo, a avaliação positiva alcançava 29%, enquanto que a confiança, 22%. Em 2007, a avaliação caiu para 22% (a confiança para 20%) e em 2008 voltou a restabelecer-se, com 30% (a confiança permaneceu com o mesmo percentual, ou seja, os dois indicadores tinham dez pontos percentuais de diferença).

Outra contradição se dá entre a confiança nos partidos políticos e a disposição de votar em uma agremiação partidária específica:

¿si casi el 90% desconfía de los partidos, porqué un 42% está dispuesto a votar por ellos? [...] Hay una incongruencia entre la opinión y el comportamiento hacia la política. La opinión concuerda con la agenda informativa, y el comportamiento la contradice. (INFORME, 2003, p.44, grifo nosso)

Gráfico 3. Percentual de respostas “alguma e muita confiança nos Partidos”



Na Venezuela, em 2008, por exemplo, se codificaram 85 partidos e movimentos nos quais as pessoas votariam se houvesse eleições naquele período, o que evidenciaria a ausência de um sistema de partidos para articular a representação no país (INFORME, 2008). No entanto, esse país não apresenta seus menores índices de confiança nestes ou no Congresso no ano em questão. Inclusive, a Venezuela está entre os países melhor classificados nesse quesito.

Ainda que variáveis ordinais não devam ser tratadas como contínuas, pois a distância entre uma categoria de resposta e outra não é exatamente a mesma, apenas para se ter uma ideia de quão juntas caminham as duas instituições, a correlação na amostra total entre confiança no Congresso e nos partidos é de ,545. Quando esta é separada por países, o menor percentual encontrado na Bolívia (,436) e o maior em El Salvador (,608). Ainda, quando são consideradas as variações dentro dos anos nas nações, encontramos a menor correlação também na Bolívia de 2007 (,268) e a maior na Guatemala de 1997 (,755) – esta última, por exemplo, em 2002 apresentou correlação de ,299, ou seja, menos da metade do que foi encontrado cinco anos antes. Isto é, embora tenham algumas explicações em comum, nem sempre essas duas instituições andam no mesmo passo, além de variarem bastante internamente.

3.1.4 Aprovação presidencial

A questão sobre a aprovação do Presidente também é uma variável dummy. Ela foi formulada assim: “Você aprova ou desaprova o modo como a atual administração chefiada pelo/a (nome do/a Presidente) está conduzindo o país?”. A resposta “desaprovo” foi codificada como zero e “aprovo” como 1. Entretanto, esta questão começou a fazer parte dos surveys somente em 2002 – permanecendo nos questionários até 2010.

A solução encontrada para os anos anteriores a 2002 foi utilizar a variável confiança no Presidente dos anos 1997-8 e 2000-1 como proxy para a aprovação. Desta forma, as opções “nenhuma confiança” e “um pouco de confiança” foram transformados em “desaprovo” (codificadas como zero), e “alguma confiança” e “muita confiança” em

aprovação (codificadas como 1).⁵⁶ Com os dados ponderados, permanecem 94,3% dos entrevistados da base de dados.

Comparando as pesquisas de opinião dos nove países nos anos em que tiveram ocorrência de MDDs com todo o resto da amostra, a diferença da média dos dois grupos é de 10 pontos percentuais, como pode ser conferido abaixo:

Quadro 12. Estatística descritiva da variável sobre aprovação presidencial no grupo de país-ano que teve ocorrência de MDDs e no grupo que não teve

	Ocorrência de MDDs	
	Sim	Não
Valor mínimo	,39	,29
Valor máximo	,78	,64
Média	,55	,45
Desvio-padrão	,497	,497

Quando se agregam os países que tiveram qualquer ocorrência dos países que não tiveram nenhum MDD no período, as médias tornam-se semelhantes, como é possível perceber no quadro que segue.

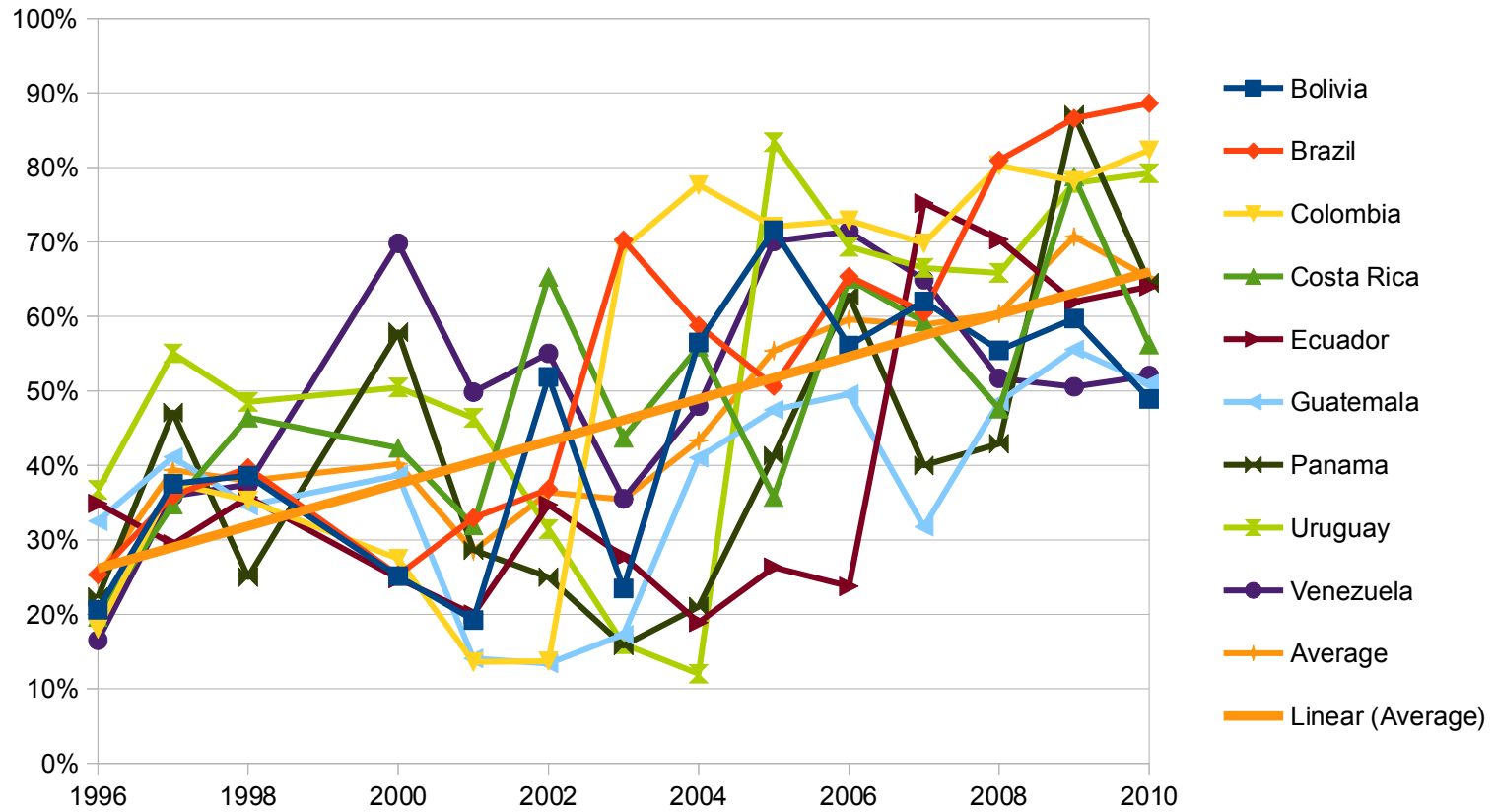
Quadro 13. Estatística descritiva da variável sobre aprovação presidencial no grupo de países que teve pelo menos um MDD ao longo do período e no grupo que não teve

	MDD ao longo do período	
	Sim	Não
Valor mínimo	,39	,29
Valor máximo	,54	,64
Média	,47	,45
Desvio-padrão	,499	,498

Como mostrado no gráfico abaixo, nos últimos anos, 2009-10, a aprovação presidencial gira em torno de 65-70%. Suas menores médias foram 25% em 1996 e 28,5% em 2001.

⁵⁶ Ainda assim, permanece-se sem poder avaliar os dados de 1996 nos modelos com essa variável. Como alternativa, utiliza-se como proxy a confiança no governo.

Gráfico 4. Percentual de respostas de aprovação presidencial



Apesar das adaptações que foram feitas devido a ausência da mesma questão em todos os anos, é possível afirmar que essa variável se comporta diferente das outras em relação aos reflexos da crise de 2002 em 2003, pois a pergunta foi exatamente a mesma nesses dois anos e a média dos países foi muito semelhante, isto é, não apresentou grande queda de um ano para o outro, como ocorreu nos gráficos anteriores.

Para comparação, em 2010, nos 18 países da América Latina, a média de confiança no governo era 45%, na Europa, apenas 29% dos cidadãos entrevistados confiava nos seus governos (EUROBAROMETER, 2010).

A aprovação do governo, por sua vez, vem aumentando desde 2002, de 36% a 56% em 2010. No entanto, entre 2009 e 2010, diminuiu 4 pontos, passando de 60% a 56%. Ela aumentou junto com a confiança, no entanto, a confiança não diminuiu nos últimos dois anos, apesar de 2009 ter sido o pior ano da crise para a região.

A melhora da avaliação também reflete a diminuição da frequência com que presidentes da região não conseguem terminar os seus mandatos. De 1992 a 2012, dezesseis chefes do Executivo passaram por essa situação, mas somente dois nos últimos sete anos.⁵⁷

Quase todas as instituições aumentaram sua confiança em 2006, ano de muitas eleições, menos o Congresso. Os latino-americanos apreciam uma “democracia experiencial”: à medida que vivem competições eleitorais, votam e informam-se, aumentam sua confiança nas instituições em general. “Esto indica que la interacción de vida de los ciudadanos con las instituciones es un mecanismo necesario para crear confianza” (INFORME, 2006, p.31). Constatação que vai na mesma linha da hipótese dessa pesquisa.

3.2 Variável independente testada de diferentes formas

Da *explicação institucional*, a principal expectativa aqui é que a percepção da eficácia do voto, a confiança que os cidadãos têm nos partidos e Parlamento, e a avaliação

⁵⁷ Argentina: Fernando De la Rúa (2001); Brasil: Fernando Color de Mello (1992); Bolívia: Gonzalo Sánchez de Lozada (2003); Carlos Mesa (2005); Eduardo Rodríguez Veltzé (2006); Ecuador: Abdalá Bucarâm (1997); Jamil Mahuad (1999); Lucio Gutiérrez (2005); Guatemala: Jorge Serrano Elías (1993); Haiti: Jean-Bertrand Aristide (2004); Honduras: Manuel Zelaya (2009); Paraguay: Raúl Cubas Grau (1999), Fernando Lugo (2012); Perú: Alberto Fujimori (2000); República Dominicana: Joaquín Balaguer (1994); Venezuela: Carlos Andrés Pérez (1993).

presidencial sejam impactados pelos mecanismos de democracia direta.⁵⁸ Esses MDDs – e as eleições – são testados das seguintes formas:

3.2.1 Ocorrência de MDDs nacionais – efeitos de curto prazo binário e ponderado

Apenas eventos nacionais foram selecionados porque os MDDs dos estados são mais difíceis de mapear e porque, considerando que os cidadãos geralmente possuem níveis baixos de informação política e que a maior atenção da mídia é para o âmbito nacional, as pessoas respondem às questões dos surveys pensando mais provavelmente na esfera nacional, o que dificulta uma análise estadual (DYCK; LASCHER, 2009).

Como Zaller (1992, p.79-80) já havia descoberto, as preferências políticas da população têm uma propriedade fundamental: “a tendência das pessoas a serem ambivalentes (talvez até de forma inconsciente) e lidar com essa ambivalência tomando decisões com base nas ideias que estão mais salientes”. Para os casos estudados aqui, é mais provável que os cidadãos lembrem do processo de votação de um MDD, da campanha e do papel que as instituições e o Presidente tiveram ao responder às pesquisas de opinião quando suas avaliações foram coletadas não muito tempo após as votações. Por essa razão, o efeito da ocorrência do MDD é esperado nas survey aplicadas depois das consultas populares, mas é testado também considerando a distância em meses dos MDDs para as pesquisas de opinião, dado que quando mais recente é o evento, mais influenciadas por eles as respostas devem ser. Estudo empírico já demonstrou que o crescimento maior na percepção de eficácia política externa dos cidadãos na primeira semana de campanha, indicando que o aumento real dá-se por tomarem conhecimento da existência do MDD (MENDELSON, CUTLER, 2000).

Sabe-se que pelo menos no que diz respeito ao estímulo à participação eleitoral, o efeito de curto prazo dos MDDs – mobilização partidária nas campanhas, saliência das iniciativas populares, homogeneidade partidária, heterogeneidade da rede social individual dos eleitores e atalhos fornecidos pela elite no ambiente informacional que envolve a votação – é muito maior do que o de longo prazo, relacionados com a teoria da democracia

⁵⁸ Em 2009, uma questão do Latinobarometro perguntou se as pessoas achavam que participar em plebiscitos ou consultas populares era bom ou ruim. A média para os 18 países de respostas “muito bom” foi de 20,1%, de “bom”, 47,7%, de “médio”, 21,4%. Portanto, apenas 10,7% pensava que participar de MDDs era ruim ou muito ruim. Além dessa questão, nenhuma outra abordou diretamente os MDDs.

participativa, isto é, o empoderamento dos cidadãos expostos regularmente a um ambiente educativo (DYCK, SEABROOK, 2010). Essa ideia pode ser estendida para outros efeitos nos cidadãos, como sua confiança nas instituições e aprovação presidencial.

Entretanto, como as pessoas parecem precisar de mais de uma experiência para aprender como funciona o processo de um MDD e para apreciar participar deles (MORRELL, 1999)⁵⁹, assim como os atores envolvidos podem aprender como desempenhar melhor seus papéis conforme vão participando desse tipo de processo, é razoável que um segundo MDD realizado no próximo ano não encontre o escore desse tipo de votação naquele país zerado, mas com alguma pontuação que represente a experiência acumulada com MDDs.

A construção de um índice mostra-se interessante também para os casos em que mais de um MDD foi votado no mesmo ano em um país. Uma variável binária de ocorrência de MDD não diferenciaria esses casos. No total, houve 29 ocorrências no período, mas os venezuelanos votaram dois diferentes MDDs em 1999, os uruguaios votaram em dois MDDs distintos em 2009, os equatorianos votaram MDDs em 2006 e 2007, mas ambos votos com efeito esperado na coleta de dados no último ano, e a survey de 2010 foi realizada um mês antes do MDD do Peru deste ano, de forma que poderíamos apenas avaliar o efeito de 25 desses eventos⁶⁰. A forma ponderada de medir a ocorrência de MDDs aumenta a variação dessa variável independente.

Na impossibilidade de se utilizar uma análise de séries temporais dos 16 países citados, porque existem apenas 14 observações em cada um deles ao longo do tempo, o índice consegue adicionar ao modelo alguma dinamicidade da seguinte forma: é considerado que o efeito maior do MDD se dá nos surveys que ocorrem em torno do período das votações, diminuindo conforme os meses vão passando⁶¹. O pequeno número de observações, especialmente no que diz respeito aos anos, não permite que os dados demonstrem por quanto

⁵⁹ O experimento descobriu que as percepções de curto prazo do processo participativo foram influenciadas majoritariamente pelo status de vencedor/perdedor dos cidadãos (se eles votaram no que foi aprovado ou não), mas fazendo parte de mais processos, a participação afetou positivamente as suas avaliações em geral.

⁶⁰ Criar uma variável com valores zero, um e dois para contemplar esses países particulares, por dizerem respeito a apenas 1,3% dos casos, faz com que a possibilidade de se encontrar coeficientes significativos para essa categoria seja pequena. Tratar como uma variável escalar não é possível porque a distância entre a não ocorrência de MDD e a ocorrência de um, e entre a ocorrência de um e dois MDDs não é a mesma.

⁶¹ Ao longo de 15 anos de surveys anuais do Latinobarometro, foi constatado que “cuando hay elecciones en un país el apoyo a la democracia sufre un empujón, que en la mayor parte de las es veces pasajero” (INFORME, 2010, p.41). O problema de pesquisa dessa tese diz respeito às dimensões mais concretas do apoio à democracia, à performance dos processos democráticos, instituições e autoridades, além de incluir também MDDs, mas o efeito pode ser semelhante. Esses números, no entanto, “se ajustan rápidamente al año anterior al nivel ‘natural’ de ese país” (INFORME, 2009, p.20).

tempo esse efeito residual estende-se, de modo que o período teve que ser estabelecido arbitrariamente.

Vatter (2009) construiu um índice para aprimorar a classificação das democracias de Lijphart que incorpora democracia direta. Ele considerou o uso de MDDs nos últimos dez anos⁶², a previsão constitucional dos diferentes tipos de MDDs⁶³, e se é necessária maioria qualificada ou se existe exigência de quorum específico para que a decisão do MDD seja válida.

Ladner e Brandle (1999), no entanto, não encontram correlação entre a ocorrência de MDDs bottom-up e as previsões constitucionais dos cantões suíços (entre 1991 e 1996). Na realidade, uma correlação entre previsão e uso não é necessariamente esperada no caso desses tipos específicos de MDDs, já que somente a ameaça de um MDD pode modificar o que é aprovado pelo Legislativo (MATSUSAKA, 2008).

Além disso, na América Latina, como em alguns casos primeiro se decide realizar um MDD para depois aprovar lei que o respalde (o plebiscito facultativo do Presidente Carlos Mesa na Bolívia é um exemplo disso), como até que um caso ocorra é difícil dizer quando a lei a que nos referimos não é simplesmente “letra morta” (ALTMAN, 2012) e como boa parte da legislação da região é recente e os casos não são tantos assim (uma média de dois por ano, em um conjunto de dezesseis países), previsão constitucional e uso estão correlacionados, isto é, não se medem aspectos tão diferentes com as duas variáveis, de forma que foi escolhido deixar de fora as previsões constitucionais.

Ladner e Brandle (1999) encontraram pouca evidência da relação entre o “preço” da democracia direta (assinaturas, dias de coleta, etc.) e o uso dos MDDs. Na América Latina, na mesma linha, o país que mais usa iniciativas populares e referendos (o Uruguai) é o que exige o maior número de assinaturas para convocar essas consultas.

Por fim, quanto à questão da inclusão de critérios de participação mínima cidadã nos MDDs, embora a existência destes critérios possa, em geral, levar a soluções mais consensuais, porque é necessário que um número maior de pessoas esteja envolvido (o que acontece no caso dos plebiscitos mandatórios e facultativos), essas exigências tornam a ameaça de um MDD bottom-up menos efetiva, o que faz com que as posições de alguns

⁶² Bowler e Donovan (2002) utilizam o número acumulado de MDDs para fazer sua análise em relação ao impacto das iniciativas sobre a percepção de eficácia política dos cidadãos desde que cada estado adotou o procedimento. Testes calculando apenas as iniciativas dos últimos 12 anos deram o mesmo resultado. Tratando a variável como dummy para os estados que permitem as iniciativas também apontou efeito significativo, porém menos consistente.

⁶³ Critério utilizado por Altman (2012).

atores deixem de ser seriamente consideradas nas negociações ocorridas no Parlamento (HUG, TSEBELIS, 2002). Assim, se estes critérios fossem incluídos no índice, teriam que ter pontuações diferentes em cada tipo de MDD, e para os tipos de MDDs não é considerado o efeito ponderado.⁶⁴

Ainda, mesmo que a existência desses limites pareçam forçar uma maior participação por parte do eleitorado, isso nem sempre é verdade, pois alguns atores políticos, como organizações não-governamentais ou partidos, podem se envolver em campanhas de boicote para apoiar o lado da discussão que percebem que perderia no voto. Dessa forma, ao invés de prevenir distorções de resultados devido ao baixo comparecimento eleitoral, ou seja, a adoção de políticas respaldadas apenas por uma minoria, e com isso dar mais legitimidade aos resultados, às vezes, a realidade acaba gerando efeitos perversos (ALTMAN, 2010).

Aguiar-Conraria e Magalhães (2009), examinando os requerimentos de quorum em MDDs ocorridos na Europa, entre 1970 e 2007, descobriram que o quorum mínimo não é alcançado precisamente porque ele existe, pois acaba aumentando a abstenção em mais de 10 pontos percentuais (ou seja, termina por aprovar ou reprovar políticas de forma menos consensual e menos legítima). Além disso, no casos em que um grupo inteiro não vota, normalmente os conservadores, em última instância, isto faz com que o voto não seja mais secreto, introduzindo formas de pressão não democrática (AGUIAR-CONRARIA; MAGALHÃES, 2010). Essas situações podem ser observadas em alguns países, como na Colômbia, por exemplo. Outras nações, como a Bolívia, em que o voto é obrigatório, têm a tradição de ter baixo comparecimento de qualquer jeito, independente da votação, isto é, sem campanhas de boicote organizadas.

Assim, como o efeito do quórum é bastante complexo, sendo inclusive comum na realidade latino-americana a obrigatoriedade do voto, seria necessário mais aprofundamento no tema para encontrar a melhor maneira de incluir esses aspectos com implicações diferentes para diferentes tipos de MDDs.

Considerados sob efeito dos MDDs apenas os entrevistados que se encontram na survey seguinte às votações, tem-se impacto dos MDDs em apenas 11,1% deles. Outro problema dessa forma de aferir o efeito é que a distância entre as pesquisas de opinião e os MDDs variam de poucos dias para mais de um ano e meio, situação que desconsidera muitos acontecimentos entre o evento e a coleta dos dados.

⁶⁴ Como os capítulos seguintes demonstram, o impacto de cada tipo de MDD é diferente de acordo com a dimensão analisada, de forma que não é possível transformar essa variável em uma variável contínua.

A maior distância encontrada entre a realização de um MDD e a próxima survey foi de 17,5 meses (no plebiscito mandatório do Panamá de 1998). Considerando essas limitações empíricas, mas também as limitações dos próprios cidadãos de armazenar informações que não dizem respeito a questões com que lidam cotidianamente, convencionou-se que quando a pesquisa de opinião é realizada nos dois meses anteriores ao MDD, período que engloba a campanha para a votação, maior cobertura midiática sobre o assunto e maior atenção dos cidadãos para resolverem se irão votar e como, e nos dois meses posteriores, quando o resultado da votação é declarado, as decisões começam a enfrentar outros tipos de questões, como implementação das políticas, e a atenção ao tema ainda é grande, atribui-se o valor 5. De quatro em quatro meses, considera-se que o efeito diminui um ponto: de 2 a 6 meses de distância entre os MDDs e os surveys, atribui-se o valor 4; de 6 meses a 10 meses afere-se o número 3, de 10 a 14, o valor 2 e, por fim, de 14 a 20, o número 1 é atribuído.⁶⁵

Dessa forma, afere-se o efeito da votação dos MDDs de forma mais acurada e com uma variação de quase 20% dos casos (18,3%). Possibilita-se, inclusive, a adição de mais um caso, a iniciativa cidadã do Peru de 2010, que aconteceu um pouco antes dos surveys daquele ano⁶⁶. As diferenças maiores entre as duas formas de aferir o impacto das eleições pode ser vista no quadro abaixo, em cinza.

⁶⁵Quando os valores estão nos limites entre uma categoria e outra, o valor que determinado é a média entre elas, por exemplo, se são exatamente 10 meses entre o MDD e a pesquisa de opinião, atribui-se 2,5.

⁶⁶ Foi realizada em 3 de outubro de 2010, um pouco depois da finalização da coleta de dados, ocorrida de 3 a 30 de setembro.

Quadro 14. Valores dos MDDs ponderados. Em negrito os anos assinalados como MDDs na classificação binária, em fundo cinza, as discrepâncias⁶⁷

	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
BO								5	2	4	1	5	4,5	
BR									5	2				
CO							5	3						
CR											5	2		
EC	3	3	1							5	6	6	2	
GT				3										
PA				1						5	2			
UY		2		4			2	3,5	2,5				10	4
VE				8	5	1		5	2		5	2,5	3	1

⁶⁷As pesquisas de opinião foram realizadas entre um e dois meses antes das votações. A distribuição das frequências desses valores pode ser encontrada nos anexos dessa pesquisa.

3.2.2 Efeitos de longo prazo – número acumulado de MDDs

Pelas razões citadas acima, sobre o efeito das experiências repetidas de participação em MDDs (MORRELL, 1999), um grande número de MDDs ocorridos na última década deve fazer com que a percepção dos cidadãos sobre as dimensões da democracia sejam mais positivas do que se apenas um MDD tivesse ocorrido.

Utilizar o critério de contar dez anos a partir de quando a survey foi aplicada foi uma decisão arbitrária. A justificativa é que muito mais do que isso, muitos cidadãos não teriam participado dos MDDs por questões de idade (eram muito jovens para votar) e vários outros teriam esquecido da experiência. Além disso, Bowler e Donovan (2002) não encontraram diferença significativa entre considerar os MDDs ocorridos nos últimos 12 anos ou desde que MDDs passaram a ser realizados nos estados americanos.

Dessa forma, os valores da variável MDDs cumulativos são diferentes de zero em 48,3% dos casos, sendo 24,2% assinalados com apenas 1 MDD no seu histórico, 8,9% com 2 MDDs, 7,1% com 3 e o restante, entre 4 e 6, responsáveis por algo entre 2,2% e 3,1% dos casos.

Essa variável foi ponderada e centrada, assim, a interpretação dos modelos é possível quando a variável de ocorrência binária de MDDs também é adicionada, pois não há situação em que o número cumulativo de MDDs seja zero e haja ocorrência de um MDD. Entretanto, se a o número acumulado de MDDs é algo em torno da média usada para centrar a variável (1), interpretar a ocorrência se torna viável.

3.2.3 Ocorrência de eleições nacionais

Eleições e MDDs têm mais em comum do que o voto: eles têm seus períodos de campanha em que mais informação a respeito de políticas públicas e do processo de tomada de decisão é disponibilizada e os atores políticos e institucionais mostram-se mais próximos dos cidadãos.

Ainda que MDDs possam fazer os cidadãos se sentirem mais influentes nos resultados da política do que quando eles votam para candidatos (BOWLER, DONOVAN, 2002), as eleições também afetam as percepções de responsividade governamental, já que os eleitores têm uma nova chance de escolher os atores que irão decidir sobre assuntos importantes. Além disso, como mencionado anteriormente, as eleições influenciam também a confiança nas instituições, e, de sobremaneira, a aprovação presidencial, pois o primeiro ano de governo costuma ser aquele em que os cidadãos ainda não se desiludiram com as promessas não cumpridas do chefe do Executivo, seja por questões contextuais, impossibilidade de completa realização, falta de informações na época da campanha, ausência de vontade política, necessidade de negociações, etc.

Como variável binária, são considerados sob o efeito das eleições nacionais – presidenciais ou para Assembleia Constituinte – os casos que se encontram na survey seguinte às eleições. As situações variam de pesquisas de opinião realizadas dias após até um ano e meio depois das votações (como foi o caso das eleições nacionais do Equador, em 1996). Quase 75% dos casos são considerados como não sofrendo influência específica das eleições.

No entanto, é possível utilizar a mesma lógica empregada para aferir o peso da distância em meses dos MDDs em relação os surveys e do número de MDDs realizados no mesmo período. Então, em torno de 55% dos casos passam a ser classificados como não tendo impacto significativo das eleições. Ou seja, incluem-se 20% mais casos e se consideram matizes de influência, ao contrário da forma em que os resultados são gerados quando utilizada a variável anterior⁶⁸.

Na tabela abaixo, onde há negrito, significa que foi codificado como variável binária de ocorrência de eleição. Os valores equivalem à ponderação da distância entre a votação e os surveys, e se houver, o efeito cumulativo de mais de uma eleição. Em cinza, destacam-se as maiores diferenças entre as duas formas de medição, ocorridas em função de se considerar o período de campanha eleitoral como já tendo impacto nos surveys da mesma forma do que naquelas que foram aplicadas até dois meses após as votações.

Essa maneira alternativa de aferir impacto gera, então, variação de 18,3% nos casos sob efeito de MDDs, e 44,7% nos casos sob impacto de eleições.

⁶⁸ O quadro com a distribuição das frequências dos valores dessa variável pode ser visto nos anexos.

Quadro 15. Valores das eleições ponderadas. Em negrito os anos assinalados como eleições na classificação binária, em cinza, as discrepâncias⁶⁹

	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AR ⁷⁰	2	2,5	1	4	1	1,5	4	2	2,5	1	5	2	2	0,5
BO		3	1			5	2			2,5	1,5		5	3
BR			5	1			4,5			7,5	4			7,5
CO			6			7,5	2			5,5	1,5			7,5
CR			2,5			4	1			3				3
CH				7	1,5					4,5			5	4,5
EC	7,5	1,5	5,5	1,5			3			7,5	8	2	4	1
ES ⁷¹		1,5		2				4	1	1,5	1		4,5	
GT	4			7	1,5			5,5			7,5	3		
MX		3			2,5					4	1			
NI	5	1,5				4				5	2			
PA				3				5	1				4	1
PY			3				4	2				4	1	
PE				5	8	3				5,5	1,5			
UY				6,5	1,5				3				7,5	3,5
VE			5	6	3					5	3			5

⁶⁹ Para os casos em cinza: as pesquisas de opinião aconteceram por volta de um ou dois meses antes das eleições.

⁷⁰ Na avaliação binária, eleições nacionais apenas para o Parlamento não foram consideradas. Aqui foram consideradas como tendo metade dos efeitos das eleições para Presidente ou para Presidente e parlamentares simultaneamente.

⁷¹ Idem nota 69.

3.2.4 Os tipos de MDDs

De acordo com o que foi anteriormente apresentado, os MDDs dividem-se nos seguintes tipos e apresentam esta frequência quando considerado apenas o efeito do último ou mais importante MDD na pesquisa de opinião seguinte:

Quadro 16. Frequência do impacto da ocorrência dos tipos de MDD na próxima survey⁷²

Tipo de MDD	Porcentagem
Sem MDD	88,9
Plebiscito Facultativo	4,0
Iniciativa Popular	1,3
Plebiscito Mandatório	4,5
Referendo Facultativo	1,3
Total	100,0

Em alguns modelos que envolvem os tipos de MDDs são adicionados termos de interação entre estes e as eleições, para que se possa saber, além do coeficiente do tipo quando todas as outras variáveis são mantidas constantes (na sua média ou em zero), portanto, quando não há eleições, o que acontece quando os dois tipos de votação ocorrem no mesmo período.

O único tipo que não tem interação com eleições é o referendo. Ao contrário, todas as iniciativas populares ocorrem no mesmo período das eleições. Como dos onze plebiscitos facultativos, dois são realizados anteriormente a outro MDD no mesmo período, dos nove, um terço tem essa interação presente. Dos dez mandatórios (um ocorre no mesmo dia que uma iniciativa popular, a qual teve maior votação), quase metade deles acontecem proximamente a eleições. Segue um quadro com tais interações.

⁷² As porcentagens equivalem a nove plebiscitos facultativos, três iniciativas populares, dez plebiscitos mandatórios e três referendos facultativos.

Quadro 17. MDDs ocorridos simultaneamente a eleições por tipos⁷³

Bolívia	Iniciativa popular de 2006
Uruguai	Iniciativa popular de 2004 (efeito em 2005)
	Iniciativa popular de 2009 (efeito em 2010)
	Plebiscito mandatório de 1999 (efeito 2000)
Guatemala	Plebiscito mandatório de 1999 (efeito em 2000)
Panamá	Plebiscito mandatório de 1998 (efeito em 2000)
Venezuela	Plebiscito mandatório de 1999 (efeito 2000)
	Plebiscito facultativo de 2000 (efeito em 2001)
Equador	Plebiscito facultativo de 1997
	Plebiscito facultativo de 2007

3.2.5 Natureza das questões dos MDD

Por fim, o último aspecto dos MDDs testado nos modelos trata da abrangência (quantidade das transformações aprovadas ou rejeitadas por vez) e da relevância dos assuntos envolvidos na votação. A relevância das propostas é estimada de acordo com estudos de caso realizados por outros autores sobre os MDDs em questão (visibilidade e escopo)⁷⁴. A distribuição da frequência em que os casos são afetados por cada uma das categorias pode ser vista no quadro abaixo.

Pelo menos no que diz respeito à frequência das categorias, eles seguem a lógica para alcançar maior legitimidade: se é para convocar os cidadãos para decidir, que seja sobre muitos assuntos, dentre os quais há alguns muito relevantes. Se for para ser sobre poucos assuntos, que sejam suficientemente importantes para boa parte da população, de outra forma, todo o esforço para juntar informações para decidir votar ou não e em que alternativa pode não valer a pena aos olhos dos cidadãos. Quanto a votar para manter ou retirar o Presidente, para isso existem eleições. Dentro dessa mesma categoria, votar para convocar uma Assembleia Constituinte não dá ao cidadão a palavra final em nenhuma política concreta.

⁷³ Em cinza os MDDs que não puderam ser considerados no modelo sobre eficácia do voto.

⁷⁴ Como Budge (2001) fez para aferir a força dos partidos nos países e territórios que analisa em estudo citado anteriormente.

Quadro 18. Natureza das questões afetando a primeira survey após realização de MDD⁷⁵

Natureza dos Assuntos	Porcentagem
Sem MDD	88,9
Presidente/Assembleia Constituinte	1,3
Poucos assuntos menos relevantes	1,3
Poucos assuntos muito relevantes	3,6
Muitos assuntos	4,9
Total	100,0

Em relação aos modelos que incluem a natureza dos assuntos, também é importante ver que diferença faz se eles são votados junto a eleições. Segue um quadro com os casos que possuem essa interação:

Quadro 19. MDDs ocorridos simultaneamente a eleições por assuntos⁷⁶

Equador	1997 – muitos
Guatemala	1999 (efeito em 2000) – muitos
Panamá	1998 (efeito em 2000) – muitos
Venezuela	1999 (efeito em 2000) – muitos
Bolívia	2006 – poucos muito relevantes
Uruguai	2004 (efeito em 2005) – poucos muito relevantes
Uruguai	1999 (efeito em 2000) – poucos menos relevantes
Uruguai	2009 (efeito em 2010) – poucos menos relevantes
Venezuela	2000 (efeito em 2001) – poucos menos relevantes
Equador	2007 – convocação de Assembleia

Como mostra o quadro, existem interações em todas as categorias. Na categoria Presidente/Assembleia Constituinte, quando adicionada a interação, os dois MDDs sobre o Presidente são classificados no efeito direto, e apenas a única convocação da Assembleia na interação. Dos dez muitos assuntos, há quatro interações; nos oito poucos assuntos muito

⁷⁵ As porcentagens equivalem a três MDDs sobre o Presidente ou a convocação de Assembleia Constituinte, três sobre poucas questões menos relevantes, oito sobre poucos assuntos muito relevantes e onze sobre muitos assuntos.

⁷⁶ Em cinza os MDDs que não puderam ser considerados no modelo sobre eficácia do voto.

relevantes, duas. Os poucos assuntos não muito relevantes basicamente só acontecem junto às eleições (apenas um fica de fora da interação).

A ideia inicial era especificar modelos que contivessem tanto tipo de MDD quanto natureza das questões. No entanto, não é possível esse modelo sem a interação entre essas variáveis, pois na realidade nunca quando o tipo for diferente de zero os assuntos são zero. O problema é que com interações entre as três variáveis (tipos, assuntos, eleições) há um número muito pequeno de casos em cada uma delas. A solução foi a construção de um índice tipo-assunto. Entretanto, com diferentes efeitos dos tipos e dos assuntos dos MDDs de acordo com a variável dependente que se quer explicar (aprovação presidencial, confiança nas instituições ou eficácia do voto), o índice não apresentou utilidade. Além disso, como os valores atribuídos no índice não têm correspondência direta com a realidade, a comparação entre seu coeficiente com o das outras variáveis é sempre complicada e depende da escala em que o índice é colocado.

3.3 Variáveis de controle

Gelman e Hill (2007) sugerem que devem permanecer nos modelos as variáveis de controle com coeficientes estatisticamente significativos ou, pelo menos, com o sinal predito pelas teorias. Nessa pesquisa, a título de parcimônia, para serem mantidas nos modelos, seus coeficientes, além estatisticamente significativos, precisam também ser minimamente relevantes, ou não serão incluídos. As seguintes variáveis são testadas:

1) Nível de democracia: apesar de Colen (2010), trabalhando com dados sobre a América Latina coletados em 2005, não ter encontrado correlação entre a confiança nas instituições e o índice da Freedom House, este índice e o Polity IV são testados. A autora sugere que isso pode ser um problema gerado pelo pequeno número de países analisados ou pela pequena variação do índice.

O índice de democracia liberal da Freedom House monitora as liberdades políticas através de 10 itens⁷⁷ e as liberdades civis por meio de 15 itens⁷⁸. O índice é de 7 pontos, sendo

⁷⁷ Como processo eleitoral, pluralismo político/ existência de legislatura representativa e inclusiva, além do funcionamento do governo.

⁷⁸ Como a auto-determinação das minorias étnicas, a liberdade de expressão religiosa, a liberdade acadêmica, a liberdade de associação, iguais oportunidades e igualdade de gênero, os direitos à propriedade privada, a

considerados mais livres os países próximos a 1, parcialmente livres os intermediários e não livres os próximos a 7. No período analisado, os 16 países possuem valores entre 1 e 4,5, com média 2,6 e concentração de 38,9% da amostra entre 2,5 e 3. O primeiro número classifica a nação como livre, o segundo, como parcialmente livre – onde há maior concentração dos países aqui estudados, como pode ser conferido no quadro a seguir:

Quadro 20. Frequência dos casos no Índice da Freedom House

Valores	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
1,0	10,7	10,7
1,5	12,1	22,8
2,0	12,0	34,8
2,5	17,9	52,7
3,0	21,0	73,7
3,5	13,8	87,5
4,0	10,2	97,7
4,5	2,3	100,0
Total	100,0	

Para esta pesquisa, os valores desse índice são invertidos para que façam sentido nos modelos.⁷⁹

A Polity IV tem um índice que vai de -10 a +10. Os países variam de 1 a 10 e têm média 7,83, sendo que 35% estão avaliados como 8, e 87,5% de 7 para cima, como se pode ver no quadro a seguir:

possibilidade de escolher com quem se casar, a ausência de exploração econômica, o Estado de Direito – independência do judiciário.

⁷⁹ Entre os problemas da constituição desse índice encontram-se: a falta de transparência; não é claro que algumas das dimensões incluídas nas liberdades civis são componentes válidos para medir a democracia propriamente dita; a construção da medida sofre de problemas de fusão e redundância; as pontuações são mostradas agregadas, o que não permite que outros pesquisadores construam outras medidas e não torna o índice uma ferramenta útil para os tomadores de decisões políticas (NORRIS, 2011).

Quadro 21. Frequência dos casos na categorização da Polity IV

	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
1	2,8	2,8
3	,4	3,2
4	1,3	4,5
5	2,7	7,2
6	5,3	12,5
7	18,7	31,3
8	35,7	67,0
9	18,7	85,7
10	14,3	100,0

Altman (2012) lembra que esses índices costumam fazer um bom trabalho diferenciando democracia de autoritarismo, mas não são igualmente competentes para distinguir as democracias entre si, motivo pelo qual propõe um novo índice que leve em conta MDDs.⁸⁰ Peterlevitz (2011), no mesmo sentido, sugere adicionar a utilização de MDDs à dimensão da participação nos índices que mensuram a democracia.

2) Índice Federalismo - Representação Proporcional: o federalismo leva ao compartilhamento de poder porque diferentes partidos, com diferentes projetos, podem estar no comando do país, dos estados e municípios, de forma que os cidadãos têm mais chances de se sentirem representados em alguma esfera (ANDERSON ET AL., 2005). As pessoas podem perceber seu voto como mais eficaz se elas elegeram pelo menos um candidato que as represente em alguma instância de poder, podem sentir que os partidos políticos estão mais próximos delas porque estes podem focar-se nos seus problemas locais, e o Parlamento pode apresentar soluções mais consensuais se tem que considerar a representação das províncias.

Entretanto, dos 16 países analisados apenas Argentina, Brasil, México e Venezuela são estados federais – dois tiveram MDDs; um teve muitos casos e o outro, poucos. Considerando somente essa variável, poderia-se não encontrar significância estatística ou encontrar uma relação inversa da esperada pela teoria por causa da pouca variação e da determinação dos coeficientes em função de poucos casos. A solução encontrada foi a

⁸⁰ O autor não encontra qualquer relação entre o seu índice e o da Freedom House e correlação fraca entre aquele e à Polity V.

consideração conjunta de instituições de compartilhamento de poder. Para compor o índice, um ponto é aferido aos países que possuem sistemas federados e zero para os países centralizados.

A representação proporcional também leva à partilha do poder porque as minorias encontram melhor representação, portanto, mais pessoas podem sentir que o governo é responsivo, que os partidos merecem confiança, e que a deliberação no Parlamento inclui suas posições (ANDERSON ET AL., 2005). Porém, a variação dessa variável é ainda menor: apenas três países tem um sistema misto: Bolívia, México e Venezuela – dois deles utilizaram muitos MDDs. Nenhuma das nações consideradas têm sistema majoritário. Além disso, dois destes países também possuem sistema federal. Para a construção do índice, nações com sistema misto recebem 0,5, enquanto que as demais recebem um ponto.

Assim, em vez de se ter duas variáveis separadas no modelo, cujos valores seriam 0 e 1, com somente 3 e 4 casos divergindo do restante em cada uma delas, tem-se um índice com casos que têm quatro diferentes escores: 0,5, relativo a 6,2% dos casos, 1 – a categoria com maior frequência de casos: 68,8% –, 1,5 e 2, ambos valores respondem por 12,5% dos casos. A média é de 1,15.

Uma argumentação comum sobre os *trade-offs* dos diferentes tipos de sistemas é que os majoritários possibilitariam que os eleitores mudassem o governo e tivessem políticas decisivamente diferentes. Entretanto, neste caso, eles deixariam de ser responsivos a diferentes minorias. Essas minorias são melhores representadas no sistema proporcional, mas a mudança radical de políticas tornaria-se difícil (DIAMOND, MORLINO, 2004). Sobre esse dilema, Lijphart (2008) lembra que o propósito da accountability e da identificação dos responsáveis pelas políticas é manter o governo alinhado com as preferências dos eleitores. Quando a distância entre governo e eleitor médio foi mensurada com base na escala direita-esquerda, esta mostrou-se menor nas democracias consensuais do que nas majoritárias. Ou seja, identificação e responsabilização tornam-se menos necessárias em modelos de democracia mais consensuais.

3) Institucionalização partidária: Altman (2010) sugere que MDDs podem ter funções diferentes quando os sistemas partidários são estáveis e institucionalizados ou quando são incipientes e fluidos. A volatilidade eleitoral é uma maneira de avaliar a institucionalização partidária⁸¹. É testado se esta faz diferença também na percepção dos cidadãos.

⁸¹ Dados disponíveis em: <<http://americo.usal.es/oir/opal/indicadores.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

Grande volatilidade partidária costuma ser interpretada como evidência do declínio das lealdades partidárias, entretanto, quando eleitores mudam seu voto, eles votam para candidatos que são de outros partidos, ou seja, eles continuam votando em partidos. O que acontece é uma tendência de identificar o futuro dos partidos com o futuro dos partidos estabelecidos (BUDGE, 2001). Se os partidos que existem não são mais representativos de boa parte dos interesses dos cidadãos, é normal que outro surja e se fortaleça, como foi o caso da Frente Ampla no Uruguai e de novos partidos em outras nações da região. A média da volatilidade é de 29,80 e esta varia entre 4,2 e 69,75. Para fazer sentido na interpretação dos modelos, os valores são invertidos.

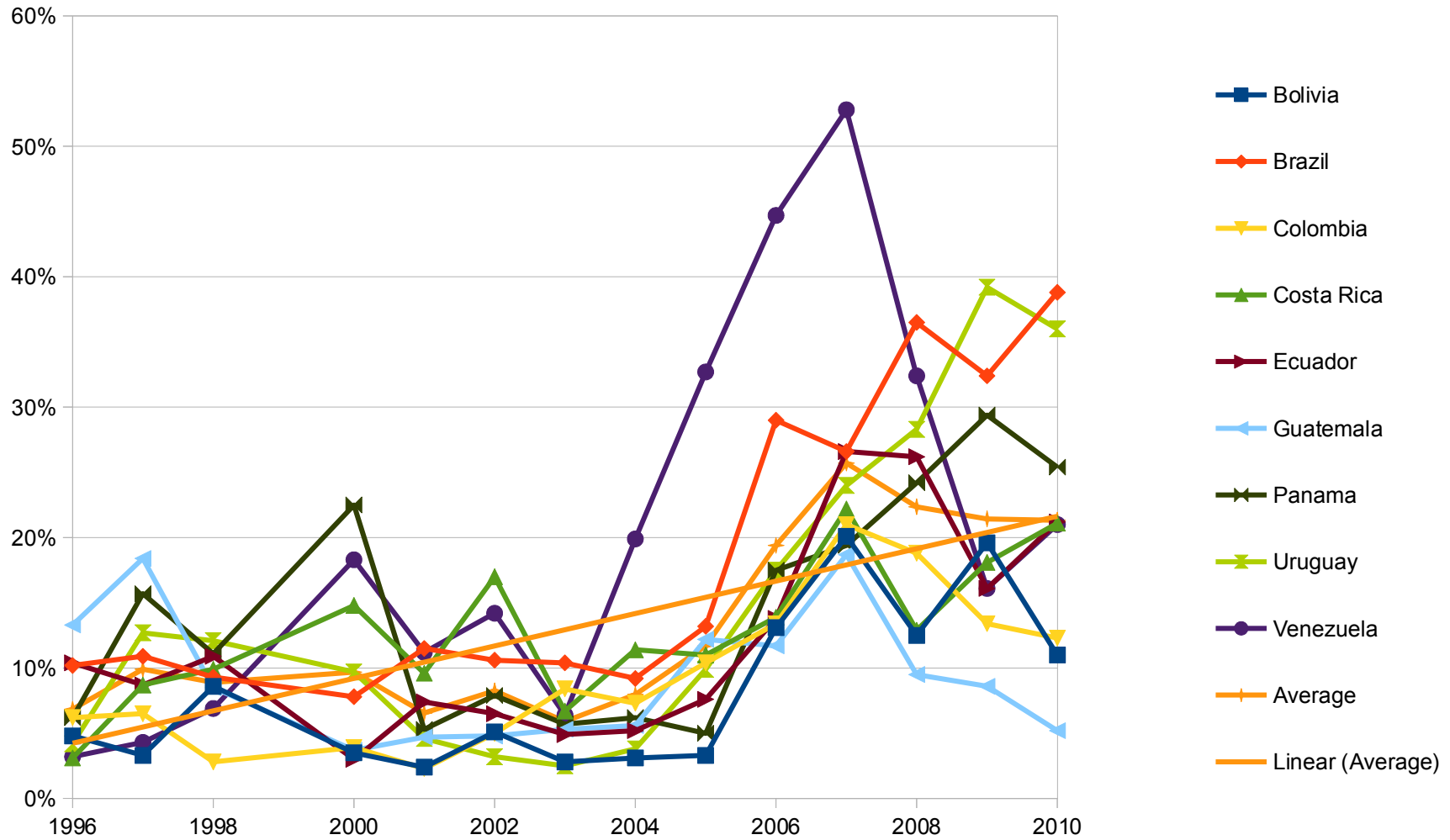
Da explicação baseada na *performance do governo*, as seguintes variáveis de controle são utilizadas:

4) Aprovação presidencial, confiança no Congresso e nos partidos: como variável de controle, a primeira é utilizada porque os cidadãos provavelmente pensam mais frequentemente que votar pode mudar as coisas quando eles aprovam o governo do Presidente. Além disso, se o chefe do Executivo está fazendo um bom trabalho, um pouco dessa avaliação deve influenciar a percepção sobre seu partido e o desempenho do Legislativo. Colen (2010), por exemplo, encontrou que o apoio ao Presidente está associado com o aumento da confiança nas instituições na América Latina em 2005. Se Congresso e partidos são dignos de confiança, é provável que os cidadãos acreditem que o voto tem poder de mudar o futuro.

5) Situação econômica atual dos países: descobriu-se que as pessoas em geral diferenciam a avaliação da situação econômica do país e sua situação econômica pessoal. A primeira tem apresentado-se como melhor preditor para explicar o apoio à democracia (MCALLISTER, 1999; MILLER, LISTHAUG, 1999), por isso, esta é a variável utilizada como controle para a conjuntura econômica⁸². A pergunta foi formulada da seguinte maneira: “Em geral, como você descreve a situação econômica atual do país?” A resposta “muito ruim” foi classificada como zero, “ruim” como um, “média” como dois, “boa” como três e “muito boa” como quatro.

⁸² Além disso, a variável pessoal não faz parte dos surveys de 2007.

Gráfico 5. Percentual de respostas “boa” e “muita boa” à pergunta sobre a situação econômica do país



O gráfico acima demonstra uma tendência de crescimento até 2007. Após este ano, em função da crise iniciada nos Estados Unidos, que depois espalhou-se para o resto do mundo, houve uma queda na boa avaliação dos cidadãos sobre a situação econômica, juntamente com a queda no crescimento do PIB.

Alguns indicadores do nível do sistema como o coeficiente Gini, o desemprego, a inflação e o crescimento do PIB, que afetam o bem-estar dos cidadãos, também são testados como controle⁸³. Em estudos anteriores, no entanto, os efeitos das variáveis econômicas do nível do sistema têm se mostrado muito fracos quando comparados com o efeito da percepção dos cidadãos sobre a economia no que diz respeito ao apoio político em todos os seus níveis (MCALLISTER, 1999).

6) Coeficiente Gini: este coeficiente mede a desigualdade entre os níveis de renda. Zero significa perfeita igualdade, onde todo mundo tem exatamente a mesma renda. Cem expressa a máxima desigualdade, em que apenas uma pessoa possui toda a renda do país. Para a interpretação dos modelos fazer sentido, os valores são invertidos.

No quadro abaixo, encontram-se as médias do coeficiente Gini por países, sendo a pior da Bolívia e a melhor da Nicarágua. As médias dos anos permitem acompanhar a evolução da América Latina como um todo, especialmente após a decaída em 2002, sendo os melhores resultados alcançados em 2010.

Devido ao fato de que números absolutos desprezam as melhorias do indicador, a mudança anual nesse coeficiente (diferença em pontos percentuais) também é testada, adicionando assim um pouco de dinamicidade aos modelos, ainda que exista a limitação de a melhora de um ponto percentual de 35,78 para 34,78 (melhor índice Gini alcançado pelo Peru, que teve bons números em 1996 e 1997, mas piorou bastante de 1998 em diante) não ser equivalente a melhora de um ponto percentual de 62,78 (pior índice, alcançado pela Bolívia) para 61,78. As alterações vão de menos 5,91 até mais 5,49 pontos percentuais.⁸⁴

⁸³ Dados extraídos de: <<http://data.worldbank.org>>. Acesso em janeiro 2013.

⁸⁴ A maior decaída foi em 1998, e os maiores avanços deram-se em 2004

Quadro 22. Média do coeficiente Gini nos 16 países latino-americanos e em 14 anos

País	Média	Desvio Padrão	Ano	Média	Desvio Padrão
Argentina	49,5558	2,92766	1996	51,8048	5,93787
Bolívia	58,1441	1,68674	1997	51,5624	6,83288
Brasil	57,9877	2,17567	1998	52,9264	5,05697
Colômbia	57,8292	1,19492	2000	53,1589	5,36771
Costa Rica	48,6281	1,84966	2001	53,5306	4,64485
Chile	53,6940	1,43662	2002	53,9795	5,10700
Equador	53,1000	2,35350	2003	53,0435	4,87918
El Salvador	50,3435	2,68594	2004	51,6779	4,71088
Guatemala	56,1888	1,25175	2005	51,3507	4,50412
México	48,5056	1,44664	2006	51,0671	4,94596
Nicaragua	42,5985	2,59369	2007	50,9467	5,07658
Panamá	55,4762	2,11140	2008	49,9686	4,93043
Paraguai	54,8420	2,16422	2009	49,9160	4,65167
Peru	49,7354	5,78011	2010	49,5048	5,12925
Uruguai	45,5976	1,54486	Total	51,7466	5,33723
Venezuela	45,7821	3,24387	-	-	-
Total	51,7466	5,33723	-	-	-

7) Desemprego: não ter fonte regular de renda pode ser o bastante para que os cidadãos desaprovem o Presidente da vez, assim como se for recorrente, pode afetar a confiança nas instituições e na eficácia do voto como instrumento de mudança da situação futura.

Como mostra o quadro abaixo, o país com a menor taxa de desemprego é a Guatemala, já o país com a maior, a Argentina, com número cinco vezes maior. Na América Latina como um todo, o ano com a menor média de desemprego é 1997, e a maior em 2002, com quase o dobro. Embora demonstre uma tendência de diminuição depois deste último ano, não chega a alcançar os números do segundo ano de medição.

Quadro 23. Média do desemprego nos 16 países latino-americanos e em 14 anos

País	Média	Desvio Padrão	Ano	Média	Desvio Padrão
Argentina	12,7191	3,73023	1996	9,0126	4,26202
Bolívia	4,5028	,89624	1997	5,4269	1,67336
Brasil	8,4085	,96687	1998	8,6433	3,90157
Colômbia	12,7691	1,60827	2000	9,0927	4,22676
Costa Rica	6,1126	,85006	2001	9,2986	4,56777
Chile	7,9653	1,11910	2002	10,1616	4,59008
Equador	8,5892	1,93040	2003	9,6632	4,33991
El Salvador	6,9405	,54991	2004	8,6998	3,40510
Guatemala	2,4000	,67581	2005	8,0113	2,89708
México	3,6851	,90009	2006	7,2894	2,45230
Nicaragua	8,7088	3,25283	2007	6,5396	2,23701
Panamá	10,7992	3,26398	2008	6,3532	2,35846
Paraguai	6,5763	1,53497	2009	7,0858	2,10984
Peru	8,3691	1,47756	2010	6,8186	1,95180
Uruguai	11,6179	3,19351	-	-	-
Venezuela	11,3868	3,08506	-	-	-

8) Inflação: atinge em cheio principalmente os grupos de cidadãos que têm a maior parte de sua renda comprometida com necessidades básicas, ou seja, a maioria da população, e se muito alta ou persistentemente alta pode fazer com que o apoio político dos cidadãos decresça. Isto se os salários não são atualizados na mesma velocidade em que os preços sobem.

A menor média de inflação, como se pode ver no quadro abaixo, é a do Panamá, quase 14 vezes menor do que a Venezuela, país com a maior taxa de aumento de preços. Já a maior média anual é a do primeiro ano de medição, enquanto que a menor (3,5 vezes) acontece em 2009.

Quadro 24. Média da inflação nos 16 países latino-americanos e em 14 anos

País	Média	Desvio Padrão	Ano	Média	Desvio Padrão
Argentina	7,0246	7,02275	1996	19,3916	21,99300
Bolívia	5,5547	3,71279	1997	13,1626	12,28699
Brasil	7,1094	3,59362	1998	11,7032	10,43677
Colômbia	8,7747	5,76464	2000	11,9359	22,12428
Costa Rica	11,2196	2,80391	2001	7,3489	8,59023
Chile	3,9766	2,10617	2002	8,2448	7,27310
Equador	19,4884	24,68076	2003	8,9716	7,75376
El Salvador	3,8201	2,25887	2004	6,4362	5,02948
Guatemala	7,2134	2,47281	2005	6,6096	3,94674
México	8,9900	8,42194	2006	6,2921	3,85052
Nicaragua	8,8016	4,13747	2007	6,8761	4,03890
Panamá	2,1830	2,17915	2008	10,7296	6,25669
Paraguai	8,2534	2,99517	2009	5,4593	5,89901
Peru	3,9319	3,10741	2010	5,6449	6,26177
Uruguai	10,8072	6,84771	-	-	-
Venezuela	30,1418	21,03394	-	-	-

9) Crescimento do PIB: as pessoas costumam separar sua situação econômica da situação econômica do país, e basear o seu apoio ao regime no que acontece no âmbito macro-econômico nacional.

Pode-se observar no quadro abaixo que a menor média de crescimento do PIB deu-se em El Salvador, já a maior, no Panamá (quase três vezes maior). A menor média anual da América Latina deu-se em 2009, reflexo da crise, enquanto a maior havia sido em 2007 (quase sete vezes maior).

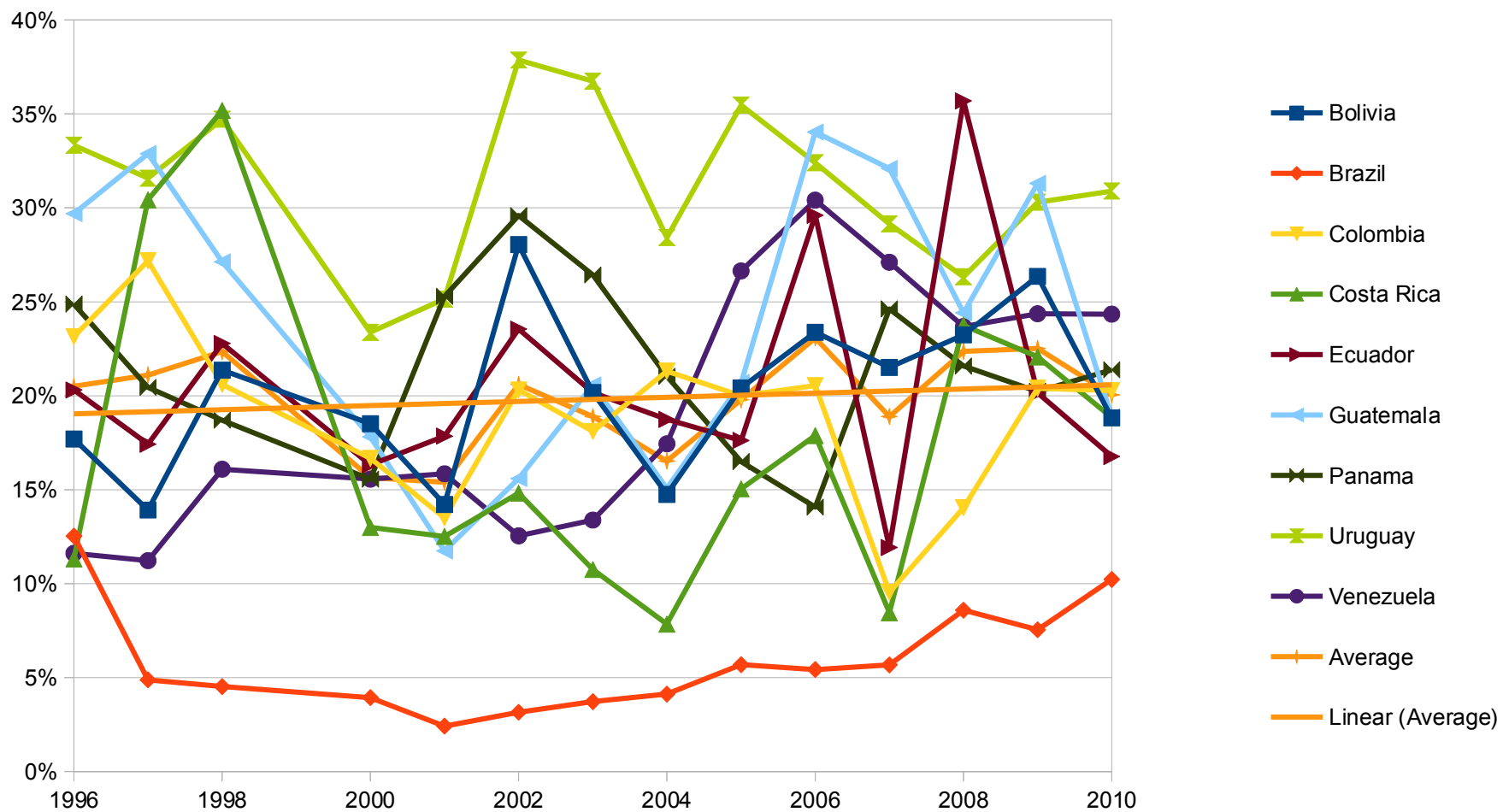
Quadro 25. Média do crescimento percentual do PIB nos 16 países latino-americanos e em 14 anos

País	Média	Desvio Padrão	Ano	Média	Desvio Padrão
Argentina	4,8520	5,96828	1996	3,2663	2,15555
Bolívia	3,9481	1,18859	1997	5,4269	1,67336
Brasil	3,3057	2,24641	1998	3,2791	2,56128
Colômbia	3,6687	1,80957	2000	2,7156	2,40581
Costa Rica	4,3069	2,92163	2001	1,1942	2,39868
Chile	4,3364	2,04767	2002	,0913	4,88866
Equador	4,1141	2,16	2003	2,6435	3,31627
El Salvador	2,2079	1,78383	2004	6,0630	3,66357
Guatemala	3,5294	1,37652	2005	5,7501	2,09866
Mexico	2,9662	3,25759	2006	5,8947	2,03418
Nicaragua	3,4114	1,87271	2007	6,5414	2,54555
Panamá	5,9478	3,17756	2008	5,0232	2,60877
Paraguai	2,7908	4,87801	2009	-,3606	2,57755
Peru	4,8884	3,28005	2010	5,6323	3,59968
Uruguai	3,3897	4,77052	-	-	-
Venezuela	3,2111	7,16286	-	-	-

Finalmente, da *explicação cultural* mencionada anteriormente, as seguintes variáveis de controle são utilizadas:

10) Confiança interpessoal: para a pergunta “falando de modo geral, você diria que você pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca se é cuidadoso o suficiente ao lidar com os outros?”, a resposta “nunca se é cuidadoso em demasia para lidar com os outros” foi classificada como zero e “pode-se confiar na maioria das pessoas” foi codificada como um.

Gráfico 6. Percentual de respostas “pode-se confiar na maioria das pessoas”



Como é possível observar no gráfico acima, a média da confiança nos concidadãos fica em torno de 20%, um pouco mais baixa no início do período mensurado e um pouco mais alta no fim. Diferentemente da maioria das outras variáveis exploradas nos outros gráficos, que costumam ter um ponto baixo comum, o comportamento desta assemelha-se mais ao da aprovação do Presidente, que é diferente em cada país, embora com um escopo de variação bem menor.

Outras variáveis que podem apontar mudanças culturais são controladas, como educação (as categorias estão assim divididas: zero para analfabetos, um para ensino primário incompleto, dois para ensino primário completo, três para secundário incompleto, quatro para secundário completo, cinco para educação superior incompleta e seis para educação superior completa), idade (zero para 18-25, um para 26-40, dois para 41-60, e três para 61 anos ou mais) e, finalmente, sexo, porque a política e os altos cargos da sociedade são essencialmente um terreno masculino⁸⁵ (apesar de algumas mulheres terem sido eleitas pela primeira vez para Presidente em alguns países no período analisado), pode ser que elas sejam mais desconfiadas por terem uma menor participação nessas esferas e posições. É codificada como zero para mulher e um homem.

Na próxima seção, os modelos utilizados para analisar os dados desta pesquisa são abordados.

3.4 Função logística e modelos multiníveis

Para lidar com variáveis dependentes dicotômicas, a função logística binária é utilizada. No caso das variáveis ordinais, a função logística ordinal. O modelo de regressão logística é um tipo de modelo linear generalizado que expande o modelo de regressão linear ao vincular a série de números reais ao intervalo 0-1. Se regressão linear é utilizada com uma variável binária, os erros (isto é, resíduos) de um modelo de probabilidade linear violam os

⁸⁵ Talvez uma exceção se encontre na Bolívia, no final do período analisado, em que, com efeito de uma fórmula eleitoral inovadora (o distrito trinomial) combinada com uma cota de 30% fez com que o número de mulheres na Assembleia chegasse a 33% (INFORME, 2007).

pressupostos de homocedasticidade e normalidade dos erros de uma regressão dos mínimos quadrados, resultando em erros-padrão e teste de hipóteses inválidos.⁸⁶

Quando a função logística é usada, os coeficientes são apresentados em odds ratio (razão das chances), ou seja, a razão de probabilidade de um evento ocorrer em um grupo (resposta codificada como 1, por exemplo) em relação a probabilidade de ocorrência desse evento no outro grupo (resposta codificada como zero).

Modelos (generalizados lineares) multiníveis são rodados de forma que os dados de vários anos e vários países possam ser incluídos. Além disso, as análises multiníveis conseguem distinguir entre os efeitos das variáveis do âmbito dos indivíduos e os efeitos relativos aos países e aos anos que determinado grupo de cidadãos faz parte. Esta estrutura descrita é chamada de classificação cruzada (FIELDING, GOLDSTEIN, 2006), isto é, o ano em que a survey foi aplicada afeta a percepção dos indivíduos (eles estão agrupados dentro dos anos) e o país em que o cidadão reside afeta suas opiniões (eles também são agrupados por país).

Os efeitos desta estrutura são aleatórios. Modelos multiníveis trabalham com efeitos fixos e aleatórios: se a variável, tal como a ocorrência de MDD, afeta a média da população, seu efeito é fixo. Se o efeito é associado com o procedimento de amostragem (como país e ano), ele é aleatório.

Testando-se a introdução de somente uma variável do âmbito dos países por vez pode-se saber o quanto da variação entre os países que não era explicada pelas variáveis do âmbito dos indivíduos passa ser explicada por aquela. No entanto, esta tarefa é realizada com mais exatidão quando se trabalha com variáveis contínuas. No caso das variáveis qualitativas, isto é, das variáveis dependentes dessa pesquisa, a definição da precisão dos modelos e das estimativas de variância é determinada com menos acuracidade.

As amostras foram balanceadas de forma que países com 1.200 entrevistados não pesem mais nos resultados do que países tiveram 1.000, 800 ou 600 cidadãos respondendo aos surveys.

A justificativa de utilização de um modelo hierárquico está no fato de que as médias dos países são diferentes, e também são diferentes as médias dos anos, como se pode perceber no quadro a seguir, em que a menor média relativa a eficácia do voto – da Bolívia e

⁸⁶ In: Logit Regressions. UCLA: Statistical Consulting Group. <http://www.ats.ucla.edu/stat/spss/dae/logit.htm> Acesso em 2 dez. 2012).

do Equador – é 50% menor do que a maior – do Uruguai; e a mais baixa média relativa à aprovação presidencial – do Peru – é 100% menor do que a mais alta – do Chile:

Quadro 26. Média de eficácia do voto e aprovação presidencial, por país e por ano

País	O voto pode mudar o futuro ⁸⁷	Aprovação presidencial ⁸⁸	Ano	O voto pode mudar o futuro ⁸⁹	Aprovação presidencial ⁹⁰
Argentina	,68	,46	1996	,58	,30
Bolívia	,51	,45	1997	,59	,39
Brasil	,64	,54	1998	,58	,38
Colômbia	,58	,53	2000	,65	,40
Costa Rica	,57	,49	2001	-	,29
Chile	,61	,64	2002	-	,38
Equador	,51	,39	2003	,58	,39
El Salvador	,62	,53	2004	,61	,47
Guatemala	,57	,37	2005	,62	,53
México	,54	,47	2006		,58
Nicaragua	,67	,39	2007	-	,54
Panamá	,63	,41	2008	-	,56
Paraguai	,64	,39	2009	,71	,65
Peru	,59	,29	2010	-	,61
Uruguai	,78	,53	Total	,61	,46
Venezuela	,69	,51	Desvio Padrão	,487	,498
Total	,61	,46			
Desvio Padrão	,487	,498			

A variação vai, então, de pouco mais da metade da população acreditando no poder do voto a quase 80%. No caso da aprovação presidencial, vai de uma média de um terço até uma média de 64% de cidadãos avaliando positivamente o chefe do Executivo.

Para se ter uma imagem de como essas variáveis comportaram-se na região como um todo, os dados são agregados por ano. A variação entre os anos é um pouco menor, vai de

⁸⁷ A variância entre componentes é ,005. O desvio-padrão varia de ,414 a ,500.

⁸⁸ A variância entre componentes é ,007. O desvio-padrão varia de ,455 a ,500.

⁸⁹ Variância entre componentes (efeitos aleatórios) ,002. O desvio-padrão varia de ,453 a ,494.

⁹⁰ Variância entre componentes (efeitos aleatórios) ,013. O desvio-padrão varia de ,454 a ,499.

uma média de 58% de crença no voto (em 1996, 1998 e 2003) a 71% (em 2009), mas ainda assim uma variação de 13 pontos percentuais. Em relação à aprovação do Presidente, a variação das médias ao longo dos anos é maior: 29% em 2001 e 65% em 2009 – justamente o ano em que se veriam os reflexos da crise financeira de 2008. A média geral da confiança no voto para todo o período é de 61%. Alta se comparada a aprovação presidencial – 46% – e com a confiança nos partidos e Congresso, expostas logo a seguir.

Quadro 27. Confiança nos partidos e no Parlamento, por país

País	Confiança nos partidos ⁹¹	Confiança no Parlamento ⁹²	Ano	Confiança nos partidos ⁹³	Confiança no Parlamento ⁹⁴
Argentina	,65	,92	1996	,88	1,05
Bolívia	,60	,95	1997	1,00	1,18
Brasil	,75	1,07	1998	,84	,99
Colômbia	,77	,95	2000	,76	,97
Costa Rica	,81	1,17	2001	,78	,91
Chile	,86	1,22	2002	,60	,85
Equador	,56	,70	2003	,49	,67
El Salvador	,93	1,11	2004	,74	,88
Guatemala	,74	,87	2005	,73	1,00
México	,88	1,08	2006	,81	,96
Nicaragua	,73	,87	2007	,79	1,26
Panamá	,83	,92	2008	,83	1,09
Paraguai	,72	,91	2009	,90	1,17
Peru	,70	,83	2010	,89	1,15
Uruguai	1,16	1,43	Total	,79	1,01
Venezuela	,92	1,16	Desvio Padrão	,845	,906
Total	,79	1,01			
Desvio Padrão	,845	,906			

As questões sobre confiança variam de zero a 3, sendo a média dos partidos 0,79 e a média do Legislativo 1,01. O Equador novamente apresenta as menores médias da confiança

⁹¹Variância entre componentes (efeitos aleatórios) ,021. O desvio-padrão varia de ,750 a ,955.

⁹²Variância entre componentes (efeitos aleatórios) ,033. O desvio-padrão varia de ,811 a 1,042.

⁹³ Variância entre componentes (efeitos aleatórios) ,016. O desvio-padrão varia de ,730 a ,912.

⁹⁴ Variância entre componentes (efeitos aleatórios) ,024. O desvio-padrão varia de ,826 a ,937

nas instituições, enquanto que o Uruguai, também mais uma vez, apresenta as maiores. A variação vai de ,56 a 1,16 no caso dos partidos, e de ,70 a 1,43 no caso do Congresso.

Embora o ano que teve menores índices de confiança nas instituições tenha sido em 2003, como já havia sido demonstrado nos gráficos acima, as melhores médias não andam juntas. A variação da confiança nos partidos vai de ,49 a 1,00, ou seja, dobra seu número, e apenas a sua sexta maior média será a do mesmo ano em que a confiança no Parlamento alcançou seu maior número (1,26, sendo o menor ,67).

Essas diferenças das médias entre países e anos em relação aos valores mais extremos, quase todas maiores do que 50% e a maioria em torno de 100%, indica a necessidade de controle dos efeitos aleatórios, isto é, a adequação do uso de modelos multiníveis.

A distribuição de probabilidade binomial ou multinomial e a função de ligação logit ou logit cumulativa procuram explicar variáveis binárias ou categóricas e requerem estimativa de quase-verossimilhança – um tipo de aproximação da máxima verossimilhança. Portanto, essas estimativas não devem ser interpretadas de forma muito rigorosa. Além disso, a variância do nível 1, do âmbito dos indivíduos, é redimensionada cada vez que variáveis são incluídas no modelo – o que afeta a variância do nível 2, do âmbito dos países e dos anos nessa pesquisa, de modo que analisar a redução da variância em sucessivas configurações de preditores que são adicionados ao modelo pode ser enganoso (HECK, THOMAS, TABATA, 2012). Pode-se, no entanto, considerar a significância e o efeito dos coeficientes dos preditores e a significância das estimativas de variância do nível 2 para avaliar a contribuição dada pelas variáveis aos modelos.

As análises multiníveis ambicionam coeficientes de variação intraclasse (entre os grupos) de 20% ou mais. Quando esse coeficiente é menor do que 10%, geralmente, considera-se que o valor adicionado pela modelação multinível é pequeno para que o aumento da complexidade valha à pena (BOOTH, SELIGSON, 2009). No entanto, ainda que a variação encontrada nos modelos a seguir seja pouca, ela é significativa, de forma que se optou pela manutenção dos modelos multiníveis, que são mais próximos da realidade ao considerar que cada país e cada ano partem de ordenadas de origem (médias) diferentes, como foi visto nos quadros acima, embora considere que as relações estabelecidas entre as variáveis sejam as mesmas dentro dos diversos países e dos diferentes anos. Além disso, a estrutura multinível é compatível com o teste da nova variável explicativa proposta por essa tese – os mecanismos de democracia direta.

De qualquer maneira, que a diferença entre as médias dos países e dos anos (assim como das relações entre as variáveis igualmente dentro dos países e dos anos), não seja muito grande, não deixa de ser um achado interessante. Existe uma opinião latino-americana que evolui mais ou menos ao mesmo passo em relação às autoridades democráticas, à eficácia do voto e às instituições⁹⁵.

Em função da aprovação do Presidente ser também variável explicativa dos modelos de percepção do voto como instrumento de mudança, confiança no Congresso e nos partidos, opta-se por iniciar a análise pelos modelos de avaliação do chefe do Executivo. Da mesma forma, como a confiança no Parlamento e nos partidos também são incorporadas como variáveis explicativas do modelo de eficácia do voto, elas são apresentadas logo a seguir. Cada nível mais concreto de apoio ao regime explica um pouco da próxima dimensão de confiança na democracia.

As variáveis institucionais de interesse dessa tese – mecanismos de democracia direta – em função da pouca variação explicada pelos países e pelos anos, serão apresentadas como variáveis independentes, e não como variável do nível 2 que afeta as relações entre as variáveis do nível 1, isto é, que atua como efeito moderador sobre as percepções dos indivíduos. De qualquer forma, ainda que as inclinações que representam as relações entre as variáveis independentes e dependentes não variem dentro dos países e dos anos, os modelos permitem que a ordenada de origem varie, ou seja, que sejam consideradas as diferentes médias entre países e anos como ponto de partida. Se variáveis do âmbito dos países respondem pelas hipóteses a serem testadas, é necessário que sejam consideradas como tais, pois possuem variação muito diferente das pertencentes ao âmbito dos indivíduos.

As categorias de referência das variáveis independentes dos modelos a seguir são sempre a zero. Assim, a interpretação dá-se considerando todas as outras variáveis como tendo valores mínimos⁹⁶: uma pessoa muito jovem, com o menor nível de educação, que pensa que a situação econômica do país está muito ruim e que não confia nas outras pessoas em geral. No caso das variáveis contínuas, considera-se a média de cada uma delas como a referência, ou seja, centra-se a variável, porque elas nem sempre possuem valores reais “zero”.

⁹⁵ Booth e Seligson (2009) também não encontraram diferenças significativas entre os oito países analisados. Porém, como era uma amostra menor, relativa somente a um ano (2004), proveniente de uma outra fonte de dados, era possível que esta tese obtivesse outros resultados.

⁹⁶ As categorias com valor zero são omitidas nas tabelas pois têm coeficientes zero porque são redundantes.

No caso de ocorrência de um MDD ou de uma eleição, por exemplo, os resultados mostram que há X% mais ou menos probabilidade de essa pessoa descrita acima acreditar que o voto pode mudar o futuro, aprovar o Presidente, confiar muito no Congresso ou nos partidos. Como as duas variáveis de confiança nas instituições são ordinais, sua interpretação é um pouco diferente: lida-se com a probabilidade acumulada de estar na categoria mais alta em relação a qualquer outra das categorias que não seja a de referência (muita confiança).

Nos modelos dessas variáveis ordinais, também são apresentados os limites (“thresholds”) junto à estimativa dos parâmetros. Eles indicam onde na variável dependente é o ponto de corte para delimitar os quatro grupos de respostas (também nenhuma confiança, pouca confiança e alguma confiança), porque não se trata de uma variável contínua. Geralmente esses limites não são utilizados na interpretação dos resultados.⁹⁷ Isto porque embora sejam úteis determinando probabilidades, pois são pontos de corte fixos, eles não são influenciados pelos níveis dos preditores. A característica principal desse tipo de modelo é que ele assume que o declive é comum para todos os valores de uma variável categórica, ou seja, os efeitos dos preditores são especificados como constantes ao longo das categorias de respostas (também conhecido como modelo de regressão paralela). Dessa forma, apenas os limites são diferentes no modelo logístico cumulativo. Cada logit tem seu próprio limite, mas o coeficiente do declive é o mesmo ao longo das categorias (HECK, THOMAS, TABATA, 2012).

Como Booth e Seligson (2009), o critério de probabilidade determinado é de ,10 em vez de ,05, decisão justificada pelo pequeno número de casos de nível de sistema. O critério mais rígido poderia ocultar efeitos significativos desse nível superior (isto é, um erro de Tipo II), e porque a direção das relações entre as variáveis são todas estabelecidas em nossas hipóteses (são sempre unicaudais).

Segue-se a apresentação e interpretação dos modelos. Para esta última, leva-se em consideração aspectos importantes descobertos por estudos de casos sobre os MDDs do período analisado.

⁹⁷ INSTITUTE for Digital Research and Education. UCLA. SPSS Data Analysis Examples Ordinal Logistic Regression. Disponível em: <<http://www.ats.ucla.edu/stat/spss/dae/ologit.htm>>. Acesso em: 26 out. 2013.

4 ANÁLISE DOS MODELOS DE APROVAÇÃO PRESIDENCIAL

4.1 Modelos com variáveis de nível 1

Nos modelos de aprovação presidencial, a diferença na precisão de um modelo que não faz distinção entre as médias dos países e dos anos e o modelo multinível de ordenada de origem que varia e declive fixo é de 8,8 pontos percentuais (53,9% e 62,7%⁹⁸, respectivamente). A variância de nível 1 é sempre, nos casos de variáveis qualitativas, de aproximadamente 3,29. Portanto, a variância dos países é responsável por 3,9% da total⁹⁹, e a dos anos, por 6,8%¹⁰⁰. Esta última é a maior variância encontrada entre os grupos de anos e países dos modelos das três dimensões de apoio ao regime analisadas através das quatro variáveis dependentes selecionadas.

Adicionando uma a uma as variáveis dos indivíduos, a que melhora mais a precisão do modelo é a percepção da situação econômica do país, que alcança 66,4%, isto é, melhora 3,7 pontos percentuais, seguida de longe pela confiança interpessoal (63,1%) e pela educação (62,8%). A variável sexo, que sequer altera a precisão do modelo, ainda deixa de ter coeficiente significativo quando são adicionadas outras variáveis do nível 1. A idade não apresentou coeficientes significativos quando incluída sozinha, mas quando adicionada junto às outras variáveis individuais, mantidas constantes no valor de referência (zero), sim. O modelo final de variáveis de nível 1 apresentado na tabela abaixo apresenta precisão de 66,2%.¹⁰¹ De todas as dimensões analisadas, esta é a melhor explicada pelos modelos apresentados nesta pesquisa.

Nenhum efeito, em nenhuma das dimensões do apoio político, chega próximo ao de avaliar a situação econômica do país como muito boa ou boa no modelo de aprovação presidencial. Comparados com aqueles que percebem a situação como muito ruim, os que a avaliam positivamente têm quase seis vezes mais probabilidade de aprovar o chefe do Executivo, ou seja, 500% mais chances. Isto, no entanto, mantendo todas as outras variáveis

⁹⁸ Critérios de informações 109.549.035,265.

⁹⁹ 0,137 / (0,137+3,29)

¹⁰⁰ 0,243 / (0,243+3,29)

¹⁰¹ Critérios de informações 106.221.149,545.

constantes, ou seja, na categoria de referência zero (os mais jovens, menos educados e sem confiança interpessoal), omitidas aqui por terem parâmetros redundantes.

Tabela 1. Variáveis do nível 1 nos modelos de aprovação presidencial

	Efeitos aleatórios apenas			Variáveis indivíduos		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,169	,309	0,849	-1,024	,000	0,359
País	0,137	,006		0,106	,006	
Ano	0,243	,011		0,160	,011	
Situação MB				1,728	,000	5,629
Situação B				1,787	,000	5,970
Situação M				1,111	,000	3,036
Situação R				0,383	,000	1,467
Confiança Interpessoal				0,208	,000	1,231
Superior compl.				-0,170	,000	0,843
Superior incompl.				-0,154	,000	0,857
Médio compl.				-0,117	,000	0,889
Médio incompl.				-0,123	,000	0,884
Fundamental completo				-0,053	,000	0,948
Fundamental incompl.				0,026	,000	1,027
61+ anos				0,217	,000	1,242
41 a 60				0,140	,000	1,150
26 a 40				0,096	,000	1,100

A confiança interpessoal aumenta 23% a probabilidade de aprovar o Presidente. Pessoas com pouca escolaridade têm mais chance de avaliar bem o chefe do Executivo. Aqueles no grupo com ensino superior completo têm 17% menos probabilidade de aprovação presidencial do que aqueles sem escolaridade, mantidas as outras variáveis constantes.

Em relação à idade, os mais velhos tendem a ter melhores avaliações do que os mais jovens, com chances de aprovação presidencial em torno de 24% maiores¹⁰², o que faz sentido de acordo com as teorias pós-modernas que apontam que os jovens e aqueles com maior escolaridade são mais críticos em relação às formas tradicionais de organização e atividade política.

A variação entre e dentro dos países e dos anos da variável mais importante para explicar a aprovação Presidente – a avaliação da situação econômica corrente – foi testada e se apresentou significativa: para a ordenada de origem 0,104 (.016) e para o declive 0,072 (.000) entre os países; e para a ordenada de origem 0,179 (.017) e para o declive 0,063 (.000) entre os anos. Sendo significativa,¹⁰³ tenta-se explicar essas variações adicionando variáveis de nível 2 e interações entre estas e a variável de nível 1 com maior poder explicativo, no caso, a que classifica a situação econômica dos países.

Entre as variáveis macro disponíveis na base de dados com que trabalha essa pesquisa, as que podem explicar a avaliação econômica corrente dos países são o PIB, o coeficiente Gini, a inflação e o desemprego. A seguir, testa-se cada uma dessas variáveis para checar se elas contribuem para explicar as diferenças entre os países e entre os anos (ou as ordenadas de origem), e se fazem o papel de moderadoras na relação entre a avaliação da situação do país e a aprovação do chefe do Executivo. Dessa forma, além de se considerar diferentes médias entre os grupos, considera-se também a possibilidade de diferentes relações entre a percepção da situação do país e a aprovação presidencial se os indivíduos estão na média latino-americana do crescimento do PIB, do coeficiente Gini, da inflação e do desemprego, ou se estão, por exemplo, um desvio-padrão acima (isto é, permitem-se diferentes inclinações).

¹⁰² Achados anteriores de Booth e Seligson (2009) apresentaram a mesma relação negativa da escolaridade com a aprovação, mas encontram na sua base de dados mais restrita (oito países latino-americanos com dados de apenas um ano), relação inversa também em relação à idade. Com dados de mais países e mais anos, aponta-se aqui que os cidadãos de grupos etários de idade mais avançada têm mais tendência de aprovar o governo do que os mais jovens.

¹⁰³ Precisão do modelo de 66,6%, critérios de informações 106.474.084,998.

4.2 Modelo com variáveis de nível 2

Ainda que a melhora da precisão dos modelos ou de seu poder explicativo em relação à variação entre os países e os anos tenha que ser considerada com cautela, pelas razões apresentadas no capítulo anterior, o impacto de cada variável na probabilidade de, por exemplo, aprovar o Presidente é suficiente para a consideração se é válido que ela permaneça no modelo ou não.

Na tabela abaixo, os coeficientes de confiança, educação e idade não foram reproduzidos por permanecerem praticamente os mesmos. Como se pode observar, o impacto direto do crescimento do PIB¹⁰⁴ é de 0,015, ou seja, a maior probabilidade daqueles que estão um desvio-padrão acima da média de crescimento do PIB de aprovar o chefe do Executivo, mantidas as outras variáveis constantes em zero, é de apenas 1,5%¹⁰⁵.

No seu nível de hierarquia, a percepção da situação como muito boa faz com que o indivíduo tenha quase 400% mais probabilidade de aprovar o Presidente, quando o crescimento do PIB for igual à média geral.

A interação representa a diferença entre o efeito de cada categoria da avaliação da situação do país na aprovação presidencial em grupos que permaneceram na média do PIB da América Latina e aqueles que cresceram um desvio-padrão a mais. As chances de probabilidade são interpretadas como quantas vezes maior ou menor é a probabilidade de uma avaliação, por exemplo, muito boa da situação do país para os grupos que tiveram crescimento de seu PIB de um desvio-padrão versus os que permaneceram na média. Assim, se o crescimento for um desvio maior, então, aquele que avalia a situação econômica como muito boa terá 2,6% mais chances de aprovar o Presidente do que aqueles que ficaram na média do crescimento do PIB. Em relação a aqueles que avaliam a situação como boa, a

¹⁰⁴ Em função de fazer mais sentido que o crescimento do PIB em números absolutos influencie positivamente a avaliação presidencial ao invés de a mudança em pontos desse crescimento em relação ao ano anterior influenciar negativamente a aprovação do Presidente (-0,004, exponenciado, com efeitos inexpressivos nas interações com a situação do país, porém mais negativos - 1,3% - do que positivos - 0,7%), opta-se por apresentar apenas o modelo relativo ao primeiro caso. O crescimento do PIB, quando incluído sem considerar as variações do declive da variável situação econômica, apresenta coeficiente ainda menor: 0,006.

¹⁰⁵ A variação total dos percentuais de crescimento do PIB é de 29,17, e o desvio-padrão é de 3,636, assim, considerando a maior variação possível dessa amostra, a diferença máxima das probabilidades de aprovação do Presidente entre o grupo com o maior crescimento e o grupo com o menor seria de 12,6%. O modelo tem critérios de informação de 106.032.916,512 e 66,7% de precisão.

relação é inversa: esse cidadão tem 2,6% menos chance de avaliar bem chefe do Executivo com o crescimento de um desvio-padrão.

Tabela 2. PIB e Gini como moderadores dos efeitos da avaliação da situação econômica corrente nos modelos de aprovação presidencial

	Cresc. PIB * Situação Econ.			Gini Revertido * Sit.		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-1,045	,000	0,352	-1,043	,000	0,352
Var (ordenada de origem) - País	0,106	,016		0,110	,016	
Var (sit) - País	0,073	,000		0,075	,000	
Var (ordenada de origem) - Ano	0,175	,019		0,169	,018	
Var (sit) - Ano	0,072	,000		0,063	,000	
PIB_Cresc	0,015	,000	1,015			
Gini_Rev				-0,003	,000	0,997
Situação MB	1,592	,000	4,912	1,614	,000	5,024
Situação B	1,790	,000	5,990	1,783	,000	5,945
Situação M	1,130	,000	3,097	1,128	,000	3,090
Situação R	0,390	,005	1,447	0,391	,000	1,479
PIB_cresc* Situação MB	0,026	,000	1,026			
PIB_cresc * Situação B	-0,026	,000	0,974			
PIB_cresc * Situação M	-0,019	,000	0,981			
PIB_cresc* Situação R	-0,014	,000	0,986			
Gini Rev. * Situação MB				0,020	,000	1,020
Gini Rev.* Situação B				0,004	,000	1,004
Gini Rev.* Situação M				0,023	,000	1,024
Gini Rev.* Situação R				0,020	,431	1,021

Como as interações entre o crescimento do PIB e a situação atual do país são significativas, isto quer dizer que o efeito da avaliação da situação econômica do país na aprovação presidencial entre os grupos que tiveram crescimento acima da média latino-americana e os que permaneceram na média é diferente. Dito de outra forma, o crescimento do PIB é um mediador do relacionamento entre a percepção da situação do país e a aprovação do Presidente, ainda que não possua uma influência no mesmo sentido em todas as categorias.

O efeito da variação dos números absolutos do Gini¹⁰⁶ em relação à média latino-americana é praticamente nulo (-0,3%), no entanto, seu efeito é positivo como moderador do impacto da situação econômica na aprovação presidencial, isto é, aumenta algo em torno de 2% em todas as categorias. O efeito do Gini¹⁰⁷ como moderador da influência da avaliação da situação do país chega a mais ou menos 10% de aumento nas probabilidades de aprovação do chefe do Executivo entre os dois grupos extremos de distribuição de renda. Os sinais do efeito moderador do Gini são mais lógicos do que no caso do PIB.

Em relação aos modelos com o declive fixo, não exibidos aqui, o Gini diminui seu coeficiente (então 1,007) mais do que o PIB (então 1,020), e as interações mantêm-se com os mesmos sinais e basicamente com os mesmos coeficientes¹⁰⁸.

Pela inflação ser historicamente muito importante na América Latina, rodou-se o modelo abaixo tendo ela como moderadora da percepção da economia.

A melhora do índice da inflação em um desvio-padrão comparado com a média latino-americana aumenta 0,6% a probabilidade de aprovação presidencial, com todas as outras variáveis constantes em zero (avaliação de situação como muito ruim, pessoa sem confiança interpessoal, muito jovem e não escolarizada).

¹⁰⁶ Também testou-se o efeito da mudança em pontos do coeficiente Gini em relação ao ano anterior. Embora o coeficiente positivo da mudança do Gini com todas as outras variáveis constantes faça mais sentido – a melhora de um desvio-padrão na desigualdade de renda (sua diminuição) aumenta 0,8% a probabilidade de aprovação presidencial – ele faz com que todos os coeficientes da situação econômica deixem de ser estatisticamente significativos (apesar das interações serem positivas e apresentarem coeficientes com comportamento mais linear – exponenciado de 1,067 para o grupo que avalia a situação como muito boa até 1,008 para aqueles que avaliam com ruim). Quando adicionado o crescimento do PIB e sua interação com a situação econômica a esse modelo, o efeito fixo direto da situação do país volta a ser significativo, porém o modelo apresenta coeficientes diferentes de zero para a categoria de referência, que deveria ser zero porque redundante.

¹⁰⁷ Seus valores variam 28 pontos, o desvio-padrão é de 5,33, logo o coeficiente de chances de probabilidade deve ser multiplicados 5 vezes por ele mesmo.

¹⁰⁸ O modelo tem critérios de informação de 106.469.475,431 e 66,5% de precisão.

Tabela 3. Inflação e Desemprego como moderadores dos efeitos da avaliação da situação econômica corrente nos modelos de aprovação presidencial¹⁰⁹

	Inflação Rev. * Sit. Econ.			Desemprego Rev. * Sit. Econ.		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-1,029	,000	0,357	0,824	,999	2,281
Var (ordenada de origem) - País	0,114	,017		0,101	,021	
Var (sit) - País	0,083	,000		0,094	,000	
Var (ordenada de origem) - Ano	0,159	,019		0,180	,016	
Var (sit) - Ano	0,065	,000		0,054	,000	
Inflação Rev.	0,006	,000	1,006			
Desemprego Rev.				0,000	,796	1,000
Situação MB	1,588	,000	4,896	-0,255	1,000	0,775
Situação B	1,767	,000	5,851	-0,080	1,000	0,923
Situação M	1,116	,000	3,051	-0,736	,999	0,479
Situação R	0,388	,006	1,474	-1,475	,999	0,229
Inflação * Situação MB	0,022	,000	1,022			
Inflação * Situação B	0,008	,000	1,008			
Inflação * Situação M	0,007	,000	1,007			
Inflação * Situação R	0,000	,894	1,000			
Desemprego * Situação MB				0,062	,000	1,064
Desemprego * Situação B				-0,022	,000	0,979
Desemprego * Situação M				-0,016	,000	0,984
Desemprego * Situação R				-0,019	,431	0,982

As interações entre as duas variáveis, embora se mostrem significativas (exceto para a categoria que avalia a situação como ruim em relação a avaliação de muito ruim), têm

¹⁰⁹ O modelo tem critérios de informação de 106.518.908,406 e 66,6% de precisão.

coeficientes exponenciados próximos a 1 (1,008 para “boa” e 1,007 para “média”)¹¹⁰. Já o coeficiente de 1,022 para a situação avaliada como muito boa interagindo com a diferença da melhora de um desvio-padrão em relação à média da inflação, comparando a situação de pior e melhor índice de inflação, alcançaria uma diferença de quase 20% nas probabilidades¹¹¹. Ou seja, quando há melhora dos índices inflação, aumenta o efeito positivo da avaliação da situação econômica na aprovação presidencial.

O modelo com desemprego sequer apresenta coeficiente estatisticamente significativo. Isto provavelmente devido a problema de convergência, pois os coeficientes dos efeitos diretos da situação econômica do país não fazem sentido com o que vem sendo apresentado até aqui, embora nenhuma advertência tenha sido gerada.¹¹²

Sem coeficientes minimamente comparáveis com aqueles que são fruto da avaliação dos cidadãos, reitera-se conclusões de outros trabalhos (POWER; JAMISON, 2005; MCALLISTER, 1999) de que pesam muito mais as percepções subjetivas dos cidadãos sobre a situação econômica do país do que os macro-indicadores normalmente utilizados para avaliar a economia. Essas percepções vêm mediadas pela situação social da pessoa entrevistada, pela cobertura midiática e por outros fatores. A importância dos meios de comunicação no discurso dos latino-americanos, mas não necessariamente em seu comportamento, pode ser constatado quando se percebe que quase 90% dos cidadãos desconfia dos partidos (o que concorda com a agenda informativa), porém, 42% estão dispostos a votar neles (INFORME, 2003). Há também diferença entre percepção dos problemas, como corrupção ou violência considerados como o maior problema do país, e a ocorrência do problema em si. A Venezuela, por exemplo, era o único país onde havia

más congruencia entre la tasa de victimización y la percepción del problema. En todos los otros países donde la delincuencia es el problema principal del país, este no es el problema principal de las personas. Esto confirma [...] que el problema principal del país es una consecuencia de la agenda pública y política, mas que se la ocurrencia de los hechos. (INFORME, 2008, p.22)

Voltando à questão econômica, Booth e Seligson (2009) encontraram coeficientes significativos para o PIB apenas quando usaram uma medida dinâmica que considera os números dos últimos 13 anos. Ou seja, os cidadãos percebem mudanças sólidas que se mantêm por um certo período ou precisam de tempo para absorvê-las. Talvez por isso, a

¹¹⁰ Comparando os grupos mais extremos, chegariam a uma diferença nas probabilidades de 7,4 ou 6,4%.

¹¹¹ Os valores da inflação nos países e anos variam 100 pontos, com desvio-padrão de 11,32, o que faz com que a variação total seja o coeficiente exponenciado 9 vezes ele mesmo.

¹¹² O modelo tem critérios de informação de 106.488.891,083 e 66,7% de precisão.

proposta dessa tese de considerar a mudança apenas de um ano para o outro do crescimento do PIB e do coeficiente Gini não tenha apresentado os efeitos esperados.

O fornecimento de novos serviços públicos, por exemplo, pode fazer com que parte do orçamento de várias famílias seja desonerado e pode gerar a percepção de que a situação econômica do país vai melhor, ainda que os grandes indicadores econômicos não mostrem muitas alterações.

Por fim, passa-se para a análise da variável de interesse dessa tese.

4.3 Modelos com MDDs e eleições

4.3.1 Efeitos de curto prazo dos MDDs: ocorrência

Como as variáveis do âmbito no nível 1 variam pouco nos modelos a seguir em relação à tabela 1, elas são omitidas, e são expostos somente os coeficientes relacionados com os MDDs e com as eleições, ou seja, as variáveis de nível 2 testadas.

Os coeficientes dessas variáveis pouco se aproximam do efeito que a avaliação da situação econômica do país tem na aprovação presidencial. De qualquer forma, pode-se estabelecer a comparação entre MDDs e eleições e testar se a votação em diferentes tipos de mecanismos de democracia direta e em MDDs que envolvem diferentes assuntos podem modificar a avaliação dos cidadãos. O papel do Presidente tende a ser um quando ele propõe a votação e outro quando são os cidadãos, grupos de interesses, às vezes organizados pela oposição, que convocam o MDD. Também tende a ser diferente o desempenho do chefe do Executivo de acordo com a natureza dos assuntos em pauta.

A tabela 4 mostra que quando inseridas como únicas variáveis macro, MDDs e eleições têm impactos de 40% e 56% na probabilidade de aprovação presidencial, respectivamente.

Tabela 4. Modelos de aprovação presidencial com ocorrência de MDDs, eleições e interação entre elas¹¹³

	Ocorrência de MDDs			Ocorrência de Eleições			Ocor. MDDs e Ocor. Eleições			Ocor. MDDs* Ocor. Eleições ¹¹⁴		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-1,054	,000	0,349	-1,126	,000	0,324	-1,143	,000	0,319	-1,130	,000	0,323
País	0,108	,006		0,111	,006		0,113	,006		0,115	,006	
Ano	0,153	,011		0,161	,011		0,156	,011		0,159	,011	
MDDs	0,334	,000	1,396	-			0,245	,000	1,277	0,082	,000	1,085
Eleições	-			0,443	,000	1,557	0,421	,000	1,523	0,361	,000	1,434
MDDs* Eleições	-			-			-			0,426	,000	1,531

¹¹³ Os coeficientes das variáveis individuais permanecem praticamente os mesmos, por isso são omitidos nesta tabela e nas que se seguem. O primeiro modelo tem a precisão de 66,5%, o segundo e o quarto, de 66,8%, e o terceiro, de 66,9%. Da esquerda para a direita, os critérios de informação são os seguintes: 106.269.859,787; 106.455.519,910; 106.481.662,758; 106.524.626,025.

¹¹⁴ Foi testado também a variável eleições como mediadora do efeito da avaliação da situação do país na aprovação presidencial. Em geral, logo após as eleições, a aprovação presidencial costuma ser grande, de forma que a percepção dos cidadãos sobre a situação econômica do país poderia ser um pouco mais condescendente. A presença da interação entre situação e eleições aumentou o efeito direto dessa última (para 0,459, exponenciado, 1,583) e o impacto da interação (0,457, exponenciado 1,595), e diminuiu o efeito direto dos MDDs (0,046). Quando há eleição, diminui um pouco o efeito da avaliação da situação econômica do país (entre 3% na avaliação ruim, até 25% na situação boa, sendo 21% na avaliação regular e 11% na avaliação muito boa). Como MDDs nem sempre versam sobre questões econômicas, não houve razões para que fosse testada a interação entre esta variável e a situação econômica do país. As estimativas de variação entre as médias dos grupos e as relações entre as variáveis nos diferentes grupos não apresentaram redução com a inclusão dessa interação, a intenção principal desse tipo de especificação de modelo. A precisão do modelo alcançou 67%.

A diferença aumenta no modelo em que as duas variáveis estão presentes. Neste, o efeito das eleições é quase o dobro (52%) do que o impacto dos MDDs (28%), sendo que essas probabilidades de aprovação do chefe do Executivo são calculadas com as outras variáveis mantidas constantes no valor zero, isto é, a probabilidade relativa às eleições é calculadas em relação ao grupo que não teve ocorrência de eleições naquele ano, considerando pessoas que não votaram em MDDs, avaliam a situação do país como muito ruim, não têm escolaridade e pertencem ao grupo mais jovem.

No último modelo, quando adiciona-se a interação entre eleições e MDDs, a diferença entre aqueles que responderam os surveys depois da ocorrência de um MDD e aqueles que responderam sem essa ocorrência (excluídos os casos dos dois acontecimentos juntos), é pequena: aumenta apenas 8,5% a probabilidade de aprovação presidencial.

As eleições também apresentam o seu menor coeficiente: em relação a aqueles que não estiveram em período eleitoral no passado próximo, os cidadãos que estiveram têm 43% mais chances de aprovar o Presidente.

Não é surpreendente que para a avaliação presidencial, eleições tenham impacto maior do que mecanismos de democracia direta – especialmente porque todos os tipos de MDDs e a natureza dos assuntos envolvidos são tomados nesse modelo como se fossem o mesmo. Entretanto, a interação entre MDDs e eleições, potencializa o efeito de ambas votações. A ocorrência dos dois eventos próximos se dá em 10 dos 25 casos, e aumenta 53% a probabilidade de aprovação do Chefe do Executivo (um pouco mais do que seria a soma dos dois), comparado com o grupo que não votou em nada. Se diminuiu mais o impacto dos MDDs do que das eleições com a presença da interação, isto aponta para uma maior importância das votações tradicionais do que das diretas nessa dimensão de apoio à democracia.

Além disso, em relação às variáveis de nível 1, embora mecanismos de democracia direta e eleições não superem o impacto da avaliação da situação econômica corrente, superam o efeito das outras variáveis do âmbito dos indivíduos.

Comparações entre o impacto dessas variáveis nesse modelo e nos de confiança nas instituições e eficácia do voto são apresentadas nos capítulos que se seguem. Na próxima seção, o efeito de curto prazo é deixado um pouco de lado para testar-se o efeito de longo prazo, isto é, de aprendizado que a repetição da experiência no período de uma década pode ter.

4.3.2 Efeitos de longo prazo: número cumulativo

Os valores da variável MDDs cumulativos vão de zero a seis, com um desvio-padrão de 1,482. Por isso, a diferença entre os casos com maior número de MDDs acumulados e os casos sem nenhum MDD é dada pelo coeficiente exponenciado multiplicado quatro vezes por ele mesmo. A média é de um MDD acumulado (1,03), como a variável foi centrada, o valor de referência dela é então, 1 MDD.

Assim, na tabela seguinte, ao se considerar somente o efeito acumulado dos MDDs como variável de nível 2 (quantos ocorreram nos dez anos anteriores ao ano em que ocorreu a survey), percebe-se que embora esse coeficiente, para demonstrar seu efeito máximo – isto é, a diferença entre grupos sem acúmulo nenhum de votações em mecanismos de democracia direta e grupos com o maior número de MDDs cumulativos da amostra – deva ser multiplicado quatro vezes por ele mesmo, ele não alcança o efeito de curto prazo de ocorrência de um MDD (10%¹¹⁵ versus 34%). As eleições, quando inseridas no modelo juntamente com o número cumulativo de MDDs, mantêm-se igualmente importantes (55% versus 56%-53%), enquanto que a importância do efeito máximo de longo prazo dos MDDs cai para 6%.

Estes coeficientes fazem sentido, já que a avaliação presidencial é a dimensão mais flutuante do apoio à democracia e um efeito de longo prazo deve ser menos importante para o modelo, diferente do esperado para as outras dimensões do apoio político ao regime democrático.

Quando a ocorrência de MDDs é também adicionada ao modelo, o efeito de longo prazo chega a se tornar negativo, embora muito pequeno (diminui 2% as chances de aprovação do Presidente com a diferença de um desvio-padrão, tendo efeito de 7% no máximo). Este efeito cumulativo deve ser interpretado com todas as outras variáveis constantes, isto é, quando não ocorre nenhum MDD. O impacto da ocorrência de MDD, por sua vez, aumenta um pouco em relação aos modelos da tabela 4 (de 39,6% para 41,8%). De fato, os efeitos de curto prazo são muito mais importantes (e positivos) no modelo de aprovação presidencial do que os de longo prazo.

¹¹⁵ Ainda que essa probabilidade só valha para os casos que têm muitos MDDs, e não para todos que tiveram algum, como nos modelos da seção anterior.

Tabela 5. Efeitos cumulativos e ocorrência de MDDs, eleições e interações na aprovação presidencial¹¹⁶

	MDDs Cumulativos			MDDs Cumulativos e Eleições			MDDs Cumulativos e Ocorrência			Ocorrência* Cumulativos*Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Precisão	66,2%			66,9%			66,5%			67,3%		
Ordenada de origem	-1,024	,000	0,359	-1,126	,000	0,118	-1,056	,000	0,348	-1,104	,000	0,332
País	0,107	,006		0,112	,006		0,106	,006		0,122	,006	
Ano	0,159	,011		0,160	,011		0,152	,011		0,173	,011	
MDDs Cum.	0,025	,000	1,025	0,015	,000	1,015	-0,017	,000	0,983	0,111	,000	1,118
MDDs Ocor.	-	-	-	-	-	-	0,350	,000	1,418	0,616	,000	1,852
Eleições	-			0,441	,000	1,555	-	-	-	0,305	,000	1,357
MDDsCum* Eleições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MDDsCum* MDDsOcor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocor (1) * Eleições(1)*Cum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-0,131	,000	0,877
Ocor (1) * Eleições (0)*Cum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-0,328	,000	0,721
Ocor (0) * Eleições (1)*Cum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-0,218	,000	0,840

¹¹⁶ Os critérios de informação dos modelos, da esquerda para a direita, são: 106.214.975,549; 106.451.185,583; 106.276.141,403; 106.685.007,729.

Por fim, inclui-se também a ocorrência de eleições. Comparado seu coeficiente exponenciado ao da tabela 4, este é menor (35,7% versus 46%). Os efeitos diretos de curto prazo de MDDs aumentam mais de 10 vezes (7,5% versus 85%) e os de longo prazo alcançam seu maior coeficiente, aumentando 12% as chances de aprovação presidencial quando o país muda da média para um desvio-padrão (seu efeito máximo entre os grupos com nenhum mecanismos de democracia direta ocorrido nos últimos dez anos e os que tiveram 6 em sua soma total de MDDs chega a 56%). O controle pelo efeito acumulado é responsável pelo grande crescimento dos efeitos diretos de ocorrência dos mecanismos de democracia direta e por fazê-lo superar o impacto das eleições, o que demonstra a importância de controlar o histórico recente dos países relativos aos MDD, mantendo-os constantes na média da América Latina.

No entanto, todas as possíveis interações entre as variáveis têm efeitos negativos. O mais negativo dá-se quando não há eleições e ocorrem MDDs. Faz sentido que a ausência de eleições seja o que diminua mais a probabilidade de aprovação do Presidente, já que elas que renovam a esperança de um bom governo. O menos negativo dá-se quando, além de aumentar um desvio-padrão, há ocorrência tanto de MDDs quanto de eleições. De qualquer forma, esses achados parecem indicar que o primeiro MDD da década – ou seja, quando este é uma experiência extraordinária – tem grande efeito positivo na avaliação do Presidente, enquanto que os seguintes têm esse efeito diminuído. Como não se tem muitos casos na amostra, esses números podem estar enviesados por casos como o da Colômbia, que teve só uma ocorrência de MDD e teve um Presidente extremamente popular por um longo período, ou pelos casos da Bolívia e da Venezuela, cujos chefes do Executivo tiveram quedas de aprovação no final do período analisado, quando seus números de MDDs acumulados foram maiores.

Este último modelo alcançou a maior precisão entre todos relativos a essa dimensão (67,3%).

Na próxima seção, testa-se o efeito dos mecanismos de democracia direta e das eleições ponderados de acordo com a distância entre os eventos e as pesquisas de opinião, considerando, também, a ocorrência de mais de um MDD ou eleições no mesmo período.

4.3.3 Efeitos de curto prazo ponderados

É possível que a forma mais acurada de medir o impacto de curto prazo das eleições e dos MDDs seja considerando a distância entre as votações e as pesquisas de opinião, assim como o peso acumulado de eventos ocorridos proximamente.

Nos modelos apresentados abaixo, os coeficientes precisam de certo cuidado ao serem interpretados porque, assim como a variável de número cumulativo de MDDs, ambas variáveis estão centradas. A comparação não é entre determinada categoria e o grupo que obteve escore zero, mas entre a média dos valores atribuídos aos efeitos das eleições e dos MDDs e a variação desta para 1 desvio-padrão. Assim, sabe-se em quanto muda a probabilidade de aprovação presidencial se um desvio-padrão é aumentado em relação à média.

É necessário considerar a distribuição dos valores das variáveis para que se saiba a quanto chega a diferença de cada variável na probabilidade de avaliar positivamente o chefe do Executivo entre os dois grupos mais extremos. Enquanto o coeficiente exponenciado das eleições, para demonstrar a diferença entre os dois casos mais distantes da amostra, deve ser multiplicado entre três ou quatro vezes por ele mesmo¹¹⁷, o coeficiente dos MDDs, deve ser multiplicado seis vezes¹¹⁸.

Os MDDs ponderados adicionados como única variável macro mostram chances de probabilidade entre os grupos mais extremos de 44%. As eleições ponderadas alcançam uma diferença de probabilidade de 34% entre os grupos. Medidas dessa forma, o efeito dos MDDs é maior do que o das eleições, ao contrário dos modelos com variáveis binárias apresentados acima, em que se mostrou inferior (40% versus 56%).

Quando ambas variáveis fazem parte do mesmo modelo, os casos extremos apresentam um aumento de probabilidade de aprovação do Presidente de 28% para MDDs e 32% para eleições. Assim, diferente do modelo com variáveis binárias, a diferença de impacto entre as duas variáveis é pequena, e não de 30 pontos percentuais (22% e 53%).

¹¹⁷ Os valores vão de zero a oito e o desvio-padrão é de 2,25369.

¹¹⁸ Os valores vão de zero a dez com desvio-padrão de 1,62343.

Tabela 6. Modelos de aprovação presidencial com efeitos ponderados de ocorrência de MDDs e eleições¹¹⁹

	MDDs Pond.			Eleições Pond. ¹²⁰			MDDs e Eleições Pond			MDDs*Eleições Pond. ¹²¹		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-1,019	,000	0,361	-1,017	,000	0,362	-1,015	,000	0,363	-1,009	,000	0,364
País	0,110	,006		0,112	,006		0,115	,006		0,115	,006	
Ano	0,147	,011		0,151	,011		0,144	,011		0,142	,011	
MDDs	0,061	,000	1,063	-			0,041	,000	1,042	0,051	,000	1,052
Eleições	-			0,085	,000	1,088	0,080	,000	1,083	0,083	,000	1,086
MDDs* Eleições	-			-			-			-0,007	,000	0,993

¹¹⁹ A precisão dos modelos, exceto do primeiro que é 66,4%, é de 66,7%. Critérios de informações: 106.271.023,576; 106.390.790,860; 106.430.524,181; 106.419.125,820.

¹²⁰ Aqui eleições com dois turnos e eleições somente para os parlamentares também são consideradas, a primeira com efeito de uma eleição nacional e meia, e a segunda com efeito de meia eleição nacional porque não inclui eleições para Presidente.

¹²¹ Foi testado também a variável eleições ponderadas como mediadora do efeito da avaliação da situação do país na aprovação presidencial. Em geral, logo após as eleições, a aprovação presidencial costuma ser grande, de forma que a percepção dos cidadãos sobre a situação econômica do país poderia ser um pouco mais condescendente. A presença da interação entre situação e eleições aumentou o efeito direto dessa última (para 0,061, exponenciado, 1,063), de forma que quando há um desvio-padrão sobre a média de atividade eleitoral, diminui algo entre 4,5% e 1% o efeito da avaliação da situação econômica do país (valores maiores para as melhores avaliações). Como MDDs nem sempre versam sobre questões econômicas, não houve razões para que fosse testada a interação entre esta variável e a situação econômica do país. O coeficiente dos MDDs e da interação MDDs*eleições permaneceu praticamente o mesmo. Os coeficientes dos efeitos aleatórios não apresentam reduções significativas, tampouco a precisão do modelo apresenta grandes melhorias (66,8%) para justificar a complexidade desse tipo de modelo.

A interação entre elas traz um coeficiente que diminui um pouco o impacto da ocorrência de MDDs e de eleições, sendo o efeito principal desta última quase o mesmo do que no modelo sem a interação, e o impacto direto daquele aumentado: a probabilidade de boa avaliação presidencial do grupo com maior efeito de MDDs, comparado com o grupo que não está sob efeito algum de votações, é 35% maior.

Para essa dimensão de percepção da democracia relativa às autoridades, a consideração das distâncias e dos efeitos acumulados dos eventos não trouxe melhorias significativas na precisão do modelo. Além disso, diminui os efeitos das votações na probabilidades de aprovação do chefe do Executivo, valorizando mais os coeficientes dos MDDs e desvalorizando o das eleições e o da interação.

Não é surpreendente que as eleições tenham mais efeito do que os MDDs quando se considera a ocorrência de eleição como variável binária na primeira pesquisa de opinião realizada depois das votações. Isto porque, como geralmente o Presidente é escolhido pela maioria da população, é razoável que apresente altos níveis de endosso após sua eleição. O mesmo não acontece quando se considera o período de campanha das eleições. Isto é, quando consideradas os surveys que ocorrem de um a dois meses antes das eleições como tendo impacto nestas votações, o chefe do Executivo pode estar muito mal avaliado e na véspera de ser substituído. Saber que existe a possibilidade de decidir logo a frente pode aumentar a percepção de eficácia do voto, o que é testado no capítulo 7, como foi encontrado no Canadá (MENDELSON, CUTLER, 2000), mas a lógica não é a mesma para a aprovação presidencial.

Na próxima seção, apresenta-se a análise dos modelos que consideram os efeitos dos MDDs através de seus diferentes tipos.

4.3.4 Tipos de MDDs

MDDs de tipos diferentes levam o chefe do Executivo a desempenhar diferentes papéis. Como se pode ver na tabela abaixo, nenhum tipo de MDD apresenta coeficiente que aponte para impacto inexpressivo na aprovação presidencial. De qualquer forma, pela

amostra não contar com um número grande de casos em cada categoria, a interpretação dos coeficientes feita com base em dados dos estudos de caso assume um tom hipotético.

Os dois tipos de plebiscitos, sem considerar as interações, têm efeitos positivos, e, como esperado, aquele que normalmente é de iniciativa do Presidente (o facultativo) tem maior impacto (76% a 69% mais probabilidade) na avaliação dele. Na realidade, entre o dobro e um terço a mais do que o efeito daquele obrigatório pela legislação, que tem entre 47% e 33% mais chances.

Os referendos, como se contrapõem a leis aprovadas, isto é, propõem o retorno ao status quo normalmente modificado pelo próprio governo, além de frequentemente tirar do Presidente seu papel de liderança ativa, têm influência negativa na aprovação do chefe do Executivo. No caso de ocorrência desse tipo de MDD, os cidadãos têm quase 60% mais chances de desaprovar o chefe do Executivo do que os que não votaram em qualquer MDD (número que se mantém também no modelo com interações). Em magnitude, o referendo só perde para o facultativo e a interação entre mandatário e eleições. Nenhum referendo é votado no mesmo período em que ocorrem eleições.

Na Venezuela, o recall do Presidente, votado em 2004 (com efeito no ano seguinte), teve seu processo iniciado em 2003, quando a oposição começou a coleta de assinaturas para revogar o mandato de Hugo Chávez. Em função de não ter passado ainda 50% do seu período de governo, prazo estabelecido pela lei, a coleta não foi validada. Em 2004, houve nova tentativa. Desta vez, parte das assinaturas não foi considerada legítima. Essa situação quase levou o país a uma guerra civil. Na terceira tentativa, o recall foi autorizado.

A revogação foi rechaçada por 59,2% dos eleitores. Se, nas eleições de 2000, tinham votado cerca de 6,6 milhões venezuelanos, em 2004, votaram cerca de 10 milhões, ou seja, a participação aumentou em mais de 50%, alcançando 69,9% de comparecimento eleitoral. Tratou-se de uma decisão que envolveu mais pessoas do que qualquer MDD anterior (cuja média era de 35%). O plebiscito mandatário sobre a possibilidade de reeleição, em 2009, foi o único que teve comparecimento comparável (70,35%). Esta vitória de Chávez esteve associada:

ao comportamento positivo da economia venezuelana nos indicadores macroeconômicos a partir de 2004 e aos efeitos redistributivos desse crescimento. De acordo com o Banco Central da Venezuela (BCV), depois da greve de finais de 2002 e início de 2003, deu-se uma recuperação substancial da economia no ano de 2004. No primeiro semestre desse último ano, o PIB cresceu 23,1% em comparação ao mesmo período de 2003. Esse comportamento da economia, por sua vez, refletiu-se na queda do desemprego. (VILLA, 2005, p.166)

Logo, este referendo não deve ser o que empurra a probabilidade de desaprovação do Chefe do Executivo para cima, inclusive, porque houve aumento da popularidade do Presidente de 2004 para 2005, sendo uma das maiores médias do ano entre todos os países, e a maior venezuelana em todo o período analisado¹²². Em função do recall ser um tipo especial de MDD, que tem também a ideia de revogação, mas ao mesmo tempo não se opõe a uma lei recém-aprovada pelo Parlamento, uma reclassificação desse caso como iniciativa popular, como fez Altman (2010), em modelo não mostrado aqui, faz com que o impacto negativo do referendo suba de 56,8% para 84%, enquanto que o efeito das iniciativas populares cresça de 15% para 66%. Como existem poucos casos em cada categoria, as diferenças são bastante grandes¹²³.

Os outros dois casos de referendo são uruguaios. Houve no país um realinhamento das forças políticas, com o crescimento do partido de esquerda Frente Ampla (FA), criado em 1971, resultante da aglutinação de diversos pequenos partidos do mesmo campo ideológico. A FA foi partido mais votado nas eleições legislativas de novembro de 1999 e elegeu Tabaré Vázquez em 2004. Ambos referendos, no entanto, ocorreram antes da FA assumir a Presidência.

¹²² Em dezembro de 2001, como reação a 49 leis aprovadas mediante a Lei Habilitante, que possibilita governo por decreto, houve uma paralisação de 90% das atividades econômicas. A forma como foram aprovadas as leis “hizo aparecer como justa la indignación de quienes se sentían afectados, sin crear las condiciones para que quienes se beneficiaban de tales leyes pudieran enterarse de su contenido y así defender-las”. A oposição exigia a anulação dessas leis, alguns já demandavam a renúncia do Presidente, que “amenazó con cerrar la Asamblea si perdía la mayoría parlamentaria, y con promulgar una ley de medios de comunicación que limitara esta actividad” (MAYA, 2004, p.111-2).

Os grupos opositoristas ganharam força com os dois meses de greve que paralisam o país, com as milhões de assinaturas coletadas contra Chávez e as frequentes grandes manifestações de rua (ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004)

Em fevereiro de 2002, foi nomeada uma nova direção para a PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.) – maior estatal do país, fazendo com que a influência do Estado aumentasse na empresa. Em abril, houve outra paralisação. Seguiu-se o golpe de 11 de abril. O presidente da associação patronal do país (Fedecámaras) Pedro Carmona foi instalado como chefe do Executivo, dissolveu o Congresso, recusou-se a reconhecer a Constituição de 1999 e tentou prender governadores chavistas (ALTMAN, 2010). Outra insurreição, 48 horas depois, restituiu o Presidente.

Em dezembro, houve nova greve com o intuito de derrubar o Presidente. Grande parte do comércio fechou, supermercados e bancos trabalharam meio turno, colégios pararam. O povo manteve-se nas ruas. O presidente de PDVSA denunciou a greve como uma “sabotagem criminal”, convocando o povo a apoiar o esforço do governo para terminar a paralisação. O povo atendeu o chamado, e o governo conseguiu retomar o controle da estatal. As Forças Armadas uniram-se para defender a indústria petroleira, considerada parte da soberania nacional. A situação não chegou a ficar tão crítica quanto a oposição esperava: “nunca se produjeron los estallidos sociales o las masacres previstas por las fuerzas de oposición, ni hubo desabastecimiento alimentario significativo” (MAYA, 2004, p.117).

¹²³ O plebiscito mandatório passa a ter um efeito um pouco maior (de 2,5% para 4,4%) e a interação do facultativo com as eleições também (de 3,2% para 8,4%)

A ameaça do referendo que seria votado em 5 de agosto de 2002 foi bem-sucedida. Ele foi desativado pelo governo dias antes da votação, ao serem derogados os artigos que seriam levados à consulta dos cidadãos. O processo desse MDD começou em fevereiro de 2001, quando o Congresso aprovou uma lei que abria a possibilidade de criação da ANTEL S.A. na área de telefonia celular. A ANTEL era uma companhia 100% pública por causa do referendo de 1992, mas a ANTEL S.A. poderia ter 40% de suas ações nas mãos de atores privados.

Os 25% de assinaturas necessárias foram obtidos pelo sindicato dos trabalhadores da empresa e apresentados em fevereiro de 2002. No mês seguinte, as pesquisas de opinião mostravam que 70% votariam a favor da empresa continuar sendo totalmente pública e somente 10% estavam indecisos. Em maio, o governo encaminhou uma lei para o Congresso retirando os artigos sobre a questão. Apesar de o Presidente ter voltado atrás, sua avaliação, por ter endossado tal projeto tão mal visto pelos eleitores e por outras questões, piorou.

O referendo de 2003, com efeito no ano seguinte, propunha revogar a lei, aprovada em janeiro de 2002, que possibilitava a Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland associar-se com empresas privadas e terminar com o monopólio estatal da importação, exportação e refinamento de combustíveis. A participação foi de 83,25% dos cidadãos. Com uma votação de 72% do eleitorado, a lei foi revogada. O impacto negativo desse MDD na aprovação presidencial deve ter sido ainda maior do que o do anterior, pois o Presidente não recuou na sua posição que desagradava a maioria da população. Neste país, 2003 e 2004 foram os anos em que a aprovação presidencial esteve mais baixa, em relação às suas próprias médias ao longo do período analisado e em relação às médias dos outros países nos mesmos anos, sendo no último ano a situação mais crítica.

Referendos bem-sucedidos que vão de encontro aos interesses do governo e anteriores a uma mudança extraordinária de partido na Presidência do país podem explicar porque os efeitos desses MDDs foram tão negativos na aprovação presidencial.

A iniciativa popular, que teoricamente também foge ao controle do chefe do Executivo, mas que propõe leis novas, apresenta um impacto positivo: os grupos que estão nessa categoria têm 65% mais chances de aprovação presidencial. De qualquer modo, as iniciativas perdem bastante poder de explicação quando eleições são consideradas nos modelos, seja só com efeitos diretos ou também com a presença de interação. Mesmo assim, seu coeficiente positivo pode ser mais influência das eleições – os três casos foram votados

no mesmo período que elas¹²⁴ – e fica em torno de 13,5% e 15%, o que faz sentido com a lógica de que os MDD top-down deveriam contribuir mais para a aprovação do Presidente do que os bottom-up.

A primeira das iniciativas populares dessa amostra ocorreu em 2004 (com efeito em 2005), sobre a não-privatização dos serviços de abastecimento de água potável e de saneamento, e foi endossada pela população uruguaia – teve 64,61% dos votos válidos e participação de 89,61% do eleitorado. Surgiu em resposta à assinatura de uma carta de intenções entre o governo uruguaio e o Fundo Monetário Internacional (FMI), na qual o país comprometia-se a estender a privatização a esses setores. Foi instigada por trabalhadores da companhia estatal de água junto com a federação trabalhista. Como seu impacto dá-se junto ao primeiro ano do governo da FA, e foi contrária ao governo anterior, este caso puxa a probabilidade das avaliações presidenciais para cima.

Já a votação de 2009, com efeito no ano seguinte, para permitir o julgamento dos culpados pelas violações dos direitos humanos na ditadura do país (1973-1984), já tinha sido votada em 1989¹²⁵. Seis dias antes das votações, a Suprema Corte do Uruguai declarou inconstitucional a lei da anistia. A posição do governo era favorável ao MDD, cuja questão foi rejeitada novamente por 52,6% dos cidadãos que compareceram às urnas. A participação foi de quase 90% do eleitorado. Simultaneamente, o Presidente José Mujica, também da FA, foi eleito.¹²⁶

O processo da iniciativa popular da Bolívia de 2006 sobre a autonomia dos departamentos (estados) teve início em fevereiro do ano anterior, quando líderes do Comitê Cívico de Santa Cruz e organizações empresariais entregaram as assinaturas necessárias¹²⁷. O governo do Presidente Carlos Mesa marcou a data para agosto de 2005 mesmo, mas foi forçado a renunciar em junho, dois meses antes da data marcada (ALTMAN, 2010).

¹²⁴ Como se pode ver em Quadro 17.

¹²⁵ Em dezembro de 1986 a *Ley de Caducidad Punitiva del Estado* foi aprovada, com o apoio dos Colorados (então no poder) e a maior parte dos Blancos, estabelecendo que o Estado não puniria crimes cometidos durante a ditadura em conexão com a repressão política. Uma comissão pró-referendo não partidária presidida pelas viúvas de dois legisladores assassinados começou uma campanha contra a lei. A FA foi o primeiro grupo político (mas não o único) a apoiar. Como 29% do eleitorado apoiou o pedido de referendo – é necessário pelo menos 25% – o MDD aconteceu em 1989. Não teve sucesso, mas juntou 42,5% dos votos. No Uruguai, é mais fácil fazer uma reforma constitucional ou começar o processo de uma iniciativa popular, que exigem 10% dos eleitores registrados, do que um referendo. Os referendos, no entanto, não têm um mínimo de participação necessária para serem válidos, mas as iniciativas populares, sim – 35% (ALTMAN, 2010).

¹²⁶ Ocorreu na mesma data o plebiscito obrigatório sobre o direito de voto de cidadãos emigrados, que também foi rejeitado. A participação foi de 89,85% do eleitorado, apenas 36,95% votaram a favor.

¹²⁷ A Corte Eleitoral declarou 299.866 assinaturas válidas, o quorum requerido era de 271.904, 6% dos eleitores (C2D).

No mês seguinte, o Congresso anunciou eleições gerais para dezembro de 2005, que foram vencidas por Evo Morales, candidato pelo Movimento ao Socialismo (MAS)¹²⁸. Morales conseguiu maioria absoluta de votos (fato inédito na redemocratização), mas uma pequena maioria na Câmara dos Deputados e minoria no Senado (ZUCCO JR, 2008). Foi a primeira vez em que um índio foi eleito Presidente nesse país, no qual mais da metade da população é indígena.

No começo de 2006, após uma complicada negociação com a oposição, foi aprovada a lei de convocação da Assembléia Constituinte, proposta pelo MAS, e reconhecida a legitimidade da iniciativa autonômica. Ambas votações deveriam ocorrer em julho.

A iniciativa popular sobre as autonomias departamentais foi endossada por cidadãos de quatro departamentos (Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija). Entretanto, como resultado geral nacional, o “não” defendido pelo governo obteve 57,6%. A participação foi de 84,5% do eleitorado. Onde o “sim” venceu (inclusive, com uma maioria esmagadora), foi alegado que o resultado era vinculante para eles. Entretanto, a lei diz que o resultado é contingente com o tipo de iniciativa: se esta é nacional, os resultados nacionais devem ser considerados (ALTMAN, 2010).¹²⁹

O MDD mostrou as diferenças entre a direita e a esquerda e a divisão do país “entre los departamentos del occidente y el oriente, éstos últimos con un mayor desarrollo económico y social que los motivó a buscar la autonomía departamental” (ZOVATTO, 2007, p.29). No referendo, 70% dos eleitores do *altiplano* votaram contra a autonomia departamental, enquanto a mesma porcentagem da *medialuna* votaram a favor. Exemplo da exacerbção do conflito foi a declaração de Morales como *persona non grata*, impedida de

¹²⁸ Em 2002, Evo Morales levou o então o recém-criado partido ao segundo lugar nas eleições presidenciais, e conquistou 19,3% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Nas eleições municipais de 2004, tornou-se o maior partido da Bolívia (ZUCCO JR, 2008).

¹²⁹ A extensão da pergunta e a forma como foi formulada, pelo Parlamento, dava margem a várias interpretações: “Você concorda, dentro da estrutura de unidade nacional, dado que a Assembleia Constituinte tem mandato vinculado para estabelecer um regime de autonomia departamental aplicável imediatamente depois da promulgação da nova Constituição Política do Estado nos Departamentos onde esse referendo tenha maioria, de forma que suas autoridades sejam escolhidas diretamente pelos cidadãos e recebam do Governo Nacional autoridade executiva, poder administrativo e recursos financeiros que a Constituição e as leis garantam a eles?” (Grifo nosso).

A pergunta tinha sido formulada pelos cidadãos da seguinte maneira: “Você está de acordo que se convoque um referendo nacional vinculante departamentalmente que defina e estabeleça a constituição do país de autonomias departamentais com transferência efetiva de competências e atribuições, as mesmas que terão por objeto, em sua jurisdição territorial, dispor livremente de seus recursos, eleger suas autoridades e realizar sua própria administração, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos habitantes de cada departamento e do país, tudo conforme as atribuições que outorga ao povo o artigo quarto da Constituição Política do Estado?” (Grifo nosso).

visitar Santa Cruz, Beni e Pando. Nesses locais, “membros do governo foram impedidos de fazer campanha, por meio de piquetes e greves de fome, exigindo a liberação dos recursos do gás” (ZUCCO JR, 2008, p.12). Assim foi o primeiro ano do conturbado governo do primeiro Presidente indígena do país.

Dessa forma, coeficientes tão diferentes de referendos e de iniciativas populares provavelmente devem-se ao fato de que, além de as iniciativas acontecerem sempre proximamente a eleições, em dois dos três casos houve grande renovação da elite no poder, de modo que faz sentido acabarem por ter algum efeito positivo na aprovação do chefe do Executivo.

Tabela 7. Tipos de MDDs, eleições e interações na aprovação presidencial¹³⁰

	Tipos			Tipos e Eleições			Tipos* Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-1,050	,000	0,350	-1,137	,000	0,321	-1,153	,000	0,316
País	0,114	,006		0,121	,006		0,121	,006	
Ano	0,157	,011		0,163	,011		0,166	,011	
Referendo	-0,862	,000	0,422	-0,830	,000	0,436	-0,840	,000	0,432
P. Mandatário	0,383	,000	1,466	0,283	,000	1,327	0,025	,000	1,025
P. Facultativo	0,565	,000	1,759	0,524	,000	1,689	0,514	,000	1,671
Iniciativa	0,501	,000	1,650	0,126	,000	1,135	0,138	,000	1,148
Eleições	-			0,407	,000	1,502	0,373	,000	1,452
Eleições * P. Mandatário	-			-			0,564	,000	1,757
Eleições * P. Facultativo	-			-			0,032	,000	1,032

Os MDDs facultativos, por sua vez, são os que mais aumentam probabilidade de aprovação presidencial: 67% nos efeitos diretos do modelo com as interações. Isto apesar de quatro dos nove casos terem resultados anti-hegemônicos, quer dizer, o Executivo teve a sua

¹³⁰ Primeiro modelo com precisão de 66,7%, o segundo de 67% e o terceiro de 66,9%. Critérios de informações: 106.406.174,729; 106.586.543,550; 106.610.895,800.

posição rejeitada (QVORTRUP, 2005). Considerando apenas os casos que ocorreram sem a interação com eleições, esse percentual sobe para 50% (três dos seis casos).

Em função de vários dos casos apresentados abaixo não se mostrarem como muito favoráveis à aprovação presidencial, o aparente sucesso da estratégia de muitos presidentes de convocar MDDs com a expectativa de aumentar sua legitimidade pessoal (ALTMAN, 2010; MOREL, 2001), se dá mais em função dos modelos multiníveis empregados, que partem das médias de cada país e de cada ano para gerar os resultados, do que de respaldo empírico claro dessa ideia na América Latina. Por exemplo, em dois dos três aprovados que ocorreram sem a proximidade de eleições, a Presidência foi duramente questionada, durante a campanha ou logo após. Além disso, em outros dois dos três aprovados, a popularidade do chefe do Executivo caiu, enquanto que em dois dos reprovados, cresceu. Note-se, no entanto, que essas considerações não levam em conta quaisquer outras variáveis, como as avaliações sobre a situação econômica do país, a confiança interpessoal, etc., incluídas nos modelos.

Entre os casos aprovados citados, a Costa Rica teve a consulta sobre o tratado de livre comércio com a América Central, a República Dominicana e os Estados Unidos, em 2007 (com efeito em 2008). A ratificação do acordo pelos outros países se deu entre 2004 e 2005. Na Assembleia da Costa Rica, a oposição usou diversas táticas para obstruir a aprovação. A polarização da sociedade ficou evidente nas eleições de 2006, quando o candidato do recém-criado Partido de Ação dos Cidadãos, de esquerda, conseguiu um empate com o franco favorito Óscar Arias (PLN), devido a sua campanha propondo renegociação do tratado. Já na posse do novo Presidente Arias, demonstrações de milhares de sindicalistas e estudantes anti-tratado aconteceram (BREUER, 2009b).

Em abril de 2007, a coleta de assinaturas para realizar a votação de uma iniciativa popular contra o tratado de livre-comércio foi permitida. Arias se antecipou à coleta e, no mesmo mês, demandou ao Parlamento que chamasse o plebiscito (C2D). Durante a campanha, donos de empresas transnacionais ameaçavam fechar as portas caso o “não” fosse aprovado. Jornais e canais televisivos continuaram a divulgar os benefícios do acordo mesmo nos dias em que isso era proibido. Enquanto o “sim” podia pagar por campanha televisiva, o “não” contava apenas com a mobilização de base.

O ponto máximo da tensão aconteceu em julho, quando um memorando para o chefe do Executivo enviado pelo Ministro do Planejamento e pelo segundo vice-Presidente vazou à imprensa. O documento dizia que o Presidente devia fingir investir em questões nacionais

para camuflar o desvio ilegal de fundos para a campanha do plebiscito e aconselhava o governo a segurar os recursos destinados para os prefeitos que não aprovavam o acordo – cinco prefeitos do próprio PLN declararam publicamente terem sofrido ameaças de corte de recursos caso não assinassem uma carta aberta declarando apoio ao tratado. O vice-Presidente acabou por ser demitido no final de setembro. O apoio ao “sim” foi diminuindo ao longo de 2007. Surveys realizadas nos dias seguintes à demissão mostraram o “não” um pouco à frente (BREUER, 2009b). O TSE concluiu a auditoria dizendo que recursos públicos não foram utilizados para fins propagandísticos. O plebiscito teve uma abstenção ainda maior do que a corrente, de 41% (BOOTH, SELIGSON, 2009), e uma margem apertada de votos favoráveis: 51,23%, que não teria adicionado a legitimidade esperada ao acordo controverso (BREUER, 2009b). Inclusive, a popularidade do chefe do Executivo diminuiu de 2007 para 2008, ficando abaixo da média anual da América Latina, mas tendo um escore intermediário se consideradas todas as médias desse país no período analisado.

Para tentar amenizar o clima após os sangrentos confrontos que ficaram conhecidos como a “Guerra do Gás” na Bolívia¹³¹, o ex-vice e novo Presidente Carlos Mesa convocou um plebiscito para 2004. Isto antes que o Congresso tivesse aprovado a Lei do Referendo, necessária para regulamentar o processo (ELANA SALAZAR, 2008). Os itens a serem votados eram sobre as políticas relativas ao gás de Sanchez Lozada (Presidente que havia renunciado), e uma reforma na Lei dos Hidrocarbonetos para revisar os processos de privatização (ARRARÁS, DEHEZA, 2005). Nessa época, 92% do gás nacional estava sob o controle de estrangeiros (BREUER, 2008a).

Mesa moldou sua proposta tentando mediar as demandas de um eleitorado empobrecido e ao mesmo tempo a necessidade de manter a liderança das organizações internacionais no jogo, porque a elite boliviana – que ameaçava com a iniciativa popular para votar a autonomia para suas províncias mais ricas – dizia que não existia tecnologia e recursos financeiros nacionais suficientes para realizar a extração sem assistência estrangeira (BREUER, 2008b). A ideia inicial era uma ampliação gradual dos royalties pagos pelas empresas estrangeiras até chegar em 50% em um período de 12 a 13 anos (ELENA SALAZAR, 2008). O comparecimento foi de 60,06% dos cidadãos – foi a mais baixa participação desde a transição para a democracia.

¹³¹ A proposta de Lozada de realizar a exportação de gás via Chile sob a liderança dos setores privados mexeu com duas questões que se tornaram explosivas: o ressentimento anti-chileno em função reivindicação histórica marítima e a bandeira da revolução boliviana dos anos 1950. No final do “Octubre Negro” de 2003, mês em que houve dúzias de mortes, o Presidente foi obrigado a entregar o cargo (ZUCCO JR, 2008).

Evo Morales, líder do MAS, apoiou o plebiscito. Seu partido participou da formulação de duas perguntas e realizou campanha a favor do "sim" nas três primeiras questões e do "não" nas duas restantes (ARRARÁS, DEHEZA, 2005). Parte das centrais sindicais se opuseram e propuseram boicote. As três primeiras questões receberam mais de 85% dos votos¹³².

Depois da votação, deu-se uma grande discussão no Congresso em relação a quanto deveria ser a taxa das indústrias de petróleo e gás. Enquanto grupos moderados pensavam em 20%, o MAS queria 50% (ALTMAN, 2010). O Presidente, apesar do apoio da cidadania, não pode contrariar os setores mobilizados e os partidos representados no Congresso para a aprovação de sua proposta de lei. Em maio de 2005, os senadores aprovaram uma lei dos hidrocarbonetos que não correspondia ao projeto de Mesa. Este, tendo já apresentado sua renúncia ao Parlamento uma vez, deixou para o Congresso a prerrogativa de promulgar a lei (ARRARÁS, DEHEZA, 2005). Junto ao efeito do plebiscito esperado nas avaliações dos cidadãos de 2005, está também a renúncia de Mesa. A aprovação presidencial foi a maior de todas nesse país – na verdade, estava a cargo do Congresso e já havia expectativa das eleições que sagraram Evo Morales como Presidente – e uma das maiores da América Latina nesse ano.

O plebiscito da Bolívia, de 2008, sobre a continuidade dos mandatos do Presidente Morales e dos nove governadores, teve mais de 80% de participação e 67,4% de votos no “sim”. A ideia era diminuir a tensão causada pela questão da autonomia e aumentar a legitimidade do Presidente: “In a masterful play by Morales, in response to the four unofficial (and, for many, illegal) autonomy votes, he called for a plebiscite, putting his office on the table” (ALTMAN, 2010, p.129). Depois dessa votação, as atenções voltaram-se imediatamente para a redação da Nova Constituição. Note-se, então, que os dados coletados refletem também um pouco o plebiscito obrigatório para a aprovação da Constituição. Em 2008, em relação ao ano anterior, a popularidade do chefe do Executivo caiu, no entanto, esteve na média anual latino-americana e um pouco acima dos escores das médias do próprio país.

¹³² As questões eram se a lei de Lozada devia ser revogada, se o Estado devia retomar o controle do setor do gás, que foi aberto aos investidores privados no meio dos anos 1990, se o gás devia ser usado como barganha nas negociações com o Chile na disputa de território que desse acesso ao Pacífico, se o gás devia ser exportado, como parte de uma política nacional que garantisse as necessidades dos bolivianos, encorajasse a industrialização do gás em território nacional, cobrando impostos ou royalties de até 50% da valor de produção da petróleo e do gás nas companhias petrolíferas para o benefício da nação e destinasse os recursos da exportação e da industrialização do gás principalmente para a educação, saúde, estradas e empregos.

Entre os plebiscitos facultativos reprovados, tem-se o equatoriano de 1995, com efeito em 1996. Ele foi promovido dentro de um contexto de crise econômica e política (houve um grande escândalo de corrupção envolvendo o vice-Presidente), e teve suas 11 questões rejeitadas. Elas incluíam a privatização do Instituto de Seguridade Social, aumento do poder do Executivo (LISSIDINI, 2007b), com a possibilidade de o Presidente dissolver o Parlamento, proibição de greve no setor público, descentralização dos órgãos judiciais e das questões sociais e ambientais, garantias para os servidores civis, estabelecimento de uma Corte Constitucional, etc. No fim, “se tradujo en un plebiscito en contra la gestión del Presidente Sixto Durán, iniciador del proceso” (ZOVATTO, 2007, p.14). A participação foi menor que 60% do eleitorado. A maior aprovação que o governo alcançou em suas questões foi de menos de 45% dos votos (distribuição equitativa dos recursos entre as províncias), e a menor, de 37,5% (sobre a dissolução do Congresso). Apesar disso, esteve acima da média anual latino-americana e se tratou de um escore intermediário se comparado com as médias do país nos outros anos.

Na Colombia, Álvaro Uribe tinha sido eleito no ano anterior ao MDD de 2003 (com efeito no ano seguinte). Embora o plebiscito sobre as reformas constitucionais tenha sido rejeitado por falta de quorum, o Presidente conseguiu reunir mais votos do que na sua própria eleição (PÉCAUT, 2004). Ainda durante sua campanha eleitoral, Uribe assumiu “el compromiso de someter a consideración de pueblo una reforma sustancial a la Constitución para combatir la corrupción política. Por ello, el día que el actual presidente se posesionó, presentó al Congreso la propuesta” (LIZARAZO, 2004, p.58)¹³³. A vitória folgada de Uribe nas eleições foi

producto del cansancio de la guerra por parte de la población, del fracaso del proceso de la paz con la guerrilla de las FARC, la crisis de los partidos tradicionales y el deterioro de la economía. La estrategia de campaña presidencial se centraba en la utilización de un discurso antipolítico en contra la corrupción y la politiquería, y resolver el conflicto armado por medio de una política de seguridad democrática. Se puede afirmar que el país se inclinó por la solución autoritaria frente a la situación de crisis nacional, el ejecutivo intenta validar la confianza del electorado utilizando un mecanismo de la democracia directa “desde arriba”. (ACUÑA, 2008, p.8)

Das 18 perguntas apresentadas, quatro foram declaradas inconstitucionais. Uma delas previa a extensão dos mandatos dos governos locais que estavam em andamento. O governo previa, também, que os cidadãos se manifestassem conjuntamente acerca das questões, mas a Corte Constitucional exigiu que a apreciação de cada pergunta fosse separada.

¹³³ A ideia era legitimar as políticas duras, especialmente a abolição de privilégios dos legisladores estabelecidos há muitos tempo e a supressão de medidas clientelistas e compra de votos (Breuer 2008a).

O objetivo do plebiscito de outubro de 2003, além de combater a corrupção, foi “racionalizar el trabajo de los partidos y mejorar la eficiencia del Congreso”. (RIVEROS, 2007, p.2), principalmente, através da redução de cadeiras no Congresso, mas também do voto nominal e público dos congressistas em todas as votações (RAMÍREZ, 2004), além da perda de direitos civis dos funcionários envolvidos em fraudes contra o Estado¹³⁴.

Além disso, “se introdujeron normas destinadas a hacer un fuerte ajuste fiscal, tales como congelación de salarios de algunos trabajadores oficiales, tope máximo a las pensiones de jubilación y, en general, recortes al gasto público” (RIVEROS, 2007, p.2). A contrapartida era “aprobación de nuevos recursos para educación y saneamiento básico” (ZOVATTO, 2007, p.22). O controle ao narcotráfico e à drogadição também estavam incluídos.¹³⁵ O Presidente gravou mensagens telefônicas convidando a votar sim e compareceu no *reality show Gran Hermano*, onde deu aos participantes a tarefa de encenar os conteúdos do plebiscito para que se tornassem acessíveis aos cidadãos (QUINTANA, 2008, p.86).

A abstenção foi alta devido à tradição colombiana (de 50% ou 55%) e ao fato de que os opositores pregaram esta opção como forma de derrotar o plebiscito, o qual precisa que pelo menos 25% dos eleitores votem favoravelmente para que a decisão seja considerada válida. A participação total foi de 26,7%. Apenas uma das 14 perguntas, a primeira sobre a corrupção, conseguiu alcançar o percentual, com participação de 25,11%.

Entre os prejudicados pelas medidas estavam “aquellos grupos minoritarios de izquierda, afectados especialmente por los nuevos requerimientos en términos de umbral electoral que planteaba el referendo para la obtención de personería jurídica y para la asignación de curules” (QUINTANA, o p.cit., p.91), também contrários aos ajustes neoliberais, e os sindicatos que acreditavam que o congelamento dos salários do setor público poderia facilmente estender-se para o setor privado. A redução do Congresso e a questão da personalidade jurídica dos partidos, segundo a oposição, centralizariam o poder político no Executivo, favorecendo o “projeto autoritário” de Uribe, que reduziria a participação dos pobres e das classes médias na política. Essas medidas não passaram, mas a já alta

¹³⁴ “La modificación a introducirse... resultaba prácticamente intrascendente, en la medida en que el régimen nacional de inhabilidades es muy completo, y tan solo basta aplicarlo adecuadamente [...] el nuevo inciso parecería atípicamente fijar una causal de inculpabilidad del hecho antijurídico, en la medida en que premiaría con la impunidad a todos aquellos infractores que asuman el costo del daño patrimonial causado al Estado” (RAMÍREZ, 2004, p.130-1).

¹³⁵ Dado que na Colômbia o Executivo não pode chamar plebiscito sobre assuntos importantes sem consentimento de todo o gabinete ministerial e a aprovação do Senado, houve uma difícil negociação com o Congresso. Uribe teve que suavizar suas propostas para construir consenso e ganhar apoio legislativo.

popularidade do Presidente cresceu ainda mais, alcançando a quarta maior média do país e a segunda maior da América Latina no ano.

O Brasil, em 2006, além do efeito do plebiscito sobre as armas em que o governo saiu derrotado após uma mudança radical das intenções de voto, que se deu especialmente após o início da campanha eleitoral, teve também o impacto do escândalo de corrupção conhecido como mensalão. No entanto, parece que esses aspectos não se refletiram mais intensamente do que políticas bem-sucedidas de governo, já que de 2005 a 2006 a aprovação do Presidente subiu, ficando acima da média latino-americana para esse ano e a quarta maior do próprio país no período explorado.

A interação entre eleições e os plebiscitos facultativos, ao contrário dos seus efeitos diretos, tem influência muito pequena na aprovação presidencial – aumenta a probabilidade somente em 3,2% – caso de apenas três MDDs, dois deles equatorianos, de 1997 e de 2007, ambos aprovados, mas o primeiro com queda de popularidade e o segundo com aumento, e um venezuelano de 2000 (efeito em 2001), reprovado e com a aprovação presidencial diminuindo em relação ao ano anterior, mas ainda assim uma das maiores desse ano. Como o pequeno histórico dos casos abaixo mostra, talvez a questão da natureza dos assuntos e crise na Presidência tenham impedido que os chefes do Executivo tivessem melhores resultados.

As eleições gerais venezuelanas aconteceram em julho de 2000, após a nova Constituição do país ter sido aprovada em plebiscito obrigatório, em dezembro de 1999. Hugo Chávez foi reeleito com 59,7% dos votos. Após a vitória das eleições de 1998¹³⁶ e do plebiscito facultativo sobre a Assembleia Constituinte, somada às outras duas já mencionadas, o plebiscito facultativo sindical foi a primeira derrota de Chávez. O MDD perguntava se o cidadão concordava com a remoção dos dirigentes sindicais dos seus cargos, aos quais chegaram sem serem eleitos, para a completa substituição das lideranças em eleições supervisionadas pelo Conselho Nacional Eleitoral.

Quando Chávez assumiu o poder, em 1999, adotou uma relação de confronto com a Confederação de Trabalhadores, diferentemente dos governos das últimas décadas, que costumavam promover negociações coletivas com os sindicatos. Os empresários, por sua vez, tinham interesse em manter as estruturas sindicais que facilitavam as relações entre as partes.

¹³⁶ Na origem dessa eleição de está o “Caracaço” (1989), um levante popular “que desafiou radicalmente el status quo imperante, si bien no se trató de una acción dirigida por un determinado grupo político, ni tampoco hubo ninguno que se atreviera a reclamar el liderazgo del levantamiento al ocurrir o luego de la explosión social” (LUCENA, 2005, p.61). Isto demonstra a falta de sintonia do movimento sindical com o sentimento popular. O mesmo servia para os partidos. Em 1992, oficiais liderados por Chávez tentaram um golpe de Estado. O Presidente Pérez acabou afastado do governo, em 1993, acusado de corrupção.

Por considerar o movimento sindical apêndice dos dois partidos anteriormente dominantes, a princípio, os trabalhadores foram tolerantes com a intromissão do governo no mundo sindical. No entanto, quando a postura do governo foi mais autoritária, passaram a criticá-lo.

Em setembro de 2000 houve a greve petroleira, e, em dezembro, o plebiscito. A consulta foi contestada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por “haber permitido a la población em general participar en dicho referendo, es decir, incluyendo a personas distintas de los trabajadores afiliados, implicó uma violación al derecho a la libertad sindical y al de los trabajadores a elegir a sus dirigentes” (LISSIDINI, 2006, p.17). A taxa de filiação sindical era de 14% da população economicamente ativa. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) e organizações sindicais de várias partes do mundo também questionaram a legalidade do plebiscito.

Ainda que acompanhado de eleições locais, apenas 23,5% dos cidadãos participaram, de forma que, mesmo aprovado com 69,4% do votos (14,6% do eleitorado registrado), não teve validade, pois precisava da participação de 25% dos eleitores. Como as eleições ocorreram anteriormente a esse MDD (e se tratou, na verdade, de uma reeleição), o seu efeito provavelmente ficou apagado frente a esse plebiscito sobre um assunto que não era relevante para boa parte da população. Em relação as médias de popularidade dos outros anos deste país, esta registrou escore intermediário, e apesar da queda em relação ao ano anterior, foi a segunda maior média anual latino-americana.

A situação do Equador, em 2007, foi propícia para a aprovação presidencial, já que trouxe consigo a esperança de um novo país através da eleição de um Presidente com uma orientação ideológica diferente, Rafael Correa, e da expectativa uma nova Constituição. Registrou a maior média do país e também a maior do ano da América Latina. O MDD decidiu convocar uma Assembleia Constituinte. No entanto, no caso do Equador de 10 anos antes – ambos abordados com detalhes mais para frente – a eleição de 1996, cujo efeito se daria apenas em 1997, nem mais refletia o mandato do Presidente eleito, pois este durou somente 180 dias. O plebiscito, por sua vez, resultou em um voto de confiança para o novíssimo Presidente (participação de cerca de 60% e uma média de 65% de aprovação das questões), mas não significou aumento da aprovação do chefe do Executivo, pelo contrário: ficou abaixo da média anual da região e também um pouco abaixo do valor intermediário considerando as médias do país de todo o período considerado.

Os plebiscitos obrigatórios comportam-se de maneira contrária aos facultativos, isto é, possuem um grande impacto na avaliação do Presidente quando quatro dos casos interagem com eleições (76%), e um efeito direto muito pequeno nos outros seis casos (2,5%). No modelo somente com MDDs, aumentam 47% a probabilidade de aprovação do chefe do Executivo. Quando eleições são adicionadas ao modelo, seu impacto cai para em torno de 33%. O efeito direto das eleições é de aumentar de 50% a 45% as probabilidades.

Nos casos¹³⁷ que praticamente não afetam a aprovação presidencial, cinco foram aprovados, o que novamente não parece ser muito decisivo. Eles aparecem abaixo divididos em dois grupos: primeiro os três casos que tiveram variação positiva na popularidade do Presidente em relação ao ano anterior, depois os três que tiveram diminuição na aprovação presidencial.

O MDD do Panamá, em 2006, para a ampliação do Canal, teve 77,80% dos votos válidos e participação de apenas 43,32%. Quando o canal perdeu importância estratégica, no final dos anos 1970, um acordo para que o controle do canal fosse devolvido e a presença militar dos Estados Unidos fosse reduzida até os anos 2000 foi assinado.¹³⁸ O país teve nesse ano uma de suas maiores médias, ficando um pouco acima da média anual latino-americana.

No Uruguai, em 1996 (efeito em 1997), houve um plebiscito mandatário sobre várias reformas constitucionais eleitorais¹³⁹, tratamento de drogados e comércio exterior, que obteve 52,20% dos votos e comparecimento de 85,90%. A aprovação do chefe do Executivo foi a segunda maior da América Latina neste ano, e alcançou escore intermediário considerando-se as outras médias desse país.

A nova Constituição da Bolívia, votada em 2009, teve 61,43% dos votos e 90,24% do eleitorado participou das votações. Foi a terceira maior média desse país, porém um pouco abaixo da média anual da região. Este caso encerra os que tiveram variação positiva na aprovação presidencial.

¹³⁷ Seriam sete, mas como o caso uruguaio de 2009 ocorreu junto com uma iniciativa popular, porém teve percentual de apoio ainda menor, o efeito nos dados da survey seguinte foi considerado como sendo da iniciativa popular.

¹³⁸ Anos mais tarde, em 1989, os americanos invadiram o Panamá para tirar do poder o antigo aliado Manuel Noriega, comandante de um regime militar cada vez mais repressivo e corrupto e que não mais cooperava com os EUA. A democracia consolidou-se nos anos 1990 (BOOTH; SELIGSON, 2009)

¹³⁹ Divergência entre as datas das eleições nacionais e locais (reforma já aprovada por 2/3 do Parlamento – ZOVATTO, 2004), determinação de um candidato por partido – o voto duplo simultâneo foi eliminado e substituído por eleições primárias e gerais (IDEA, 2008), segundo turno para as eleições presidenciais, abolição da candidatura por grupo parlamentar, pré-eleição dentro dos partidos, dois candidatos para Governador por partido (os intendentés), e descentralização da administração local (C2D).

Já o caso equatoriano, em que o Presidente eleito em 2006 cumpriu a promessa da campanha de chamar uma Constituinte para escrever a nova Carta do país que foi aprovada pelos cidadãos em 2008, está no segundo grupo. Compareceram às urnas 75,81% dos eleitores, dos quais quase 70% aprovaram a Constituição. Embora tenha apresentado queda em relação ao ano anterior, foi a segunda maior média de popularidade que o chefe do Executivo teve nesse país e a quarta maior do ano no subcontinente.

Com baixa participação (56% dos cidadãos registrados), e propostas rejeitadas por apenas 51% dos votos, está o caso venezuelano de 2007 (feito em 2008), no qual 69 reformas foram votadas, divididas em dois blocos, com 33 medidas do Presidente e 36 do Congresso (aspecto menos relevante em função de não haver nesse momento a presença da oposição no Legislativo, pois esta boicotou as eleições de 2006). A abstenção foi muito maior do que na eleição presidencial de 2006, que ficou em torno de 25%. Ou seja, boa parte dos cidadãos que haviam votado em Chávez no ano anterior decidiu abster-se nesta votação. No mês anterior à votação, fundamental para a campanha, o Presidente “volcó sus esfuerzos en el área internacional, especialmente concentrado en el intercambio humanitario en Colombia, saliendo varias veces del país. Ello sin duda, le resto dedicación y concentración en la campaña” (SAN JUAN, 2007, p.8). A média foi intermediária considerando os dados do próprio país, mas abaixo da média anual da América Latina.

O chavismo centrou sua campanha na “reducción de la jornada laboral, la seguridad social para los trabajadores informales, la disminución de la edad requerida para votar, y financiamiento estatal para las campañas electorales”. A oposição focou-se na ameaça do autoritarismo e de um socialismo centrado no Presidente em uma economia estatizada.¹⁴⁰ Seu

¹⁴⁰ Também sobre reeleição ilimitada para Presidência, mandato de sete anos, novas formas de propriedade, aumento do número de assinaturas necessárias para chamar recalls e iniciativas populares, eliminação do pré-requisito de que o decreto do estado de exceção seja revisto pelo Tribunal Supremo de Justiça e que cumpra as diretrizes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, etc. Dois meses antes da votação: “(i) se pronosticaba para el momento una muy elevada abstención, por encima del 50%; (ii) era masivo el apoyo a las partes sociales del proyecto, mientras que la extensión del poder presidencial, el cambio de rol de la Fuerza Armada, la reducción de independencia del Banco Central y el cambio en la geometría del poder eran abiertamente rechazados o desconocidos; (iii) la mayoría percibía que la reforma sería aprobada, aunque personalmente no estuviera convencida ni de ir a votar y rechazara abiertamente algunos temas centrales de la reforma” (SAN JUAN, 2007, p.6). Até o ex-Ministro da Defesa de Chávez, o General Baduel classificou as reformas como “golpe populista”. A reforma propunha também a criação do Poder Popular que “pasaría a conformarse a partir de las 'comunidades', que serían el núcleo espacial del Estado socialista. Formarían parte del Poder Público que, territorialmente quedaría distribuido en Poder Popular, Poder Municipal, Poder Estatal y Poder Nacional. Se le conceptuó como un nuevo poder que se expresa construyendo las comunidades, comunas y el auto gobierno de los ciudadanos y se señaló que no nace de sufragio o elección alguna” (LANDER; MAYA, 2008, p.203-4). Dessa forma, as organizações e os movimentos sociais passariam constitucionalmente a ser parte do Estado, perdendo sua independência e autonomia para propor sua própria agenda e se mobilizar na defesa dos seus interesses. Além disso, este poder alcançaria apenas o nível local.

êxito deu-se especialmente pela entrada de novos atores: além dos partidos tradicionais e da Igreja Católica, houve os dissidentes chavistas e “muchos venezolanos vieron la escasez de alimentos y la más alta tasa de inflación del continente como un preludio negativo de una economía socialista o estatista” (GRATIUS; TEDESCO, 2007, p.3).

O MDD de 2009, no mesmo país, teve comparecimento eleitoral bem mais significativo (70,35%) e sua proposta sobre a possibilidade de reeleição para Presidente aprovada com 54,87% dos votos (já votada junto com outras questões em 2007, e então rejeitada), legisladores, governadores e prefeitos. A aprovação presidencial neste ano esteve muito mais baixa do que a média de todos os países latino-americanos.

Dois dos plebiscitos mandatórios sem interação com eleições ficaram muito próximos dos 50% (Uruguai e Venezuela), de forma que poderia supor-se que grande porção do eleitorado ficou descontente com o resultado e poderia tomar o Presidente como um dos responsáveis, diminuindo as chances de aprovação dele. Mas pelo comportamento dos dados da variável, sem nenhum tipo de controle, isto parece ser verdade apenas no segundo caso.

A interação com efeitos positivos entre plebiscitos mandatórios e eleições¹⁴¹ parece dever-se muito mais a eleições extraordinárias, todas com efeito em 2000 – tanto que comparado ao modelo apenas com eleições como variável macro, seu efeito direto diminui de 56% para 45% – como as eleições para Constituição da Assembleia Constituinte na Venezuela, a eleição da primeira mulher no Panamá, do que propriamente pelos MDDs. Embora os quatro países tenham aumento da popularidade do chefe do Executivo em relação a 1998, os dois casos citados são os que cresceram mais. Com exceção do caso venezuelano sobre sua nova Constituição, todos foram reprovados – o da Guatemala, sobre os acordos de paz mas também sobre uma série de reformas constitucionais, inclusive, com menos de 20% de participação eleitoral (caso abordado com mais detalhes a seguir), ao contrário do uruguaio, com duas questões de menor relevância citadas mais a frente, que contou com mais de 90% de comparecimento.

A seguir, mostra-se a relação dos assuntos envolvidos com a aprovação do chefe do Executivo, o que possibilita explorar um pouco mais algumas suposições levantadas até aqui.

¹⁴¹ Nenhum dos casos teve menos do que a média anual da América Latina de aprovação presidencial nesse ano (a Venezuela, inclusive, teve a maior delas) e nenhum deles teve um escore menor do que intermediário comparando com os outros anos de mensuração.

4.3.5 Natureza dos assuntos

Em relação aos assuntos, se eles são a única variável macro, o maior coeficiente ocorre quando se trata de votar numa pessoa (recall do Presidente) ou convocar uma Assembleia Constituinte, voto muito parecido com o das eleições convencionais, em que se escolhe candidatos e se delega o poder para outro tomar decisões em seu nome, crescendo em mais de 100% as chances de boa avaliação do chefe do Executivo.

O segundo maior coeficiente é dos MDDs que tratam de muitos assuntos (que forçam o Presidente a entrar na discussão e dão aos cidadãos a oportunidade de decidir em última instância sobre aspectos importantes), grupo com maior número de casos (onze), aumentando quase 100% a probabilidade de aprovação presidencial.

O terceiro, é do grupo que trata de poucos assuntos não muito relevantes e aumenta 68% as chances de boa avaliação do chefe do Executivo. No entanto, os três MDDs que se enquadram nessa situação ocorreram simultaneamente às eleições, de forma que esse impacto pode ser mais das votações convencionais do que do MDD propriamente dito.

Por fim, o outro grupo grande de MDDs, que envolvem poucos assuntos porém de alta relevância, com oito casos, apresenta coeficiente negativo e diminui 26% as chances de aprovação do Presidente.

Quando as eleições são adicionadas ao modelo, todas as categorias perdem um pouco de seu impacto, mas a que mais perde é a de poucos assuntos não muito relevantes, que encolhe mais de três vezes, chegando a 18%.

No modelo com as interações, o coeficiente dos dois MDDs a respeito do mandato do chefe do Executivo resulta em uma probabilidade de 54% mais chances de aprovação do Presidente, enquanto que a convocação de Assembleia, o único evento que tem interação com eleições, sobe para 114% mais chances de aprovação do que se não houvesse votação em qualquer MDD ou eleições. Esse efeito que supera todos os outros, exceto a avaliação econômica do país como muito boa ou boa, e diz respeito ao caso do Equador.

Os anos de 2006 e 2007 concentraram muitos votos nesse país: o Presidente Alfredo Palácios baixou um decreto para consultar a população sobre melhorias para a saúde, um plano de dez anos para a educação e alocação do excedente de recursos petrolíferos para políticas sociais e econômicas (ZOVATTO, 2007). O MDD aconteceu juntamente com o

segundo turno da eleição presidencial em fins de 2006 – quando Rafael Correa foi eleito. As propostas foram aprovadas por uma ampla margem, embora os efeitos concretos dessa aprovação não se tenham feito evidentes (LISSIDINI, 2007b). Como os surveys desse ano foram aplicadas de outubro a novembro, espera-se o efeito desses dois acontecimentos em 2007, primeiro ano de governo de Correa, e quando houve também um outro MDD: o plebiscito sobre a convocação de Assembleia Constituinte para reformar a Constituição, aprovado por mais de 85% dos cidadãos. A participação foi de cerca de 70%.

Se o caso da Venezuela de 2000 é categorizado tendo como tema a convocação da Assembleia Constituinte (MDD que ocorreu também em 1999, mas antes do plebiscito de aprovação da Nova Constituição, ambos com efeito em 2000 por falta de dados coletados em 1999), o efeito da interação entre esse tipo de assunto e as eleições permanece igualmente grande: aumenta 96% as chances de aprovação presidencial em vez de 114%. Mas por ser somente um caso reclassificado, em modelo não exibido aqui, é surpreendente a diminuição que o efeito positivo da interação entre eleições e MDDs que envolvem muitos assuntos sofre: de 16% para somente 5% mais chances de boa avaliação do chefe do Executivo. Nesses casos, a proposta de mudanças mais radiciais, inseridas dentro da ideia de uma Assembleia Constituinte ou de uma nova Constituição, aumenta bastante a popularidade presidencial¹⁴².

O recall do Presidente Hugo Chávez, em 2004 (com efeito em 2005), já foi abordado anteriormente. No caso do plebiscito sobre o Presidente da Bolívia, de 2008, a questão foi ratificatória, sobre a concordância com a continuidade do processo de mudança liderado pelo Presidente Evo Morales. Esse MDD – também sobre o mandato dos nove governadores – objetivava diminuir a tensão causada pela questão da autonomia dos departamentos e aumentar a legitimidade do chefe do Executivo.

Os quatro governadores da chamada “meia lua” opositora também foram endossados, com mais votos do que nas eleições de 2005, mostrando, paradoxalmente, que os dois projetos tinham legitimidade no país – o apoio a Morales cresceu até nessa região (ZOVATTO apud INFORME, 2008, p.71).

¹⁴² Com isso não se defende que plebiscitos sejam convocados a cada crise da Presidência, propondo transformações radicais no sistema político do país. No entanto, dado os resultados obtidos por esses casos, a proposta da Presidente Dilma Rousseff, durante as manifestações massivas de 2013, de chamar uma Constituinte para fazer a reforma política, que seria depois aprovada por consulta popular, encontra algum suporte nesses dados empíricos da América Latina.

Depois dessa votação, as atenções voltaram-se para a redação da Nova Constituição. A primeira data marcada para a votação desta foi dezembro do mesmo ano. Em setembro, mês seguinte ao do MDD sobre os mandatos, “se llenan las calles de Bolivia con manifestantes a favor y en contra de las distintas posiciones que llevaron en Octubre al acuerdo para avanzar en el proceso” (INFORME, 2008, p.21). Inclusive, o trabalho de campo do Latinobarómetro teve que ser suspenso por uns dias em vários departamentos que estavam como mobilizações massivas. Note-se, então, que os dados coletados refletem também um pouco o plebiscito obrigatório para a aprovação da Constituição.

Esses dois MDDs, boliviano e venezuelano, ocorreram em momentos bastante mais conturbados para seus respectivos chefes do Executivo, de forma que era de se esperar um impacto menor comparado com o do MDD do Equador, embora a popularidade do Presidente da Venezuela tenha crescido mais do que a boa avaliação do chefe do Executivo da Bolívia caiu. Ainda assim, seu efeito de 54% não é muito distante do impacto de muitos assuntos abordados ao mesmo tempo (71%) e bastante maior do que a interação desses com eleições (16%).

Quando se trata de poucos assuntos muito relevantes, com a presença da interação entre esse grupo e as eleições, seu coeficiente mostra um efeito direto ainda mais negativo (diminuindo 39% as probabilidades). O coeficiente da interação, no entanto, mostra um aumento de mais de 100% nas chances de aprovação do chefe do Executivo. Para interpretar esses resultados, pode-se considerar o impacto do tipo de MDD porque metade dos casos (quatro dos oito) dizem respeito a MDDs bottom-up, isto é, não foram de iniciativa do chefe do Executivo.

É verdade que os dois referendos uruguaios que têm impacto bastante negativo na tabela anterior com os tipos de MDDs encontram-se nos efeitos diretos. Um deles foi a ameaça de referendo de 2002 (efeito em 2003), no qual o Presidente acabou voltando atrás para não levar a questão à consulta popular. O outro foi o referendo de 2003 (efeito em 2004) que revogou a lei que terminava com o monopólio estatal dos combustíveis. Além disso, ambos referendos tinham o mesmo contexto: tratava-se do fim da Presidência revezada pelos dois partidos tradicionais do país.

No entanto, os únicos dois casos que se classificam na interação são duas iniciativas populares: a da Bolívia de 2006, sobre a autonomia departamental (a popularidade presidencial caiu quase quinze pontos percentuais comparada com o ano anterior, um pouco

abaixo da média anual da América Latina, mas o quarto escore mais alto do país em todo o período explorado), e a do Uruguai de 2005, sobre a água como um bem público (a aprovação do Presidente cresce quase setenta pontos percentuais em relação ao ano anterior, sendo a maior média latino-americana desse ano e a terceira maior média do próprio país). Aqui, o efeito se potencializa em relação às iniciativas da tabela anterior (de 15% para mais de 100%), entre outras razões, porque aquela que versava sobre poucos assuntos não muito relevantes está em outro grupo – a iniciativa popular do Uruguai com efeito 2010, sobre a anistia, já votada em outra situação, derrotada em duas, e com a lei considerada inconstitucional pela Justiça uns dias antes do MDD. Além disso, a eleição para Presidente que ocorreu junto com essa iniciativa cidadã foi a única que não dizia respeito a uma grande mudança (tratou-se da reeleição da Frente Ampla).

Com as interações, os pouco relevantes têm o menor efeito direto (em módulo, 24%), ainda que ocorram todos junto com eleições. Não é uma surpresa, já que se trata do plebiscito sindical da Venezuela de 2001, descrito com detalhes acima, da iniciativa uruguaia, mencionada no parágrafo anterior, e do plebiscito obrigatório judicial que teve suas duas perguntas derrotadas pelos cidadãos versando sobre: 1) a proibição de diretores de serviços públicos autônomos ou descentralizados concorrerem nas eleições até quatro anos depois de deixarem o cargo – iniciativa do partido Liberal, justificando que altos executivos estariam utilizando recursos públicos para construir suas carreiras políticas (a Frente Ampla apoiou apenas parcialmente esta medida); 2) a autonomia das Cortes judiciais, deixando nas mãos do Parlamento o aval sobre as requisições orçamentárias do Judiciário, inibindo a possibilidade do Presidente vetá-las. Normalmente, o Executivo pede ao Parlamento que aprove um orçamento menor (ALTMAN, 2010). A primeira alcançou 38% de apoio e a segunda obteve 43% de apoio. Diretamente, elas não atingiriam uma grande parte da população e não conseguiram ser enquadradas como muito relevantes pelos atores interessados.

Em relação aos muitos assuntos, pelo que já foi exposto sobre esses MDDs acima, faz sentido que as interações que acontecem no caso da Guatemala, Panamá e Venezuela em 2000, somados ao Equador, em 1997, tenham um efeito menor do que as que não ocorreram no mesmo período das eleições (71% versus 16%).

A ocorrência de eleições isoladas aumenta, em média, quase 1,5 vezes as chances de aprovação presidencial.

Ao que tudo indica, aumenta a legitimidade do chefe do Executivo a proposta de grandes transformações, como novas Constituições ou várias reformas.

Tabela 8. Natureza dos MDDs, eleições e interações na aprovação presidencial¹⁴³

	Assuntos			Assuntos e Eleições			Assuntos* Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-1,051	,000	0,350	-1,138	,000	0,321	-1,029	,000	0,323
País	0,118	,006		0,125	,006		0,129	,006	
Ano	0,171	,011		0,169	,011		0,171	,011	
Muitos	0,670	,000	1,954	0,588	,000	1,800	0,538	,000	1,712
Poucos relevantes	-0,298	,000	0,742	-0,323	,000	0,724	-0,499	,000	0,607
Poucos	0,518	,000	1,679	0,168	,000	1,183	0,212	,000	1,236
Presidente	0,718	,000	2,051	0,663	,000	1,940	0,432	,000	1,541
Eleições				0,410	,000	1,507	0,360	,000	1,434
Eleições * Muitos							0,149	,000	1,161
Eleições * Poucos relevantes				-			0,711	,000	2,037
Eleições * Assembleia				-			0,761	,000	2,140

É possível que se houvesse disponibilidade da avaliação dos cidadãos sobre as políticas públicas, estas teriam forte impacto na aprovação presidencial. Booth e Seligson (2009), trabalhando com oito países da América Latina, encontraram resultados positivos ao incluir segurança e corrupção na dimensão de avaliação das autoridades democráticas. Da mesma forma, a inclusão da variável sobre quem votou no Presidente eleito talvez

¹⁴³ Primeiro modelo com precisão de 66,6%, o segundo, de 66,9% e o terceiro de 67%. Critérios de informações: 106.414.699,255; 106.607.307,067; e 106.632.115,293.

aumentasse a precisão dos modelos. No entanto, o Latinobarómetro disponibiliza apenas dados sobre em que partido o entrevistado votaria se as eleições fossem no próximo domingo.

Subindo um nível nas dimensões de apoio à democracia, nos dois próximos capítulos apresentam-se os modelos sobre a confiança nas instituições – Parlamento e partidos –, com interpretações dos resultados considerando também detalhes dos casos.

5 ANÁLISE DOS MODELOS DE CONFIANÇA NO CONGRESSO

5.1 Modelos com variáveis de nível 1

A confiança nas instituições políticas vista enquanto traço de personalidade formado nos primeiros estágios do desenvolvimento psicológico e que se mantém durante a vida adulta encontra problemas: se assim fosse, encontraria-se uma relação muito parecida no âmbito individual entre os níveis de confiança de diferentes instituições e nenhuma variação ao longo do tempo (ARANCIBIA, 2008). Como é possível perceber nos gráficos da capítulo 3, em 2010, por exemplo, a diferença dos níveis de confiança do Congresso para os partidos era de quase 10 pontos percentuais, o que representa em torno de 30% mais de confiança no Parlamento. Além disso, as médias dos países chegam a mudar quase 30% no caso dos partidos e 40% no caso do Congresso ao longo dos 14 anos estudados.

Comparado com o modelo com os dados de todos os países e anos considerados sem distinção, o modelo com os efeitos aleatórios de ordenada de origem tem quase 5% a mais de precisão (de 36,5% a 41%). Por ser mais estável do que a aprovação presidencial, a variação explicada pelos anos é de apenas 3,4% (no caso da avaliação do Presidente, é de 6,8%). A variação entre países é um pouco maior: 4,2%. Aliás, trata-se da variável dependente em que essa diferença entre os países é a maior.

Em função dos resultados já obtidos nos modelos da dimensão anterior, pífios em função da pouca variação entre grupos, para que a apresentação dos resultados não se estenda além do necessário, o item sobre os modelos com variáveis macro será omitido aqui e no próximo capítulo. Booth e Seligson (2009), em seu modelo para explicar o apoio às instituições, encontraram como única variável significativa e positiva do nível do sistema o índice de eficácia governamental do Banco Mundial (o nível de bem-estar social, medido através do IDH, e de performance democrática, medida através do índice da Freedom House, não apresentaram coeficientes expressivos).

Explorando os modelos de confiança no Parlamento, o que considera as médias dos países apenas com a variável de aprovação presidencial chega à precisão de 43%, e o coeficiente dessa variável aumenta quase em 250% a probabilidade de estar na categoria

superior de aprovação do Congresso. Adicionando apenas a situação do país ao modelo com ordenadas de origem que variam entre os grupos, a precisão fica 42,9%. Em relação à categoria “muito ruim” cada uma aumenta um pouco a probabilidade de confiar muito no Parlamento, de 41% a 450%, números muito próximos ao impacto que teve nos modelos de aprovação presidencial.

O modelo somente com a variável educação tem 41,1% de precisão e coeficientes maiores para o nível máximo de educação. Isto é, comparados com os menos escolarizados, aqueles com mais anos de estudo têm maior probabilidade de ter muita confiança no Parlamento, apesar de serem supostamente mais críticos. Essa relação, no entanto, não é exatamente linear.

O modelo somente com idade apresenta precisão de 41% e coeficientes negativos, isto é, em relação aos mais jovens, os grupos mais velhos têm menos de probabilidade de confiar muito no Congresso, mas também não apresenta relação linear.

A confiança interpessoal não alcança coeficientes estatisticamente significativos (precisão de 40,9%). Quando apenas a variável sexo é inserida, ela não apresenta coeficiente expressivo, isto é, muda apenas 3% a probabilidade de estar na última categoria (e a precisão também é de 40,9%).

Nem mesmo todas as variáveis do nível 1 no modelo chegam a explicar a variação de 50% dos dados (explicam 44,7%). Como a variável sexo tem coeficiente inexpressivo, que altera somente 1% da probabilidade de confiança no Parlamento, foi deixada de fora do modelo apresentado na tabela abaixo.

A avaliação da situação econômica corrente do país tem os maiores efeitos, mas bem menores do que quando estava no modelo sozinha. Isto ocorre também porque a aprovação presidencial está presente no modelo, e no capítulo anterior verificou-se que a situação econômica explica a maior parte da variação desta. A avaliação da situação como muito boa faz com que a probabilidade de estar na categoria mais alta de confiança no Congresso aumente 263%. Aqueles que avaliam a situação como boa, aumentam 150% essas chances. Se a avaliação do país é “média”, 80%, se é “ruim”, 31%. Isto é, os efeitos vão na mesma linha dos modelos de aprovação presidencial, embora nestes tenha quase o dobro do impacto do que no caso da confiança do Parlamento.

Tabela 9. Variáveis do nível 1 nos modelos de confiança no Congresso¹⁴⁴

	Efeitos aleatórios apenas			Variáveis indivíduos		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	-0,684	,000	0,504	0,167	,140	1,182
Limite 1	0,936	,000	2,550	1,947	,000	7,006
Limite 2	2,829	,000	16,924	3,965	,000	52,716
País	0,147	,006		0,105	,006	
Ano	0,117	,011		0,088	,011	
Aprovação Presidencial				1,093	,000	2,982
Situação MB				1,290	,000	3,632
Situação B				0,908	,000	2,479
Situação M				0,592	,000	1,807
Situação R				0,273	,000	1,314
Confiança Interpessoal				0,282	,000	1,326
Superior compl.				0,073	,000	1,076
Superior incompl.				0,030	,000	1,031
Médio compl.				0,023	,000	1,024
Médio incompl.				-0,026	,000	0,974
Fundamental compl.				-0,029	,000	0,972
Fundamental incompl.				0,034	,000	1,034
61 ou +				-0,080	,000	0,924
41 a 60				-0,110	,000	0,896
26 a 40				-0,096	,000	0,909

A boa avaliação do Presidente também tem efeito expressivo: aqueles que aprovam o chefe do Executivo têm quase 200% mais probabilidade de ter muita confiança no Congresso, se comparados com aqueles que o desaprovam.

¹⁴⁴ Modelos com precisão de 41% e 44,7% e critérios de informação de 273.393.782,421 e 264.256.935,311.

A confiança interpessoal, por sua vez, aponta para uma diferença de cerca de 33% na probabilidade de se ter confiança no Congresso, dez pontos percentuais mais do que no modelo de aprovação do Presidente – diferença esperada tratando-se de uma instituição e uma autoridade.

A educação tem um comportamento não linear, isto é, em comparação ao grupo não escolarizado, do ensino superior completo ao ensino médio incompleto, além do ensino fundamental incompleto, todas as categorias aumentam a probabilidade de estar na categoria mais alta de confiança no Congresso, respectivamente, 8%, 3%, 2% e 3%, mas os grupos que têm ensino fundamental completo e médio incompleto diminuem em torno de 3% as chances de muita confiança no Parlamento. Comparado ao efeito máximo e negativo dessa variável no modelo de aprovação presidencial (16%), o impacto da escolaridade é 50% menor.

Em relação aos mais jovens, os mais velhos têm 8% menos probabilidade de confiar na instituição Parlamento. Se o cidadão tem entre 26 e 40 anos ou entre 41 e 60 anos, possui, respectivamente, 9% e 10% menos chances de confiança. Em relação ao modelo de aprovação presidencial, além dessa variável ter coeficiente positivo, ela impacta mais (de 24% no caso dos mais velhos, passando por 15% e 10% nas categorias intermediárias). De qualquer forma, mesmo que comparados com os coeficientes das outras variáveis dos modelos de confiança no Congresso, esses coeficientes relativos à idade e à educação são bastante pequenos.

Então, nesses modelos, ao contrário dos modelos de aprovação do Presidente, os mais jovens e os mais escolarizados não se mostram mais críticos dos que os mais velhos e com mais anos de estudo em sua confiança nesta instituição tradicional da política.

Quando variáveis macro foram adicionadas ao modelo, não só elas apresentaram coeficientes muito pequenos e não alteraram a precisão do modelo, como desemprego e Gini invertidos apresentaram coeficientes negativos, isto é, a melhora dos níveis de emprego e da distribuição de renda diminui a probabilidade de maior confiança no Congresso. A inflação (também invertida) e crescimento do PIB, por sua vez, tiveram os sinais esperados, ou seja, conforme eles crescem um desvio padrão, cresce a probabilidade de estar na categoria superior de confiança no Parlamento, embora os coeficientes sejam também muito pequenos comparados a todos os outros dos modelos, respectivamente, -0,005; -0,010; 0,006; 0,005. Em outras palavras, eles modificam a probabilidade em 1% ou menos.

5.2 Modelos com MDDs e eleições

5.2.1 Efeitos de curto prazo dos MDDs: ocorrência

Eleições e MDDs têm efeitos muito pequenos na confiança do Congresso, próximos apenas dos efeitos da idade e da educação. Como pode ser visto no primeiro modelo da tabela abaixo, o fato de ter ocorrido um MDD no período anterior à survey aumenta em 10% as chances de passar para a categoria maior de apoio ao Parlamento. Quando se inclui a variável eleições, ter votado nelas aumenta 15% a probabilidade de alta confiança no Congresso. Quando ambas variáveis são incluídas, as eleições permanecem com basicamente o mesmo impacto (14%), enquanto que a influência dos MDDs é diminuída para 7%.

O último modelo, com a interação entre as ocorrências, ou seja, considerando-se quando não há votações alguma em comparação com ter votado tanto em eleições quanto em MDDs, aumenta o impacto dos efeitos diretos, isto é: em caso de ocorrência de MDDs (mas não ocorrência de eleições), cresce em torno de 12% a probabilidade de crescimento na confiança; no caso de acontecerem eleições (mas não MDDs), 16%. Quando há ocorrência dos dois, no entanto, diminui cerca de 10% as chances de muita confiança, comparado com o grupo que não votou em nenhum. Esse comportamento das variáveis não têm semelhança com o dos modelos de aprovação presidencial, cuja interação é positiva. Exceto pelo fato de o efeito direto das eleições ser maior do que o dos MDDs. Algumas possíveis razões pelas quais a interação é negativa são abordadas quando os tipos e a natureza dos assuntos dos MDDs são analisados.

Tabela 10. Modelos de confiança no Congresso com ocorrência de MDDs, eleições e a interação entre as elas¹⁴⁵

	Ocorrência de MDDs			Ocorrência de Eleições			Ocor. MDDs e Ocor. Eleições			Ocor. MDDs * Ocor. Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	0,175	,122	1,191	0,19	,095	1,212	0,198	,084	1,219	0,202	,079	1,224
Limite 1	1,954	,000	7,058	1,974	,000	7,202	1,979	,000	7,235	1,983	,000	7,263
Limite 2	3,972	,000	53,093	3,994	,000	54,260	3,998	,000	54,464	4,001	,000	54,678
País	0,103	,006		0,107	,006		0,107	,006		0,107	,006	
Ano	0,088	,011		0,092	,011		0,091	,011		0,092	,011	
MDDs Ocor.	0,094	,000	1,098	-			0,067	,000	1,069	0,110	,000	1,116
Eleições ocor.	-			0,139	,000	1,150	0,132	,000	1,141	0,147	,000	1,159
MDDs* Eleições	-			-			-			-0,111	,000	0,895

¹⁴⁵ Os coeficientes das variáveis individuais permanecem praticamente os mesmos, por isso são omitidos nesta tabela e nas que se seguem. A precisão dos modelos são de 44,8%, exceto o primeiro que é de 44,7%. Os critérios de informação: 260.264.262,124; 264.196.915,108; 260.324.173,003; e 260.337.722,490.

5.2.2 Efeitos de longo prazo dos MDD: número cumulativo

No modelo da tabela que segue com os efeitos acumulados como única variável macro, o seu coeficiente é positivo, ou seja, para um desvio-padrão da média, aumenta quase 10% a probabilidade desse grupo confiar muito no Parlamento – 44% quando se compara os casos sem nenhum MDDs nos últimos dez anos e aqueles que tiveram até seis ocorrências nesse período. No modelo da aprovação presidencial, essa variável tem um impacto bem menor (2,5%). Faz sentido que uma variável de longo prazo tenha mais efeito nas instituições do que na aprovação do Presidente, que é a dimensão mais ligada a questões de curto prazo de todas as que configuram o apoio à democracia.

Quando eleições são adicionadas ao modelo, o efeito dos MDDs acumulados fica praticamente o mesmo e a ocorrência de eleições aumenta 14% a chance desse grupo aprovar o Congresso em relação aqueles que não votaram nas eleições (e que tem a média latino-americana de MDDs acumulados, isto é, 1 MDD, dado que para variáveis contínuas, mantêm-se elas constantes na média). No modelo de aprovação do chefe do Executivo, as eleições tinham um impacto bem superior (55%), o que tem lógica, já que elas possibilitam renovação total da Presidência em caso de decepção com o governo, enquanto o Parlamento é às vezes renovado apenas parcialmente, e outras vezes renovado em eleições desconectadas com as presidenciais – caso considerado apenas nos modelos com efeitos de curto prazo ponderados.

No terceiro modelo, o efeito de longo prazo, que vai de 9% para um desvio-padrão a 42% no máximo, é bem mais importante do que o de curto, que sequer aumenta 1% as chances de confiar muito no Congresso, o que também tem respaldo na ideia de que instituições estão mais ligadas a dimensões afetivas que se estruturam ao longo do tempo e a popularidade do Presidente está mais conectadas à avaliação da performance cotidiana da política.

Tabela 11. Efeitos cumulativos e ocorrência de MDDs, eleições e interações na confiança no Congresso¹⁴⁶

	MDDs Cumulativos			MDDs Cumulativos e Eleições			MDDs Cumulativos e Ocorrência			Ocorrência* Cumulativos*Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	0,164	,139	1,178	0,190	,092	1,209	0,165	,138	1,179	0,192	,092	1,211
Limite 1	1,945	,000	6,997	1,972	,000	7,188	1,946	,000	7,001	1,974	,000	7,202
Limite 2	3,965	,000	52,711	3,992	,000	54,182	3,965	,000	52,740	3,995	,000	54,300
País	0,097	,006		0,101	,006		0,097	,006		0,106	,006	
Ano	0,087	,011		0,089	,011		0,087	,011		0,089	,011	
MDDs Cum.	0,090	,000	1,095	0,088	,000	1,092	0,089	,000	1,094	0,084	,000	1,087
MDDs Ocor.	-	-	-	-	-	-	0,007	,000	1,007	0,035	,000	1,036
Eleições	-			0,132	,000	1,141	-	-	-	0,150	,000	1,162
MDDsCum* Eleições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MDDsCum* MDDsOcor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocor (1) * Eleições(1)*Cum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-0,040	,000	0,960
Ocor (1) * Eleições (0)*Cum										-0,014	,000	0,986
Ocor (0) * Eleições (1)*Cum										0,039	,000	1,039

¹⁴⁶ A precisão do 2º. e 4º. modelos é de 44,8%, e do 1º., 3º. é de 44,7%. Os critérios de informação: 260.401.338,489; 260.458.533,060; 260.400.314,494; e 260.482.603,174.

Por fim, no modelo com eleições, o impacto cumulativo dos MDDs cai um pouco para 40% no seu efeito máximo, o da ocorrência de mecanismos de democracia direta aumenta para 4%, e o das eleições é de 16%, basicamente o mesmo dos modelos que consideravam somente os efeitos de curto prazo. A diferença é que o impacto máximo do número cumulativo supera em muito o efeito que a ocorrência de MDDs tinha na tabela anterior (12%).

Talvez o efeito da ocorrência de MDDs seja tão pequeno porque não considera os efeitos ponderados e não separa por tipos e natureza dos assuntos envolvidos.

Assim, enquanto no caso da aprovação presidencial, a inclusão dos efeitos de longo prazo inverteu a importância da ocorrência das eleições (de 43% para 36%) e dos MDDs (de 8,5% para 85%), tornando os últimos mais importantes, no caso da confiança no Congresso, tornou a ocorrência de MDDs praticamente irrelevante (de 12% para 4%), diminuiu a relevância das eleições em comparação com os MDDs, mas agora em relação ao número cumulativo deles – era de 16% versus 12% e passou a ser 16% versus um efeito máximo de até 40%. Ou seja, os MDDs passam a ter efeitos mais importantes, mas nesses modelos sob a forma de longo prazo e não de curto.

5.2.3 Efeitos de curto prazo ponderados

Os efeitos ponderados são ainda menores no caso da confiança no Congresso do que na aprovação presidencial, como se pode ver na tabela abaixo. Em relação ao modelo de apoio ao Parlamento com MDDs e eleições como variáveis binárias, o efeito máximo dos MDDs aproxima-se ao efeito que apresentou na primeira tabela dessa seção (11% versus 12%), mas como era esperado, o efeito máximo das eleições é bastante inferior (12% versus 17%). A interação entre as duas variáveis de curto prazo ponderadas é inexpressiva, especialmente se comparada com o modelo da tabela 10 (-1% versus -10%).

Tabela 12. Modelos de confiança no Congresso com efeitos ponderados de ocorrência de MDDs e eleições¹⁴⁷

	MDDs Pond.			Eleições Pond.			MDDs e Eleições Pond.			MDDs*Eleições Pond.		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	0,166	,142	1,181	0,160	,165	1,174	0,160	,165	1,174	0,152	,192	1,164
Limite 1	1,946	,000	6,998	1,941	,000	6,963	1,941	,000	6,964	1,933	,000	6,914
Limite 2	3,964	,000	52,665	3,960	,000	52,436	3,960	,000	52,439	3,952	,000	52,052
País	0,105	,006		0,111	,006		0,111	,006		0,110	,006	
Ano	0,088	,011		0,089	,011		0,089	,011		0,094	,011	
MDDs	0,008	,000	1,008	-			-0,001	,044	0,999	0,017	,000	1,017
Eleições	-			0,028	,000	1,028	0,028	,000	1,028	0,032	,000	1,032
MDDs* Eleições	-			-			-			-0,010	,000	0,990

¹⁴⁷ A precisão dos modelos é de 44,8%, exceto do 1o. que é de 44,7%. Os critérios de informação: 260.259.749,191; 260.303.234,928; 260.303.158,193; e 260.366.545,217.

Após ver esses resultados, conclui-se que o índice criado para ponderar a distância entre a votação em MDDs e eleições e a realização das pesquisas de opinião não é adequado. Considerar que a aplicação da survey dois meses antes já abarcaria mudanças na percepção dos cidadãos decorrentes das campanhas e do conhecimento da oportunidade de decisão através do voto deve ter sido exagerado. A diminuição do impacto das eleições é compreensível ao se considerar em alguns casos o efeito durante o período de campanha, no qual os cidadãos podem estar descontentes com a Legislatura que ainda governa o país. Também a perspectiva de votação de um MDD, sem conhecimento da decisão das urnas e o acompanhamento do papel da instituição durante todo o processo, não deve ter tido tanta influência na confiança no Congresso.

Como no caso do modelo do apoio aos partidos os coeficientes são ainda menores – o efeito máximo dos MDDs ponderados é de 3% – a tabela com os efeitos ponderados não será exibida no próximo capítulo. No entanto, este não deixa de ser um achado interessante: perspectivas de MDDs e eleições ou votações nesses eventos são muito menos significativas para a confiança nas agremiações políticas.

Na próxima seção, expõem-se os modelos que incluem a classificação dos MDDs em tipos, necessária especialmente para compreender os coeficientes de algumas interações.

5.2.4 Tipos de MDDs

No primeiro modelo da tabela abaixo, o maior coeficiente é o do referendo, que aumenta 40% as chances de estar na última categoria de confiança no Parlamento, ao contrário do modelo de aprovação presidencial, no qual diminuía 58%. O esperado era que fossem os plebiscitos mandatórios os tipos a terem maior impacto, pois não solapam o poder do Congresso, além de não serem contrários a leis recém-aprovadas pelo Legislativo. Nos referendos, os parlamentares passaram uma lei que desagradou pelo menos 25% dos cidadãos e, se aprovados, como nos casos uruguaios, forçam o sistema a reconhecer sua vontade e voltar à situação anterior. Embora seja esperado que tenham efeitos positivos na performance do regime (eficácia do voto), não estavam previstas (e não tiveram, nesse primeiro caso) efeitos positivos na aprovação presidencial ou na confiança das instituições.

No entanto, embora o recall tenha uma ideia de revogação, porque não tem efeito de voltar ao estado anterior (isto é, recolocar no poder o ex-Presidente do país), e o Congresso não é diretamente responsável pela situação, ao contrário do que acontece com os referendos convencionais, pois não elegeu o chefe do Executivo, esse MDD tem características um pouco diversas. Em relação ao único caso da amostra, a oposição ainda não tinha promovido seu boicote às eleições parlamentares. Na realidade, de 2004 a 2005 subiu a confiança no Legislativo na Venezuela – tendo a segunda maior média anual da América Latina e o terceiro melhor escore do país, assim como no segundo referendo uruguaio, de 2003 com efeito em 2004, sobre o monopólio dos combustíveis – melhor média do ano entre os países latino-americanos, porém segundo pior escore do país. Durante o primeiro caso uruguaio (uma ameaça bem-sucedida de referendo, com efeito de 2003), a confiança no Parlamento diminuiu, sendo a menor média que o país teve, mas ainda assim a segunda maior média anual da região. Logo, os efeitos positivos parecem estar mais ligados à média anual da América Latina do que às variações dentro dos países.

Se o recall é reclassificado como iniciativa popular, em modelo não mostrado aqui, o efeito positivo dos referendos cai doze pontos percentuais, para 28%. Ele seria a única iniciativa popular sem interação com as eleições, responsável por um impacto de 68% (então, o maior de todos). As iniciativas ocorridas juntamente com as eleições, por sua vez, deixariam de ter um efeito positivo para diminuir 27% as chances de estar na categoria mais alta de confiança no Congresso. O restante dos coeficientes permanecem os mesmos.

Retomando os dados da tabela exibida a seguir, o segundo maior coeficiente é o das iniciativas populares (38% no modelo sem eleições, 23% nos modelos com eleições). Duas delas foram organizadas pela oposição (Uruguai 2004-5 e Bolívia 2006), uma delas pela situação (Uruguai 2009-10), logo, não há motivos para dizer que passaram ao largo das instituições. Apenas em 2007, no Uruguai e na Bolívia, houve índice de confiança maior do que os anos das iniciativas.

Dos efeitos diretos, o que mais destoa é o relativo ao plebiscito mandatário, que teoricamente conserva a importância do Parlamento no processo de decisão. Nos primeiros modelos, esse tipo de MDD tem entre 10% e 7% de influência na confiança no Legislativo. A título de comparação, esses percentuais são 47% e 33% no modelo de aprovação presidencial.

O efeito direto do modelo com interação, no entanto, é bastante semelhante entre os dois modelos: 2,1% versus 2,5%. A diferença cresce novamente nos casos em que MDDs e

eleições ocorrem em períodos próximos, cujo efeito é de 9%, enquanto no modelo de aprovação presidencial era de 76%. O Congresso não parece ter tido um papel relevante nessas interações da mesma forma que o Presidente.

Todos os casos que se seguem, durante o ano que corresponde aos efeitos MDDs-eleições, tiveram aumento na confiança no Parlamento. Essas informações seriam consideradas em uma análise seriada, mas não na análise multinível, na qual importa a média dos países e a média dos anos. A Guatemala, por exemplo, cresceu pouco em comparação com a média do ano (diferente do Uruguai e da Venezuela), mas teve um bom índice de confiança se considerado seus outros 13 anos de observação (também diferente dos outros dois países): apenas em três anos esse número foi maior.

O plebiscito desse país, com efeito em 2000, foi criticado porque além da votação de questões relativas ao processo de paz no país, foram incluídas muitas outras questões pelo Congresso. A inclusão de assuntos considerados “penetras” provavelmente retirou do Legislativo a chance de melhorar mais sua confiança. De qualquer forma, mais próxima da survey seguinte, estiveram as eleições, com nova composição parlamentar.

No Panamá, o plebiscito obrigatório sobre a reforma constitucional de 1998 tem efeito esperado apenas nos surveys de 2000. Essa distância entre a ocorrência do MDD e da pesquisa de opinião é a maior de todas aqui: 17,5 meses. Já votada em 1992, ela não foi aprovada pelos cidadãos novamente (65% votaram contra, o total da participação foi 63% dos eleitores), o que foi interpretado mais como um castigo para o governo de Ernesto Pérez Balladares, o qual levou adiante uma série de políticas neoliberais, do que um voto contrário ao conteúdo das reformas (ESCOFFERY, 2008; ZOVATTO, 2007; RIAL, 2000).

As reformas permitiriam reeleição, mais independência econômica do Tribunal Eleitoral e eliminar o direito dos partidos políticos pedirem de volta o mandato dos legisladores. A viúva de Arias, da oposição, foi a primeira mulher a ser eleita Presidente no país, em 1999 (nove meses antes os surveys, provavelmente com situação do MDD já superada), o que provavelmente foi responsável por um aumento das chances de aprovação do chefe do Executivo, que por sua vez influencia a confiança no Congresso, como se pode ver na primeira tabela desse capítulo, além da ocorrência das próprias eleições para o Parlamento. Este país teve somente nos dois últimos anos da amostra, média maior do que esta de 2000, alta se comparada à média desse ano dos outros países.

No Uruguai de 1999 (com efeito em 2000), houve plebiscito mandatário sobre duas questões que não foram consideradas de grande relevância, desaprovadas pelos cidadãos, e eleições nas quais o tradicional Partido Colorado saiu vencedor, apenas porque as regras eleitorais foram mudadas e o segundo turno foi instituído. No entanto, a FA foi pela primeira vez partido mais votado nas eleições legislativas de novembro de 1999. O país teve a maior média anual da América Latina, mas somente intermediária se comparada aos seus outros escores.

Na Venezuela, houve eleições para a Assembleia Constituinte na metade de 1999¹⁴⁸ e plebiscito obrigatório sobre a aprovação da nova Constituição. A abstenção foi de 56%, e 71,8% dos eleitores disseram sim, ou seja, foi endossada por 30% do eleitorado. A Assembleia Constituinte suspendeu o funcionamento do Congresso, que depois da aprovação da nova Carta passaria a ser unicameral. A Constituinte mostrou muito trabalho, que para o cidadão médio acabou sendo revertida em benefício do Congresso. A média de confiança venezuelana esteve acima da média anual latino-americana, mas próxima aos escores intermediários registrados no país no período analisado.

O comportamento da variável de confiança no Legislativo apenas não dá indicativo claro do motivo pelo qual é tão pequeno o efeito da interação entre os MDDs mandatórios e as eleições. A explicação está, então, no desempenho das outras variáveis de nível 1 que são mantidas constantes no modelo – aprovação presidencial, percepção da situação econômica do país, etc.

As eleições têm mais impacto na confiança no Congresso do que os MDDs top-down (plebiscitos mandatórios e facultativos), mas efeito menor do que os bottom-up (iniciativas e referendos). Elas têm um impacto de aumentar 14%-15% a probabilidade de confiança no Parlamento. No modelo de aprovação presidencial, essa influência fica entre 45% e 50%. Inclusive, fora os referendos já mencionados (que não acontecem junto a eleições), e o coeficiente do efeito direto do plebiscito facultativo, que proposto pelo Presidente, era de se esperar impacto menor na instituição Congresso do que na autoridade, as grandes discrepâncias ocorrem nas interações, com efeitos mais baixos e até negativos do que aqueles do modelo de aprovação do chefe do Executivo. Isto porque para a aprovação do Presidente, as eleições são muito mais importantes do que para esse modelo de confiança no Legislativo.

¹⁴⁸ Abstenção foi novamente elevada – 54% do eleitorado – e, dos 131 deputados eleitos, 123 pertenciam à coligação de apoio ao Presidente.

Além disso, as eleições estão, em geral, mais próximas da coleta de dados dos surveys do que os MDDs.

Tabela 13. Tipos de MDDs, eleições e interações na confiança no Congresso¹⁴⁹

	Tipos			Tipos e Eleições			Tipos* Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	0,178	,113	1,194	0,201	,077	1,223	0,202	,078	1,223
Limite 1	1,958	,000	7,083	1,982	,000	7,259	1,983	,000	7,268
Limite 2	3,977	,000	53,332	4,001	,000	54,667	4,003	,000	54,779
País	0,095	,006		0,099	,006		0,097	,006	
Ano	0,092	,011		0,095	,011		0,098	,011	
Referendo	0,334	,000	1,396	0,343	,000	1,410	0,342	,000	1,408
P. Mandatário	0,099	,000	1,104	0,070	,000	1,073	0,020	,000	1,021
P. Facultativo	-0,035	,000	0,966	-0,045	,000	0,956	0,096	,000	1,100
Iniciativa	0,325	,000	1,384	0,211	,000	1,234	0,209	,000	1,232
Eleições	-			0,128	,000	1,137	0,144	,000	1,154
Eleições * P. Mandatário	-			-			0,086	,000	1,090
Eleições * P. Facultativo	-			-			-0,450	,000	0,637

O impacto da interação com plebiscito facultativo é de diminuir 36% as probabilidades de confiança no Congresso. No modelo da aprovação presidencial, este aumentava 76% as chances de boa avaliação do chefe do Executivo. Nessa interação encontram-se apenas os três casos expostos abaixo.

Rafael Correa, foi eleito em 2006, com 57% dos votos e a proposta de instalar uma Assembleia Constituinte para reformar a Constituição equatoriana. O partido recém-formado

¹⁴⁹ A precisão dos modelos é de 44,8%, exceto do 1o. que é de 44,7%. Os critérios de informação: 260.384.230,491; 260.433.194,509; e 260.473.523,412.

de Correa não apresentou candidatos ao Congresso, já que acreditava que o Parlamento era uma das fontes de corrupção do país e não representava o desejo do povo – o que gerou um relacionamento tenso entre os dois poderes (EOM, 2009). Dito em outras palavras, esse processo “encompassed a notably cumbersome fight between the president and the opposition camp” (ALTMAN, 2010, p.120)

Em 2007, os deputados constituintes foram eleitos (61,6% pertencentes ao movimento do Presidente). A Assembleia Constituinte assumiu os poderes do Congresso até que a nova Constituição foi submetida à aprovação popular. O processo de redação da nova Carta foi participativo, incluindo os movimentos sociais, associações, especialistas nacionais e internacionais, as universidades e os governos locais. Houve aumento da confiança no Parlamento nesse ano, porém, esteve abaixo da média anual da América Latina, ainda que para o país tenha sido um escore intermediário.

Uma década antes, a confiança no Congresso encontrava-se em declínio. Na realidade, os percentuais tanto de 1997 quanto de 2007 estavam bem abaixo da média de todos os países. Mas o declínio é compreensível ao tomar-se conhecimento de que o chefe do Executivo havia sido removido com a desculpa de “incapacidade mental”, por maioria simples e não qualificada, como previsto pela lei, e substituído pelo Presidente do Congresso, passando por cima do vice-Presidente, que deveria assumir o cargo, segundo a legislação vigente.

O caso da Venezuela seria tratado muito diferente se uma análise seriada pudesse ter sido utilizada. Até 2004, o ano de efeito do plebiscito com a eleição, 2001, teve sua maior média de confiança no Congresso, sendo bastante mais alta do que a média de todos os países para este ano. A partir de 2005, no entanto, todos os anos tiveram melhor avaliação, o que aumentou a média geral do próprio país. Isto é, estas sutilezas acabam sendo desconsideradas. No caso, tratava-se do novo Parlamento, sob a nova Constituição (aprovada em 1999, com efeito em 2000), agora unicameral e com número menor de representantes, afinada com um discurso de moralização da política.

5.2.5 Natureza dos assuntos

A categoria Presidente/Assembleia Constituinte e sua interação com as eleições possuem os maiores efeitos de todos – positivos e negativos. Bolívia (2008) e Venezuela (2005) decidiram sobre seus presidentes. O impacto desses casos sem interação com eleições é aumentar em 33% as chances de muita confiança no Parlamento. Menos do que no modelo de aprovação presidencial, como era de se esperar, no qual respondia por 54%.

O plebiscito sobre a convocação de Assembleia Constituinte para reformar a Constituição do Equador, em 2007, deu-se junta a um discurso avesso a partidos políticos e representantes parlamentares: “The popular consultation acted as a plebiscite on the presidential figure and as a 'punishment vote' to Ecuadorian politics” (LISSIDINI, 2007b, p.21). Apesar disso, a confiança no Congresso cresceu em relação ao ano anterior, mas como ainda assim encontrava-se muito abaixo da média do ano desse MDD para todos os países, e foi também uma média apenas intermediária em relação às outras observações do próprio Equador, o modelo acabou gerando o maior impacto negativo para esse caso: 71% menos probabilidade de alta confiança do aqueles que não votaram em nada. Para a aprovação presidencial, no entanto, essa interação trazia efeitos positivos de maior magnitude (114%), pois estava acima da média anual dos países e teve nesse ano a sua maior média própria.

A outra categoria que também apresentou efeito de diminuição das chances de confiança nesta instituição, ainda que pequena (5%), foi a de poucos assuntos não tão destacados. Apesar de os três casos terem ocorrido junto com eleições, isto faz sentido porque nenhuma das votações trouxe grandes mudanças no rumo dos países e porque eleições não são tão importantes na explicação da confiança no Congressos como nos modelos da aprovação presidencial, em que os MDDs sobre poucos assuntos não muito relevantes tinham um efeito de aumentar 24% a avaliação positiva do chefe do Executivo.

Tabela 14. Natureza dos MDDs, eleições e interações na confiança no Congresso¹⁵⁰

	Assuntos			Assuntos e Eleições			Assuntos* Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	0,174	,124	1,190	0,199	,084	1,221	0,201	,081	1,223
Limite 1	1,954	,000	7,055	1,980	,000	7,245	1,984	,000	7,271
Limite 2	3,972	,000	53,094	3,999	,000	54,553	4,005	,000	54,880
País	0,102	,006		0,107	,006		0,101	,006	
Ano	0,090	,011		0,093	,011		0,097	,011	
Muitos	0,134	,000	1,143	0,110	,000	1,116	0,099	,000	1,104
Poucos relevantes	0,142	,000	1,153	0,134	,000	1,144	0,105	,521	1,111
Poucos	0,053	,000	1,054	-0,064	,000	0,938	-0,052	,000	0,950
Presidente	-0,142	,000	0,868	-0,160	,000	0,852	0,286	,000	1,330
Eleições	-			0,140	,000	1,150	0,146	,000	1,157
Eleições * Muitos	-			-			0,039	,000	1,039
Eleições * Poucos relevantes	-			-			0,204	,000	1,226
Eleições * Assembleia	-			-			-1,241	,000	0,289

Poucos assuntos muito relevantes têm impacto ligeiramente maior do que muitos assuntos (11% e 10%) – enquanto que no modelo de aprovação presidencial, é o que tem o maior efeito, porém negativo (40%). Entre as razões dessas diferenças, pode estar o fato da avaliação do Presidente ser mantida constante nos modelos relativos às instituições. No comportamento dos dados e nas informações sobre os seis casos, não foi encontrada uma explicação que se aplicasse a todos.

O caso do plebiscito da Costa Rica, ocorrido em 2007 (com efeito em 2008), por exemplo, parece ilustrar uma situação contrária a apontada pelos coeficientes: a oposição na Assembleia continuou bloqueando as leis necessárias para adaptar o país ao tratado até

¹⁵⁰ A precisão do 1o. modelo é de 44,6%, do 2º. é de 44,8%, e do 3º. é de 44,7%. Os critérios de informação: 260.281.718,048; 260.354.831,762; e 260.507.595,406.

fevereiro de 2008 e o Presidente teve que pedir prorrogação do prazo aos EUA e aos outros países da América Central para a ratificação. Conseguiu mais nove meses. No fim, as leis necessárias para a implementação do tratado entraram em vigor somente em janeiro de 2009. Desconsiderando as outras variáveis, parece que o efeito foi muito pior para o Parlamento – uma queda de 25 pontos percentuais, do que para o chefe do Executivo – que caiu dez pontos percentuais. Além disso, a aprovação presidencial não ficou tão abaixo da média anual de todos os países e da sua própria média para todos os anos, enquanto que a do Congresso, sim.

O referendo uruguaio de 2003, com efeito em 2004, por sua vez, sobre a estatização dos combustíveis, ilustra bem a situação descrita pelos coeficientes dos dois modelos: enquanto a confiança no Legislativo cresce – com número girando em torno da média anual de todos os países, embora sendo o segundo percentual mais baixo do país em todos os anos registrados –, a aprovação do Presidente desce muito abaixo da média anual e é a mais baixa de todas para esse país. Parece que aqui o Parlamento é encarado um pouco como oposição. Na realidade, avançando sobre o tema do próximo capítulo, os partidos também melhoraram sua confiança nesse período, estando sua média bastante acima da anual de todos os países e sendo um dos maiores percentuais do Uruguai. Isto parece indicar que partidos, nesse caso, estão mais identificados com oposição do que o Congresso. No caso da Costa Rica, no entanto, a confiança nos partidos parecem caminhar mais próxima da avaliação do Presidente – pois cresceu cinco pontos percentuais¹⁵¹ – do que da confiança no Parlamento.

Já a interação dos MDDs que envolviam um número pequeno de assuntos porém de grande importância com as eleições tem o terceiro maior coeficiente de todos (23%). Os dois casos que se encontram nessa categoria são as iniciativas populares, sobre a autonomia boliviana de 2006 e sobre a água como bem público com efeito em 2005. A grande diferença em relação ao coeficiente encontrado para essa interação no modelo de avaliação presidencial – impacto aumentando mais de 100% as chances de que essa fosse boa – deve-se ao caso do Uruguai, no qual houve grande alternância de poder, com a eleição do primeiro Presidente da Frente Ampla.

Mais sobre essa relação entre chefe do Executivo, Legislativo e partidos é abordado no próximo capítulo.

¹⁵¹ Talvez os partidos que tenham sido valorizados nessa situação foram os de oposição, que não eram maioria no Legislativo.

6 ANÁLISE DOS MODELOS DE CONFIANÇA NOS PARTIDOS

6.1 Modelos com variáveis de nível 1

Comparado com o modelo com os dados de todos os países e anos considerados sem distinção, o modelo com os efeitos aleatórios de ordenada de origem tem apenas 1,3% a mais de precisão (de 45,1% a 46,4%)¹⁵². A confiança nos partidos é bastante estável, tem apenas 2,9% de variação explicada pelos anos, isto é, variação ainda menor do que a confiança no Congresso. A variação entre países é a menor de todas até aqui: 3,2% – a do Parlamento é um ponto percentual mais alta. Talvez o comportamento dos partidos seja mais semelhante entre os países estudados, com pouco enraizamento social na maioria deles, por exemplo, do que o comportamento do Parlamento, com diferentes regras de funcionamento – atitudes que podem estar refletidas na percepção dos cidadãos.

O modelo que considera as médias dos países apenas com a variável de aprovação presidencial chega à precisão de 47,9% e coeficiente positivo, ou seja, em relação aos que desaprovam, os que aprovam o chefe do Executivo têm 2,8 vezes mais probabilidade de estar na maior categoria de apoio aos partidos.

Adicionando apenas a situação econômica corrente do país ao modelo com ordenadas de origem que variam entre os grupos, a precisão fica 47,6%. A influência dessa variável vai de 5 vezes mais probabilidade de confiança nos partidos, no caso de avaliações muito boas sobre a economia, a 33%, quando a avaliação é ruim.

A confiança interpessoal aumenta em 14% a probabilidade de mudar para a categoria de maior confiança nos partidos, com precisão de 46,8%.¹⁵³ O modelo com educação tem 46,7% de precisão e coeficientes impactando de 12% a 3% as probabilidades, sendo os maiores efeitos nos níveis mais altos de escolaridade, porém para as categorias ensino fundamental completo e médio incompleto há coeficientes negativos, que diminuem 0,6% e 2,5% as chances de confiança nas agremiações políticas. O modelo somente com idade apresenta precisão de 46,6% e coeficientes não estatisticamente significativos. Por fim,

¹⁵² Mas ainda assim explica mais a variação dos dados do que o modelo de confiança no Congresso.

¹⁵³ Porém esse modelo gerou também coeficiente para a inexistência de confiança interpessoal, que deveria ser zero por ser redundante.

quando apenas a variável sexo é inserida, homens têm 8,5% mais probabilidades de aprovação dos partidos do que as mulheres (e precisão é de 46,4%, a mesma do modelos sem variáveis explicativas).

Assim como no modelo sobre a confiança no Legislativo, nem mesmo todas as variáveis do nível 1 juntas no modelo chegam a explicar a variação de 50% dos dados (explicam 48,8%, no do Congresso, explicam menos – 44,7%). Como a variável sexo tem coeficiente ainda menor quando adicionada às outras variáveis – altera somente 4% da probabilidade de confiança nos partidos – foi deixada de fora.

Na tabela abaixo, novamente a avaliação mais positiva da situação econômica do país tem os maiores efeitos: faz com que a probabilidade de passar para a categoria mais alta confiança nos partidos aumente 250%. Se a avaliação do país é boa, a chance de ter muita confiança nessas agremiações políticas é de 130%. Se é média, 67%, se é ruim, 25%.

Aqueles que aprovam o Presidente têm 2,4 vezes mais chances de ter muita confiança nos partidos, se comparados com aqueles que desaprovam o chefe do Executivo. O motivo pelo qual a aprovação presidencial é mais importante para prever a confiança no Parlamento (aumenta 3 vezes a probabilidade de mais alta confiança) do que nos partidos, talvez esteja relacionado com o fato de os cidadãos enxergarem no Congresso uma base governista que dá alguma unidade aos sistemas partidários mais fragmentados. Logo, um bom desempenho do chefe do Executivo se reflete mais no funcionamento do Parlamento do que no sistema partidário, do qual seu partido é apenas um componente.

O coeficiente da confiança interpessoal aponta para um aumento de cerca de 50% na probabilidade de se ter confiança nos partidos, tendo mais importância nesse modelo do que em qualquer outro, inclusive o da eficácia do voto. As razões responsáveis por essa diferença de 15 pontos percentuais na confiança relativa às duas instituições merecem estudo mais aprofundado. Talvez os partidos, apesar de boa parte deles na América Latina não ter enraizamento social, sejam vistos como mais próximos do que o Parlamento, que por sua vez é mais impactado do que os partidos pela performance do Presidente.

Sendo a América Latina a região do mundo que tem os menores índices de confiança nos concidadãos, uma reabilitação dos partidos pela via cultural exige um período muito mais longo de mudança do que aspectos institucionais e de performance do governo.

Tabela 15. Variáveis do nível 1 nos modelos de confiança nos partidos¹⁵⁴

	Efeitos aleatórios apenas			Variáveis indivíduos		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	-0,205	,082	0,814	0,533	,000	1,704
Limite 1	1,417	,000	4,125	2,270	,058	9,682
Limite 2	3,409	,000	30,246	4,351	,000	77,539
País	0,110	,006		0,090	,006	
Ano	0,099	,011		0,098	,011	
Aprovação Presidencial				0,876	,000	2,400
Situação MB				1,257	,000	3,516
Situação B				0,837	,000	2,309
Situação M				0,511	,000	1,667
Situação R				0,224	,000	1,250
Confiança Interpessoal				0,398	,000	1,489
Superior compl.				0,044	,000	1,045
Superior incompl.				-0,025	,000	0,975
Médio compl.				-0,018	,000	0,982
Médio incompl.				-0,066	,000	0,936
Fundamental completo				-0,027	,000	0,973
Fundamental incompl.				0,002	,230	1,002
61 +				-0,090	,000	0,914
41 a 60				-0,103	,000	0,902
26 a 40				-0,093	,000	0,911

No que diz respeito à educação, o grupo mais escolarizado tem 4,5% mais chances de confiar nos partidos políticos, enquanto que todos os outros diminuem algo entre 2% e 6%. Diferencia-se da confiança no Parlamento, pois esta possui apenas duas categorias com

¹⁵⁴ Modelos com precisão de 46,4% e 48,8% e critérios de informação de 294.998.002,359 e 276.256.316,316.

efeitos negativos, enquanto que a confiança nos partidos possui apenas duas positivas, e assemelha-se à aprovação do Presidente (que possui efeitos predominantemente negativos, exceto a segunda categoria mais baixa).

Na mesma direção da confiança no Congresso, mas em sentido contrário à boa avaliação presidencial, em relação aos mais jovens, os mais velhos e o grupo entre 26 e 41 anos têm em torno de 9% menos probabilidade de confiar nas agremiações políticas. Para o grupo entre 41 e 60 anos, o modelo indica 10% menos chances.

Autoridade e instituições têm variáveis não só com pesos diferentes, mas também com efeitos contrários. Talvez pelo presidencialismo delegativo característico da região, em que se espera que o chefe do Executivo resolva todos os problemas e a ele são feitas concessões, como passar por cima de outras instituições, os mais velhos já saibam que não existe equilíbrio entre os poderes e por isso não confiam no Parlamento e nos partidos, mas confiem na autoridade. Os mais jovens, por sua vez, talvez confiem menos na figura que personifica a autoridade do país. Comparados com os outros efeitos, no entanto, esses coeficientes são muito pequenos.

A seguir, inclui-se nesse modelo as variáveis de interesse dessa tese, isto é, os mecanismos de democracia direta.

6.2 Modelos com MDDs e eleições

6.2.1 Efeitos de curto prazo dos MDDs: ocorrência

O primeiro modelo, com ocorrência de MDDs, mostra que quando esta se dá, comparado com o grupo que não votou em algum desses mecanismos, há 12% mais chances de ter alta confiança nos partidos. Não chega aos 40% do efeito que tem na aprovação presidencial, mas é maior do que o efeito da confiança no Congresso (10%). O segundo, com eleições como única variável macro, mostra aumento de 15,5% na probabilidade de confiar muito nos partidos em caso de eleições (número semelhante ao da confiança no Parlamento, mas muito menor do que do avaliação do Presidente, 56%, o que era esperado pelas diferenças nas formas em que as opiniões sobre autoridades e sobre instituições são formadas.

Tabela 16. Modelos de confiança nos partidos com ocorrência de MDDs, eleições e interação¹⁵⁵

	Ocorrência de MDDs			Ocorrência de Eleições			Ocor. MDDs e Ocor. Eleições			Ocor. MDDs * Ocor. Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	0,542	,000	1,719	0,594	,000	1,811	0,566	,000	1,762	0,580	,000	1,785
Limite 1	2,280	,000	9,774	2,335	,000	10,327	2,305	,000	10,027	2,319	,000	10,170
Limite 2	4,360	,000	78,281	4,414	,000	82,572	4,386	,000	80,348	4,401	,000	81,534
País	0,089	,006		0,092	,006		0,092	,006		0,094	,006	
Ano	0,099	,011		0,101	,011		0,100	,011		0,102	,011	
MDDs	0,116	,000	1,123	-			0,088	,000	1,092	0,234	,000	1,263
Eleições	-			0,144	,000	1,155	0,136	,000	1,145	0,189	,000	1,209
MDDs * Eleições	-			-			-			-0,380	,000	0,684

¹⁵⁵ Os coeficientes das variáveis individuais permanecem praticamente os mesmos, por isso são omitidos nesta tabela e nas que se seguem. A precisão do primeiro e do segundo modelo é de 48,8%, e dos seguintes é de 48,9%, e os critérios de informação são: 276.296.614,573; 280.272.556,613; 276.361.428,736; e 280.483.151,623.

Nos modelos com ambas as variáveis, o percentual da ocorrência de MDD baixa para 9%, enquanto que o da a ocorrência de eleições, para 14,5%. Quando a interação é adicionada, entretanto, os efeitos diretos da ocorrência de MDDs passam a ser maiores do que nos modelos das duas variáveis dependentes abordadas nos capítulos anteriores, isto é, os grupos que votaram passam a ter 26% mais probabilidade de estar na última categoria de apoio às aglomerações políticas em questão, e as eleições 21% – essas com coeficiente menor do que na aprovação presidencial, como era previsto. A interação entre ambas, no entanto, tem o sinal negativo e o maior coeficiente: aqueles que estão no grupo que teve os dois tipos de votação, têm 32% menos chances de ter muita confiança nos partidos (15,5% no modelo de confiança no Congresso e mais 53% de chances no de aprovação do chefe do Executivo).

Comparado ao modelo com as mesmas variáveis para explicar a confiança no Congresso, eleições e, especialmente, MDDs têm um impacto maior na confiança dos partidos, respectivamente, 20,9% versus 15,9% e 26,3% versus 11,6%. Talvez porque o papel que os partidos têm nessas situações seja de maior destaque do que o do Congresso. Esses números corroboram com a informação relativa aos gráficos do capítulo 3 e dos anexos, apresentada na introdução, que mostram que entre os 16 países latino-americanos, a confiança nos partidos tem uma leve queda ao longo do período analisado, mas se forem considerados apenas os nove que tiveram MDDs, a tendência é invertida e uma leve melhora na confiança desses agremiações políticas é encontrada.

6.2.2 Efeitos de longo prazo: número cumulativo

O modelo apenas com o número acumulado de MDDs como variável de nível 2 mostra que a mudança da média latino-americana (um MDD) para um desvio-padrão (para dois MDDs) aumenta em 12% a chance de ter muita confiança nos partidos, e o seu efeito máximo é fazer crescer para 59% essa probabilidade. Quando eleições e MDDs cumulativos são adicionados, elas aumentam 15% as chances de estar na categoria mais alta de apoio aos partidos, os MDDs, 9% (efeito máximo de 42%).

Quando efeitos de longo e de curto prazo dos MDDs são adicionados ao modelo, os primeiros ficam praticamente iguais, enquanto a ocorrência apresenta o pequeno impacto de

3,5%. Por fim, quando ocorrência de eleições e de MDDs somam-se ao efeito acumulado, com interação entre as três variáveis, há uma redução do efeito cumulativo (6% a 27%, no máximo, de aumento nas probabilidades), o impacto da ocorrência de MDDs permanece o mesmo e o efeito das eleições cresce: vão de 15% para 19% as chances de confiar muito nos partidos. Assim, impactos muito próximos aos encontrados na tabela anterior, apenas com o efeito da ocorrência dos MDDs sendo substituído pelo efeito do número cumulativo desses mecanismos.

As interações em que há ocorrência de uma ou outra votação e o crescimento do número cumulativo de MDDs aumentam a probabilidade de muita confiança nos partidos (7% no caso de MDDs e 5% no caso de eleições), mas quando há ambas votações, ela se torna negativa, em torno de 5%. Isto quer dizer que quando aumenta um desvio-padrão em relação à média do número de MDDs acumulados e há ocorrência de MDDs, mas não de eleições, a probabilidade da ocorrência de MDD afetar o apoio às agremiações partidárias deixa de ser negativa para ser 2%. Neste caso, efeito de longo prazo aumenta mais, para 14%. Quando aumenta um desvio-padrão em relação à média do número de MDDs acumulados e há ocorrência de eleições, mas não de MDDs, o efeito de longo prazo aumenta para 10%. O efeito direto da ocorrência de mecanismos de democracia direta foi o que mais encolheu com as interações, de modo que faz sentido que seja o maior em caso de interação.

Trata-se do comportamento mais positivo das interações até aqui: no caso da aprovação presidencial, elas têm todos efeitos negativos e maiores: de 27% a 13%. Em relação à confiança no Congresso, apenas a ocorrência de MDD não é estatisticamente significativa; somente a ocorrência das eleições tem impacto positivo (3%), ambas votações, assim como no caso dos partidos, tem coeficiente negativo, mas não tão inexpressivo (2,4%).

A influência de cada um dos preditores nessa variável dependente também é diferente dos impactos nas duas variáveis já analisadas: enquanto no caso da aprovação presidencial, a inclusão dos efeitos de longo prazo inverteu a importância da ocorrência das eleições e dos MDDs, tornando os últimos mais importantes (85% mais chances versus 36% das eleições), no caso da confiança no Congresso, a ocorrência de MDDs tornou-se muito pequena (4%). Na avaliação do Presidente, o efeito dos MDDs, sob forma de número acumulado, ficou menor (12%) do que a ocorrência, embora tenha crescido comparativamente às eleições. No modelo do Parlamento, ficou maior (9%) do que a ocorrência.

Tabela 17. Efeitos cumulativos e ocorrência de MDDs, eleições e interações na confiança nos partidos¹⁵⁶

	MDDs Cumulativos			MDDs Cumulativos e Eleições			MDDs Cumulativos e Ocorrência			Ocor.* Cum*Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	0,562	,000	1,754	0,589	,000	1,802	0,533	,000	1,705	0,571	,000	1,770
Limite 1	2,304	,000	10,010	2,332	,000	10,297	2,272	,000	9,703	2,312	,000	10,095
Limite 2	4,383	,000	80,098	4,412	,000	82,423	4,354	,000	77,792	4,395	,000	81,029
País	0,080	,006		0,083	,006		0,081	,006		0,085	,006	
Ano	0,098	,011		0,100	,011		0,097	,011		0,100	,011	
MDDs Cum.	0,091	,000	1,096	0,089	,000	1,093	0,085	,000	1,089	0,057	,000	1,058
Ocor. MDDs	-	-	-	-	-	-	0,034	,000	1,035	-0,052	,000	0,949
Eleições	-			0,138	,000	1,148	-	-	-	0,172	,000	1,187
MDDsCum* Eleições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MDDsCum* Ocor. MDDs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocor MDDs(1) * Eleições(1)*Cum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-0,003	,000	0,997
Ocor MDDs (1) * Eleições (0)*Cum										0,072	,000	1,075
Ocor MDDs (0) * Eleições (1)*Cum										0,048	,000	1,049

¹⁵⁶ A precisão até o terceiro modelo é de 48,8%, depois, é de 48,9%, e os critérios de informação são: 280.360.155,527; 280.431.327,920; 276.424.865,809; e 276.621.545,848.

6.2.3 Tipos de MDDs

Nos modelos dos partidos, assim como no do Parlamento, os referendos são os MDDs com mais impacto¹⁵⁷ (aumentam 37% a probabilidade alta confiança nessa instituição), seguido de perto pelos plebiscitos mandatórios (35%), os dois MDDs que não eliminam veto players.

Os efeitos diretos dos MDDs obrigatórios são bastante diferentes – aumentam 35% as chances de confiança nos partidos – dos modelos dos capítulos anteriores, em que alcançam apenas em torno de 2% de impacto na aprovação presidencial e na confiança no Congresso.

Em um dos casos, durante plebiscito sobre a reforma constitucional da Venezuela, a questão dos partidos estava em pauta. Após vencer as eleições de 2006, com o maior número de votos em termos absolutos e percentuais desde 1958, Chávez “llamó a crear el Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), demandando la disolución de todos los partidos de la alianza, incluido el suyo propio MVR, y advirtiéndolo a quienes no atendieran a su llamado que deberían irse de su gobierno” (LANDER; MAYA, 2008, p.198). As eleições parlamentares foram boicotadas pela oposição, de forma que o Congresso não tinha mais representação desta.

Alguns partidos se negaram a desaparecer (Podemos, PPT e PCV), o que gerou uma série de conflitos com o Presidente ao longo de 2007, inclusive durante a votação sobre a reforma constitucional, em dezembro. O Podemos, por exemplo, convocou seus militantes a votarem contra a reforma. Embora tanto a confiança no Parlamento quanto a nos partidos tenha caído de 2007 a 2008, seus números estavam acima da média anual de todos os países e eram relativamente altos se comparados com os outros escores do país. Mais um caso em que se fosse possível utilizar análise seriada, teria resultados diferentes.

A interação dos plebiscitos regulados com eleições é negativa (40%), diferente do seu comportamento nos modelos de avaliação do chefe do Executivo (76%) e de confiança no Parlamento (9%). A aprovação presidencial é mantida constante nos modelos das instituições e tem menos peso nesse modelo dos partidos. Mas este não é o principal motivo da diferença,

¹⁵⁷ Esse coeficiente só é tão grande porque se controla pela aprovação do Presidente. Se essa variável fosse retirada do modelo, o impacto do referendo seria apenas de 15%.

já que em modelo sobre a confiança nos partidos sem a variável aprovação do Presidente, não mostrado aqui, o impacto dessa interação ainda é negativo (31%).¹⁵⁸

Os quatro casos têm efeito em 2000 e aumentam a confiança nas agremiações partidárias em relação à 1998. Uruguai e Guatemala, no entanto, sobem muito pouco – esta fica um pouco abaixo da média anual de todos os países, enquanto aquele, bem acima, e ambos tem valor intermediário respectivamente a suas próprias médias no período examinado. Panamá e Venezuela crescem mais consideravelmente, ambos acima da média anual. O Panamá tem valor elevado, considerando suas outras observações, e a Venezuela, baixo.

As eleições parecem ter menos responsabilidade ainda sobre os coeficientes das interações, pois a competição eleitoral não apresentava muitos problemas ou estava tendo transformações significativas e positivas em relação à representatividade, exceto talvez o caso da Guatemala em que o sistema partidário tem sido caracterizado por extrema volatilidade (MAINWATING; HAGOPIAN, 2005).

No Panamá, a fragmentação das forças não permitiu que nenhum partido dominasse a política nacional, com a Presidência passando de um partido para outro e liberdades civis respeitadas – apesar dos novos presidentes terem alguma ligação com os últimos dois ditadores. A viúva de Arias (Partido Arnulfista) foi a primeira mulher a ser eleita presidente no país, em 1999.

A Frente Ampla no Uruguai “fez com que o sistema político passasse a operar nos termos de um multipartidarismo bipolar, levando a que partidos como Colorado e Nacional se aliassem para enfrentar a esquerda” (LANZARO, 2001 apud ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004, p.22), o que gerou “ganhos significativos em termos de *accountability* e representatividade” (ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004, p.49-50). Os partidos no Uruguai têm papel fundamental no direcionamento das votações nos referendos (ALTMAN, 2006).

Por fim, a Venezuela apresentava um sistema partidário estável, com predominância de dois partidos até 1993. Mesmo governos minoritários, conseguiam implementar sua agenda, já que prevalecia entre os dois grandes partidos o compromisso com a manutenção do sistema. A sociedade venezuelana, no entanto, via-se limitada no encaminhamento de suas preferências, já que os grandes partidos eram incapazes de “reconhecer e/ou processar novos

¹⁵⁸ Sem a variável de aprovação presidencial, como era esperado, as eleições passaram a ter coeficiente maior (28% versus 20%).

atores e suas demandas” (ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004, p.145). Em outras palavras: “within the pact was the seed of its own collapse” (ALTMAN, 2010, p.132). As eleições de 1998, foram vencidas por Hugo Chávez, com um discurso claramente contrário aos partidos políticos tradicionais. Eles passaram a ser vistos “como responsáveis pela deterioração da economia e das condições de vida da população”, abrindo brecha para este competidor “anti-sistema”, que levou “consigo os partidos de esquerda para uma posição de radicalização” (Ibidem, p.51).

No entanto, a estruturação do sistema partidário não está diretamente ligada com a confiança nos partidos. Os cidadãos venezuelanos, por exemplo, apontavam 85 partidos e movimentos nos quais votariam se houvesse eleições naquele período (INFORME, 2008), apesar desse país não apresentar seus menores índices de confiança nas agremiações partidárias ou no Congresso no ano em tela e estar, inclusive, entre os países melhor classificados nesse quesito.

Assim, as outras variáveis que são mantidas constantes no modelo (aprovação do chefe do Executivo, confiança interpessoal, etc.) são responsáveis pelos coeficientes dessa interação entre eleições e plebiscitos mandatórios.

Os plebiscitos facultativos e as iniciativas populares têm efeitos mais sutis (18% e 12%, respectivamente)¹⁵⁹, embora duas das três iniciativas populares tenham ocorrido no Uruguai, onde os partidos têm importante papel na utilização de MDDs além da maior média de aprovação entre todos os países estudados, e todas tenham se dado juntamente com eleições, sendo que o período eleitoral supostamente aumenta a confiança nessas instituições. No período da iniciativa da Bolívia, também houve aumento do percentual de confiança nesse país.

Assim como os modelos de confiança no Parlamento, e diferente dos modelos de aprovação presidencial, a interação de eleições com os plebiscitos facultativos tem efeito negativo (38%). Um dos três casos, o da Venezuela de 2000, cujos efeitos se deram em 2001, os partidos de oposição tentaram organizar-se, mas enquanto a central sindical controlada pela oposição chamava a abstenção, o próprio partido recomendava que seus militantes votassem para derrubar a proposta (ELLNER, 2003). O plebiscito foi rejeitado não por falta de maioria, mas por ausência de número mínimo de eleitores (25%). Como esse tipo de MDD tende a valorizar os partidos grandes, no caso, a situação tinha maioria, não parece ter se

¹⁵⁹ Os facultativos teriam efeito maior, de 28%, se no modelo não se considerasse a aprovação presidencial.

refletido em uma menor confiança nas agremiações políticas, pois esta cresceu do ano anterior para este, obtendo um escore intermediário em relação às outras observações do país, mas teve a segunda maior média latino-americana do ano.

Tabela 18. Tipos de MDDs, eleições e interações na confiança nos partidos¹⁶⁰

	Tipos			Tipos e Eleições			Tipos* Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	0,544	,000	1,724	0,569	,000	1,767	0,581	,000	1,787
Limite 1	2,282	,000	9,800	2,308	,000	10,059	2,321	,000	10,189
Limite 2	4,363	,000	78,498	4,389	,000	80,587	4,404	,000	81,759
País	0,083	,006		0,087	,006		0,088	,006	
Ano	0,101	,011		0,103	,011		0,104	,011	
Referendo	0,293	,000	1,341	0,302	,000	1,353	0,311	,000	1,365
P. Mandatário	0,115	,000	1,122	0,085	,000	1,088	0,300	,000	1,350
P. Facultativo	0,031	,000	1,031	0,021	,000	1,021	0,167	,000	1,181
Iniciativa	0,258	,000	1,294	0,134	,000	1,143	0,113	,000	1,120
Eleições	-			0,136	,000	1,146	0,187	,000	1,205
Eleições * P. Mandatário	-			-			-0,510	,000	0,601
Eleições * P. Facultativo	-			-			-0,474	,000	0,622

Na linha do coeficiente encontrado, o plebiscito sobre a convocação de nova Assembleia Constituinte do Equador, de 2007, por sua vez, foi colocado dentro de um discurso avesso a partidos políticos e representantes parlamentares, atuando mais como um plebiscito em torno da figura do Presidente e uma punição aos partidos (LISSIDINI, 2007b). A média de confiança nessas instituições equatorianas foi a pior da América Latina nesse ano e esteve entre as mais baixas desse país. Dez anos antes, em 1997, o plebiscito ocorreu em uma situação de sistema político desacreditado, em que nem o Presidente tampouco o vice

¹⁶⁰ A precisão do primeiro modelo é de 48,8% e dos outros de 48,9%, e os critérios de informação são: 276.356.145,662; 276.411.171,307; e 276.580.967,639.

conseguiram terminar o mandato. Embora a média de aprovação dos partidos não estivesse entre as piores do país, era a pior do ano da região, o que não chega a ser surpreendente. Enquanto que o período do primeiro MDD mencionado permaneceu com a situação parecida ao ano anterior, o segundo, apresentou queda.

Os pequenos efeitos diretos dos plebiscitos facultativos – apenas um caso, o da Bolívia de 2008, piora em relação ao ano anterior – e os grandes negativos da interação fazem sentido, já que em vários casos os presidentes os utilizam para não precisar negociar com as outras instituições, e as eleições têm um impacto bem menor nesses modelos relativos a Congresso e partidos, também porque a aprovação presidencial é mantida constante.

6.2.4 Natureza dos assuntos

Como mostra a tabela a seguir, em comparação com o modelo de confiança no Congresso, muitos assuntos envolvidos em um MDD têm mais efeito direto nos partidos (22%¹⁶¹ versus 10%), mas nenhum se compara ao impacto que têm na aprovação presidencial (71%). Enquanto a diferença dessa categoria para a de poucos assuntos muito relevantes é pequena no modelo do Parlamento (cujo efeito é 11%, ou seja, só um ponto percentual maior), no modelo das instituições partidárias é significativamente maior (efeito de 37%¹⁶², isto é, tem 15 pontos a mais). Pode ser que os partidos tenham mais envolvimento do que aquele porque precisam fazer menos negociações para dar suporte a uma medida, por exemplo. No modelo de avaliação do Presidente, no entanto, o efeito é negativo (39%).

Aqui, MDDs que tratam do mandato do Presidente são menos importantes (21%) se comparados ao modelo do Legislativo, em que é a categoria que tem maior impacto (33%) entre os efeitos diretos, e se comparados ao modelo de aprovação do chefe do Executivo, como era esperado, no qual aumenta 54% a probabilidade de boa avaliação presidencial. Se não se tratassem de tão poucos casos, seria possível dizer que esses resultados, somados aos das variações das variáveis de nível 1 já discutidos, indicam que Presidente e partidos têm

¹⁶¹ Este efeito aumentaria para 33% se a aprovação do chefe do Executivo não fosse mantida constante no modelo (isto é, se ela não fosse considerada).

¹⁶² Se a avaliação do chefe do Executivo não fosse sido mantida constante, o efeito de um número pequeno de assuntos, porém muito importantes, teria um impacto menor, de 22%.

conexão menos forte do que chefe do Executivo e Congresso na opinião pública da América Latina.

MDDs que envolvem poucos assuntos não muito relevantes têm efeitos negativos nas duas instituições, mas maior nos partidos (12%) do que no Congresso (5%). No modelo de aprovação do chefe do Executivo o efeito é de aumentar 24% as suas probabilidades de boa avaliação, mas provavelmente porque todos MDDs aconteceram juntamente com eleições, e eleições são muito importantes para esse modelo – aumentam 43% a probabilidade de aprovação. Nos modelos das instituições, eleições aumentam de metade a um terço do efeito: no do Congresso, somente 16%, no dos partidos, 21%.

Tabela 19. Natureza dos MDDs, eleições e interações na confiança nos Partidos¹⁶³

	Assuntos			Assuntos e Eleições			Assuntos* Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Limite 0	0,545	,000	1,724	0,572	,000	1,771	0,582	,000	1,789
Limite 1	2,283	,000	9,806	2,311	,000	10,089	2,323	,000	10,206
Limite 2	4,364	,000	78,548	4,393	,000	80,853	4,405	,000	81,870
País	0,085	,006		0,090	,006		0,088	,006	
Ano	0,102	,011		0,104	,011		0,105	,011	
Muitos	0,059	,000	1,060	0,034	,000	1,034	0,201	,000	1,223
Poucos relevantes	0,291	,000	1,337	0,281	,000	1,325	0,315	,000	1,371
Poucos	0,022	,000	1,023	-0,102	,000	0,903	-0,132	,000	0,876
Presidente	-0,078	,000	0,925	-0,097	,000	0,908	0,191	,000	1,211
Eleições	-			0,149	,000	1,161	0,187	,000	1,206
Eleições * Muitos	-			-			-0,434	,000	0,648
Eleições * Poucos relevantes	-			-			-0,051	,000	0,950
Eleições * Assembleia	-			-			-0,847	,000	0,429

¹⁶³ A precisão do primeiro modelo é de 48,8% e as demais 48,9%, e os critérios de informação são: 276.379.120,436; 276.463.257,522; e 276.584.531,475.

Enquanto em se tratando de partidos todas as interações têm efeitos negativos, quando é a confiança no Parlamento que está em jogo, somente a de eleições com o MDD sobre convocação da Assembleia Constituinte é negativa – sendo esse efeito menor no caso das agremiações partidárias (57% versus 71%), que não são tão diretamente atingidas. Na realidade, a confiança nos partidos no Equador, em 2007, o único casos que se encaixa nessa interação, não chegou a cair, mas além das outras variáveis envolvidas e mantidas constantes, também tem a questão da limitação dos modelos multiníveis que não consideram essa informação e utilizam como um dos parâmetros a média latino-americana do ano, em relação a qual a equatoriana estava muito abaixo. Na aprovação presidencial, dada a importância das eleições, são todas positivas e com grande magnitude, ou seja, aumentam as chances em mais de 100%, exceto a interação com muitos assuntos.

Embora o efeito negativo da interação com MDDs sobre poucos assuntos bastante importantes seja pequeno (baixa 5% a probabilidade de confiança nos partidos), a interação com MDDs envolvem muitos assuntos diminui 35% as chances. Enquadram-se nessa última interação os casos da Guatemala, Panamá e Venezuela de 2000, além do Equador de 1997. Eles têm os menores coeficientes positivos (16%) entre as três interações do modelo de avaliação do chefe do Executivo. O efeito positivo desse grupo no Congresso foi apenas 4%.

A seguir, explora-se a dimensão que inclui entre as suas variáveis explicativas tanto a aprovação presidencial quanto a confiança nas instituições analisadas: a performance do regime, através da variável que mede a percepção da eficácia do voto.

7 ANALISE DOS MODELOS DE EFICÁCIA DO VOTO

7.1 Modelos com variáveis de nível 1

Como mostra a tabela abaixo, considerando apenas a diferença entre as médias dos países e entre as médias dos anos, a ordenada de origem para a eficácia do voto fica 0,485. Este coeficiente exponenciado aponta que a probabilidade dos indivíduos da amostra de acreditarem na eficácia do voto, considerando as diferenças das ordenadas de origem entre os grupos é 1,6 vezes maior do que não acreditar que o voto pode mudar as coisas no futuro. Esse modelo tem precisão de 61,8%¹⁶⁴. Ao contrário do que acontece com os modelos de aprovação presidencial e de confiança no Parlamento, a diferença entre um modelo que considera as médias dos países e dos anos para o que considera todos os dados como parte de uma mesma amostra é irrisória (0,3 versus 8,8 e 4,5, respectivamente), menor ainda do que a também pequena diferença no modelo de confiança nos partidos (1,3).

Tabela 20. Efeito aleatórios apenas no modelo de eficácia do voto¹⁶⁵

	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	0,485	,000	1,624
País	0,103	,006	
Ano	0,041	,061	

O percentual de variância devido aos países é de 3%¹⁶⁶, enquanto o percentual de variância dos anos é de 1,2%¹⁶⁷. Assim, entre todas as variáveis dependentes analisadas, a que faz menos diferença na probabilidade de percepção dos cidadãos ser residente de um país ou de outro é a questão da eficácia do voto (depois dela vem a confiança no partido com

¹⁶⁴ 1,624 / 1+1,624

¹⁶⁵ O modelo apresenta critérios de informação de 60.786.725,247.

¹⁶⁶ 0,103 / 3,29+0,103

¹⁶⁷ 0,041 / 3,29+0,041

variação de 3,2%). No caso dessa variável, além de teoricamente ter comportamento mais estável do que o das instituições abordadas anteriormente (3,4% e 2,9%), a questão está presente nas pesquisas de opinião em oito anos apenas (as demais estão presentes em 14), vários deles em sequência e não uniformemente espalhados ao longo do período, de forma que essa variação quase nula não é inesperada.

Assim como a aprovação do chefe do Executivo é o nível mais concreto de apoio à democracia e faz parte dos modelos das categorias explicativas dos níveis seguintes (instituições e performance do regime), as variáveis que representam a confiança nos partidos e no Congresso são mais ou igualmente significativas para explicar a percepção da eficácia do voto.

A inclusão apenas da confiança nos partidos como variável independente leva o modelo a uma precisão de 63% e a coeficientes exponenciados que variam de 2,224 a 1,517, passando por 2,014 na categoria intermediária. Somente a confiança no Congresso como variável independente alcança uma precisão de 62,8% e coeficientes exponenciados que variam de 2,118 a 1,369, passando por 1,829 na categoria intermediária. A aprovação presidencial apenas leva a uma precisão de 62,6%, com coeficiente exponenciado de 1,693.

Um modelo com educação apresenta 62,3% de precisão e coeficientes exponenciados que chegam a 1,537 em relação à categoria não escolarizada. A confiança interpessoal gera um modelo de 62,2% de precisão com efeito próximo ao de estar no grupo com mais educação formal (1,517). Por fim, a última variável que consta nos próximos modelos testada sozinha é a situação do país, que leva a precisão a 62,1% e chega a aumentar a probabilidade de enxergar o voto como instrumento eficaz de mudança 1,965 vezes mais do que aqueles que avaliam a situação do país como muito ruim¹⁶⁸.

Ao incluir todas as variáveis do âmbito dos indivíduos com coeficientes expressivos, aumenta-se a precisão do modelo para 64% – o segundo modelo mais preciso, depois do modelo da aprovação presidencial, com 66,2% – e se pode verificar o papel que cada uma delas joga na probabilidade de acreditar-se na eficácia do voto como um instrumento para a transformação do futuro. De qualquer maneira, comparando-se com o modelo apenas de efeitos aleatórios de ordenada de origem percebe-se que o poder explicativo dessas variáveis é menor nesse modelo do que no de aprovação presidencial, ainda que estejam em maior

¹⁶⁸ Apesar de o modelo apenas com idade apresentar coeficientes pouco importantes, exponenciados de 1,031, 1,057 e 1,063, e não modificar a precisão do modelo, essa variável consta também nos modelos de eficácia do voto subsequentes para que seja possível comparar com os anteriores. Caso semelhante acontece com a variável sexo (1,146), que foi excluída do modelo.

número. Isto porque a situação econômica, por exemplo, explica um pouco da variação das respostas da aprovação presidencial e da confiança nas instituições, que também estão presentes nesse modelo. O mesmo se dá com a aprovação presidencial e, em menor medida, com outras variáveis independentes. Segue a tabela com os coeficientes encontrados:

Tabela 21. Variáveis do nível dos indivíduos nos modelos de eficácia do voto¹⁶⁹

	Coef.	Sig.	Exp.		Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-,361	,000	0,697	Situação MB	0,230	,000	1,258
País	0,099	,006		Situação B	0,323	,000	1,381
Ano	0,030	,061		Situação M	0,187	,000	1,206
Muita Conf. Partidos	0,411	,000	1,509	Situação R	0,091	,000	1,096
Alguma Conf. Partidos	0,406	,000	1,500	Confiança Interpessoal	0,320	,000	1,377
Pouca Conf. Partidos	0,293	,000	1,340	Superior compl.	0,448	,000	1,565
Aprovação Presidencial	0,336	,000	1,399	Superior incompl.	0,379	,000	1,461
Muita Conf. Congresso	0,291	,000	1,338	Médio compl.	0,262	,000	1,299
Alguma Conf. Congresso	0,215	,000	1,239	Médio incompl.	0,201	,000	1,223
Pouca Conf. Congresso	0,099	,000	1,104	Fundamental completo	0,108	,000	1,114
61+ anos	0,079	,000	1,082	Fundamental incompl.	0,070	,000	1,072
41 a 60	0,062	,000	1,064	-	-	-	-
26 a 40	0,019	,000	1,019	-	-	-	-

Reforçando a teoria de que a percepção da democracia é multidimensional, as variáveis têm pesos diferentes nas explicações e até efeitos inversos. Com relação à confiança na eficácia do voto, todas as variáveis apresentam sinais positivos. Nos modelos de aprovação presidencial, por exemplo, a educação tem sinal negativo, ou seja, alta escolaridade tem efeito de diminuir em torno de 8,5% a probabilidade de aprovação do chefe

¹⁶⁹ O modelo apresenta 64% de precisão e os critérios de informação são 53.518.037,283.

do Executivo, enquanto no modelo de eficácia do voto, aumenta até 56,6% as chances de crença no voto como instrumento de mudança. A educação faz bem menos diferença na crença nas instituições, ainda que um pouco mais no que diz respeito ao Congresso – aumenta 7,6% a probabilidade de muita confiança na categoria de maior escolaridade, e de forma errática no que diz respeito aos partidos – o maior efeito é o negativo da categoria com ensino médio incompleto (6,4%), seguido do impacto positivo da categoria com ensino superior completo de (4,5%).

A situação econômica corrente do país, no entanto, é mais do que treze vezes mais importante no caso da aprovação presidencial (aumentando sua probabilidade em até 500%). No modelo das instituições, é seis vezes e meia mais importante (aumentam 250%-260% as chances de alta confiança). Se as variáveis de boa avaliação do chefe do Executivo e de confiança nos partidos e no Legislativo são retiradas do modelo, o efeito no modelo sobre a responsividade governamental cresce de 38% para 78%, assim mesmo, muitíssimo menor do que nos outros.

A idade tem efeito negativo nas instituições, chegando a diminuir 10% as chances de confiança, tem efeito positivo na eficácia do voto, aumentando até 8% as crenças nesta, na mesma linha do que na aprovação do Presidente, mas esta com efeito até três vezes maior, aumentando 24% a probabilidade de aprovação do chefe do Executivo. Ou as instituições sofrem mais desgaste com a experiência das pessoas, ou o que acontece é que para os mais jovens elas não personificam tanto a autoridade como o Presidente. De acordo com as teorias democráticas, quanto mais experiência se tem com o regime, mais se aprecia, quanto mais velhos os cidadãos, mais confiança eles têm na eficácia do voto, proxy para responsividade governamental e performance da democracia.

Confiança interpessoal é menos importante para a aprovação do chefe do Executivo (23%), e mais importante para os partidos (49%), ficando o Congresso (33%) e a eficácia (38%) no meio do caminho. As instituições e a performance do regime parecem depender bem mais de mudanças culturais, ainda que Congresso e partidos menos, se comparados com o peso da questão econômica.

A aprovação presidencial como variável explicativa aumenta apenas 40% a probabilidade de percepção do voto como instrumento eficaz, o que era de se esperar, já que se trata de uma dimensão cuja variação tende a ser menos volátil do que todas as outras analisadas aqui, mas faz crescer 140% as chances de confiança nos partidos e quase 200% a

probabilidade de confiança no Congresso. Ou seja, mais confiança interpessoal reforça um pouco mais o apoio às agremiações partidárias do que ao Congresso, enquanto que maior aprovação do chefe do Executivo ajuda um pouco mais no apoio ao Legislativo do que aos partidos. No caso da percepção do voto como ferramenta de transformação, boa avaliação do Presidente e dos concidadãos têm o mesmo peso.

Por fim, muita confiança nos partidos aumenta 51% as chances de percepção positiva da performance do regime, enquanto que confiança alta no Congresso, 34%. Ao que tudo indica, partidos têm menos conexão com aspectos voláteis da democracia do que o Congresso.

De forma geral, aqueles que confiam nas instituições, aprovam o Presidente, consideram positiva a situação do país, confiam nos outros cidadãos e possuem entre ensino superior e médio completo, cada grupo deste comparado com as suas categorias de referência (desaprovação do Presidente, situação econômica muito ruim, etc.), e com todas as outras variáveis mantidas constantes em zero, têm entre 25 e 50% mais de chances de acreditar na eficácia do voto.

Como as seis variáveis do nível 1 alcançam efeitos parecidos, mas apenas cinco podem ser moderadas por efeitos do nível 2 (aprovação presidencial, confiança nos partidos e no Congresso, situação econômica corrente e confiança interpessoal – idade, por exemplo, não pode ser afetada por elas), testa-se se há diferença significativa além das diferenças entre as médias dos países e anos, isto é, se existe variação na relação entre aprovação, instituições, situação e confiança interpessoal com a eficácia do voto que pode ser explicada por outras variáveis.

7.2 Modelos com variáveis de nível 2

A primeira variável testada permitindo que além da ordenada de origem também o declive varie é a situação econômica do país como preditora da percepção de responsabilidade governamental. Tanto a variação da ordenada de origem quanto a variação da situação econômica entre os países são estatisticamente significativas (0,094 a ,025 e 0,101 a ,000, respectivamente). Em relação aos anos, a diferença das médias entre eles não é

estatisticamente significativa (0,023 a ,126), o que não é uma surpresa dada sua irrisória variação no modelo com as ordenadas de origem aleatórias apenas, ainda que a relação entre a situação do país e a eficácia do voto apresente alguma variação entre diferentes anos (0,026 a ,000). Comparativamente com os testes realizados no modelo do capítulo 4, isto é, com a avaliação da situação econômica para explicar a aprovação presidencial, apenas a relação entre a situação e a eficácia do voto entre os países é maior (0,101 versus 0,072). A variação da média entre os anos, mesmo que fosse significativa, seria muito menor (no modelo de aprovação foi de 0,179, neste 0,023), assim como a variação entre as relações estabelecidas entre as duas variáveis nos grupos dos anos (0,063 naquele e 0,026 neste). Considerando que os resultados anteriores não foram muito relevantes em função da pequena variação, o teste das variáveis econômicas não é realizado novamente aqui, pois as circunstâncias são ainda menos indicadoras de resultados produtivos.

A segunda variável testada com ordenada de origem e declive aleatório, a aprovação do Presidente no modelo de eficácia do voto, encontra, relativamente aos países, 0,105 (,008) de variação nas médias e 0,012 (,001) de variação nas relações. Ou seja, partindo de médias relativamente diferentes, a relação que se estabelece nos países tem quase a mesma inclinação. Quanto aos anos, a ordenada de origem não é estatisticamente significativa (0,019 a ,151) e a inclinação varia 0,009, sem estimativa de significância e com aviso de parâmetro redundante.

Se houvesse variação suficiente, sabendo-se do modelo da seção anterior que eleições e MDDs afetam a aprovação do Presidente, poderia-se testar essas variáveis com ordenada e inclinação aleatórias. Isto é, avaliaria-se a possibilidade de MDDs e de eleições medirem o efeito que a aprovação presidencial tem na avaliação positiva da performance do regime. Com isso, conseguiria-se comprovar se essas variáveis institucionais são independentes ou intervenientes, o que seria de grande valia para os estudos institucionalistas. Como, no entanto, a variação das relações das variáveis dentro dos grupos é quase nula, a especificação de tal modelo não faz sentido.

Por fim, a confiança interpessoal encontra estimativas de ordenada de origem e de declive para os países significativas a ,006, com os valores 0,104 e 0,014, respectivamente. Ou seja, há alguma variação nas médias dos países, ao passo que a relação estabelecida entre as variáveis no âmbito dos países é quase a mesma. No que diz respeito aos anos, no entanto, a variação tem significância a ,061 e estimativas de 0,029 e 0,044. Esses testes não

incentivam a adição de variáveis macro que não sejam as de interesse dessa tese, mas, se fosse o caso, variáveis que aferem os níveis de democracia (Freedom House e Polity IV), alguns aspectos institucionais e seus efeitos (o índice de federalismo e representação proporcional e, também, a volatilidade eleitoral) poderiam mediar o efeito da confiança interpessoal.

7.3 Modelos com MDDs e eleições

7.3.1 Efeitos de curto prazo dos MDDs: ocorrência

Comparados com os valores dos modelos sobre aprovação do Presidente, os valores dos MDDs são menores no modelo com eles de variável macro apenas (40% versus 25%), mas no modelo com eleições interagindo, os efeitos diretos do MDDs aumentam sua importância, que se traduz em 35% mais chances de crença na eficácia do voto do que quando os cidadãos não tiveram chance de votar em mecanismos de democracia direta, ao passo que no modelo de aprovação, esse efeito direto torna-se muito menor (8,5%). Naquele modelo, o coeficiente da interação era mais importante (0,426, exponenciado 1,531). Nesse modelo da eficácia do voto, ao contrário, o coeficiente interação é menor que o efeito dos MDDs e vai na direção contrária, isto é, diminui a probabilidade de efeito dos mecanismos de democracia direta quando eleições são votadas simultaneamente, em torno de 24%. As instituições têm um comportamento semelhante ao da eficácia do voto, com o impacto dos MDDs crescendo no modelo com a interação entre os mecanismos de democracia direta e as eleições, efeito maior nos partidos (de 9% a 26%) do que no Congresso (de 7% a 12%). As interações dos MDDs com as eleições nos modelos das instituições também apresentam coeficientes negativos.

Tabela 22. Modelos de eficácia do voto com ocorrência de MDDs e eleições¹⁷⁰

	Ocorrência de MDDs			Ocorrência de Eleições			Ocor. MDDs e Ocor. Eleições			Ocor. MDDs * Ocor. Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,371	,000	0,690	-0,381	,133	0,683	-0,388	,000	0,678	-0,397	,000	0,672
País	0,092	,006		0,100	,006		0,094	,006		0,096	,006	
Ano	0,027	,061		0,031	,061		0,028	,061		0,028	,061	
MDDs Ocor.	0,223	,000	1,250	-			0,213	,000	1,238	0,299	,000	1,349
Eleições ocor.	-			0,094	,000	1,099	0,083	,000	1,087	0,116	,000	1,124
MDDs Ocor.* Eleições Ocor.	-			-			-			-0,281	,000	0,755

¹⁷⁰ Os coeficientes das variáveis individuais permanecem praticamente os mesmos, por isso são omitidos nesta tabela e nas que se seguem. Os modelos apresentam 64,1% de precisão, exceto o segundo, cuja precisão é 64%. Da esquerda para a direita, os critérios de informação são, respectivamente: 53.530.217,394; 53.524.203,459; 53.536.521,629; 55.533.014,673.

Os coeficientes diretos das eleições, em comparação ao modelo de avaliação do chefe do Executivo (de 43% a 56%), ficaram de cinco a três vezes menores (de 9% a 12%). Esses coeficientes demonstram que a probabilidade de perceber o voto como um instrumento eficaz para transformar o futuro aumenta somente em torno de 10% quando há eleições, mantendo-se as outras variáveis constantes. Os partidos são um pouco mais afetados pelas eleições (de 15% a 21%) do que o Congresso (de 14% a 16%), mas estão bem distantes da importância que têm as eleições para a aprovação presidencial.

Faz sentido que, sendo os MDDs eventos mais raros, que produzem resultados bem diferentes do que as eleições convencionais, isto é, decisões sobre assuntos específicos tomadas pelos cidadãos, esse tipo de evento faça com que a percepção dos cidadãos sobre a responsividade governamental seja mais positiva.

As eleições, por sua vez, estão mais conectadas com a avaliação do Presidente, já que são elas que colocam determinado candidato no poder e permitem que um partido siga governando ou seja substituído por outro.

O que não deixa de ser surpreendente é que a ocorrência dos dois tipos de votação em um mesmo período (MDDs e eleições) tenha coeficiente negativo tão expressivo, diminuindo 25% a probabilidade de percepção do voto como ferramenta de mudança, enquanto no modelo de aprovação do Chefe do Executivo ele era positivo (53%). As instituições seguem o comportamento das variáveis do modelo da eficácia: no caso dos partidos, diminui 32% as chances de muita confiança; no caso do Congresso, 10%. Dos dez casos ao todo em que há interação, somente seis estão presentes nos modelos de eficácia do voto.

Após a análise dos efeitos acumulados dos MDDs e das eleições, além das considerações dos impactos de curto prazo ponderados de acordo com a distância dos surveys e dos MDDs, considerando também quando mais de um ocorre em um período curto de tempo, ao abordar os tipos e a natureza dos MDDs, estas questões são analisadas com mais detalhes.

7.3.2 Efeitos de longo prazo dos MDDs: número cumulativo

Na tabela abaixo, o efeito dos MDDs acumulados, quando se trata da única variável de nível 2 no modelo chega a aumentar 33,5% a probabilidade de crença na eficácia do voto – um desvio-padrão faz ela crescer 7,5%, tendo seu efeito máximo superado, então, os 25% da ocorrência de MDD da tabela anterior. Em relação ao modelo de aprovação do Presidente, a diferença entre aqueles que não votaram em MDDs e os que votaram em seis deles é mais de três vezes maior, já que naquele modelo aumenta somente 10% as chances de boa avaliação do chefe do Executivo. No modelo de confiança no Congresso, no entanto, o efeito dos MDDs é um pouco maior (máximo de 44%), e maior ainda no modelo de confiança nos partidos (máximo de 59%).¹⁷¹ Estes dados contradizem a expectativa de que o efeito de aprendizado gerado pelo uso mais frequente de MDDs aumentasse mais a percepção positiva da performance do regime do que a confiança nas instituições.¹⁷²

Quando o número acumulado de MDDs e as eleições são incluídas no modelo, se repetem as mesmas probabilidades de eficácia do voto do que nos modelos com uma das variáveis apenas (o coeficiente das eleições como única variável de nível 2 é apresentado na tabela anterior e responde pelo crescimento de 10% nas chances de percepção do voto como instrumento de mudança).

No modelo com efeitos de curto e de longo prazo, estes podem chegar até 21% (sua diferença máxima), enquanto aqueles são de 17% (quando a ocorrência de MDD era a única variável no modelo, aumentava 26% a probabilidade dos cidadãos enxergarem o voto como ferramenta eficaz).

Quando a interação é entre três variáveis, existem coeficientes para três situações: quando há aumento de um desvio-padrão no número acumulado, ocorrência de eleições e MDDs, o efeito da interação é positivo, mas menos que a metade do que quando a situação é a mesma porém sem eleições. Quando há aumento de um desvio-padrão no número acumulado e eleições, sem a ocorrência de MDD, o efeito passa a ser negativo, porém maior em magnitude do que os outros dois.

¹⁷¹ Como mencionado anteriormente, o coeficiente exponenciado desta variável precisa ser multiplicado quatro vezes por ele mesmo para chegar-se a diferença máxima entre os grupos que compõem a amostra.

¹⁷² Se a confiança nas instituições não é incluída no modelo e, portanto, as variáveis relativas aos partidos e Parlamento não são mantidas constantes, aumenta em apenas um ponto percentual o impacto de um desvio-padrão.

Tabela 23. Efeitos cumulativos e ocorrência de MDDs, eleições e interações na eficácia do voto¹⁷³

	MDDs Cumulativos			MDDs Cumulativos e Eleições			MDDs Cumulativos e Ocorrência			Ocor.* Cum*Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,356	,000	0,701	-0,375	,000	0,687	-0,365	,000	0,694	-0,387	,000	0,679
País	0,084	,006		0,086	,006		0,085	,006		0,075	,006	
Ano	0,028	,061		0,028	,061		0,026	,061		0,028	,061	
MDDs Cum.	0,073	,000	1,075	0,072	,000	1,075	0,048	,000	1,049	0,052	,000	1,053
MDDs Ocor.	-	-	-	-	-	-	0,159	,000	1,173	-0,001	,821	0,999
Eleições	-			0,092	,000	1,097	-	-	-	0,052	,000	1,053
MDDsCum* Eleições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MDDsCum* MDDsOcor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocor (1) * Eleições(1)*Cum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,037	,000	1,037
Ocor (1) * Eleições (0)*Cum										0,075	,000	1,078
Ocor (0) * Eleições (1)*Cum										-0,132	,000	0,876

¹⁷³ Os modelos apresentam 64,1% de precisão, exceto o segundo (64%). Da esquerda para a direita, os critérios de informação são, respectivamente: 53.525.948,417; 53.532.271,092; 53.532.508,588; 53.553.101,803.

O impacto das eleições vem caindo a cada nova variável dependente analisada. Nos modelos com efeitos de longo e curto prazo, eleições e interações entre as três variáveis, as eleições tinham efeito direto de 36% na aprovação presidencial, 16% a 19% na confiança das instituições e 5% na eficácia do voto.

Fora os casos em que há interação, o efeito direto dos MDDs acumulados chega a 23% no máximo, e o da ocorrência de MDDs é nulo, ao passo que no modelo sem os efeitos acumulados seu coeficiente representa um aumento de 35% nas probabilidades na percepção de responsividade governamental.

Assim, considerando o efeito dos MDDs ocorridos na última década, os coeficientes apresentados por essa variável têm um impacto maior do que o das eleições, o que já acontecia no modelo com a ocorrência de MDDs apenas, mas seu efeito ao invés de potencializar o poder explicativo dos MDDs, como era esperado a partir da ideia de que é preciso praticar algumas vezes a democracia direta para apreciar mais o regime que a utiliza, acaba tornando-o menor. No entanto, a ocorrência deixa de ser importante e é substituída pelo número acumulado de MDDs, o que vai na mesma linha dos achados sobre o apoio ao regime enquanto conceito multidimensional e do estudo de Morrell (1999).

No modelo de aprovação presidencial, a inclusão da variável de longo prazo inverteu a importância da ocorrência de MDDs e eleições, embora seu próprio coeficiente não fosse tão relevante. No dos partidos, os coeficientes ficam próximos aos do modelo apenas com a ocorrência, mas o efeito da votação de um MDD foi substituído pelo efeito do seu número acumulado. No do Congresso, embora tenha havido a inversão de importância entre os efeitos de curto e longo prazo, os MDDs passam ter impacto muito maior neste modelo (mais de três vezes).

MDDs parecem, então, mais importantes para a avaliação do chefe do Executivo e para a confiança no Legislativo. Essa comparação, no entanto, deve ser vista com cuidado porque a amostra do modelo de eficácia do voto é menor do que as outras.

7.3.3 Efeitos de curto prazo ponderados

Nos modelos com eleições e MDDs ponderados – isto é, levando-se em consideração o tempo transcorrido entre a votação e as pesquisas de opinião e o efeito acumulado que pode existir em função de mais de um desses eventos ocorrerem em períodos próximos – pode-se perceber, na tabela abaixo, que o coeficiente das eleições é maior do que o dos MDDs. No entanto, a diferença da probabilidade de ver o voto como um instrumento eficaz entre os que estão na situação de maior influência de MDDs e aqueles que não estão sob influência alguma é de 28% no primeiro modelo apresentado abaixo. No segundo, a diferença da probabilidade de confiar na eficácia do voto entre os que estão na situação de maior influência das eleições e aqueles que não estão sob influência nenhuma é de por volta de 19%.

No modelo com MDDs e eleições, o efeito máximo daquele diminui para 15%, enquanto que o desta permanece quase o mesmo, 18%. Com a interação presente, o efeito das variáveis quando ocorrem simultaneamente é nulo, a diferença do grupo sob maior efeito de MDDs para o que não está sob efeito nenhum é de 17%, enquanto que no caso das eleições essa diferença é novamente 18%. Ou seja, neste modelo com os efeitos ponderados de acordo com o número de ocorrências e com a distância entre as votações e a aplicação dos surveys, os efeitos dos MDDs e das eleições são praticamente os mesmos. Esses impactos, para os MDDs, são muito menores do que dos modelos da eficácia do voto apenas com a ocorrência como variável binária (35%), e maiores para as eleições (12% no outro modelo). A razão pela qual o coeficiente da ocorrência de MDDs ponderados não se mostra superior ao das eleições – como ocorreu no modelo de aprovação do Presidente, e maior em relação à variável binária de ocorrência de MDDs no próprio modelo de eficácia do voto não está clara.

Tabela 24. Modelos de eficácia do voto com efeitos ponderado de ocorrência de MDDs e eleições ponderados¹⁷⁴

	MDDs Pond.			Eleições Pond.			MDDs e Eleições Pond.			MDDs*Eleições Pond.		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,348	,000	0,706	-0,343	,000	0,709	-0,337	,000	0,714	-0,335	,000	0,715
País	0,094	,006		0,098	,006		0,096	,006		0,096	,006	
Ano	0,026	,061		0,028	,061		0,025	,061		0,026	,061	
MDDs	0,039	,000	1,040	-			0,022	,000	1,022	0,025	,000	1,026
Eleições	-			0,046	,000	1,047	0,043	,000	1,044	0,043	,000	1,044
MDDs* Eleições	-			-			-			-0,002	,000	0,998

¹⁷⁴A precisão dos modelos é de 64,1%. Os critérios de informações são: 53.539.069,054; 53.557.512,749; 53.570.404,955; e 53.564.802,155.

Cabe lembrar que as variáveis apresentadas na tabela acima consideram apenas a influência de MDDs, não o efeito que diferentes tipos de mecanismos de democracia direta podem ter, ou o impacto da quantidade e da relevância dos assuntos abordados. Como foi visto nos outros modelos, o efeito de cada uma das categorias é bastante diferente, e é sobre essas diferenças que trata a seção seguinte.

7.3.4 Tipos de MDDs

Para a variável de eficácia do voto existem dados para um número menor de anos (oito em vez de quatorze), o que significa que temos menor variação de tipos (15 em lugar de 25). Em quase todos os modelos, qualquer tipo de MDDs tem mais efeito direto na probabilidade de percepção de responsividade governamental do que as eleições.

O plebiscito facultativo, quando realizado simultaneamente às eleições, passa a ter efeito negativo na probabilidade de aferição de eficácia do voto, diminuindo em torno de 39% as chances de ver o voto como instrumento de mudança do futuro, em comparação com aqueles que não votaram em nada. Quando realizado sem presença das eleições, aumenta 24% a probabilidade de percepção positiva da performance do regime. Retomando os modelos das tabelas anteriores, não chega a ser uma surpresa, já que a interação entre MDDs e eleições, exceto quando os efeitos cumulativos são considerados, sempre apresenta coeficiente negativo.

No modelo de aprovação presidencial, plebiscitos facultativos são o tipo de MDD com maior coeficiente de efeitos diretos. A interação é positiva, porém quase insignificante. No modelo apresentado na tabela abaixo, é o segundo menor em efeito direto, assim como no caso das instituições (porém com coeficientes de maior magnitude do que no modelo delas), o que era esperado pelo fato do protagonista ser mesmo o Presidente na maioria desses casos. Dos seis plebiscitos que se encontram nessa categoria, dois não fazem parte dessa amostra. Dos que fazem, dois aconteceram no Equador (em 1995, com efeito em 1996, e em 1997), um na Bolívia (em 2004, com efeito em 2005) e um na Colômbia (em 2003, com efeito em 2004).

O único caso que tem ocorrência combinada com eleições, entretanto, é o plebiscito equatoriano que ocorre em 1997. Este caso mostra os limites das tentativas de abordar esses fenômenos quantitativamente, ao menos em uma região com alta instabilidade como a América Latina. A eleição do Equador de 1996, cujo efeito deveria dar-se em 1997, nem mais reflete o mandato do Presidente eleito, que no ano seguinte havia sido retirado do poder sob a justificativa de “incapacidade mental”, com votação por maioria simples em vez de qualificada, e substituído pelo Presidente do Congresso, em lugar do vice-Presidente.

Havia, então, uma crise institucional severa e altos níveis de revolta civil. A maneira em que o Presidente Abdala Bucaram saiu vitorioso, em 1996, foi um dos ingredientes cruciais para essa crise entre os poderes. A maioria do Presidente era mais uma coalizão hostil ao candidato Social-Cristão, que venceu o primeiro turno, do que uma coalizão de apoio. Seu governo durou apenas 180 dias (ALTMAN, 2010).

Neste contexto, o Presidente interino Fabián Alarcón tentou legitimar a remoção de Bucaram da Presidência e a sua posição no cargo, além de formar uma Assembleia Constituinte que escreveria a nova Constituição, incorporando boa parte do que foi aprovado com este plebiscito (ZOVATTO, 2007).¹⁷⁵ O resultado foi um voto de confiança no novo Presidente, com uma participação de cerca de 60% e uma média de 65% de aprovação das questões. Os cidadãos aceitaram as normas para profissionalizar a carreira judicial que tinham sido rechaçadas em 1995. Mesmo com esse resultado, parece que o efeito das últimas eleições foi suficientemente grande para tornar a avaliação da eficácia do voto negativa. Além de registrar queda em relação ao ano anterior, esse foi o segundo pior escore equatoriano de todo o período analisado e foi, junto com a Bolívia, a pior média de boa avaliação do voto como ferramenta de mudança desse ano.

¹⁷⁵ Entre as questões estavam: limitação dos gastos em campanhas, possibilidade de modificação da lista de candidatos, eleições presidenciais em um ou dois turnos, cancelamento de partidos que não alcançassem 5% dos votos em duas eleições seguidas, Suprema Corte composta de representantes dos partidos mais influentes, Parlamento indicando a composição da direção das empresas estatais, indicação das autoridades judiciais pela Suprema Corte, destituição de qualquer eleito que não cumpra a lei (LISSIDINI, 2007b).

Tabela 25. Tipos de MDDs, eleições e interações na eficácia do voto¹⁷⁶

	Tipos			Tipos e Eleições			Tipos* Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,371	,000	0,690	-0,386	,000	0,680	-0,456	1,000	0,634
País	0,088	,006		0,090	,006		0,074 ¹⁷⁷		
Ano	0,024	,061		0,025	,061		0,024 ¹⁷⁸		
Referendo	0,142	,000	1,153	0,141	,000	1,151	0,152	,000	1,164
P. Mandatário	0,374	,000	1,454	0,351	,000	1,421	0,599	,000	1,820
P. Facultativo	0,098	,000	1,103	0,106	,000	1,112	0,216	,000	1,241
Iniciativa	0,371	,000	1,450	0,286	,000	1,332	0,252	,000	1,287
Eleições	-			0,070	,000	1,072	0,111	,000	1,117
Eleições * P. Mandatário	-			-			-0,518	,000	0,596
Eleições * P. Facultativo	-			-			-0,492	,000	0,611

Já no grupo dos plebiscitos mandatórios, o do Uruguai de 1996 (com efeito de 1997), os da Venezuela e da Bolívia de 2009 aconteceram isoladamente e foram todos aprovados. Os cidadãos agrupados nesses casos são os que têm a maior probabilidade de acreditar na eficácia do voto – 82% mais do que aqueles que não votaram em nenhum tipo de MDD. Na realidade, trata-se do maior impacto apresentado por um tipo de MDD no modelos de todas as dimensões que foram analisadas. Era esperado que esses plebiscitos obrigatórios, junto com os referendos, fossem os mais importantes na explicação da variação da percepção de responsividade governamental.

Quando eleições ocorrem simultaneamente, no entanto, a probabilidade é negativa (40%). A situação nos modelos de aprovação presidencial é inversa, pois nesses modelos, mais importante são as eleições, enquanto que nos modelos de eficácia do voto, os MDDs

¹⁷⁶ Todos os modelos apresentam 64,1% de precisão, exceto o segundo, cuja precisão é 64%. Da esquerda para a direita, os critérios de informação aumentam de 53.546.151,865 para 53.549.582,243 e deste número para 53.554.718,873.

¹⁷⁷ Esse parâmetro é redundante.

¹⁷⁸ Esse parâmetro é redundante.

têm mais relevância na explicação. Se eles não tiveram boa participação eleitoral, foram rejeitados, houve reação contra ator que propôs as questões ou era sobre assuntos não considerados de suma importância, o efeito final pode acabar por ser negativo. Encaixam-se nesse grupo o caso do Uruguai, da Guatemala e da Venezuela de 1999, assim como o do Panamá de 1998 – todos com efeito em 2000. Dos quatro plebiscitos, três foram reprovados – o que parece ser mais importante quando se considera essa variável do que as outras, pois se foi rejeitado, as coisas não mudaram.

Na Guatemala, foram votadas doze reformas constitucionais que incluíam os acordos de paz que encerraram a guerra civil em 1996¹⁷⁹, que durou 36 anos, e outras 53 reformas introduzidas pelo Congresso – o que originou a rejeição do plebiscito (ZOVATTO, 2007) – subdivididas em quatro questões: 1) Nação e direitos sociais; 2) Legislativo; 3) Executivo; 4) Judiciário. As propostas foram rechaçadas, apesar de o eleitorado não ter participado majoritariamente da votação (80% de abstenção). Traduziu-se mais em um plebiscito contra o governo que se encerrava e não sobre os temas em debate (ZOVATTO, 2007; RIAL, 2010). Seis meses depois, ocorreram eleições, de forma que estava mais presente na cabeça dos cidadãos do que do MDD.

No Uruguai, se não fosse o plebiscito obrigatório de 1995 que aprovou o segundo turno, provavelmente a FA já teria conquistado a Presidência em 1999, mas Jorge Batlle do Partido Colorado acabou eleito. Além dessas questões, as duas perguntas efetuadas neste dia tratavam de assuntos que não foram considerados de ampla relevância.

Na Venezuela, depois da eleição de Chávez em 1998, foi votado no começo de 1999, o plebiscito facultativo sobre a Assembleia Constituinte, seguido de eleições para esta em julho de 1999¹⁸⁰ e do plebiscito obrigatório para a aprovação da nova Constituição. A abstenção foi de 56%, e 71,8% dos eleitores disseram sim, o que equivalia a 30% do eleitorado. Assim, o Presidente conseguiu manter o apoio de 70% dos votantes nas três votações de 1999, ainda que no caso da Constituição tenha significado endosso de menos de um terço da população.

Os referendos, cujos casos são apenas o uruguaio em 2003 (com efeito em 2004) e da Venezuela em 2004 (com efeito em 2005), não têm o grande efeito esperado: aumentam a

¹⁷⁹As pressões externas por um acordo de paz, democratização e melhora no respeito aos direitos humanos levou os militares a aceitarem a paz em 1996. Os grupos rebeldes puderam, então, transformar-se em partidos (BOOTH; SELIGSON, 2009).

¹⁸⁰ Abstenção foi novamente elevada – 54% do eleitorado – e, dos 131 deputados eleitos, 123 pertenciam à coligação de apoio ao Presidente.

probabilidade de percepção do voto como instrumento eficaz em torno de 16%, sendo apenas mais importante do que as eleições (12%). Este coeficiente pequeno, talvez se dê porque o referendo da Venezuela foi uma votação de recall do Presidente. Com relação à performance do regime, decidir sobre o mandato em andamento do Presidente, ou mesmo permitir que se convoque uma Assembleia Constituinte, pode diferenciar-se pouco das eleições convencionais e ter efeito semelhante a essas.

A iniciativa popular aumenta 29% da chance de crença na eficácia do voto. Seu efeito é um pouco maior do que o dos plebiscitos facultativos. No entanto, esse coeficiente diz respeito exclusivamente ao caso uruguaio de 2004 sobre a não-privatização dos serviços de abastecimento de água potável e de saneamento, com impacto nas pesquisas de opinião de 2005, juntamente com a influência das eleições.

Por fim, analisa-se os coeficientes referentes às propostas votadas nos MDDs, o tipo de assunto, a quantidade e a relevância destes.

7.3.5 Natureza dos assuntos

Quanto à natureza das questões, convocar um MDD para decidir sobre o futuro do mandato do Presidente, quase como em uma situação de eleição convencional, rende a esse tipo de MDDs o menor coeficiente de todos: do primeiro ao terceiro modelo altera de 5% a 1,5% a probabilidade de percepção do voto como um instrumento eficaz. No modelo com as interações (embora não haja, nessa amostra, interação dessa categoria específica de natureza dos assuntos), é muito menor até que o coeficiente das eleições (12%). Este coeficiente, no entanto, diz respeito à um único caso: o recall de Chávez na Venezuela, realizado em 2004 com efeito nos surveys de 2005.

Conforme proposto por essa tese, os dados sobre a natureza dos assuntos mostram que os próximos MDDs a ter efeito um pouco maior são os que tratam de poucos assuntos não muito relevantes para a população em geral. Entretanto, o único caso aqui é o do Uruguai de 1999 (com efeito em 2000). Tratou da reforma de dois aspectos dos sistema judicial. No modelo com as interações, estes têm a probabilidade de alterar a crença na responsividade governamental em 28%. Com as interações ausentes, os MDDs com esse tipo de assunto

aumentam 45% a 35% as chances de percepção de eficácia do voto, enquanto as eleições, em torno de 9%.

Quando os assuntos são poucos mas de maior relevância, o efeito destes na percepção positiva de performance do regime cresce para 43%-47%. O coeficiente da interação, porém, mostra um diminuição de 8% na probabilidade de crença na eficácia do voto.

Tabela 26. Natureza dos MDDs, eleições e interações na eficácia do voto¹⁸¹

	Assuntos			Assuntos e Eleições			Assuntos*Eleições		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,376	,000	0,687	-0,392	,000	0,676	-0,462	1,000	0,630
País	0,087	,006		0,089	,006		0,075	,006	
Ano	0,026	,061		0,027	,011		0,028 ¹⁸²		
Muitos	0,199	,000	1,220	0,193	,000	1,213	0,338	,000	1,402
Poucos relevantes	0,371	,000	1,450	0,356	,000	1,427	0,385	,000	1,469
Poucos	0,370	,000	1,448	0,300	,000	1,349	0,250	,000	1,284
Presidente	0,048	,000	1,050	0,035	,000	1,036	0,015	,000	1,015
Eleições	-			0,081	,000	1,085	0,116	,000	1,123
Eleições * Muitos	-			-			-0,411	,000	0,663
Eleições * Poucos relevantes	-			-			-0,080	,000	0,923

Era esperado que o efeito deste MDD fosse menor que o impacto de quando muitos assuntos são votados ao mesmo tempo, reformas importantes ou novas Constituições, que provocam grandes transformações. Na verdade, assim acontece quando as variáveis de confiança no Congresso e nos partidos não são incluídas nos modelos e mantidas constantes. Quando essas duas variáveis de apoio às instituições passaram a ser consideradas, os MDDs

¹⁸¹ O primeiro modelo apresentam 64% de precisão, o segundo e o terceiro, 64,1%. Da esquerda para a direita, os critérios de informação aumentam de 53.535.960,557 para 53.541.463,842 e deste número para 53.539.754,587.

¹⁸² Esse parâmetro é redundante.

com muitos assuntos apresentam impacto um pouco menor do que a categoria com poucos assuntos muito relevantes: aumentam a probabilidade de percepção do voto como ferramenta eficaz em mais de 1,4 vezes, se comparado com os grupos que não votaram em MDDs ou eleições, no modelo com as interações. Nos modelos anteriores, no entanto, apresenta coeficiente bem menor do que dos MDDs que tratam de poucos assuntos muito relevantes. A diferença de probabilidade de 21% e 22% para 40% dos muitos assuntos nos vários modelos, deve-se aos casos em que essas muitas propostas são votados no mesmo período em que existem eleições.

Uma ilustração de por que não é somente a quantidade de transformações que conta para sentir que o voto é um instrumento efetivo de mudança pode ser encontrada na reforma da Constituição venezuelana de 2007 (efeito em 2008). Esse MDD, com propostas de complexas modificações, fez com que fosse difícil “para cualquier ciudadano común hacerse de un juicio firme sobre los alcances e implicaciones de esos cambios para el futuro de la sociedad” (LANDER; MAYA, *op.cit.*, p.205). O fato de serem submetidos em bloco de temas que não eram diretamente dependentes ou relacionados também complicou a situação. Sobre os critérios que guiaram essa separação em dois blocos, sabe-se apenas que no bloco A estavam os artigos propostos pelo Presidente. No entanto, assim como os cidadãos não têm que saber detalhes de toda a nova Constituição votada para tomar uma decisão razoável de aprová-la ou não para melhorar ou manter o status quo de acordo com seus interesses, tampouco é necessário que tenham conhecimento pleno de cada uma das 69 propostas. Infelizmente, não há dados sobre a performance do regime para o ano do efeito deste acontecimento, de forma que não é possível testar se a teoria da escolha racional, de “reasoning”, aplica-se a este caso específico, mas testam-se outros casos.

O efeito da interação é grande e negativo, diminuindo 34% a probabilidade de percepção de eficácia do voto. Dos nove MDDs que tratam de muitos assuntos, três possuem ocorrência de eleição no mesmo período, um caso equatoriano (de 1997), os casos da Guatemala e panamenho – estes últimos dois com efeito em 2000. Aqui, o fato de ser aprovado ou reprovado não parece ser definitivo: pelo gráfico do capítulo 3 vemos que o único teve aumento na boa avaliação do voto foi a Guatemala, e o plebiscito lá foi rejeitado; o equatoriano, que diminuiu a percepção positiva do voto, teve seu plebiscito aprovado; e o caso do Panamá foi reprovado e teve níveis mais baixos de crença na eficácia do voto.

Depois de testar a influência das variáveis de nível 1 – avaliação da situação econômica corrente do país, confiança interpessoal, educação, idade, sexo, e algumas das variáveis de dependentes de alguns modelos que fazem parte da explicação de outros níveis de apoio político –, na aprovação presidencial, na confiança no Congresso, na confiança nos partidos e na percepção do voto como eficaz para realizar transformações, e de deixar essas variáveis de nível dos indivíduos nos modelos, mantidas constantes, para explorar os efeitos de nível 2 dos mecanismos de democracia direta e das eleições, parte-se para uma síntese dos achados mais importantes, relacionando-os com a literatura, com sugestões de agenda de pesquisa relacionada a este tópico e outras considerações finais.

8 CONCLUSÕES

Mecanismos de democracia direta foram utilizados em importantes transformações de alguns países da América Latina, como na aprovação de nova Constituição na Bolívia, na Venezuela e no Equador. Enquanto a análise dos dados era realizada, em função das manifestações de junho de 2013, também no Brasil entrou em discussão a possibilidade de uma Constituinte para fazer a reforma política, que seria, então, submetida à consulta da população. Ao final do período observado, os MDDs registraram aprovação por parte da maioria dos cidadãos da região (LATINOBARÓMETRO, 2009). Apesar disso, até a presente tese, nenhum estudo que relacionasse MDDs com a confiança no regime democrático – por meio de questões que não envolvessem conceitos complexos como democracia, de forma que se saiba o que está sendo medido, e que englobassem também plebiscitos facultativos – tinha sido realizado na região. Na realidade, tampouco houve pesquisa comparativa entre países em qualquer parte do mundo anteriormente.

Os casos latino-americanos de MDDs envolvendo decisões sobre muitos assuntos estudados, categoria na qual se encontram a aprovação de novas constituições e grandes reformas constitucionais, estão entre os efeitos mais positivos em todas as dimensões de apoio à democracia investigadas, inclusive a de performance do regime quando avaliada através da percepção sobre a eficácia do voto. Se possuem efeitos positivos, isto significa que contribuem com a legitimidade do regime, o que é especialmente importante na América Latina, região na qual golpes e tentativas de golpes de Estado continuam fazendo parte da realidade de alguns países. Além disso, esses impactos positivos diminuem os custos da política, proporcionais à quantidade de cidadãos que desconfia de suas instituições e representantes (DALTON, 2004).

Os efeitos encontrados são, em geral, maiores do que os de outros estudos, os quais foram os pontos de partida dessa pesquisa (DONOVAN, BOWLER, 2002; MENDELSON, CUTLER, 2000), que apontam para impactos em torno de 10% de aumento nas chances de percepção de responsividade governamental – embora os achados apresentados aqui não sejam relativos a surveys semanais no período de campanha de um único país ou ao número cumulativo de MDDs em diferentes estados, medidos de forma diferente do que nessa tese e em uma realidade de profusão de MDDs bottom-up, muito diversa da latino-americana.

Quanto à relação dos MDDs com instituições e o Presidente, o caráter desse estudo é mais exploratório, já que até então não havia bibliografia que a estudasse sob a ótica da percepção dos cidadãos.

A utilização de dados de surveys e de análise quantitativa de dados pode tornar muito grande a diferença entre projeto inicial de pesquisa, o projeto ideal e o projeto possível. A utilização de dados secundários gera, entre outras, dificuldades relativas à frequência com que as questões escolhidas como variáveis para os modelos são incluídas nas pesquisas de opinião e o tipo de variável criada a partir delas – no caso, todas categóricas, o que limita a precisão dos modelos (HECK, THOMAS, TABATA, 2012). No estudo comparativo de vários países há limitações relativas a eventos raros, como são os MDDs, que não permitem análises de apenas um ponto no tempo. Mesmo que o desenvolvimento da tecnologia tenha auxiliado muito na produção e distribuição de bases de dados desde a década de 1990, e o alto custo das pesquisas de opinião não se apresentem mais como justificativa para não utilizar análise quantitativa (SOARES, 2005), nos casos em que as coletas são anuais e a variável explicativa não tem uma grande variação, ainda não é possível a realização de análise seriada. Na solução possível, mas não ideal, de utilização de modelos multiníveis¹⁸³, muita informação é perdida ao se desconsiderarem as modificações em relação aos anos anteriores.

Nos modelos de aprovação presidencial a diferença entre um modelo que considera as médias dos países e dos anos, isto é, um modelo multinível apenas com a ordenada de origem variando, para um modelo que considera todos os dados como provenientes de um mesmo grupo é de 8,8 pontos percentuais de precisão. No caso dos modelos de confiança no Parlamento, 4,5. Essa diferença fica muito pequena nos modelos dos partidos, 1,3, e é irrisória quando se trata da eficácia do voto. O fato da diferença entre as médias dos países e dos anos não ser muito grande, não deixa de ser um achado interessante. Existe uma opinião latino-americana que evolui mais ou menos ao mesmo passo em relação à avaliação sobre a performance do regime, às instituições, e às autoridades democráticas, com o destaque da distância dos partidos em relação ao Congresso e sua proximidade com a percepção de eficácia externa. Isto é, faz menos diferença na probabilidade de percepção dos cidadãos ser

¹⁸³ Apesar das limitações apresentadas, se houvesse variação suficiente na variável de aprovação do Presidente, por exemplo, teria sido possível testar se a ocorrência de MDDs é de fato variável independente ou interviniente, isto é, se ela tem efeitos diretos sobre a avaliação da performance do regime ou se se apresenta como mediadora dos efeitos da aprovação presidencial na avaliação da responsividade governamental. Os resultados desse modelo seriam de grande valia para os estudos institucionalistas.

residente de um país ou de outro quando se trata de ver o voto como um instrumento de mudança e de confiar nas agremiações partidárias.

Ao incluir todas as variáveis do âmbito dos indivíduos com coeficientes expressivos, a precisão do modelo sobre a aprovação presidencial alcança 66,2% e sobre o voto, 64%. Essas variáveis explicam bem menos da variação dos dados nos modelos das instituições: no do Congresso, 44,7%, no dos partidos, 48,8%. Esses dados por si só reforçam o caráter multidimensional de percepção sobre a democracia. Além disso, as variáveis têm pesos diferentes e até efeitos inversos em cada dimensão. Com relação à confiança na eficácia do voto, todas as variáveis apresentavam sinais positivos. Nos modelos de aprovação presidencial, no entanto, a educação tem sinal negativo, ou seja, alta escolaridade tem efeito de diminuir em torno de 8,5% a probabilidade de aprovação do chefe do Executivo, enquanto aumenta 56,6% as chances de crença no voto como instrumento de mudança. A educação faz bem menos diferença na confiança nas instituições, ainda que um pouco mais no que diz respeito ao Congresso – aumenta 7,6% a probabilidade de muita confiança na categoria de maior escolaridade, e de forma errática no que diz respeito aos partidos.

A percepção dos cidadãos sobre a situação econômica corrente do país é mais de treze vezes mais importante no caso da aprovação presidencial (aumentando sua probabilidade em até 500%) do que no modelo da eficácia do voto. Em relação às instituições, é seis vezes e meia mais importante (aumentam 250%-260% as chances de alta confiança) do que no modelo que tenta explicar a responsividade governamental. Se as variáveis de boa avaliação do chefe do Executivo e de confiança nos partidos e no Legislativo são retiradas do modelo da eficácia do voto, o efeito cresce de 38% para 78%, isto é, segue sendo muitíssimo menor do que nos outros modelos, como era de se esperar. Da mesma forma que estudos anteriores (BOOTH, SELIGSON, 2009; POWER, JAMISON, 2005; MCALLISTER, 1999;), esta pesquisa encontrou coeficientes muito pequenos para as variações do PIB e do Gini, sendo a percepção dos cidadãos sobre a situação muito mais importantes do que os macro-indicadores. Essas percepções vêm mediadas pela situação social da pessoa entrevistada, pela cobertura midiática e por outros fatores. O fornecimento de novos serviços públicos, por exemplo, pode fazer com que parte do orçamento de várias famílias seja desonerado e pode gerar a percepção de que a situação econômica do país vai melhor, ainda que os grandes indicadores econômicos não mostrem muitas alterações.

A idade tem impacto negativo nas instituições, chegando a diminuir 10% as chances de confiança, positivo na percepção do voto como ferramenta de transformação do futuro, aumentando até 8% a crença nela, na mesma linha da aprovação do Presidente, porém esta com efeito até três vezes maior, aumentando 24% a probabilidade de sua aprovação. As instituições podem sofrer mais desgaste com a experiência das pessoas, ou para os mais jovens elas não personificam tanto a autoridade como o chefe do Executivo. Como, de acordo com as teorias democráticas, quanto mais experiência tem-se com o regime, mais ele é apreciado, quanto mais velhos os cidadãos, mais confiança eles têm na eficácia do voto, proxy para responsividade governamental e performance da democracia.

Confiança interpessoal é menos importante para a aprovação do Presidente (23%), e mais importante para os partidos (49%), ficando o Congresso (33%) e a eficácia (38%) no meio. As instituições e a performance do regime dependem mais de mudanças culturais, ainda que o peso dessa variável para os modelos do Congresso e dos partidos seja menor se comparado com a questão econômica. Embora as instituições e a eficácia do voto não se encaixem perfeitamente no conceito de apoio político difuso, guiado por orientações mais afetivas e resistentes a mudanças (EASTON, 1965), sem dúvida a avaliação presidencial tem mais de apoio político específico, isto é, está mais relacionada aos cálculos de custo-benefício e à apreciação das performances dos atores e processos do que às experiências de socialização, as quais se mostram mais importantes do que as outras dimensões exploradas.

Por essas razões, a aprovação presidencial como variável explicativa aumenta apenas 40% a probabilidade de percepção do voto como instrumento de transformação do futuro, pois se trata de uma dimensão cuja variação tende a ser menos volátil do que todas as outras analisadas aqui, mas faz crescer 140% as chances de confiança nos partidos e quase 200% a probabilidade de confiança no Congresso. Ou seja, mais confiança interpessoal reforça um pouco mais o apoio às agremiações partidárias do que ao Parlamento, enquanto que maior aprovação presidencial ajuda um pouco mais no apoio ao Legislativo do que aos partidos. No caso da percepção positiva da performance do regime, boa avaliação do Presidente e dos concidadãos têm o mesmo peso.

Em relação às variáveis institucionais de interesse dessa tese, exploradas com a justificativa de que no curto prazo é mais fácil mudar as instituições do que as estruturas sócio-econômicas para aumentar a legitimidade da democracia (NORRIS, 2008), a hipótese 1 sobre MDDs aumentarem a aprovação presidencial encontra algum respaldo empírico em

quase todas as formas em que foi testada. As eleições têm efeitos mais importantes do que os MDDs quando a ocorrência é inserida como variável binária: a diferença varia 52% a 28% de mais probabilidade de avaliação positiva do chefe do Executivo, a 43% a 8,5% quando a interação entre as duas variáveis é incluída. Nesse caso de ocorrência das duas votações em um mesmo período, as chances de aprovação crescem para 53%. Esses números demonstram a importância de controlar as outras arenas que podem influenciar as escolhas dos cidadãos – como as eleições – e fazê-las parecer irracionais à primeira vista quando são desconsideradas (TSEBELIS, 1999).

Como outros estudos demonstraram que os efeitos de curto prazo dos MDDs em outras questões, como o comparecimento eleitoral, são maiores do que os de longo prazo (DYCK, SEABROOK, 2010), utilizar a variável MDD como binária de ocorrência permitiu capturar esse impacto e ter mais segurança a respeito da relação causal entre as variáveis.

Na realidade, essa tese foi pioneira no teste da variável independente institucional – os MDDs – de cinco formas diferentes. Os estudos anteriores que conectaram a utilização de democracia direta e o apoio político à democracia utilizaram-se com mais frequência o efeito cumulativo dos MDDs, ou seja, seu efeito de longo prazo, considerando o número de MDDs ocorridos em prazos diferentes ou consideraram as previsões constitucionais de utilização de MDDs. O problema dessas formas de medição é que o estabelecimento de causalidade fica mais difícil: não há como saber, por exemplo, se a maior percepção da eficácia do voto faz com que um país utilize mais MDDs ou tenha mais previsões legislativas, ou vice-versa. Também a possibilidade de MDDs reconhecida na Constituição pode não passar de letra morta em várias localidades. Mas isso não quer dizer que os efeitos de longo prazo não devam ser considerados.

A relação entre MDD e eleições do modelo com as variáveis binárias de ocorrência se inverte quando o modelo mantém constante o número de MDDs votados nos últimos dez anos, isto é, quando o impacto acumulado é considerado: a ocorrência de MDDs tem efeito de 85% enquanto as eleições, de 36%, isto considerando um país que teve votação de apenas um MDD na última década – a média latino-americana de ocorrência de MDDs nos dez anos anteriores. Ainda, comparado com um país com um MDD no seu histórico recente, o que possui dois, tem 12% mais probabilidade de aprovar o Presidente. Essa mesma diferença, juntamente com ocorrência de um dos tipos de votação ou os dois, apresenta coeficientes negativos. Entre todas as maneiras em que a influência dos MDDs foram testadas na

avaliação presidencial, é um dos únicos momentos em que relações inversas aparecem. Fora este, apenas quando se considera o coeficiente de um dos tipos específicos (referendos). As quedas na aprovação do chefe do Executivo ocorridas nos últimos anos na Bolívia e na Venezuela, quando seu número cumulativo de MDDs é maior, tem parte da responsabilidade por esses números negativos.

Os efeitos dos MDDs e eleições medidos de forma ponderada, isto é, considerando os meses entre os surveys e as votações e se ocorreu mais de um MDD ou mais de uma eleição no mesmo período, apresentou coeficientes bastante pequenos para as eleições, sendo seu efeito máximo 32%, quase igual ao dos MDDs, 35%. Esta forma alternativa de medição não se mostrou adequada porque saber que existe a possibilidade de decidir logo a frente pode aumentar a percepção de eficácia do voto, como foi encontrado no Canadá (MENDELSON, CUTLER, 2000), mas a lógica não é a mesma para a aprovação presidencial: quando se considera o período de campanha das eleições, isto é, quando se atribui impacto nos surveys às votações que ocorrem de um a dois meses antes das eleições, o Presidente pode estar muito mal avaliado e na véspera de ser substituído.

MDDs podem afetar de forma bastante diferente a aprovação presidencial, a confiança nas instituições e a percepção sobre a eficácia do voto, dependendo de seu tipo – se são obrigatórios por lei, iniciados pela elite política, através da coleta de assinaturas de parte do eleitorado, propositivos ou revogatórios – e do número, natureza e relevância das propostas por eles envolvidas, que levam a diferentes graus de transformação da realidade dos países. O fato de haver apenas 25 desses eventos, entretanto, torna a análise mais complicada. Isto é, não é possível fazer afirmações taxativas e generalizantes, mas os resultados dos modelos rodados sugerem alguns indícios.

Embora outros trabalhos tenham considerado os tipos de MDDs utilizados para a construção de seus índice de participação (ALTMAN, 2012; PETERLEVITZ, 2011; STUTZER, FREY, 2006), nenhum havia testado o impacto específico de cada tipo, de forma que não era possível saber se na realidade os efeitos correspondiam à teoria.¹⁸⁴ Ainda que essa proposta de subdividir a variável binária de ocorrência de MDDs em seus tipos específicos seja um avanço para a pesquisa sobre os efeitos da democracia direta, para ter-se certeza dos

¹⁸⁴ Esta tese, inclusive, direcionava-se para o mesmo caminho, mas sugestões da banca de qualificação foram acolhidas e foi abandonada a ideia de utilização de um índice fechado com pesos determinados de acordo com os tipos e os assuntos, sem se testar antes se havia respaldo empírico para tanto. Por falta de número maior de casos, porque a técnica utilizada não é a mais adequada ou porque a realidade não corresponde às suposições teóricas, não foram encontrados nessa pesquisa resultados que respaldassem o uso do índice cogitado anteriormente.

resultados, utilizando a técnica mais adequada, é necessário que se tenha mais duas décadas de observações ou, pelo menos, que os institutos de pesquisa colem dados com mais frequência. Em relação à aprovação presidencial, é possível utilizar análise seriada somente com os casos que se tem nesse período se os dados forem coletados diretamente dos institutos de pesquisa de cada país, que medem a popularidade do chefe do Executivo de forma mais frequente. No entanto, isto gera problemas de comparação devido a diferentes tipos de amostragem.

De qualquer forma, os MDDs iniciados pelo Presidente, quando ocorrem isolados de eleições, têm um grande efeito positivo na sua avaliação. Porém, é possível que o aparente sucesso da estratégia de muitos presidentes de convocar MDDs com a expectativa de aumentar sua legitimidade pessoal (ALTMAN, 2010; MOREL, 2001), se dê mais em função dos modelos multiníveis empregados, que partem das médias de cada país e de cada ano para gerar os resultados, em vez de considerar os aumentos e quedas dos percentuais em relação ao ano anterior, do que de respaldo empírico claro na essa ideia na América Latina.

Os plebiscitos mandatórios têm pequeno efeito positivo direto, mas efeito ainda um pouco maior do que os facultativos quando ocorrem junto a eleições. As razões pelas quais os mandatórios com interação com as eleições têm o maior impacto de todos diz respeito ao efeito das eleições extraordinárias de dois dos quatro países incluídos nessa categoria. Assim como os MDDs são tipificados, as eleições também poderiam ter sido classificadas de acordo com critérios de alternância de poder, comparecimento eleitoral, nível de polarização, enfim, critérios a serem derivados da literatura específica sobre eleições e opinião pública, para resultados mais refinados serem alcançados.

Referendos, como era esperado, têm efeitos negativos, pois são um movimento de protesto em relação às últimas modificações legislativas, geralmente endossadas pelos Executivos. Iniciativas populares, como apesar de bottom-up são propositivas além de não revogatórias e ocorrem sempre simultaneamente às eleições, têm efeito positivo, maior apenas do que o dos plebiscitos obrigatórios.

Já a proposta de atribuição de efeitos dos MDDs que indica maiores avanços nessa tese é a transformação da variável binária de ocorrência considerando tanto o número de assuntos incluídos em cada votação quanto a relevância das propostas apreciadas. As pesquisas anteriores que tratam do número cumulativo de MDDs (ALTMAN, 2010¹⁸⁵;

¹⁸⁵ Em estudo posterior, Altman (2012) apostou nas previsões constitucionais, considerando-as válidas apenas se já tivessem sido utilizadas alguma vez. Donovan e Bowler (2002) lidam com uma realidade bem diferentes, dos

DONOVAN, BOWLER, 2002) consideram uma consulta com 15 perguntas separadas como 15 MDDs, mas 69 reformas agrupadas em dois blocos de questões contam como dois MDDs, e uma Constituição totalmente nova conta com um MDD. O peso das 15 propostas votadas separadas não pode ser maior do que os demais exemplos. A quantidade e a relevância das mudanças propostas faz diferença nas considerações dos cidadãos sobre sua influência no governo e envolvem mais ou menos os atores políticos e as instituições no processo (LACEY, 2005).

No caso da aprovação presidencial, se são vários assuntos e provocam a sensação de que há muito em jogo a ser decidido pela votação, as avaliações têm maior probabilidade de serem positivas do que se a consulta é apenas sobre poucas questões que não dizem respeito à maioria da população ou não foram encaradas como fundamentais pelos principais atores políticos. O efeito dos muitos assuntos é maior também do que quando o assunto é o próprio Presidente (ainda que nesse caso o efeito positivo seja bem grande, maior até do que o das eleições). Quando o caso único de convocação da Assembleia Constituinte interage com as eleições, tem o maior impacto de todos, seguido de perto pela interação das eleições com poucos assuntos muito relevantes (nela estão duas iniciativas populares que tem impacto bem positivo no modelo com os tipos de MDDs). O que não era esperado é que os efeitos diretos de poucos assuntos muito relevantes fossem negativos, mas eles contrastam com a interação recém mencionada, tendo entre seus quatro casos os dois referendos, que têm impacto negativo no modelos dos tipos, além do caso da Venezuela de 2009, momento em que o país teve uma das piores médias entre todos os analisados.

Essas últimas colocações demonstram o quanto seria importante, no caso de haver mais casos de MDDs a serem analisados¹⁸⁶, ter uma interação entre os tipos e os assuntos, porque evidentemente uma característica modifica a outra, ainda que de forma diferente para explicar as quatro variáveis dependentes aqui analisadas, como se pode ver ao se considerar as outras hipóteses.

A hipótese 2 sobre o desempenho das instituições, partidos políticos e Parlamento, na proposição de um MDD, nos seus trâmites e nas campanhas aumentar a visibilidade e a proximidade delas com os cidadãos e, possivelmente, melhorar a confiança que o eleitorado estados norte-americanos, que possuem basicamente mecanismos bottom-up, portanto, cada proposta vale de certa forma a mesma coisa, diferentemente do que acontece na América Latina.

¹⁸⁶ A inclusão de países europeus foi considerada, no entanto, além das evidentes diferenças entre os países dos dois continentes e das dificuldades de se encontrar as mesmas questões lá e cá para serem incluídas nos modelos, o número de MDDs nacionais realizados na Europa não é muito grande, restringindo-se basicamente aos MDDs sobre a inclusão na União Europeia, que sequer ocorreram na maioria de seus países.

tem nessas instituições, encontra algum respaldo nos dados, mas com impactos menos significativos do que no caso da hipótese anterior. Além disso, há diferenças consideráveis entre Congresso e partidos.

No caso do Legislativo, as eleições têm efeitos mais importantes quando a ocorrência é inserida como variável binária: a diferença varia de 14% a 7% de mais probabilidade de estar na mais alta categoria de confiança no Parlamento, a 16% a 12% quando a interação entre as duas variáveis (eleições e MDDs) é incluída. Ou seja, ao contrário do modelo de aprovação presidencial, que no caso de interações a variável que terminava mais valorizada era a das eleições, no caso do Congresso, são os MDDs. A ocorrência das duas votações em um mesmo período, diminui 10% as chances de ter a muita confiança no Legislativo.

Quando o modelo mantém constante o número de MDDs votados na última década, isto é, quando os impactos de longo prazo são incluídos, o efeito da ocorrência de MDDs desaparece perto da influência do número acumulado de mecanismos. Este tem impacto de 9% enquanto as eleições, de 16% – considerando-se um país que teve votação de dois MDDs comparado com um que teve apenas um MDD nos últimos dez anos (a média latino-americana). O efeito máximo cumulativo entre aqueles que não tiveram MDDs e aqueles que tiveram até seis deles aumenta algo em torno de 40% a probabilidade de muita confiança no Parlamento. O aumento de um desvio-padrão do número médio acumulado de MDDs, com ocorrência apenas de eleições, apresenta coeficiente positivo, já a interação com os dois tipos de votação ou com MDDs, negativos. Da mesma forma do que no modelo de aprovação do chefe do Executivo, as quedas na confiança no Legislativo ocorridas nos últimos anos na Bolívia e na Venezuela, quando seu número cumulativo de MDDs é maior, tem alguma responsabilidade por essa situação.

Se no modelo de aprovação presidencial o índice criado a partir de uma ponderação dos efeitos ao longo dos meses e da consideração do impacto de mais de um MDD ou eleição ao mesmo tempo não se mostrou adequado, nos modelos das instituições menos ainda. Como em vários países a campanha começa apenas um mês antes, talvez para os MDDs fosse mais adequado reduzir o suposto período de campanha, enquanto que para as eleições, considerar como possuem efeito só depois dos resultados já declarados, de outra forma, não se consideram os novos parlamentares eleitos e os partidos vitoriosos e se pega ainda o desgaste de todo o mandato.

A performance do Congresso, que deveria ser especialmente importante nos MDDs que são obrigatórios por lei, pois envolvem negociações entre o Executivo e o Legislativo, apresentou coeficientes pequenos, quer seja com interação (9%) ou sem (2%). Enquanto ator com mais destaque, o Parlamento não ganhou mais confiança da população. No caso dos referendos, se foram convocados e aprovados, significa que o Legislativo acabou de passar uma lei contrária à opinião da maioria dos cidadãos. No entanto, ele apresenta o maior coeficiente positivo entre todos os tipos, com ou sem interação. Duas ressalvas devem ser feitas aqui. Primeiro, os modelos relativos às instituições têm poder explicativo muito menor do que os modelos de aprovação do Presidente ou de eficácia do voto, logo, a falta de outras variáveis de controle, como as relativas à percepção de corrupção (ARANCIBIA, 2010), e à avaliação de serviços públicos (BOOTH, SELIGSON, 2009), pode gerar resultados distorcidos. Segundo, devido ao pequeno número de casos, os resultados podem apresentar viés grande. Por exemplo, se o recall da Venezuela de 2004, com efeito em 2005, é reclassificado como iniciativa popular em lugar de referendo, a iniciativa popular passa a ser o tipo com maior impacto, o que não muda o fato de que referendos deviam ter coeficientes menores do que plebiscitos obrigatórios, a menos que houvesse mais identificação do Congresso com oposição do que com governo.

Ao contrário do modelo de avaliação do chefe do Executivo, o plebiscito facultativo do Equador sobre convocação da Assembleia Constituinte possui efeito negativo, diminuindo 71% a probabilidade de estar na categoria de mais alta no Parlamento. No modelo da aprovação presidencial, tornava 2,1 vezes mais provável a sua aprovação, no entanto, esse Presidente elegeu-se sem que seu partido lançasse candidatos ao Legislativo, com um discurso que culpava a instituição por boa parte dos problemas do país. Já os dois MDDs sobre o mandato presidencial realizados na Bolívia e na Venezuela alcançam o maior impacto positivo, seguidos da interação de poucos assuntos muito relevantes, seus efeitos diretos e, finalmente, os MDDs que envolvem muitos assuntos, seguidos de suas interações – o que era esperado ter uma das maiores influências. Faz sentido, no entanto, o pequeno efeito negativo no caso de MDDs que tratam de poucos assuntos não muito importantes.

Nos modelos sobre a confiança nos partidos as eleições também têm efeitos mais importantes do que os MDDs quando a ocorrência é inserida como variável binária: a diferença varia de 15,5% a 9% de mais probabilidade de estar na mais alta categoria de confiança, porém se inverte e fica 21% a 26% quando a interação entre as duas variáveis é

incluída. Novamente, então, no caso de interações, a variável que termina mais valorizada são os MDDs, ainda que a interação tenha maior influência negativa (32%) do que no modelo do Legislativo (10%). O único outro estudo que conecta o uso de MDDs ou não e os efeitos na opinião pública sobre os partidos, encontra resultados contrários: esses mecanismos piorariam a avaliação que os cidadãos fazem dos partidos. Entretanto, trata-se de uma pesquisa comparativa de estados norte-americanos. Entre eles, alguns utilizam mais iniciativas populares em um ano do que a América Latina toda vota em MDDs no período de quinze anos abordado (BOWLER, DONOVAN, 2008).

Inserindo no modelo variável que mantém constante o número de MDDs dos últimos dez anos, ou seja, levando em conta os impactos de longo prazo, o efeito da ocorrência de MDDs é 5% negativo, enquanto o da as eleições é de 19%, isto considerando um país que teve votação de apenas um MDD na última década. O efeito máximo cumulativo, entre aqueles que não tiveram MDDs e aqueles que tiveram seis deles, é de apenas 27% mais de probabilidade de alta confiança nos partidos. Isto é, comparado com um país com a média latino-americana e outro com um desvio-padrão a mais, este tem 6% mais probabilidade de confiar nas agremiações partidárias. O efeito aqui é menor do que no modelo do Congresso porque duas interações são positivas, apesar de uma inexpressiva. O efeito maior se dá quando aumenta o número de MDDs acumulados, há ocorrência de MDD, mas não há eleições (7,5%). Já quando a situação se inverte, há eleições mas não MDDs, o impacto é menor (5%).

A expectativa de que os partidos, especialmente os de oposição, tendo papel fundamental nos MDDs iniciados pelos próprios cidadãos (apoiando ou até estimulando a iniciativa), angariariam um pouco mais de apoio às agremiações partidárias em geral é parcialmente confirmada. Parcialmente, mais pelo número pequeno de casos desses MDDs do que pelos coeficientes: referendos têm um impacto positivo de 36,5% na probabilidade de estar na categoria com mais alta confiança nos partidos e iniciativas, 12%. Apesar de parecer um número pequeno, não está tão longe dos plebiscitos facultativos (18%) e das eleições (20,5%). Muito diferente do que aconteceu no modelo do Parlamento e no do Presidente, plebiscitos mandatórios têm efeitos positivos bem grandes: aumentam as chances em 35%. As interações aqui são todas negativas e com coeficientes ainda maiores do que os efeitos diretos das variáveis: diminuem de 60% a 62% as probabilidades de muita confiança nos partidos.

Já a ideia de que os partidos grandes, por contarem com uma estrutura maior que permite mais envolvimento nas campanhas de MDDs, poderiam colher bons resultados quando muitos assuntos são decididos ao mesmo tempo, também gerando efeitos positivos na instituição partidos políticos como um todo, não encontra confirmação, porque embora a categoria de muitos assuntos seja a segunda com maior influência positiva (22%) é seguida de perto pelos MDDs que tratam do Presidente e pelas eleições (21%). O maior impacto dá-se quando o MDD envolve poucos assuntos muito relevantes (37%). Na proporção, eles são compostos por mais mecanismos bottom-up, resultados alinhados, então, com os do modelo que testa os tipos. Todas interações existentes entre assuntos e eleições são negativas: vão de uma com coeficiente pequeno, diminuindo 5% as chances de alta confiança nas agremiações partidárias, caso dos poucos assuntos muito relevantes (curiosamente, aqui encontram-se as duas iniciativas populares), passando pelo decréscimo de 35% da interação com muitos assuntos, até chegar na diminuição de 57% da interação com a Assembleia Constituinte, que trata de um caso só, em que o Presidente foi eleito sem que seu partido tivesse lançado qualquer candidato ao Parlamento, com um discurso de que os políticos eram o mal do país, e por isso o Equador precisava de uma Constituinte e uma nova Carta.

A última hipótese, diz respeito ao fato de outras votações que não aquelas em que são escolhidos exclusivamente representantes, nas quais os cidadãos têm uma oportunidade adicional para intervir nos processos de tomada de decisão expressando seus pontos de vista diretamente sobre questões importantes, fazerem com que os cidadãos sintam que têm maior influência no que o governo faz, isto é, percebam maior responsividade governamental. A pergunta utilizada como variável dependente nesse modelo não foi a sobre quão satisfeito o cidadão se encontra com a democracia, questão amplamente utilizada, porque com ela não se sabe exatamente o que está sendo medido, de forma que perde sua validade ou utilidade teórica (CANACHE, MONDAK, SELIGSON, 2001). Utiliza-se a pergunta sobre o voto ser capaz de modificar as coisas no futuro. Nos regimes democráticos atuais, o voto é a principal voz dos cidadãos, logo, se ele funciona, é porque o governo é responsivo e eles têm eficácia externa.

Essa hipótese encontra confirmação nos dados latino-americanos, porém mais endosso nos dados gerais, quando MDDs são considerados todos como sendo a mesma coisa, do que quando a análise fica mais refinada e separa os tipos e assuntos. A ocorrência de MDDs aumenta 35% a probabilidade de percepção de eficácia do voto, enquanto que as

eleições aumentam bem menos, 12%, como era esperado. A interação entre as duas votações, no entanto, diminui 24% as chances de o cidadão enxergar o voto como um instrumento de mudança do futuro. Os MDDs se beneficiam mais do fato de a ocorrência simultânea com eleições ser tratada como um grupo especial que tem uma relação diferente. As comparações com os outros modelos devem ser realizadas com cuidado, pois a amostra deste modelo é menor.

Quando consideramos os impactos de longo prazo, os resultados aproximam-se dos modelos das instituições: a importância dos efeitos de curto prazo é nula, o efeito cumulativo aumenta 23% no máximo, e 5% quando um país passa de um MDD na última década, para mais um desvio-padrão. Embora a influência não seja grande como era previsto, segue a lógica de um experimento anterior que descobriu que as percepções de curto prazo do processo participativo são influenciadas majoritariamente pelo fato dos cidadãos votarem no que foi aprovado ou não, mas fazendo parte de mais processos, a participação afeta positivamente as suas avaliações em geral (MORRELL, 1999).

As eleições, por sua vez, perdem muito do seu poder explicativo, mesmo quando comparadas com os modelos das instituições: de 16%-18% cai para 5%. Nesse modelo, fora a interação entre os efeitos de curto e longo e eleições, que quando não há ocorrência de MDDs tem impacto negativo (12%), a ocorrência de MDDs e eleições aumenta 4% as probabilidades de maior percepção de eficácia do voto, enquanto que somente a ocorrência de MDDs aumenta 8%.

Comparado com os estudos realizados em outras regiões, os efeitos encontrados em relação à responsividade governamental são maiores, aumentam em torno de 25% a percepção de eficácia externa, em vez de 10%. Nessa pesquisa, considerando somente os efeitos de curto ou de longo prazo nos modelos, quando um país consegue alcançar seis MDDs acumulados – na verdade, somente o Uruguai – esse efeito dos MDDs cumulativos é maior (33,5%). Porém, a maioria dos entrevistados que tem experiência anterior com MDDs possui apenas uma (24,2%). Nesse caso, o efeito fica em torno de 7,5%. Com três MDDs cumulativos, situação em que apenas 7,1% dos entrevistados encontram-se classificados, o impacto é de 15,5%, ainda bem menor do que o do MDD enquanto variável binária. Depois disso, com quatro ou cinco experiências de MDDs, há apenas entre 3,1% a 2,2% da amostra categorizada.

Os efeitos ponderados foram pensados para serem mais adequados a esse modelo, no entanto, pelos mesmos motivos apontados anteriormente, eles não mostraram melhor desempenho do que a variável binária. Além de diminuir o tempo de impacto atribuído à campanha no caso dos MDDs e retirar esse impacto no caso das eleições, novos testes são necessários variando também o número de meses para os escores atribuídos, a fim de que se alcance uma conclusão mais definitiva a respeito desse aspecto, porque é bastante razoável esperar maiores impactos nas respostas das pesquisas de opinião pública quando elas são realizadas mais proximamente às votações, assim como é lógico esperar-se que os efeitos sejam maiores quando mais de uma eleição aconteceu no mesmo período, ou mais de um MDD foi votado no mesmo espaço de tempo entre uma survey e outra.

Quanto aos tipos, esperava-se que ainda que, do ponto de vista do eleitorado, MDDs que não foram iniciados pelo Governo pudessem apontar mais para o voto como um instrumento de mudança do futuro, da mesma forma que aqueles mecanismos de democracia direta que são obrigatórios por lei, a diferença encontrada entre os tipos não foi mais sutil do que nas outras dimensões mencionadas. Enquanto que plebiscitos mandatórios aumentam 82% as chances de ter o voto em alta conta, iniciativas populares aumentam 29% e referendos apenas 16%. Além disso, o plebiscito facultativo não foi o tipo com impacto menos expressivo (24%). O efeito das eleições, no entanto, foi o menor de todos, como esperado: 12%.

Assim, as diferenças conjecturadas entre as decisões mais consensuais dos referendos e dos plebiscitos mandatórios e as que excluem o veto de algum ator político – plebiscitos mandatórios e iniciativas populares (HUG, TSEBELIS, 2002) – não encontram confirmação total nesses resultados. No entanto, os MDDs obrigatórios, que encontram algum consenso sobre serem um boa fonte de legitimação das reformas (SERDULT, WELP, 2012) são os MDDs que alcançam os maiores efeitos diretos, apesar de dizerem respeito somente a três casos. A iniciativa popular também provavelmente só tem coeficiente maior do que os referendos porque trata apenas de um caso uruguaio, e este país tem as maiores médias na avaliação da performance do regime. Portanto, esses dados têm que ser interpretados com mais cuidado ainda, porque o número de casos reduzido torna os resultados mais sujeitos a vieses.

As interações trazem impactos negativos, mas exemplo de resultado tendencioso é a interação de eleições com plebiscitos facultativos, cujo efeito diminui 39% as probabilidades,

pois nessa categoria encontra-se somente o plebiscito facultativo do Equador de 1997, caso complicado discutido ao longo da análise dos modelos. A interação com plebiscitos mandatórios diminui 40% as chances de percepção positiva da performance do regime. Neste caso, continuam os mesmos quatro casos que nos outros modelos, mas diminui de seis para três o número de casos que configuram os efeitos diretos desse tipo, dois deles (Bolívia e Venezuela) no último ano de observação (2009), em que os países têm as suas maiores médias e estão entre as maiores considerando-se também a América Latina naquele ano. O outro (o Uruguai), tem a maior percentual no ano (1997).

Em relação aos assuntos, esperava-se que quanto mais propostas relevantes votadas, maior seria a crença na eficácia do voto, o que aparece nos resultados: o envolvimento de muitos assuntos ou de poucos assuntos muito relevantes aumentam, respectivamente, 40% e 47% as chances de perceber que o regime é responsivo. Poucos assuntos não muito relevantes, no entanto, têm impacto de 28%, mas esse número diz respeito apenas a um caso uruguaio de 2000 – e o Uruguai é o país que têm sempre as maiores média anuais dessa variável. A votação em MDD cujo mandato do Presidente estava em jogo, muito parecido com eleições, é o que tem menor efeito positivo na percepção do voto como um instrumento eficaz (1,5%), como estava previsto. As eleições têm o segundo menor efeito (17%). As interações são novamente negativas, muito parecidas com o modelo anterior sobre a confiança nos partidos.

Apesar das limitações dessa pesquisa já mencionadas, especialmente relativas à técnica utilizada, é possível dizer que, mesmo mantendo constantes questões como a percepção da situação corrente da economia, a confiança interpessoal, a escolaridade, a idade, e em alguns casos, a aprovação presidencial e a confiança nas instituições, na América Latina, a utilização de mecanismos de democracia direta nacionais sobre assuntos de ampla relevância não danifica o apoio dos cidadão às dimensões mais concretas do regime (ou à democracia representativa especificamente, talvez a maior preocupação quando se trata de MDDs), pelo contrário, MDDs melhoram, em diferentes graus, de acordo com seu tipo e a natureza de suas questões e com o histórico de experiência do país com MDDs, as perspectivas de apoio político na nação na qual foram utilizados. Essas diferenças, se incorporadas ao estudo desses mecanismos, no caso de acesso a uma sequência de dados maior, devem gerar resultados mais acurados do que os encontrados até então.

Em relação às explicações consideradas, embora no modelo de aprovação do chefe do Executivo e nos modelos das instituições a performance do governo seja muito mais importante, no modelo do voto, a explicação cultural e a explicação institucional ganham espaço e tornam-se quase equivalentes, com destaque para a confiança interpessoal, a escolaridade alta, os plebiscitos mandatórios, e os MDDs que envolvem assuntos de grande relevância, sejam poucos ou muitos.

Sugere-se, para a análise de outras questões relativas ao desenho institucional – número de assinaturas necessárias para que os MDDs iniciados pelos cidadãos sejam convocados, tempo disponibilizado para a coleta de assinaturas e entre o MDD ser oficializado e a votação, as regras para o envolvimento do Parlamento e do Governo, tipo de maioria necessária e obrigação de determinada participação eleitoral, como se dá o debate público e o financiamento de campanhas, restrição de assuntos que podem ser levados a esse tipo de votação e consequências legais da consulta (KAUFMANN, BUCHI, BRAUN, 2010), uma abordagem semelhante à utilizada por Altman (2010)¹⁸⁷ e Breuer (2009a)¹⁸⁸, de análise comparativa qualitativa, técnica analítica que compara casos de maneira lógica e organizada, ancorada em regras da álgebra booleana para distinguir a mistura de variáveis explicativas que são exclusivas a um resultado particular.

Por fim, outra análise interessante de ser levada adiante é a que considera a avaliação que os cidadãos fazem do que foi aprovado pelos MDDs para melhor aferição da responsividade governamental. Teoricamente, os MDDs dificultam a aprovação de pacotes de políticas e, por isso, geram governos menos efetivos (BOWLER, GLAZER, 2008). Dalton (2008) mostra que os estados que possuem iniciativas populares alcançam avaliações piores nos índices de boa governança (gerência do estado, políticas de educação, performance da política fiscal, etc.) do que os que não possuem. No entanto, esses índices são feitos por especialistas, que geralmente têm percepções diferentes dos cidadãos, pois partem de outros critérios diferentes. Além disso, há outros tipos de MDDs a serem explorados, que inclusive são mais comuns na América Latina, como os plebiscitos facultativos e mandatórios.

¹⁸⁷ Ele analisa possíveis combinações de fatores políticos e institucionais sob os quais os MDDs limitam a ação e os desejos políticos do governo, tornando-se uma arma de controle nas mãos dos cidadãos. Analisando os casos em que o governo uruguaio e os promotores das iniciativas têm posições contrastantes, explica a combinação de fatores necessária e/ou suficiente para aprovar um MDD iniciado pelos cidadãos em que estes ganham e o governo perde.

¹⁸⁸ Compara sistematicamente as estruturas de oportunidades políticas de 49 sistemas presidenciais de 12 países latino-americanos para detectar os fatores que induzem ou obstruem a ocorrência de MDDs iniciados pelo governo.

Embora ainda haja necessidade de mais pesquisa e muito mais disponibilidade de dados nesse tópico, fica cada vez mais claro que assim como os mecanismos de democracia direta não são a salvação para os momentos de crise ou de diminuição de legitimidade democrática, também não são danosas para esta, especialmente quando bem regulamentados e usados com parcimônia para questões realmente importantes para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA, Evaristo Thomas. Colombia: Entre la crisis de la representatividad y la democracia directa. **C2D Working Paper Series** 16/2008. Disponível em: <http://www.c2d.ch/files/C2D_WP16.pdf>. Acesso em 30 set. 2009.

AGUIAR-CONRARIA, Luis; MAGALHAES, Pedro C. Referendum Design, Quorum Rules and Turnout. **Public Choice**, 144, 2009.

AGUIAR-CONRARIA, Luis; MAGALHAES, Pedro C. How Quorum Rules Distort Referendum Outcomes: Evidence from a Pivotal Voter Model. **European Journal of Political Economy**, 26, 2010.

AHMAD, Ehtisham; GARCÍA-ESCRIBANO, Mercedes. Fiscal Decentralization and Public Subnational Financial Management in Peru. **IMF Working Paper**. International Monetary Fund, 2006.

ALTMAN, David. Bringing Direct Democracy Back In Toward a Three Dimensional Measure of Democracy. **Democratization**, 2012.

ALTMAN, David. **Direct democracy worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ALTMAN, David. Democracia directa en el continente americano: ¿autolegitimación gubernamental o censura ciudadana? **Política y Gobierno**, vol. XII, n.2, 2005. Disponível em: <www.politicaygobierno.cide.edu/num.../Vol.../02ALTMAN.pdf>. Acesso em: 30 out. 2009.

ALVES, Mariana Lopes. Comparing direct democracy processes in South. **IPSA-ECPR Joint-Conference**, São Paulo, 2011.

ANDERSON, Christopher J., SINGER, Matthew M. The Sensitive Left and the Impervious Right: Multilevel Models and the Politics of Inequality, Ideology, and Legitimacy in Europe. **Comparative Political Studies**, 2008.

ANDERSON, Christopher J., BLAIS, Andre, BOWLER, Shaun, DONOVAN, Todd and LISTHAUG Ola. **Loser's Consent: Elections and Democratic Legitimacy**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ANDERSON, Christopher J.; GUILLORY, Christine A. Political Institutions and Satisfaction with Democracy: A Cross-National Analysis of Consensus and Majoritarian Systems. **American Political Science Review** Vol.91, n.1, 1997.

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Unesp, 2004.

ARANCIBIA, Carolina Segovia. **Political Trust in Latin America**. PhD dissertation, University of Michigan, 2008.

BACKES, Ana Luiza. **O uso dos referendos em diferentes países**. Câmara dos Deputados. Estudo abril/ 2005. Disponível em: http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/tema3/2005_2111.pdf. Acesso em: 03 ago. 2008.

BALCH, George I. Multiple Indicators in Survey Research: The Concept "Sense of Political Efficacy". **Political Methodology**. April 1, 1974.

BARCZAK, Mónica. Representation by Consultation? The Rise of Direct Democracy in Latin America. **Latin American Politics & Society** 43, n. 3, 2001.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Michell A. **The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Nations**. New York: Cambridge University Press, 2009.

BOWLER, Shaun; DONOVAN, Todd. Democracy, Institutions and Attitudes about Citizen Influence on Government. **British Journal of Political Science**, Vol. 32, N. 2, Cambridge University Press, 2002.

BOWLER, Shaun; DONOVAN, Todd; KARP, Jeffrey A. Enraged or Engaged? Preferences for Direct Citizen Participation in Affluent Democracies, **Political Research Quarterly**, vol. 60 no. 3, September 2007.

BOWLER, Shaun; DONOVAN, Todd. Direct Democracy's Effects on Political Parties. In: BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai (eds.). **Direct democracy's impact on American political institutions**. New York, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai. "Hybrid Democracy" and Its Consequences. In: BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai (eds.). **Direct democracy's impact on American political institutions**. New York, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

BREUER, Anita. The Use of Government-Initiated Referendums in Latin America: Towards a Theory of Referendum Causes. **Revista de Ciencia Política** 29, n.1, 2009a.

BREUER, Anita. Costa Rica's 2007 Referendum on the Dominican Republic - Central America Free Trade Agreement (CAFTA-DR): Citizen Participation or Citizen Manipulation? **Representation** 45, n.4, 2009b.

BREUER, Anita. Policymaking by Referendum in Presidential Systems: Evidence from the Bolivian and Colombian Cases. **Latin American Politics & Society** 50, n.4, 2008a.

BREUER, Anita. The Problematic Relation between Direct Democracy and Accountability in Latin America: Evidence from the Bolivian Case. **Bulletin of Latin American Research** . Vol. 27 n.1, 2008b.

BREUER, Anita. Institutions of Direct Democracy and Accountability in Latin America's Presidential Democracies. **Democratization** 14, n.4, 2007.

BUDGE, Ian. Political parties in direct democracy. In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. **Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns**. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

BUDGE, Ian. **The New Challenge of Direct Democracy**. Cambridge: Polity Press, 1996.

BUTLER, David; RANNEY, Austin. Theory. In: BUTLER, David; RANNEY, Austin (eds). **Referendums around the world: the growing use of direct democracy**. Washington: AEI Press, 1994.

CANACHE, Damarys; MONDAK, Jeffery J.; SELIGSON, Mitchell A. Seligson. Meaning and Measurement in Cross-National Research on Satisfaction with Democracy. **Public Opinion Quarterly** 65, n.4, 2001.

CAIN, Bruce E; DALTON, Russell J.; SCARROW, Susan E. **Democracy transformed?** Expanding political opportunities in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2003.

C2D. **Center for Research on Direct Democracy**. Database. Retrieved from: <http://www.c2d.ch>.

CAMPBELL, Angus; GURIN, Gerald; MILLER, Warren. E. **The Voter Decides**. Evanston, IL: Row, Peterson and Company, 1954.

COLEN, Célia Mara Ladeia. As covariantes da confiança política na América Latina. **Opinião Pública**, vol. 16, n.1, Jun, 2010.

CRAIG, Stephen C.; KREPPEL, Amie; KANE, James G. Public Opinion and Support for Direct Democracy: a Grassroots Perspective. In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. **Referendum democracy**. Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

CRAIG, Stephen C.; MAGGIOTTO Michael A. Measuring Political Efficacy. **Political Methodology**. Vol. 8, n. 3, 1982.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da USP, 2005.

DALTON, Russel. Direct Democracy and Good Governance: Does It Matter? In: BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai (eds.). **Direct democracy's impact on American political institutions**. New York, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

DALTON, Russel. **Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies**. CQPress, Washington, DC, 2008a.

DALTON, Russel. **Democratic Challenges, Democratic Choices**. The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DALTON, Russell J. "Political Support in Advanced Industrial Democracies." In: PIPPA, Norris (ed.), **Critical Citizens**: Global Support for Democratic Government, pp. 57-77. New York: Oxford University Press, 1999.

DALTON, Russell J.; BURKLIN, Wilhelm P.; DRUMMOND, Andrew. Public Opinion and Direct Democracy. **Journal of Democracy**. Vol. 12, n. 4, Oct. 2001.

DALTON, Russell J.; SHIN, Doh C.; JOU, Willy. Understanding democracy: Data from Unlikely Places. **Journal of Democracy**. Vol. 18, n. 4, Oct. 2007.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The quality of democracy. **CDDRL Working Papers**. Center on Democracy, Development, and the Rule of Law Stanford Institute on International Studies. n. 20, 21 Sep. 2004.

DÍAZ, Mercedes Mateo; PAYNE, Mark; ZOVATTO, Daniel. El apoyo de la opinión pública a la democracia. In: J. PAYNE, Mark; ZOVATTO, Daniel G.; DÍAZ, Mercedes Mateo. **La política importa**: Democracia y desarrollo en América Latina. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank; International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2006.

DONOVAN, Todd; KARP, Jeffrey A. Popular Support for direct democracy. **Party politics**. Vol. 12. n.5, 2006.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DYCK, Joshua J.; SEABROOK, Nicholas R. Mobilized by Direct Democracy: Short-Term Versus Long-Term Effects and the Geography of Turnout in Ballot Measure Elections. **Social Science Quarterly**, Vol.91, n.1, March 2010.

DYCK, Joshua J.; LASCHER JR, Edward L. Direct Democracy and Political Efficacy Reconsidered. **Political Behavior** 31, 2009.

ELLNER, Steve. Tendências recentes en lo movimiento laboral venezolano: autonomía vs control político. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Vol. 9, n. 03, sep. Dic. 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=17709308&iCveNum=1118>>. Acesso em: 08 out. 2009.

EUROBAROMETER 73. Public Opinion in the European Union. Report Vol 1. Spring 2010.

FARRELL, David M.; SCHIMITT-BECK, Rüdiger. Studing political campaigns and their effects. In: FARRELL, David M.; SCHIMITT-BECK, Rüdiger. **Do political campaigns matter?** Campaign effects in elections and referendums. London: Routledge, 2002.

FIELDING, Antony; GOLDSTEIN, Harvey. **Cross-classified and Multiple Membership Structures in Multilevel Models: An Introduction and Review**. Research Report n.791. University of Birmingham, Department for Education and Skills, 2006.

FREY, Bruno S. Direct Democracy for Transition Countries. **Institute for Empirical Research in Economics University of Zurich**. Working Paper No. 165, 2003. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=431640>. Acesso em: 23 out. 2009.

GALLIGAN, Brian. Amending Constitutions through the Referendum Device. In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. **Referendum democracy. Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns**. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

GANDASEGUI, Marco A. The 1998 Referendum in Panama: A Popular Vote Against Neoliberalism. **Latin American Perspectives**, vol. 26, n.2, 1999. pp. 159-168.

GRATIUS, Susanne; TEDESCO, Laura. La derrota de Chávez abre un nuevo horizonte político en Venezuela. Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior. dez. 2007. Disponível em:<<http://www.fride.org/publicacion/314/la-derrota-de-chavez-abre-un-nuevo-horizonte-politico-en-venezuela>>. Acesso em: 29 out. 2009.

GELMAN, Andrew; HILL, Jennifer. **Data Analysis Using Regression and Multilevel/Hierarchical Models**. New York: Cambridge University, 2007.

GERBER, Elisabeth. **The Populist Paradox: Interest Group Influence and the Promise of Direct Legislation**. Princeton, NJ: Princeton University Press.

GERBER, Elisabeth. Legislative Response to the Threat of Popular Initiatives. **American Journal of Political Science** 40 (1), 1996.

GERBER, Elisabeth; HUG, Simon. Legislative Response to Direct Legislation. In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. **Referendum democracy**. Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott P. (eds). **The third wave of democratization in Latin America: advances and setback**. New York: Cambridge, 2005.

HENDERSON, Ailsa. Satisfaction with democracy: evidence from Westminster systems. Paper presented at the **Annual Meeting of the The Midwest Political Science Association**, Palmer House Hilton, Chicago, Illinois, 2004. Acesso em: <http://www.allacademic.com/meta/p82989_index.html>.

HERO, Rodney E.; TOLBERT, Caroline. Minority Voices and Citizen Attitudes About Government Responsiveness in the American States: Do Social and Institutional Context Matter? **British Journal of Political Science**, Vol. 34, Issue 01, January 2004.

HIBBING, John; THEISS-MORSE, Elizabeth. Process preferences and American politics: what people want government to be. **American Political Science Review** 95, 2001.

HUANG, Min-hua; CHANG, Yu-tzung; CHU, Yun-han. Identifying sources of democratic legitimacy: A multilevel analysis. **Electoral Studies** 27, 2008.

HUG, Simon; TSEBELIS, George. Veto Players and Referendums around the World. **Journal of Theoretical Politics** 14 n.4, 2002.

INFORME Latinobarometro 1995-2010. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp>>.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia**. São Paulo: Editora Francis, 2009.

JENKINS, Richard; MENDELSON, Matthew. The news media and referendums. In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. **Referendum democracy**. Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

JENSSEN, Anders Todal; LISTHAUG, Ola. Voters' Decisions in the Nordic EU Referendums of 1994: the Importance of Party Cues. In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. **Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns**. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

JONG-SUNG, You; KHAGRAM, Sanjeev. A Comparative Study of Inequality and Corruption. **American Sociological Review** 70, n.1, 2005.

KARP, Jeffrey A.; BANDUCCI, Susan A.; BOWLER, Shaun. To Know It Is To Love It?: Satisfaction with Democracy in the European Union. **Comparative Political Studies** 22, 2003.

KAUFMANN, Bruno; BÜCHI, Rolf; BRAUN, Nadja. **Guidebook to Direct Democracy in Switzerland and Beyond**. 2010 Edition. Bern: Benteli Hallwag Druck AG, 2010.

KLINGEMANN, Hans-Dieter. Mapping Political Support in the 1990s: A Global Analysis. In: **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**, edited by Pippa Norris. Oxford: Oxford University Press, 1999.

LACEY, Robert J. The Electoral Allure of Direct Democracy: The Effect of Initiative Salience on Voting, 1990-96. **State Politics & Policy Quarterly**, 2005.

LADNER, Andreas; BRANDLE, Michael. Does Direct Democracy Matter for Political Parties? An Empirical Test in the Swiss Cantons. **Party Politics** 5, n.3, 1999.

LAGOS, Marta. Support For and Satisfaction With Democracy. **International Journal of Public Opinion Research** 15, n.4, 2003.

LADNER, Andreas; BRANDLE, Michael. Does Direct Democracy Matter for Political Parties? An Empirical Test in the Swiss Cantons. **Party Politics** 5, n.3, 1999.

LANDER, Luis E.; MAYA, Margarita López. Referendo sobre la propuesta de reforma constitucional: ¿Punto de inflexión en el proceso bolivariano? **Revista Venezolana de**

Economía y Ciencias Sociales, 2008, vol. 14, n.2 (may.-ago.), p. 197-218. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1315-64112008000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 out. 2009.

LANDER, Edgardo. El referéndum sobre la reforma constitucional el proceso Político en Venezuela entra en una encrucijada crítica. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales** v.14, n.2, Caracas, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ve/pdf/rvecs/v14n2/art08.pdf>>. Acesso em: 29 de out. 2009.

LATINOBAROMETRO 2009 database. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org>>.

LEDUC, Lawrence. **The politics of direct democracy**: referendums in global perspective. Toronto: Broadview, 2003a.

LEDUC, Lawrence. Measuring Campaign Effects in Initiatives and Referendums. S.I.S.E. **International Conference on Electoral Campaigns**, Venice, 2003b. Disponível em: <www.studielettorali.it/convegni/paper/LeDuc_ing.pdf>. Acesso em: 20 out. 2009.

LEDUC, Lawrence. Referendums and initiatives: the politics of direct democracy. In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard G.; NORIS, Pippa (eds.). **Comparing Democracies 2**: new challenges in the study of elections and voting. London: Sage Publications, 2002a.

LEDUC, Lawrence. Referendums and elections: How do campaigns differ? In: FARRELL, David M.; SCHIMITT-BECK, Rüdiger Schmitt. **Do political campaigns matter?** Campaign effects in elections and referendums. London: Routledge, 2002b. p.145-162.

LEMOINE, Maurice. Pesca Milagrosa. **Le Monde Diplomatic Brasil**. Fev. 2000. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2000-02,a1626>>. Acesso em: 12 out. 2009.

LEVI, Margaret. A model, a method, and a map: rational choice in comparative and historical analysis. In: LICHBACH, Mark Irving; ZUCHERMAN, Alan S. **Comparative Politics**: Rationality, Culture, and Structure. New York: Cambridge University Press, 1997.

LIJPHART, Arend. **Thinking about democracy**: power sharing and majority rule in theory and practice. New York, Routledge, 2008.

LIJPHART, Arend. **Patterns of Democracy**. Government Forms and Performance in Thirty-Six. Countries, Yale University Press, 1999.

LIJPHART, Arend. Comparative politics and comparative method. **American Political Science Review**, v.65, n. 3., Sep., 1971.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LINDE, Jonas; EKMAN, Joakim. Satisfaction with democracy: A note on a frequently used indicator in comparative politics. **European Journal of Political Research** Volume 42, Issue 3, May 2003.

LISSIDINI, Alicia. ¿Cómo investigar la democracia directa? Explicaciones, interpretaciones y prejuicios. Documento de Trabajo n.27. Escuela de Política y Gobierno **UNSAM**. Nov. 2007a. Disponível em: <<http://www.unsam.edu.ar/escuelas/politica/documentos/27.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2009.

LISSIDINI, Alicia. Direct democracy in Latin America - between delegation and participation. Documento de Trabajo n.17. Escuela de Política y Gobierno **UNSAM**. Mar. 2007b. Disponível em: <<http://www.unsam.edu.ar/escuelas/politica/documentos/17.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2009.

LISSIDINI, Alicia. **La democracia directa en Venezuela: ¿participativa o plebiscitaria?** Centro de Investigación sobre Democracia Directa (C2D). 2006. Disponível em: <www.dd-la.ch/download/Case14_Venezuela.pdf>. Acesso em: 02 out. 2009.

LISSIDINI, Alicia; WELP, Yanina; ZOVATTO, Daniel (coord.) Democracia directa en Latinoamérica. Buenos Aires: Prometeo Libro, 2008.

LIZARAZO, Antonio. La experiencia colombiana. In: González, Rodolfo; Lizarazo, Antonio; Marulanda, Iván y Zovatto, Daniel (2004). **Democracia Directa y referéndum en América Latina**. Cuaderno de Diálogo y Deliberación. Corte Nacional Electoral de Bolivia. Disponível em: <http://www.cne.org.bo/centro_doc/cuadernos_dia/cuaderno_dia1_democracia.pdf>. Acesso em: 30 ago 2008.

LUCENA, Héctor. La crisis en Venezuela: repercusiones y respuestas Del movimiento sindical. In: TOLEDO, Enrique de la Garza. **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina**. Colección Grupos de Trabajo CLACSO, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/sindi/lucena.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2009.

LUGO, Jairo; ROMERO, Juan. From friends to foes: Venezuela's media goes from consensual space to confrontational actor. **Sincronía**. University of Guadalajara. Disponível em: <<http://sincronia.cucsh.udg.mx/lugoromero.htm>>. Acesso em: 11 out. 2009.

LUPIA, Arthur; MATSUSAKA, John. Direct democracy: New approaches to old questions. **Annual Review of Political Science** 7, 2004.

LUPIA, Arthur; JOHNSTON, Richard. Are Voters to Blame? Voter Competence and Elite Maneuvers in Referendums In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. **Referendum democracy**. Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

LUPIA, Arthur; MCCUBBINS, Mathew. **The Democratic Dilemma: Can Citizens Learn What They Need to Know?** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MATTES, Robert; BRATTON, Michael. Learning about Democracy in Africa - Awareness, Performance, and Experience. **American Journal of Political Science**, Vol. 51, n.1, Jan. 2007.

MATSUSAKA, John. Direct Democracy and the Executive Branch. In: BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai. **Direct democracy's impact on American political institutions**. New York, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

MAYA, Margarita Lopéz. Venezuela 2001-2004: actores y estrategias. **Cuadernos del Cendes**. v.21, n.56. Universidad Central de Venezuela. Caracas, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/403/40305606.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

MCALLISTER, Ian. The Economic performance of governments. In: PIPPA, Norris (ed.), **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**, pp. 188-203. New York: Oxford University Press, 1999.

MENDELSON, Matthew, and CUTLER, Fred. The Effect of Referenda on Democratic Citizens: Information, Politicization, Efficacy and Tolerance. **British Journal of Political Science** 30, 2000.

MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. Introduction: In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. **Referendum democracy**. Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

MILLER, Arthur H., LISTHAUGH, Listhaug Political Performance and Institutional Trust. In: PIPPA, Norris (ed.), **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**, pp. 204-215. New York: Oxford University Press, 1999.

MISHLER, William; ROSE, Richard. What Are the Political Consequences of Trust? A Test of Cultural and Institutional Theories in Russia. **Comparative Political Studies** 38 n.9, 2005.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, vol.16, n.2, 2010.

MOREL, Laurence. The rise of government-initiated referendums in consolidated democracies. In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. **Referendum democracy**. Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

MORRELL, Michael. Citizens' Evaluations of Participatory Democratic Procedures: Normative Theory Meets Empirical Science, **Political Research Quarterly**, Vol. 52, n. 2, 1999, P.293- 322.

NEWTON, Kenneth. Social and Political Trust in Established Democracies. IN: NORRIS, Pippa (ed.). **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. New York: Oxford University Press, 1999.

NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian Paula da Costa. O que e Como: Uma Análise da Recente Produção da Ciência Política no Brasil. **7º Encontro da ABCP**. Ago 2010, Recife. Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/13_7_2010_21_34_27.pdf>. Acesso em dez 2010.

NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited**. New York: Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, Pippa. **Driving Democracy: Do power-sharing institutions work?** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

NORRIS, Pippa. "Introduction: The Growth of Critical Citizens?" IN: NORRIS, Pippa (ed.). **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. New York: Oxford University Press, 1999a.

O'DONNELL, Guillermo. **Horizontal Accountability in New Democracies**. *Journal of Democracy* –Vol.9, n. 3, July 1998. Disponível em: <<http://calvo.polsci.uh.edu/articulos/O'Donnell-Horizontal%20Accountability.pdf>>. Acesso em: 19/09/2008.

OIR. Observatorio de Instituciones Legislativas de America Latina. Manuel Alcántara (dir.). Proyecto de Partidos Políticos y Gobernabilidad en América Latina (PPAL) y "Observatorio del Poder Legislativo en América Latina" (LEGISLATINA). Universidad de Salamanca. Disponível em: <www.oir.org.es>. Acesso em: 05 dez. 2012.

POPKIN, Samuel L. **The reasoning voter: communication and persuasion in presidential campaigns**. 2nd edition. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1994.

PETERLEVITZ, Tiago. Adding processes of direct democracy to an assessment of political participation. **C2D Working Paper Series 39**, 2011.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. **Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle. Political Mistrust in Latin America. In: **Political Mistrust and the Discrediting of Politicians International Studies in Sociology and Social Anthropology**. v.96, Leiden; Boston: Brill, 2005.

PUTNAM, Robert D. Bowling Alone: America's Declining Social Capital, **Journal of Democracy**, 6, 1995.

QVORTRUP, Matt. **A comparative study of referendums: government by the people**. 2 ed. Manchester University Press/ University of British Columbia Press, 2005.

RAMÍREZ, Manuel Fernando Quinche. **Reforma política y referendo en Colombia**. Dentro de los procesos de reformas de la Constitución de 1991. Centro Editorial del Rosario: Bogotá, 2004. Capítulos disponíveis em:<<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 11 out. 2009.

RIAL, Juan. Instituciones de democracia directa en America Latina. **National Democratic Institute** October, 2000. www.ndipartidos.org/pdf/gobernando/democraciadirecta.pdf.

SAN JUAN, Ana Maria. **Referendum del 2d en Venezuela**: balance y perspectivas. Universidad Central de Venezuela. 22 dez. 2007. Disponível em: <http://www.cartercenter.org/resources/pdfs/Ana_Maria_Analisis_2D_en_Venezuela.pdf>. Acesso em: 29 out. 2009

SÁNCHEZ, Óscar Alberto Delgado. Fin del partidismo, sociedad civil y esfera pública en Colombia. In: SÁNCHEZ, Óscar Alberto Delgado (compilador). **Ideas políticas, filosofía y derecho**: el maestro. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O paradoxo de Rousseau**: uma interpretação democrática da vontade geral. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SCARROW, Susan E. Making elections more direct? Reducing the role of parties in elections. In: CAIN, Bruce E.; DALTON, Russell J.; SCARROW, Susan E. (eds). **Democracy Transformed**. Expanding Political Opportunities in Advanced Industrial Democracies, Oxford University Press, 2003.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism, and Democracy**. New York: Allen & Unwin, 1957.

SERDULT, Uwe; WELP, Yanina. Direct Democracy Upside Down. **Taiwan Journal of Democracy**, Vol. 8, n. 1, 2012.

SETALA, Maija. National Referendums in European Democracies: Recent Developments. **Representation** 42, n.1, 2006a.

SETALA, Maija. On the problems of responsibility and accountability in referendums. **European Journal of Political Research** 45, 2006b.

SHUGART, Matthew Soberg; CAREY, John M. **Presidents and Assemblies**: Constitutional design and electoral dynamics. Cambridge: Cambridge University Press, 2003

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, 2005.

SMITH, Daniel A., TOLBERT, Caroline J. **Educated by initiative**. The effects of direct democracy on citizens and political organizations in the American states. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

STUTZER; Alois, FREY, Bruno S. Political participation and procedural utility: An empirical study. **European Journal of Political Research** 45, 2006.

TSEBELIS, George. **Nested Games**: Rational Choice in Comparative Politics. California Series On Social Choice and Political Economy. University of California Press 1990.

TSEBELIS, George. **Atores com Poder de Veto**: como funcionam as instituições políticas. FGV, 2009.

VATTER, Adrian. Lijphart expanded: three dimensions of democracy in advanced OECD countries? **European Political Science Review**, 1, n.1, 2009.

VELÁSQUEZ, Alejo Vargas. El gobierno de Álvaro Uribe: proyecto y resultados. Políticas, estrategias y doctrinas. **Nueva sociedad**, n.192 (jul.-ago.), 2004, p.85-97. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=995503>>. Acesso em: 11 out. 2009.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos avançados**. Vol. 19, n. 55, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/10.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

VREESE, Claes H. de. Context, Elites, Media and Public Opinion in Referendums: When Campaigns Really Matter. In: VREESE, Claes H. de (ed.) *The Dynamics of Referendum Campaigns: An International Perspective*. New York: Palgrave, 2007a.

VREESE, Claes H. de. When referendum campaigns matter – and why. *57th Conference of the International Communication Association ICA*, San Francisco, May 2007b. Disponível em: <www.allacademic.com/meta/p171772_index.html>. Acesso em: 13 out. 2009.

VREESE, Claes Holger; SEMETKO, Holli A. **Political Campaigning in Referendums: framing the referendum issue**. London: Routledge, 2004.

WELP, Yanina. “Sobre la errática marcha de la democracia directa en América Latina”. **II Conferencia Internacional sobre democracia directa**. ¿Hacia dónde va la democracia en América Latina? Uruguay, 2008.

ZOVATTO, Daniel. **Las instituciones de la democracia directa a nivel nacional en América Latina: Un Balance Comparado: 1978 – 2007**. Version, 14 mayo 2007. Disponível em: <http://www.idea.int/americas/upload/Democracia_Directa_en_America_Latina.pdf>. Acesso em: 30 ago 2008.

ZOVATTO, Daniel. Instituciones de democracia directa en América Latina. In: J. PAYNE, Mark; ZOVATTO, Daniel G.; DÍAZ, Mercedes Mateo. **La política importa: Democracia y desarrollo en América Latina**. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank; International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2006.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. XI, n.2, Outubro, 2005.

ZOVATTO, Daniel. Las instituciones de la democracia directa a nivel nacional en América Latina: un balance comparado, 1978-2004. In: ZOVATTO, Daniel; MARULANDA, Ivan; LIZARRO, Antonio; GONZALES, Rodolfo. **Democracia directa y referendum en América Latina**. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2004.

ZOVATTO, Daniel; MARULANDA, Ivan; LIZARRO, Antonio; GONZALES, Rodolfo. **Democracia directa y referendum en América Latina**. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2004.

ANEXOS

Gráfico 7. Percentual de respostas “votar pode fazer as coisas mudarem no futuro” para os 16 países da América Latina

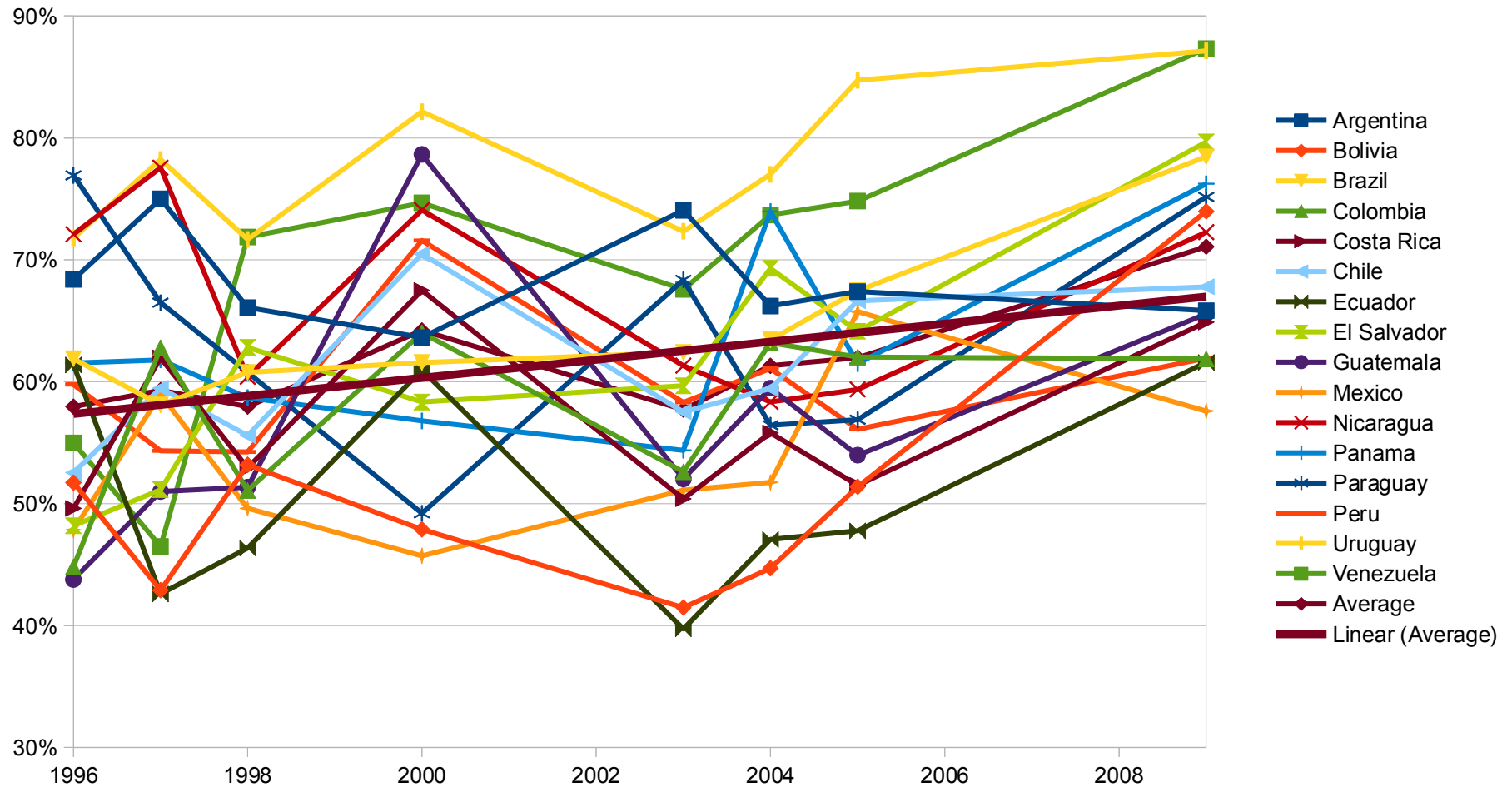


Gráfico 8. Variação de pontos percentuais de respostas “votar pode mudar as coisas no futuro” entre os dados de 1996 e os dados de 2009

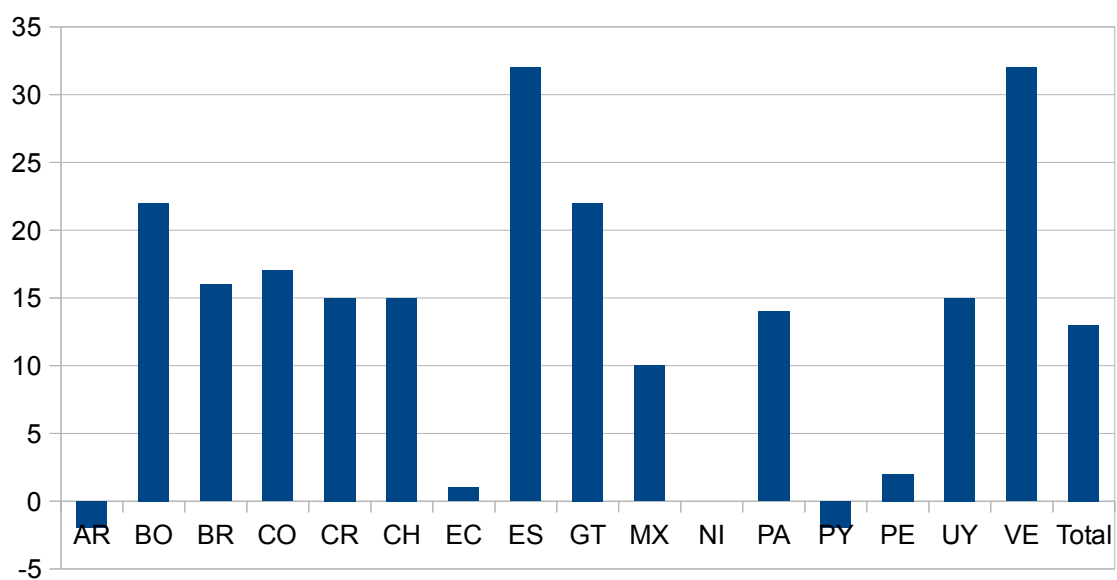


Gráfico 9. Percentagem de respostas “alguma confiança no Congresso” e “muita confiança no Congresso” para os 16 países da América Latina

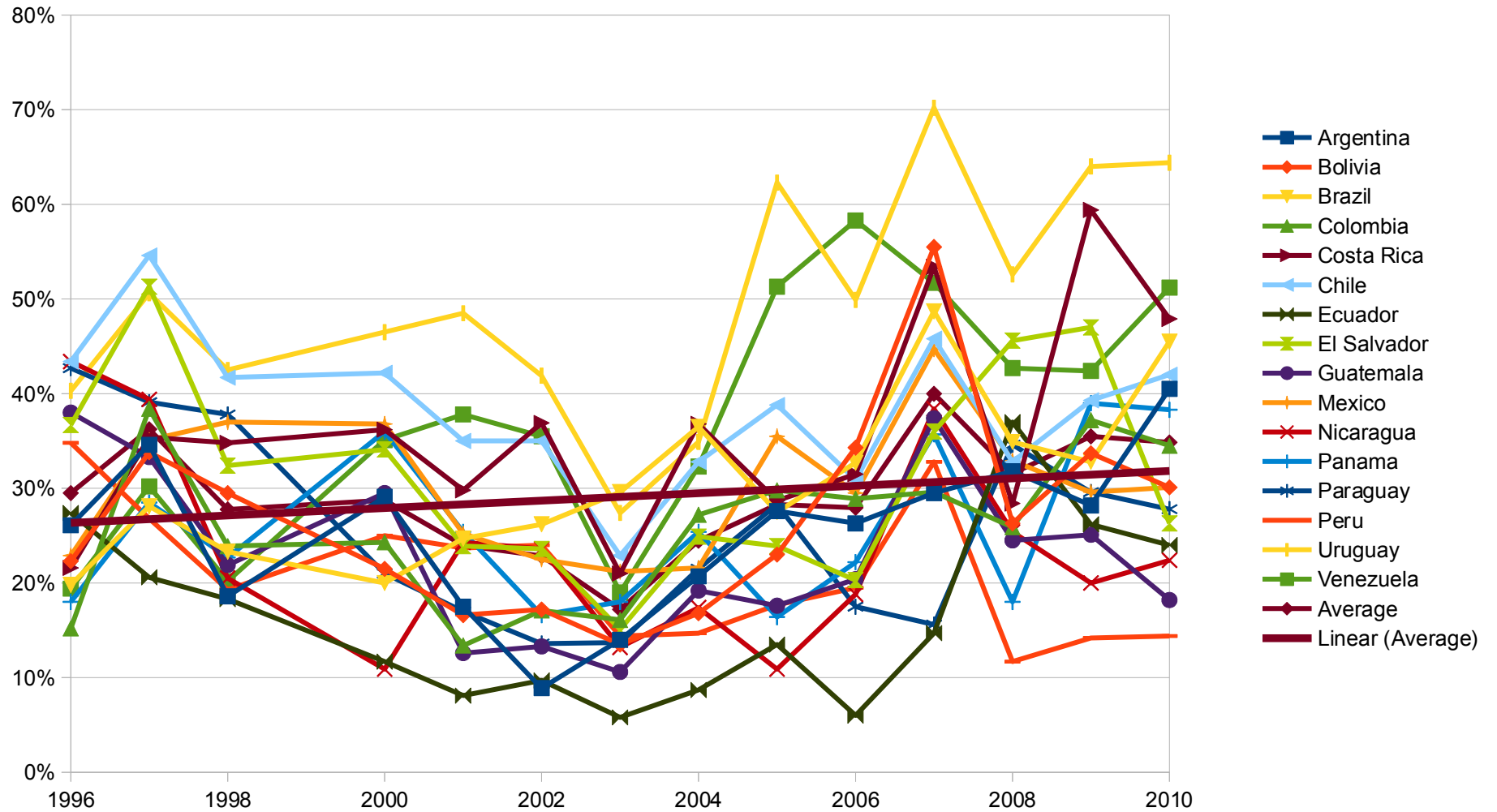


Gráfico 10. Percentagem de respostas “alguma confiança nos Partidos” e “muita confiança nos Partidos” para os 16 países da América Latina

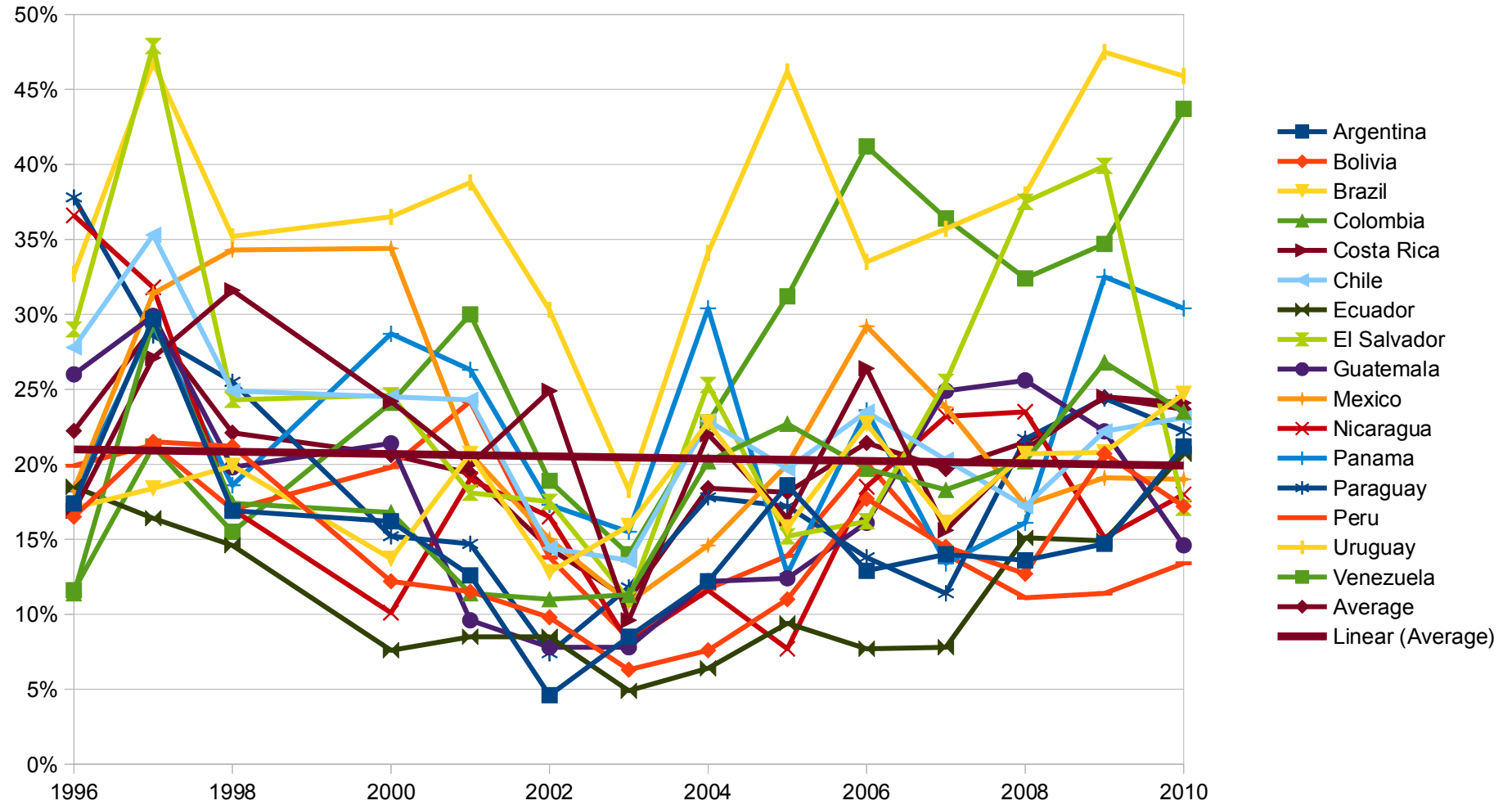
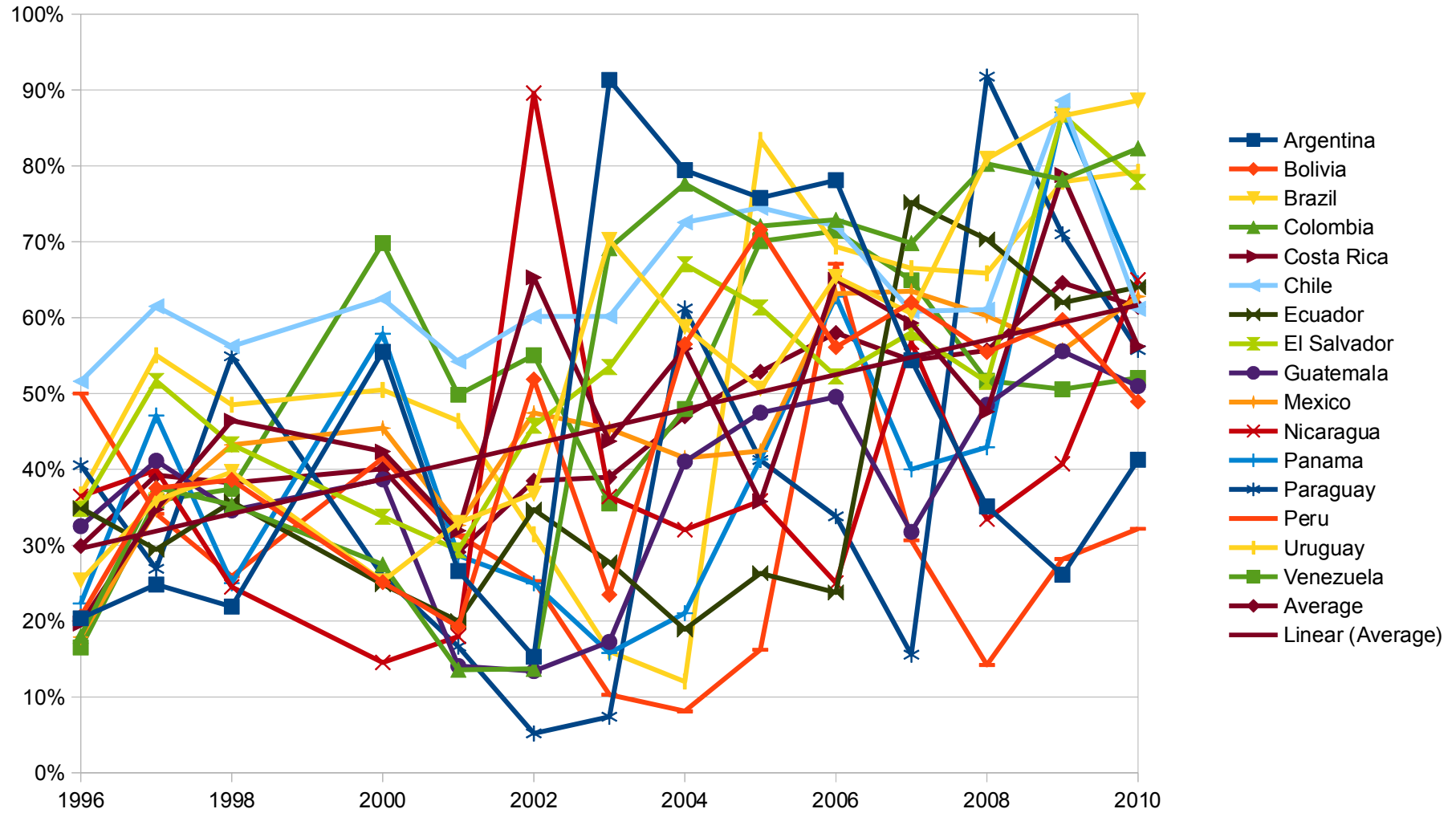


Gráfico 11. Percentagem de respostas de aprovação presidencial para os 16 países da América Latina



Quadro 28. Distribuição das frequências dos valores quando o número de MDDs recentes e da distância entre estes e os surveys são considerados

Impacto MDDs	Porcentagem
,0	81,7
1,0	2,7
2,0	3,6
2,5	,9
3,0	2,2
3,5	,4
4,0	1,3
4,5	,4
5,0	4,9
6,0	,9
8,0	,4
10,0	,4
Total	100,0

Quadro 29. Distribuição das frequências dos valores quando o número de eleições e a distância entre estas e os surveys são considerados

Impacto Eleições	Porcentagem
,0	54,4
0,5	,4
1,0	5,8
1,5	5,4
2,0	4,5
2,5	2,2
3,0	5,8
3,5	,4
4,0	5,4
4,5	1,8
5,0	5,4
5,5	1,8
6,0	,9
6,5	,4
7,0	,9
7,5	3,6
8,0	,9
Total	100,0

Gráfico 12. Percentagem de respostas positivas sobre confiança interpessoal para os 16 países da América Latina

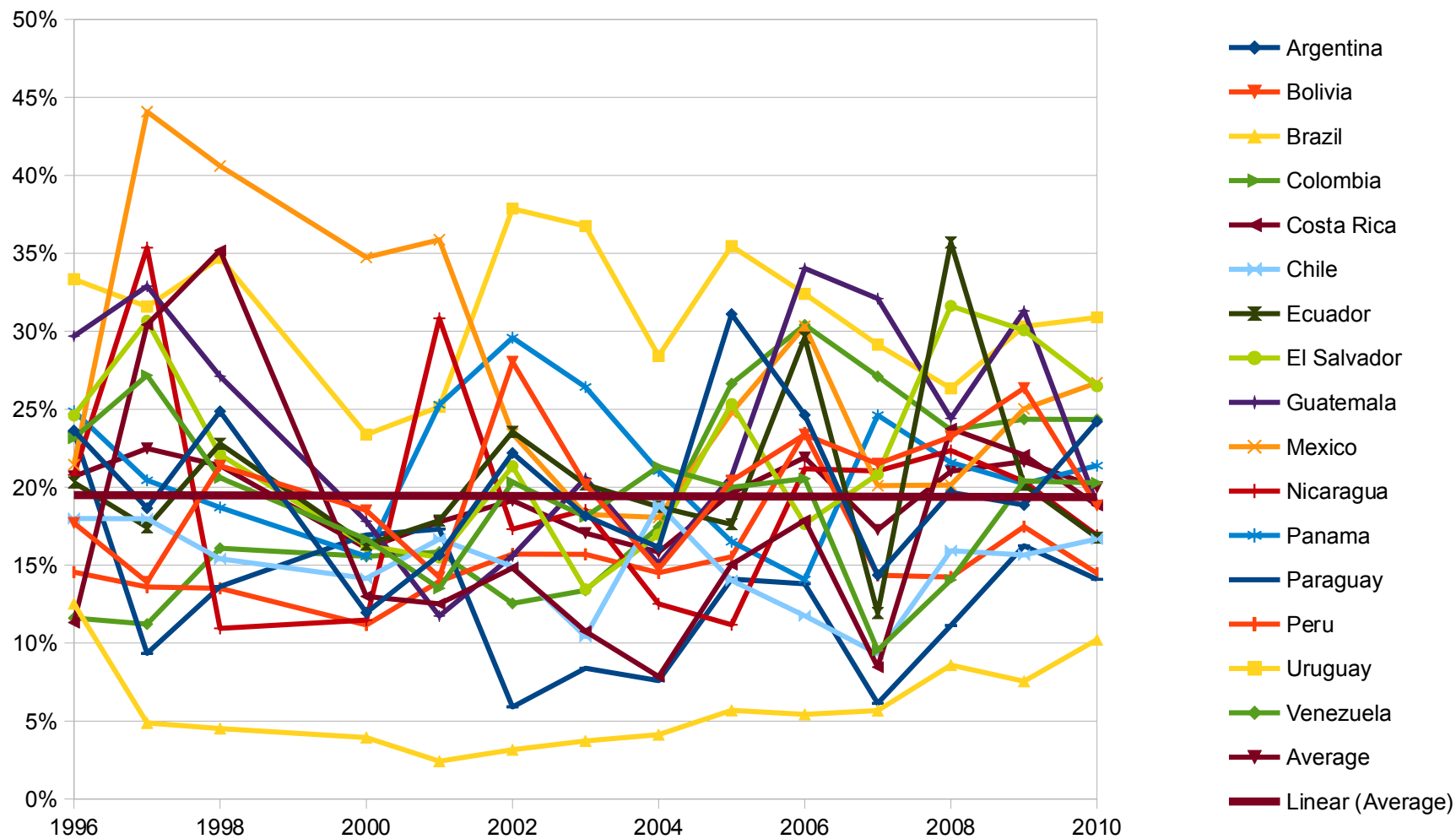


Gráfico 13. Percentual de respostas “boa” e “muita boa” à pergunta sobre a situação econômica do país nos dezesseis países da América Latina

